

**O Realojamento do *Bairro Chinês* em Marvila
Participação e Autoconstrução como processo – o caso da
PRODAC (1970-1974)**

João Manuel Teles Rebolo

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Arquitectura e Urbanismo
Especialidade em Arquitectura

PRESIDENTE

Doutor José Luis Saldanha

VOGAIS

Doutor José António Oliveira Bandeirinha
Doutor João Pedro Lopes de Oliveira Silva Nunes
Doutora Mónica Ribeiro Moreira Pacheco Navarro
Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro

Resumo

Este estudo analisa o realojamento do *Bairro Chinês* em Marvila, uma intervenção da PRODAC (Associação de Produtividade na Autoconstrução), no início da década de 1970. Foi uma operação urbana de grandes dimensões, apostando na Participação dos moradores e na utilização da Autoconstrução.

No Capítulo 1, é feito um resumo histórico da prática da Autoconstrução ocorrida em diversas regiões do globo, com ênfase em épocas de crise ou de reconstrução. São apresentadas algumas teorias relevantes sobre Autoconstrução, defendidas nas décadas de 1970-80. É igualmente abordado o tema da Participação dos moradores, relativamente a programas habitacionais e a práticas diversificadas de Arquitectura.

No Capítulo 2, são referidos os realojamentos realizados a partir dos anos 1940, nos Bairros Sociais Provisórios, construídos em Lisboa. São referidas, também, algumas das práticas de Autoconstrução realizadas em Portugal, nas décadas de 1950-60, pelo *Património dos Pobres* e pela MONAC, ambas organizações católicas.

No Capítulo 3, é abordada, em múltiplas vertentes, a intervenção da PRODAC no realojamento do *Bairro Chinês*, em Marvila, entre 1970 e 1974. O tema da Participação dos moradores e da Autoconstrução é central neste realojamento, sendo discriminados os fatores históricos mais relevantes, as opções tecnológicas, o modelo de gestão da PRODAC e as parcerias estabelecidas com diversas entidades.

Assim, o nosso objecto de estudo é procurar entender como se insere a Arquitectura nesta intervenção de habitação social em Lisboa, na perspectiva da Autoconstrução participada.

Palavras-chave: Autoconstrução / PRODAC / Participação dos moradores / Bairros de barracas / Realojamento transitório.

Abstract

This study analyses the rehousing of the Bairro Chinês squatter in Marvila, an intervention of the PRODAC Movement (Associação de Produtividade na Autoconstrução) in the early seventies. It was an important urban intervention based on the resident's participation and self-help construction.

In Chapter 1, we include a historic resume of self-help construction in different regions of the Globe, with an emphasis on periods of crisis or reconstruction. We present some relevant theories about self-help construction, defined in the seventies and the eighties. We also examine the concept of participation of the residents, in relation to relocation programs and diversified practices in Architecture.

In Chapter 2, we mention the relocation projects implemented since the forties in Temporary Social Housing in Lisbon. We also mention some Self-Help practices in Portugal in the fifties and the sixties, the *Património dos Pobres* and MONAC, both catholic movements.

In Chapter 3, we develop several approaches to the intervention of PRODAC in the relocation of the *Bairro Chinês* squatter in Marvila, between 1970 and 1974. The topic of the Participation and Self-Help is essential in this relocation, in which we highlight the most relevant historical facts, the technological choices, the management model of PRODAC and the partnerships.

Therefore, our study object is trying to understand where Architecture stands in this context of social housing intervention, in the Self-Help participation perspective.

Keywords: Self-Help Construction / PRODAC / Dweller Participation / Slums / Transitional Relocation

Agradecimentos

À orientadora, Professora Doutora Ana Vaz Milheiro, pela sua grande paciência, e ter esperado, com otimismo, por resultados às vezes menos visíveis, e por todos os conselhos, sempre úteis, indispensáveis nas várias fases da investigação.

Ao Professor Doutor Paulo Tormenta Pinto por todo o seu apoio logístico e académico na fase inicial da investigação e pela sua ajuda na integração no plano de estudos do doutoramento, em 2009.

Ao Engenheiro Mário Pinto Coelho e ao arquiteto Reis Álvaro, o enorme apoio, sem o qual esta tese não teria sido possível.

Ao Doutor Raúl da Silva Pereira, ao Doutor João Silva Nunes e ao Arquiteto José Bandeirinha, a partilha de Conhecimento, fundamental nesta área de estudo.

Ao arquiteto Dick Vestbro, pela sua disponibilidade no apoio bibliográfico.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela bolsa de doutoramento.

À Doutora Luiza Cabral, especialista em língua portuguesa, pelas revisões atentas.

À Designer Catarina Ramos Pinto, pelo importante apoio na fase final da Tese.

À Designer gráfica, Teresa Olazabal Cabral, pelo cuidado arranjo gráfico da Tese.

Aos seguintes amigos e colegas que, de diferentes modos, apoiaram esta empreitada:

Allan Cain, Albano Pereira, Alice Espada, Alberto Cruz, Ana Gomes, Ana Iglésias, Ana Filipa Santos, António Baptista Coelho, Bernardo Miranda, Carlos Barbosa, Catarina Alves Costa, Cláudio Sat, Cristina Costa Gomes, Cristina Udelsman Rodrigues, Eduardo Corte Real, Eugénia Gonçalves, Fernanda Alvim, Glória Azevedo Coutinho, Gonçalo Wanon, Inês Simões, Isabel Farinha, Isabel Raposo, João Pedro Lucena, João Frazão, João Ribeiro Soares, João Santa-Rita, João Santana da Silva, João Silva Nunes, João van Zeller, Jorge Croce Rivera, José Augusto Silva, José Ferro Camacho, José Forjaz, José Simões Ferreira, Júlio Londrim, João Palla, José Nobre, Luís Santiago Batista, Manuel Gandra, Maria Benedita Monteiro, Maria Teresa Madeira da Silva, Mário Secca, Miguel Ferreira, Miguel Santiago, Nuno Fradique, Nuno Távora Gomes da Silva, Paulo Bago de Uva, Pedro Calado Salinas, Pedro Teixeira da Mota, Pilar Stichini Vilela, Ricardo Mota Saraiva, Rogério Vieira de Almeida, Rosa Fernandes, Rosário Magalhães, Rui Cunha, Sandra Jurgens, Sandra Marques Pereira, Susana Ferreira, Theresa Lobo, Teresa Rebolo Potier, Tiago Castela e Zélia Castro.

A todos aqueles que desejam contribuir para um mundo menos desigual

“Carlos Nelson [dos Santos], que dirigia a renovação de uma Favela no Rio de Janeiro, apresentava o projecto apoiado em diapositivos das obras, um colorido misto de luta urbana, autoconstrução, samba e poesia. Pretendia escrever um livro, já com título: ‘Da Favela à Cidade’. Seria certamente um livro belo, inspirador. Já não o pode escrever. Tocou-me a ideia de que a cidade renovada, não sabemos que cidade, surgiria da periferia, dos bairros de lata, das favelas, mais do que da memória ou dos centros históricos.”
ÁLVARO SIZA, 1999

*“Everybody wants the same thing, rich or poor..
not only a warm, dry room, but a shelter for the soul”*
SAMUEL MOCKBEE, 2006

Lista de siglas e abreviaturas

AC – Autoconstrução
BM – Banco Mundial
CASU – Centro de Acção Social Universitário
CIAM – Conferência Internacional da Arquitectura Moderna
CML – Câmara Municipal de Lisboa
FFH – Fundo de Fomento de Habitação
FNAF – Fundo Nacional do Abono de Família
FMI – Fundo Monetário Internacional
GTH – Gabinete Técnico de Habitação, da Câmara Municipal de Lisboa
ICS – Instituto de Ciências Sociais
INE – Instituto Nacional de Estatística
INH – Instituto Nacional de Habitação
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
MONAC – Movimento Nacional de Autoconstrução
MOP – Ministério das Obras Públicas
ONG – Organização Não Governamental
OSTI – Organization for Social and Technical Innovation
PED – Países em Desenvolvimento
PP – Património dos Pobres
PPP – Pareceia Público-Privada
PD – Países Desenvolvidos
PGU – Plano Geral de Urbanização
PRODAC – Associação de Produtividade na Autoconstrução
SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
UCIDT – União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho
UN – Nações Unidas

Índice

III	Resumo/Palavras-chave
V	Abstract /Keywords
VI	Agradecimentos
VII	Dedicatória
IX	Epígrafe
X	Lista de siglas e abreviaturas
XI	Índice geral
XVII	Índice de figuras
1	INTRODUÇÃO
2	0.1 Enquadramento académico de investigação
3	0.2 Estrutura da Tese
3	0.2.1 ORIGEM DO TEMA – UMA QUESTÃO DE MOTIVAÇÃO
4	0.2.2 AS RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA
5	0.2.3 OBJETO DE ESTUDO
6	0.2.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA
7	0.3 Disseminação
7	0.3.1 LIVRO PRODAC - COMUNIDADE EM CONSTRUÇÃO, SCML, 2015
8	0.3.2 APRESENTAÇÃO PÚBLICA SOBRE O TEMA DA AUTOCONSTRUÇÃO
9	0.4 Atualidade do Tema
11	CAPÍTULO 1
	INTERVENÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E AUTOCONSTRUÇÃO
13	1.1 Introdução
14	1.2 Autoconstrução <i>organizada</i>
14	1.2.1 AUTOCONSTRUÇÃO HISTÓRICA EM DIVERSOS CONTEXTOS
18	1.2.2 AUTOCONSTRUÇÃO NOS PAÍSES DO NORTE
24	1.2.3 AUTOCONSTRUÇÃO NOS PAÍSES DO SUL
25	1.2.4 HASSAN FATHY, TRADIÇÃO E AC
25	1.2.4.1 <i>A Habitação Social e a AC na sua obra</i>
26	1.2.4.2 <i>Autoconstrução em Nova Gourn</i>
31	1.2.5 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A AÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

33	1.3 Autoconstrução <i>espontânea</i>
38	1.4 A Habitação Social e o crescimento dos <i>Slums</i>
40	1.5 Políticas habitacionais alternativas nos PED
40	1.5.1 OS PRIMÓRDIOS DESTAS POLÍTICAS
46	1.5.2 ONG'S E TIPOS DE INTERVENÇÃO DIFERENCIADOS
49	1.6 Conceito de Autoconstrução, <i>Self-Help</i> e <i>Self-Building</i>
52	1.7 Habitação com Autoconstrução
59	1.8 As políticas de habitação do FMI/ BM entre outras
62	1.9 Participação e Arquitetura
62	1.9.1 PARTICIPAÇÃO DESDE A DÉCADA DE 1960
67	1.9.2 DIFERENTES ABORDAGENS, PROGRAMA E PROJETO
71	1.9.3 PARTICIPAÇÃO, CONFLITO E MANIPULAÇÃO
80	1.9.4 MODOS DE PARTICIPAÇÃO A NORTE E A SUL
81	1.10 Autoconstrução e Sistemas Construtivos
81	1.10.1 A PRÉ FABRICAÇÃO E OS CONTEXTOS CARENCIADOS
85	1.10.2 IDEIAS HABITACIONAIS PARA O TERRITÓRIO COLONIAL PORTUGUÊS
91	Referências bibliográficas
97	CAPÍTULO 2
	A AUTOCONSTRUÇÃO EM PORTUGAL
	E OS REALOJAMENTOS PROVISÓRIOS DO ESTADO NOVO
99	2.1 Introdução
99	2.2 Os bairros de barracas e os Realojamentos Provisórios.
99	2.2.1 OS BAIRROS DE BARRACAS EM LISBOA, ATÉ À DÉCADA DE 1960
102	2.2.2 AS PRIORIDADES POLÍTICAS E A LEGISLAÇÃO DAS “CASAS DESMONTÁVEIS”, EM LISBOA.
106	2.2.3 OS PRIMEIROS BAIRROS PROVISÓRIOS CONSTRUÍDOS EM LISBOA
109	2.2.3.1 <i>Bairro da Quinta da Calçada</i>
114	2.2.3.2 <i>Bairro da Boa Vista</i>

119	2.2.4 A REAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DAS CASAS DESMONTÁVEIS E O PROGRAMA DE REALOJAMENTO
120	2.2.4.1 <i>A ampliação do Bairro da Boa Vista</i>
121	2.2.4.2 <i>Bairro das Furnas</i>
123	2.2.5 AS LIMITAÇÕES DO PROGRAMA DAS CASAS DESMONTÁVEIS
123	2.2.5.1 <i>Estudos sociológicos sobre as populações</i>
126	2.2.5.2 <i>O Bairro Padre Cruz na década de 1950</i>
127	2.2.6 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E BAIROS CLANDESTINOS
130	2.2.7 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A PROLIFERAÇÃO DAS BARRACAS
130	2.2.7.1 <i>Os bairros de barracas e a falta de resposta das autoridades</i>
135	2.2.7.2 <i>O realojamento do Bairro do Relógio</i>
137	2.3 A Autoconstrução em Portugal
137	2.3.1 O SISTEMA COOPERATIVO
137	2.3.2 O TEMA DA HABITAÇÃO É DIVULGADO EM PORTUGAL
138	2.3.3 AUTOCONSTRUÇÃO DE TIPO COOPERATIVO
141	2.3.4 AS OBRAS REALIZADAS PELO “PATRIMÓNIO DOS POBRES”
150	2.3.5 O MOVIMENTO NACIONAL DE AUTOCONSTRUÇÃO (MONAC)
150	2.3.5.1 <i>A União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT) cria a MONAC</i>
152	2.3.5.2 <i>O plano da MONAC</i>
159	Referências bibliográficas
163	CAPÍTULO 3
	O REALOJAMENTO DO BAIRRO CHINÊS EM MARVILA, E O PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO DA PRODAC
165	3.1 Introdução
166	3.2 Carências e soluções habitacionais na Lisboa dos finais de 1960
166	3.2.1 O PROBLEMA HABITACIONAL E O GOVERNO DE MARCELO CAETANO
168	3.2.2 CARATERIZAÇÃO GENÉRICA DOS BAIROS DE BARRACAS DE LISBOA
175	3.2.3 INTERVENÇÃO SOCIAL NOS BAIROS CARENCIADOS DE LISBOA
179	3.3 A PRODAC, os debates públicos sobre Habitação e o conceito de Autoconstrução
179	3.3.1 OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA PRODAC
182	3.3.2 O CONCEITO DE AUTOCONSTRUÇÃO DA PRODAC

186	3.3.3	O COLÓQUIO SOBRE “POLÍTICA DE HABITAÇÃO”, DO MOP (1969), O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E A CARITAS
188	3.3.4	ALOJAMENTOS DEFINITIVOS E REALOJAMENTOS PROVISÓRIOS
191	3.3.5	OS PRIMEIROS PROJETOS DE REALOJAMENTO DA PRODAC
195	3.4	O Plano de realojamento do <i>Bairro Chinês</i> (Marvila) e a ideia de participação
195	3.4.1	CONVITE DA CML/ INÍCIO DA INTERVENÇÃO DE 1969 A MARÇO 1970
197	3.4.2	MARVILA E A URBANIZAÇÃO DE CHELAS
201	3.4.3	O <i>BAIRRO CHINÊS</i>
204	3.4.4	O COLÓQUIO DA CARITAS SOBRE HABITAÇÃO (MARÇO 1970)
210	3.4.5	O PROGRAMA DE PROMOÇÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DA PRODAC
217	3.4.6	A CML COMPRA OS TERRENOS PARA O REALOJAMENTO
221	3.4.7	OS MORADORES TORNAM-SE SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO
223	3.5	Arquitetura e Autoconstrução
223	3.5.1	MEMÓRIA DESCRITIVA DE ARQUITETURA
239	3.5.2	O PLANO E O ACORDO CML/PRODAC
242	3.5.3	OS SERVIÇOS DE PROMOÇÃO SOCIAL
249	3.5.4	O PLANO E O COMEÇO DA OBRA (OUT. 1971)
252	3.5.5	OS GRUPOS DE AC, AS HABITAÇÕES E AS OBRAS
255	3.5.6	A INTERRUPÇÃO DA OBRA E O EMPRÉSTIMO DO ESTADO (FNAF)
259	3.6	A conclusão das obras e o Realojamento
259	3.6.1	A OBRA E A UTILIZAÇÃO DA AUTOCONSTRUÇÃO
260	3.6.2	AS OBRAS DA 2ª FASE
266	3.6.3	ACORDO PRODAC/ MISERICÓRDIA DE LISBOA
267	3.6.4	CONSIDERAÇÃO SOBRE O PLANO URBANO CONJUNTO
275		Referências bibliográficas

281	SÍNTESE CONCLUSIVA
283	4.1 Breve resumo do realojamento da PRODAC
283	4.2 Antecedentes da PRODAC
285	4.2.1 O MOVIMENTO COOPERATIVO NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS
285	4.2.2 O <i>PATRIMÓNIO DOS POBRES</i>
285	4.2.3 A CARITAS, A MONAC, A UCIDT E A CASU
286	4.3 Debate sobre políticas habitacionais
286	4.3.1 SEGUINDO OS DIRIGENTES DA PRODAC
287	4.3.2 A AC E O <i>RELATÓRIO OSTI</i> (EUA)
287	4.3.3 A INFLUÊNCIA DAS FAVELAS
288	4.3.4 NA EUROPA E EUA – O DEBATE SOBRE PARTICIPAÇÃO E AC
289	4.3.5 O DEBATE SOBRE O PROBLEMA HABITACIONAL EM PORTUGAL
290	4.4 O Realojamento do <i>Bairro Chinês</i> em Marvila
290	4.4.1 O PROBLEMA DAS BARRACAS DE LISBOA
290	4.4.2 URGÊNCIA <i>VERSUS</i> EMERGÊNCIA
291	4.4.3 PROPÓSITO TRANSITÓRIO
292	4.4.4 ENTRE O <i>PROVISÓRIO</i> E O <i>DEFINITIVO</i>
294	4.5 Gestão, Autoconstrução e Arquitetura
294	4.5.1 VERTENTES COMPLEMENTARES DA INTERVENÇÃO
297	4.5.2 OPÇÕES E PROGRAMA DE ARQUITETURA
299	4.5.3 UMA ARQUITETURA PARA OS POBRES , OU UMA SIMPLES CONSTRUÇÃO?
303	BIBLIOGRAFIA
317	ANEXO

Índice de figuras

CAPÍTULO 1

FIG 1 Rudolph Shindler. Habitação Martin em Taos utilizando a AC, Novo Mexico, 1915 (EUA) (Source: Gebhard, 1971). **Esquízo**

Fonte: SHORGABY, Abdel. 2010. Hassan Fathy: The Unacknowledged Conscience of Twentieth Century Architecture. *International Journal of Basic & Applied Sciences*. 2010, Vols. Vol 10, Nº 2.] ou [Dr. Abdel-moniem El-Shorbagy-<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.207.5985&rep=rep1&type=pdf>

FIG 2 Le Corbusier, Habitações Morundins utilizando a AC, Bélgica, 1940. Esquízo Fonte: BOESIGER, W. 1995. *Le Corbusier, Oeuvres Complètes*. Birkhauser Publishers. Basel, Boston, Berlim. 1995. Vols. 4

2a corte, vistas exteriores e interiores do sistema construtivo da habitação. Esquízo

2b plantas, cortes e vistas interiores do centro comunitário. Esquízo

2c corte, visualização da Participação em grupo. Esquízo

2d solução construtiva: elementos construtivos, materiais locais e "manual" de construção. Esquízo

2e vistas exterior de conjunto. Esquízo

FIG 3 Wright, habitações Homestead, Detroit 1941-45

Fonte: SHORGABY, Abdel. 2010. Hassan Fathy: The Unacknowledged Conscience of Twentieth Century Architecture. *International Journal of Basic & Applied Sciences*. 2010, Vol 10, Nº 2. Apud: Yukio Futagawa, ed., Frank Lloyd Wright Monograph 1942-1950. Tokyo, 1988, p.1. See also, Terence Riley, ed., Frank Lloyd Wright: Architect. New York, 1994, p. 92.) [Dr. Abdel-moniem El-Shorbagy-<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.207.5985&rep=rep1&type=pdf>]

3a exterior da habitação. Perspetiva rigorosa.

Fonte: http://www.mensh.ru/cooperative_homesteads_housing

3b vista do interior. Perspetiva rigorosa

Fonte: http://www.savewright.org/wright_chat/viewtopic.php?t=7680&view=next&sid=

[d0ecd71424c0cde80fdd39391ec8d9fb\]](http://www.mensh.ru/cooperative_homesteads_housing)

FIG 4 Reconstrução de habitações por comunidades Do It Yourself (DIY) com desalojados e sem-abrigo, após 1ª guerra mundial, utilizando a AC, Viena 1919.

Fotografia: Siedlung Rosenhügel
Fonte: <https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/08/story-cities-18-vienna-austria-cooperative-self-build-settlers-social-housing-revolution>;

FIG 5 A cooperativa Penn Craft utilizou a AC na habitação, de modo inovador, Westmorland County, Pensilvania, 1933

Fonte: <http://www.iup.edu/archives/coal/mines-and-company-towns/norvelt-and-penn-craft,-pennsylvania/>

5b planta de implantação da vila e habitações

5b trabalho participativo comunitário, AC nas habitações, habitação autoconstruída, vista de pássaro da vila.

FIG 6 Imagem de AC do pós-guerra na Alemanha de 1945, trabalho de reconstrução com mulheres (entre os 15/50 anos)

Fonte: <http://www.spiegel.de/fotostrecke/photo-gallery-a-century-long-project-fotostrecke-56372-5.html>

FIG 7 O movimento Les Castors utilizou a AC em França, foi muito importante desde 1945, tendo surgido do meio operário católico em muitas regiões de França.

Fonte: <http://mathieuarnal.blogspot.pt/2014/04/les-castors-de-bagatelle-les-pionniers.html/> Mathieu Arnal Publié il y a 10th April 2014 par Mathieu Arnal-Libellés: Voix du Midi Toulouse

7a AC cooperativa na vila de Bagatell, Toulouse. Associação de moradores « Notre logis » (Les Castors). Oficina de portas e janelas. 1952-54

Fonte: <http://mathieuarnal.blogspot.pt/2014/04/les-castors-de-bagatelle-les-pionniers.html/> Mathieu Arnal Publié il y a 10th April 2014 par Mathieu Arnal-Libellés: Voix du Midi Toulouse

7b AC cooperativa em Bagatell, «cité des Castors» em Toulouse. Foram os pioneiros do movimento Les Castors.

Fonte: http://www.letelegramme.fr/images/2014/03/16/les-castors-commenceux-ci-devant-l-atelier-de-menuiserie-de_1840239_531x330p.jpg?v=1

7c Imagem do filme La Cité des Castors. Realização de Fabrice Marache, documentário, França, 2007.

Fonte: http://www.cinemas-utopia.org/bordeaux/index.php?id=220&mode=filmLA_CITÉ_DES_CASTORS/ Fabrice MARACHE - documentaire France 2007. 53m

7d Cooperativa em Bagatell e a «Cité des Castors» em Toulouse que foi pioneira do movimento Les Castors, utilizando a AC.

(Fotografia: Géraud)

Fonte: <http://mathieuarnal.blogspot.pt/2014/04/les-castors-de-bagatelle-les-pionniers.html/>
Mathieu Arnal Publié il y a 10th April 2014 par Mathieu Arnal-Libellés: Voix du Midi Toulouse

FIG 8 Hassan Fathy, Gourn Village, 1946

Fonte: <https://dome.mit.edu/handle/1721.3/45936/discover>,

8a Versão inicial. Corte e Planta de 1 habitação, 1946

8b Versão inicial. Planta geral da nova Vila, 1946

FIG 9 Hassan Fathy, Gourn Village, 1946-52
Fonte: Architecture for the Poor, Chicago, The University of Chicago Press, 1973.

9a Planta do piso térreo com instalações para o gado, cozinha e quarto de visitas. Planta do piso superior da habitação. Corte e Alçado.

9b O tijolo em adobe aplicado em elementos verticais e abóbadas.

Fonte: <https://dome.mit.edu/handle/1721.3/45936/discover>,

FIG 10 Hassan Fathy, Gourn Village. Planta da vila com o desenho das habitações, equipamentos e espaços exteriores, 1946-48

FIG 11 Morro da Providência, 1880-2016

11a A Favela em 1920

Fonte: <https://urbsmagna.files.wordpress.com/2014/06/ocupac3a7c3a3o-irregular-da-c3a1rea-do-morro-da-provid3ancia-em-19201.jpg>

11b A Favela em 1958

Fonte: <https://levantefavela.files.wordpress.com/2010/04/a-providencia.jpg>

11c Stress na Favela: notícia de morte de jovem de 17 anos, baleado pela polícia militar. 30 Set 2015

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/album/2015/10/01/apos-morte-de-adolescente-clima-e-tenso-no-morro-da-providencia.htm#fotoNav=5>

FIG 12 Um slum em Mumbai; AC organizada

FIG 13 Arq. Carlos Nelson dos Santos

13a Desenho de Carlos Nelson dos Santos, Quando a Rua vira Casa.

Fonte: http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-748257226-quando-a-rua-vira-casa-santos-carlos-nelson-f-_JM

13b Croquis de morador da Favela

Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

13c Croquis de morador da Favela

Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>

FIG 14 Favela da Rocinha, arq^o Jorge Mario Jáuregui

14a Favela da Rocinha

Fonte: Foto do acervo Jorge Mario Jáuregui <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.064/5667?page=6>

14b Favela da Rocinha

Fonte: Foto do acervo Jorge Mario Jáuregui <http://www.jauregui.arq.br/imagens/rocinha/rocinha-15.jpg>

FIG 15 2 Livros de John Turner

FIG 16 Quadro de gestão de processos com AC.

Fonte: TURNER, 1976, p.27

FIG 17 Foto de estudantes, Paris, Maio-1968

Fonte: <http://noize.com.br/lista-7-sonzeiras-lancadas-em-maio-de-68/>

FIG 18 Lucien Kroll, Maison Medicale-Universidade de Lovaina, 1970-76.

Vista exterior que mostra os alojamentos com diferentes soluções participadas.

Fonte: Foto de Peter Blundell Jones/ <http://www.spatialagency.net/database/participation.1970s>

FIG 19 Ralph Erskyne, Byker Wall, 1969-80

Fonte: <http://www.geograph.org.uk/photo/1776413>

19a Vista exterior mostrando variedade de soluções participadas

19b Ralph Erskyne, Byker Wall, 1969-80

19c Vista exterior mostrando variedade de soluções participadas

FIG 20 Walter Siegel, Walter Way, Londres, 1979 a Segal self build house in Brighton

Fonte: <http://www.archdaily.com/771998/event-celebrating-segal-in-walters-way-south-london>

20 a Vista das casas pré fabricadas com utilização de AC

20 b Solução criativa de pré fabricação com utilização de AC

20 c Modelação em pré-fabricação

20 d grupo de moradores autoconstroem as habitações

FIG 21 Giancarlo De Carlo, *L'Architettura della Partecipazione*, 1973 Milano, Saggiatore, 1973

FIG 22 Markus Miessen, *The Nightmare of Participation*, 2010. Publisher: Sternberg Press, 2010

FIG 23 Siza Vieira e a participação em arquitetura

23a SizaVieira, Adri Duivesteijn e moradores, Bairro da Bouça, Porto. 25 de Abril, 1984

Fonte: http://www.stroom.nl/activiteiten/tentoonstelling.php?t_id=9087334; in Angela Ferreira: *Revolutionary Traces*

23b Programas de reabilitação "Ilhas" do Barredo, Porto 1974-75 (programa CRUARB)

Fonte: <http://tangibleheritage.tumblr.com/>

23c Siza Vieira, Bairro São Vitor.

Demolições, protestos dos moradores, encontros com as brigadas SAAL, discussões e projetos, Porto, 1974.

Fonte: <http://radical-pedagogies.com/search-cases/e09-faculdade-arquitectura-universidade-porto/>

FIG 24 John Habraken, Supports: an alternative to mass housing. Londres: Architectural Press, 1972.

Fonte: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/14_ob/suportes.htm <http://www.habraken.com/html/supports.htm>

FIG 25 Musseques e Caniços

25a Qualificação urbana em Mafalala e

Chamanculo, 2014. Sílvia Jorge e Vanessa Melo.

Fonte: <http://cea.revues.org/1488?lang=pt>

25b Musseque e Bairro da Prenda, 1991

Fonte: MILHEIRO, Ana Vaz, *Nos Trópicos sem Le Corbusier*, 2012, Arquivo fotográfico de Ilídio do Amaral

25c Bairro Prenda, Luanda, 2009

Fonte: MILHEIRO, Ana Vaz, *Nos Trópicos sem Le Corbusier*, 2012; Arquivo fotográfico de João Afonso

FIG 26 Pancho Guedes, Escola Clandestina em Lourenço Marques, 1969 [Maputo]

26a e 26c Fonte: Pancho Guedes, *Vitruvius Mozambicanus*. Catálogo da Exposição no Museu da Coleção Berrado. 2009, p.173.

26b Fonte: MILHEIRO, Ana Vaz, *Nos Trópicos sem Le Corbusier*, 2012; Arquivo fotográfico de Pancho Guedes.

CAPÍTULO 2

FIG 1 Planta de Lisboa, localização de casas económicas, 1935.

Fonte: Inácio, Carlos Alberto Revez, e Barreiros, Fernando Furtado *O bairro da Encarnação, e as Quintas dos Olivais* p.21. Lisboa: ed. de Autor, 2012.

FIG 2 Comemorações da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, 1939-40.

Fonte: <http://www.padraodosdescobrimentos.pt/pt/monumento/1940-a-exposicao-do-mundo-portugues/FIG3> artigo de periódico

FIG 3 Proposta de Habitações pré-fabricadas, para a resolução do problema das barracas. Direção dos Edifícios e Monumentos, 1938.

Fonte: *Diário de Lisboa* 4-4-1938/ http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=05763.027.06837&numero_da_pagina=5

FIG 4 Planta de Lisboa, Localização de Bairros Clandestinos e Económicos em execução, 1935.

Fonte: Inácio, Carlos Alberto e Barreiros, Fernando Furtado, "O bairro da Encarnação", p.17., Lisboa: Ed. Autor, 2012

FIG 5 Bairro da Quinta da Calçada, o

primeiro dos Bairros Provisórios, vista aérea.

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/2013/04/telheiras-parte-um.html>

FIG 6 Bairro da Quinta da Calçada, montagem das Habitações pré-fabricadas, 1939.

Fonte: Fotografia da revista Ilustração. 1938.
<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00Z&updated-max=2013-01-01T00:00:00Z&max-results=13>

FIG 7a Cartaz da CML, apresentação. Vistas do Bairro e texto.

Fonte: Propaganda da CML da altura, copiada de uma revista municipal de 1940.

<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00Z&updated-max=2013-01-01T00:00:00Z&max-results=13>

FIG 7b Folheto informativo da CML, apresentação. Vistas do Bairro e texto.

Propaganda da CML da altura, copiada de uma revista municipal de 1940.

Fonte: <http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00Z&updated-max=2013-01-01T00:00:00Z&max-results=13>

FIG 8 Quinta da Calçada.

FIG 8a Habitações e Equipamento.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Eduardo Portugal/quinta da Calçada (imagem: AF\img182\B090588.jpg referência PT/AMLSB/EDP/S01168)

FIG 8b Alameda que vinha desde o mercado até à esquadra. 1940.

Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-Cfu9g-52K3Q/TpdRuzJovFI/AAAAAAAAAQE/4XcRq700xfc/s1600/>

FIG 8c Vista aérea.

Reproduzida a partir de uma revista municipal de 1940.

<http://bairrodaquintadacalcada.blogspot.pt/search?updated-min=2012-01-01T00:00:00Z&updated-max=2013-01-01T00:00:00Z&max-results=13>

FIG 9 Bairro da Boa Vista, localização.

Fonte: Boletim do GTH nº 18

FIG 10 Bairro da Boa Vista.

FIG 10 a Planta de conjunto

Fonte: Boletim do GTH nº 18

FIG 10b Uma Habitação, sala mínima.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Alvão Domingues (imagem: AF\img13\A6195.jpg, referência PT/AMLSB/ALV/I00120)

FIG 10c Habitações com hortas e Igreja ao fundo.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Alvão Domingues (referência: PT/AMLSB/ALV/I00119)

FIG 10d

Vista geral das Habitações e Equipamentos.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Alvão Domingues (referência: PT/AMLSB/ALV/I00121)

FIG 11 Protótipo da Lusalite utilizado na Quinta da Calçada e Boa Vista

FONTE: Lusalite

FIG 12 Bairro das Furnas.

12a Pormenor das fundações.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Eduardo Portugal/Referência: PT/AMLSB/POR/060032)

12 b Montagem da estrutura.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Eduardo Portugal/Referência: PT/AMLSB/POR/060037

FIG 13 Bairro das Furnas. Pré-fabricação, montagem.

13 a Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Eduardo Portugal/Referência: PT/AMLSB/POR/060044

13b Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Eduardo Portugal/Referência: PT/AMLSB/POR/060047

13c Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/Artur Goulart/Referência: PT/AMLSB/AJG/I02591

FIG 14 Luís Baptista, livro de referência.

Fonte: consultar bibliografia

FIG 15 Bairro Padre Cruz, 1959.

Fonte: <https://jornalismoaudiovisual.wordpress.com/2013/03/28/bairro-padre-cruzuma-pequena-aldeia-distante-da-cidade/>

FIG 16 Estudos sobre Habitação, onde se encontram artigos de Raúl da Silva Pereira

Fonte: Foto do autor

FIG 17 Recorte de jornal anotado à mão por Raúl da Silva Pereira. Diário Popular, 22-07-1963.

Fonte: arquivo pessoal de Raúl da Silva Pereira

18ab Diário Popular, 22-07-1963.

Fonte: arquivo pessoal de Raúl da Silva Pereira

FIG 19 Bairro do Relógio.

19a Perspetiva de Habitação geminada.

19b Projecto completo.

FIG 19 a e b Fonte: arquivo Municipal de Lisboa do Arco do Cego

FIG 20 Estudos sobre o problema da Habitação.

Fonte: Foto do autor

FIG 21 Património dos Pobres.

21 a e b Utilização de AC.

21a Fonte: Ovo de Colombo, p. 26

21b Fonte: Ovo de Colombo, p. 75

FIG 22 Património dos Pobres.

22ab Utilização de AC.

22a Fonte: Ovo de Colombo, p. 71

22b Fonte: Ovo de Colombo, p. 14

FIG 23 Património dos Pobres.

23 a e b Utilização de AC.

23a Fonte: Ovo de Colombo, p. 15

23b Fonte: Ovo de Colombo, p. 27

FIG 24 Património dos Pobres.

24 ab Utilização de AC.

24a Fonte: Ovo de Colombo, p. 33

24b Fonte: Ovo de Colombo, p. 32

FIG 25 Movimento MONAC.

25a Página de abertura do livro.

25b Estatutos, 1955.

25a Fonte: livro MONAC, p. 2

25b Fonte: livro MONAC, p. 5

FIG 26 MONAC

26 a b c Habitações construídas com AC.

26a Fonte: livro MONAC, p. 7

26b Fonte: livro MONAC, p. 8

26c Fonte: livro MONAC, p. 9

FIG 27 MONAC.

27 a b c Utilização da AC em obra.

27a Fonte: livro MONAC, p. 7

27b Fonte: livro MONAC, p. 8

27c Fonte: livro MONAC, p. 9

CAPÍTULO 3

FIG 1 Discurso de Marcello Caetano, Confidências

2a e 2b Livro sobre Lisboa.

Capa e página do interior.

FIG 3 Bairro Chinês.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 4 Bairro Chinês

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 5a Campanha da Caritas.

Fonte: Jornal DN 12/1969

FIG 5b Publicação do GTH, 1964.

FIG 6 Notícias sobre a política habitacional da CML. Presidente Santos e Castro, 1970.

FIG 6a Presidente e comitiva no Vale Escuro.

Fonte: Jornal DN 1/10/70

FIG 6b O propósito de destruir as barracas.

Fonte: Jornal O Século 25/9/70

FIG 6c Plano de 200 novas casas.

Fonte: Jornal DN 1/10/70

FIG 6d Início do plano de realojamento da Quinta Marquês de Abrantes, Marvila, 1-10-1970.

Fonte: Jornal DN 1/10/70

FIG 7 Notícias sobre a política habitacional da CML. Presidente Santos e Castro, O propósito de destruíras barracas, 1 - 10 - 1970.

Fonte: Jornal DN 1/10/70

FIG 8 Boletim informativo com os estatutos da Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC), Outubro, 1968.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 9 O Observador, 1972.

Fonte: Revista O Obseador, 2/1972

FIG 9a Entrevista, Engenheiro Pinto Coelho.

FIG 9b Entrevista, Arquitecto Reis Álvaro.

FIG 10 Campanha de Natal da CARITAS, "A solução do Problema Habitacional", Dezembro 1969.

FIG 11 Plano de realojamento da PRODAC. Quinta do Ourives, Chelas, 1969.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 12 Intervenção da CML no sector Habitacional.

12a Exposição com a presença dos técnicos da CML e GTH.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/fotografia de Armando Serôdio- AFL A43295

12b O Engenheiro Carvalho Mesquita, diretor do GTH, (no centro da fotografia).

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa/fotografia de João Carlos Brito_ AFL A68238

FIG 13 Planta de Lisboa com indicação dos bairros Municipais e Económicos.

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm>

FIG 14 Zona de intervenção, do realojamento da PRODAC, na proximidade do Bairro Chinês.

Fonte: Boletim Municipal do GTH- CML, Vol. 1, nº 6, p. 286. Maio/ Junho 1965

FIG 15 O Bairro Chinês em Marvila, 1970

15a Espaço exterior das barracas

Fonte: arquivo do CPS da PRODAC

FIG 15b Rua de acesso principal

Fonte: arquivo Municipal de Lisboa. Judah Benoliel.s.d. da PT/AMLSB/IBN/004886

FIG 15c Instalações Sanitárias coletiva

Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

15d Abastecimento de água individual

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

15e Pátios, zona de convívio

Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

15f Rua direita ladeada de barracas

Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

FIG 16 Colóquio da CARITAS, O Direito à Habitação, Notícia no Diário de Lisboa, 12-03-1970.

FIG 17 Colóquio da CARITAS, O Direito à Habitação.

Oradores: Dra. Manuela Silva, Arq. Nuno Portas, Reverendo João Evangelista Jorge e Eng. Bruto da Costa,

Notícia no Diário de Lisboa, 12-03-1970

FIG 18 Visita do Presidente da CML e de dirigentes da PRODAC, ao Bairro Chinês. Conversa com os moradores, 1970.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 19 Assitencia Social ao Bairro Chinês.

19a Contato com os moradores.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

19b Reconhecimento do bairro.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 20 Três Centros construídos pela PRODAC no Bairro Chinês.

20a e 20b Polivalência dos Centros

Fonte: arquivo pessoal de José Maria da Silva; arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

20c Centro nº 2 da PRODAC.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

20d Centro nº 3 da PRODAC.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 21 Ato solene da assinatura da compra dos terrenos da Quinta Marquês de Abrantes e envolvente, necessários às obras do realojamento. O presidente Santos e Castro (ao centro) e os

proprietários, CML 29 de Setembro de 1970.

Fonte: arquivo Municipal de Lisboa. Armando Serôdio, PT/AMLSB/SER/S07491

FIG 22 Segundo o plano da PRODAC, quando uma família era realojada ou emigrava a barraca devia ser demolida.

Fonte: arquivo pessoal de Ana Bela Sousa

FIG 23 Planta de Marvila, Plano das três fases de intervenção da PRODAC.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 24 Planta de implantação.

Zona Norte, primeira fase da obra. Desenho de todas as tipologias.

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

FIG 25 Habitação na zona Norte.

Corte e Alçado.

Fonte: arquivo histórico da SCML - PRODAC

FIG 26 Estudos de áreas funcionais, relativos à habitação. LNEC, Nuno Portas, 1969

FIG 27 Planta 1:100 tipologia da zona Norte. Apartamento para solteiros - nove T0 agrupados em três núcleos de 3 quartos. Cada núcleo tem uma I.S. e uma cozinha. Existe uma sala comum para todos os quartos (9 quartos).

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

FIG 28 Planta 1:100, tipologia da zona Norte.

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

28a Planta do T1.

28b Planta do T2 A.

28c Planta do T2 B.

FIG 29 Planta 1:100, tipologia da zona Norte.

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

29a Planta do T3.

29b Planta do T4.

FIG 30 Estrutura da habitação pré-fabricada. Vista e corte das placas.

Corte na fachada e esquema de montagem SOCASPRÉ.

Fonte: arquivo histórico da SCML - PRODAC

FIG 31 Infraestruturação do Bairro Chinês em paralelo com a implementação do Plano de Realojamento da PRODAC, 1971-72

Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

FIG 32 Associação de Produtividade

na Autoconstrução. Placard informativo da obra.

Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

FIG 33

Relatório da Socióloga Maria Figueirinhas. Reunião com os grupos de moradores de AC.

Fonte: arquivo histórico da SCML - PRODAC

FIG 34 Plantas do levantamento do Bairro Chinês

Fonte: arquivo histórico da SCML - PRODAC

FIG 35 Estaleiro das obras na Zona Norte, 1ª fase do plano.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 36 Zona Norte.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

36a Construção das habitações.

36b Conclusão das 84 habitações.

FIG 37 Antigas instalações da PRODAC na rua José do Patrocínio, utilizadas durante o realojamento.

Fonte: arquivo pessoal de João Pécurto – URI, 2013

FIG 38 Notícia do empréstimo do Estado à PRODAC que permitiu prosseguir a obra.

FIG 39 Sócios - Moradores - Autoconstrutores.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 40 Vista de pássaro da Zona Norte.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 41 Notícia dos primeiros realojamentos.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 42 Zona Sul, Vale Fundão.

FIG 42a Planta de implantação das duas fases do plano da PRODAC.

Fonte: arquivo histórico da SCML - PRODAC

42b Planta de implantação da Zona Sul, 2ª fase da obra. Desenho de todas as tipologias.

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

FIG 43

Sócios - Moradores - Autoconstrutores.

Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 44 Tipologias da Zona Sul, 2ª fase do plano com indicação das cozinhas e instalações sanitárias.

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

FIG 44a Planta do T0 A

FIG 44b Planta do T0 B

FIG 44c Planta do T1

FIG 44d Planta do T2 A

FIG 44e Planta do T2 B

FIG 44f Planta do T3

FIG 44g Planta do T4

Fonte: o autor - redesenho do projeto original de arquitetura da PRODAC

FIG 45

Vistas da Zona Sul, Vale Fundão. Solução de habitações geminadas em dois pisos com escada comum exterior. Utilização da morfologia em banda, com desenho geométrico aparentemente irregular.

45a Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45b Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

45c Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45d Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45e Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45f Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45g Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

45h Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45i Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

45j Fonte: arquivo fotográfico do CPS da PRODAC

45l Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45m Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45n Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

45o Fonte: arquivo pessoal de Mário Pinto Coelho

FIG 46 Vista atual das habitações de um piso, Zona Norte. Quintais e arranjos exteriores.

Fonte: Nuno Alexandre Jorge, 2014

FIG 47 Vista atual das habitações de um piso, Zona Norte. Quintais e arranjos exteriores e zona J de Chelas, ao fundo.

Fonte: André Campos, 2014

CAPÍTULO 0
Introdução

0.1 Enquadramento académico de investigação

A tese insere-se na linha temática *Modos de Habitar, Sociedade e Cultura Arquitetónica*, coordenada pela Professora Doutora Ana Vaz Milheiro e pela Doutora Sandra Marques Pereira, no âmbito do Centro de Investigação DINÂMIA' CET do ISCTE-IUL.

Nesta linha de investigação, faz sentido e tem toda a coerência a escolha de um tema urbano, na cidade de Lisboa, que integra uma componente social muito importante. Trata-se de um bairro construído para ser provisório, entre 1970-73, mas que se manteve habitado até hoje. O tema do realojamento da PRODAC em Marvila, construído poucos anos antes do 25 de Abril e que conjugou uma importante componente de Participação dos moradores e a utilização da AC na obra, é um processo original de realojamento a vários níveis e que nos pareceu fundamental analisar.

0.2 Estrutura da Tese

0.2.1 ORIGEM DO TEMA – UMA QUESTÃO DE MOTIVAÇÃO

Desde o início, que o objetivo desta investigação foi o estudo de características particulares de processos participativos e da produção de habitação de baixo custo, com recurso à AC, em zonas carenciadas. O tema de investigação desenvolveu-se, desde a sua fase embrionária, sob a influência do debate que tem acontecido, muito entusiasticamente, em certos meios intelectuais, com novas e muito interessantes perspectivas teóricas acerca do tema das intervenções sociais, em zonas de grande carência. Esta dinâmica envolve a Arquitetura e alguns arquitetos empenhados (sobretudo jovens no terreno), em particular, desde o início do século XXI. A discussão tem-se centrado, muito especialmente, no tema da Participação e, também, de modo acentuado, na questão da Autoconstrução (AC). Esta temática teve sempre subjacente um quadro de fundo negro: cerca de mil milhões de pessoas a viver em bairros de barracas (os *slums*), sobretudo em Países em Desenvolvimento (UN Habitat. 2003).

Inicialmente, a investigação, principiada em 2010, era dirigida à atualidade em Angola, ou seja, à miséria habitacional que se vive, hoje em dia, nos musseques de Luanda. Seria uma, entre muitas hipóteses de estudo, mas foi abandonada por dificuldades de várias ordens.

Debruçámo-nos, mais tarde, sobre temas relacionados com o atual debate acerca de Participação e Autoconstrução, o que criou interesse por estudar um caso, em Lisboa, que se relacionasse com esta problemática.

Como pano de fundo da investigação, subliminarmente, mantemos, para nós, sempre a mesma questão, que consideramos muito pertinente: qual é a premência e a viabilidade atual em realizar projetos de arquitetura, utilizando a Autoconstrução (AC), em zonas urbanas particularmente carenciadas?

0.2.2 AS RAZÕES DA ESCOLHA DO TEMA

O *Bairro Chinês*, designação popular e a mais vulgarizada do maior bairro de barracas da zona oriental de Lisboa, em Marvila, existia desde os anos 1950. Do ponto de vista social, a situação segregada da sua população, em 1969-70, conduziu a um processo faseado de realojamento, que terminou vários anos mais tarde, com a demolição total das barracas. Interessou-nos, neste processo, o estudo da acção da Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC) criada em 1968.

Sendo os processos de Participação e de AC os temas prioritários, essa era uma vertente atualmente pouco conhecida de todos os que não participaram no realojamento, e que estava documentada no arquivo da SCML e noutras fontes pontuais e dispersas.

O principal motivo por que quisemos analisar o trabalho desenvolvido pela PRODAC, deveu-se ao interesse em conhecer um processo de realojamento que consideramos muito original nas suas várias vertentes. Em particular, interessou-nos a aposta da PRODAC em intervir neste bairro com base na Autoconstrução

(AC), uma questão central no processo participativo dos moradores. Também nos pareceu especialmente curiosa a opção tecnológica, a aposta num programa provisório de habitação, o modelo de gestão, o modo de associar os moradores à Associação, a escolha das parecerias realizadas com diversas entidades ligadas à Igreja, ao Estado e a uma autarquia, a Câmara Municipal de Lisboa.

A Arquitetura esteve envolvida neste complexo programa e foi muito atraente tratar de analisar os contornos com que trabalhou, o modo como se relacionou com todo o processo. Era importante verificar se foi particularmente condicionada por todas estas vertentes e, como resolveu, em conceção e desenho, o programa do realojamento, nos aspetos urbanos gerais e no pormenor das habitações.

0.2.3 OBJETO DE ESTUDO

A Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC) foi uma instituição de solidariedade social destinada a construir habitação. A intervenção da PRODAC em Vale Fundão, em Marvila, realizou-se entre 1970 e 1974, e é o nosso objecto de estudo.

Este estudo incide nas vertentes consideradas essenciais para compreender os processos utilizados pela PRODAC, no realojamento do Vale Fundão. Nomeadamente, o modelo de gestão, as parcerias estabelecidas, os acordos envolvidos e assinados, o modelo de Autoconstrução e de Participação com os moradores, a inscrição e contribuição dos moradores sócios da Associação, as opções construtivas da préfabricação e a Arquitetura da solução do projeto urbano e das tipologias das habitações.

Optámos por contar a história da PRODAC, sob uma forma cronológica, iniciando-se em Setembro de 1968 e terminando em Abril de 1974. Mas o foco desta intervenção situa-se num período ainda mais curto, o realojamento em Marvila, de Abril de 1970, a Abril de 1974. Para ajudar a compreender este caso, considerámos necessário fazer uma pesquisa genérica sobre o processos de Autocons-

trução espontânea e organizada, envolvendo a Arquitetura. Também tivemos em conta a pesquisa sobre o papel da Arquitetura em processos Participativos. Ambas as pesquisas estão relacionadas, já que a AC envolve Participação e o período em questão é importante a nível internacional e muito interessante em Arquitetura. Compreende as décadas de 1970 e 1980, tanto no desenvolvimento de ideias criativas sobre estes temas, como no questionamento do papel do Autor. Para sequenciar essa pesquisa, procurámos informação em Portugal, no que se refere a dois tipos de arquitetura-construção. Em primeiro lugar, os realojamentos provisórios realizados pelo Estado/CML, de apoio a populações que moravam em barracas em situações de carência/miséria. O primeiro destes bairros foi construído junto ao Jockey Club, no Campo Grande, em 1939-40 e um dos últimos foi o bairro do Relógio, em Chelas/Aeroporto, para os desalojados da construção das obras da ponte sobre o Tejo, em Alcântara, em 1965-66. Também foram estudados os casos da utilização de AC pelo Património dos Pobres (PP) e pelo Movimento Nacional de Autoconstrução (MONAC). Os dois movimentos atuaram contemporaneamente, na década de 1950, e terão sido precursores das ideias da PRODAC sobre AC e Participação.

0.2.4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia utilizada nesta investigação é de carácter qualitativa e não intervencionista, visando a análise, a descrição e a compreensão do objecto de estudo. Para isso, foi necessário situar os principais acontecimentos que influíram mais ou menos significativamente sobre os factos narrados. Ou seja, a procura dos motivos e dos porquês de tudo se ter passado como se passou. Abreviadamente, seguiram-se três processos: a) pesquisa teórica, baseada na literatura especializada e em material de arquivo e consequente análise crítica; b) entrevistas abertas, de carácter exploratório e observação directa do bairro da PRODAC; c) análise e interpretação dos desenhos de arquitetura da época.

Começámos a investigação com revisões sucessivas da literatura, inicialmente, de carácter abrangente e, progressivamente, mais centrada no objeto de estudo, ou seja, o processo de implementação do Estudo Social e de Levantamento do *Bairro Chinês* e Plano de Realojamento, realizado pela PRODAC com outras entidades, na Quinta Marquês de Abrantes, em Marvila, de 1968 a 1974, com especial ênfase nos anos de 1970 a 1974. Estudámos a literatura específica e o material de carácter técnico, relativo ao acervo da PRODAC, na biblioteca da SCML. Naturalmente que o assunto se alargava a outras pesquisas e recorreremos a material disponível noutras bibliotecas: Biblioteca Nacional, ISCTE, ICS, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Obras Públicas, Arco do Cego – CML, entre outras.

Também com o objetivo de consolidar a informação de arquivo e bibliografia recolhida, entrevistámos e conversámos com diferentes tipos de pessoas ligadas, de algum modo, a esta problemática:

- Especialistas no tema da Autoconstrução/Participação/ Habitação Social: o Sociólogo Raúl da Silva Pereira; o Arquiteto José Bandeirinha; o Arquiteto Tiago Castela, o Sociólogo João Silva Nunes.
- Técnicos intervenientes no realojamento: Engenheiro Mário Pinto Coelho; Arquiteto José Reis Álvaro.
- Os Presidentes das Associações de Moradores do Bairro da PRODAC - Zona Sul, José Augusto Silva.
- Diversos moradores do bairro, nomeadamente, um grupo de quatro moradores da Zona Sul.

Por último, mas não menos importante, para o aprofundamento do estudo, fomos conduzidos a um processo de actualização dos desenhos de arquitetura encontrados no arquivo da SCML. Os desenhos realizados – plantas de urbanização e plantas discriminadas de todas as tipologias – são da responsabilidade do autor da Tese.

0.3 Disseminação

0.3.1 LIVRO PRODAC - COMUNIDADE EM CONSTRUÇÃO, SCML, 2015

Em 2013, estabelecemos contatos com diferentes pessoas na SCML, para esclarecer diversos aspectos relativos a este estudo. Entre estes, os autores do livro, *PRODAC- Comunidade em Construção*, na altura em preparação, pediram-nos que fizéssemos um artigo sobre a nossa investigação, então, em curso, com vista à sua publicação. O artigo que escrevemos, *O programa da PRODAC e a Autoconstrução*, analisava, resumidamente, todos os aspectos importantes que se referem ao modelo de realojamento adoptado no Vale Fundão e serviu-nos de síntese inicial. Procurámos defender a ideia de que, neste realojamento, os aspectos principais relacionados com a elaboração do programa de arquitetura se ligavam, por um lado, a um pragmatismo necessário ao realojamento num curto espaço de tempo e, por outro lado, a uma forte componente ética, no sentido de melhorar as condições habitacionais desta população.

As opções de gestão do plano de intervenção, em todas as suas vertentes, derivam destes dois aspectos, sendo eles muito importantes para compreender todo o processo que envolveu a PRODAC e muitas outras entidades, assim como, naturalmente, os moradores realojados.

0.3.2 APRESENTAÇÃO PÚBLICA SOBRE O TEMA DA AUTOCONSTRUÇÃO

O autor desta Tese apresentou na Conferência Internacional, *O Futuro da Habitação Pública no Estado Social Pós-Crise*, uma comunicação, intitulada, “Participação e Autoconstrução em Zonas Informais” e integrou o *workshop*, “Processos participativos na intervenção habitacional”. A Conferência realizada no âmbito do

projeto REHURB- Realojamento e Regeneração Urbana, realizou-se em Lisboa, nos dias 22 e 23 de Julho, de 2013. Contou com o apoio do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, da Faculdade de Arquitectura-UL e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

0.4 Atualidade do Tema

Qual o contributo atual da análise do processo da PRODAC no realojamento do *Bairro Chinês*? Será que esse processo pode servir de modelo em relação a planos de gestão do mesmo tipo?

Os problemas de habitação na cidade de Lisboa subsistem, embora tenham uma natureza bem diferente dos que aqui abordamos e que se encontram à distancia de quase meio século.

Apesar disso, acreditamos que projetos de Autoconstrução do passado, como o da PRODAC, tenham alguma analogia com casos de estudo congéneres, no século XXI. E que possam dar um contributo útil, ao indicar pistas criativas e iniciadoras de novas políticas, no setor habitacional, neste mundo global, no qual, como sabemos, surgem, todos os dias, novos e agravados problemas.

CAPÍTULO 1

Intervenção Social, Habitação e Autoconstrução

1.1 Introdução

Este capítulo aborda, de um modo genérico, o tema da Autoconstrução (AC), no âmbito de políticas de intervenção social em habitação, relacionadas com contextos de carência habitacional, tanto em Países em Desenvolvimento (PED), como nos Países Desenvolvidos (PD), com destaque para as décadas que se seguiram à 2ª guerra mundial (séc. XX).

São referidos alguns exemplos históricos destes processos em habitação de baixo custo, durante o séc. XX e é feita uma abordagem teórica baseada em autores com diferentes perspetivas sobre políticas habitacionais baseadas na AC. Estas práticas estão, também, intimamente associadas à participação dos moradores, tanto na elaboração dos programas, como no apoio e/ou colaboração nos projetos de arquitetura.

O objetivo nesta parte do trabalho é avaliar a importância arquitectónica das experiências habitacionais que utilizaram a AC, como processo conducente à construção de habitações, em zonas carenciadas e em bairros de barracas. É, sobretudo, a partir da década de 1970, que é questionada, na Arquitetura, a participação das populações nestes processos.

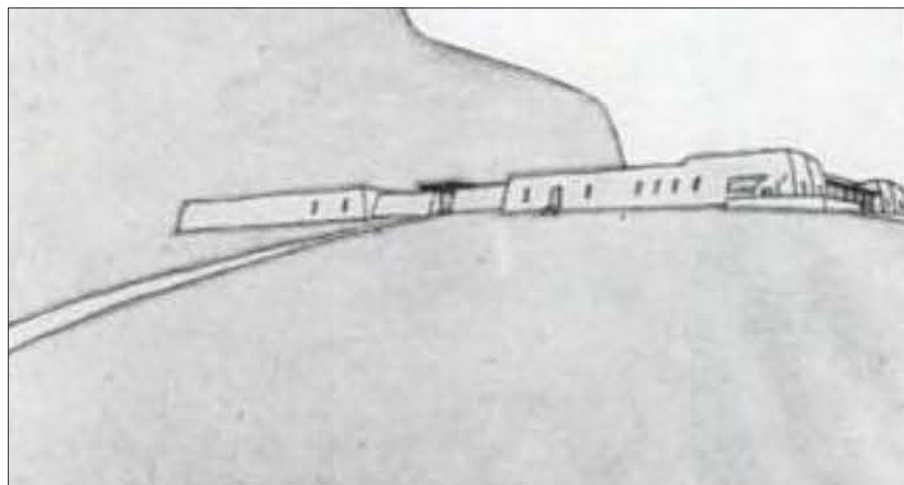


FIG 1
Rudolph Shindler. Habitação
Martin em Taos utilizando
a AC, Novo Mexico, 1915
(EUA). Esquiço.

1.2 Autoconstrução *organizada*

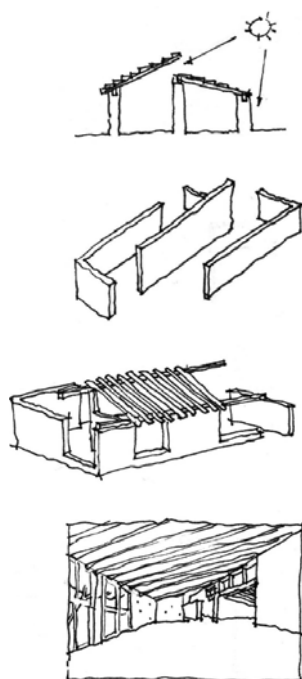
1.2.1 AUTOCONSTRUÇÃO HISTÓRICA EM DIVERSOS CONTEXTOS

FIG 2
Le Corbusier, Habitações
Morundins utilizando a AC,
Bélgica, 1940. Esquízo.

2a
Corte, vistas exteriores
e interiores do sistema
construtivo da habitação.
Esquízo.

2b
Plantas, cortes e vistas
interiores do centro
comunitário. Esquízo.

2c
Corte, visualização da
Participação em grupo.
Esquízo.



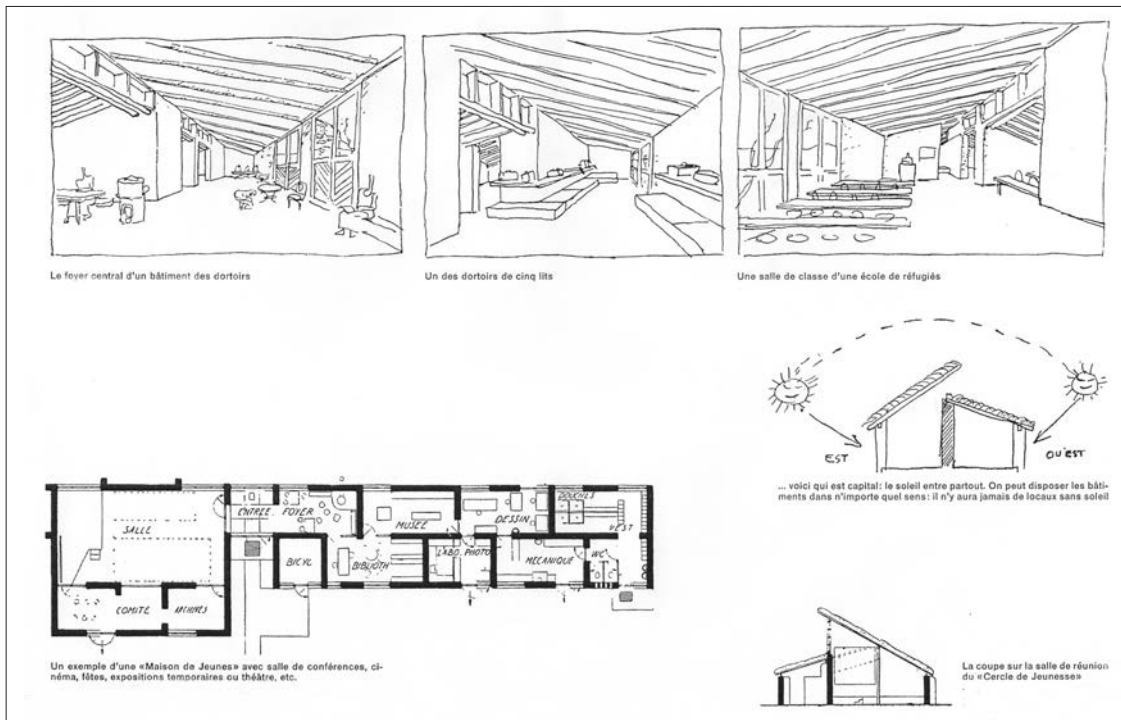
2a

Até meados do séc XIX, quando começa a industrialização em Inglaterra – e que, depois, ocorre noutros países da Europa –, existe um tipo de autoconstrução associado a modos de produção artesanais e à tradição construtiva e cultural local. Para construir uma habitação, para realizar uma solução de construção, seguia-se um modelo conhecido, um modo milenar de construir e de habitar da tradição local, ancestral ou *vernacular*, ao que, genericamente, Bernard Rudofsky se refere como sendo a Arquitetura sem autor, sem ter sido necessário o desenho do arquiteto (RUDOFSKY, 2003, pp. 3-5). Não é este tipo de autoconstrução que mais nos interessa no enfoque do tema a desenvolver, apenas referimos para o enquadrar de um modo genérico.

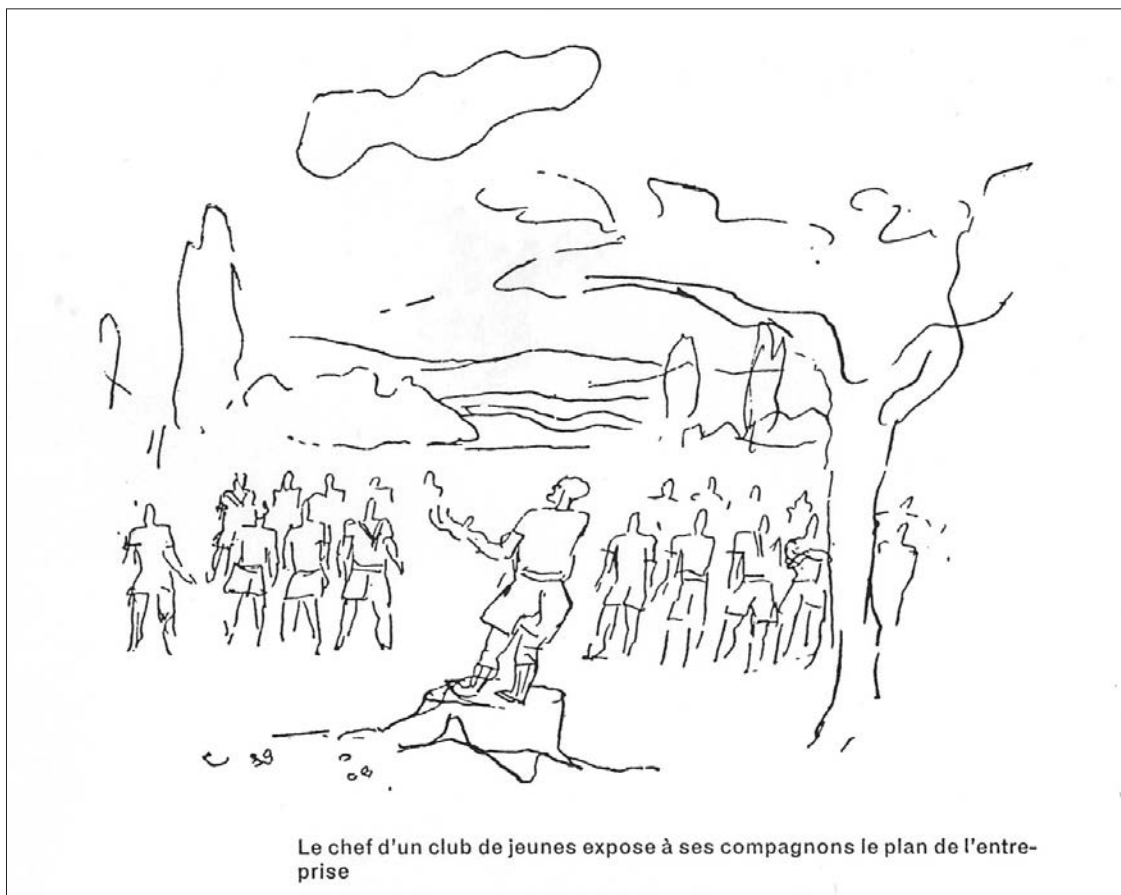
Alguns dos mais notáveis arquitetos do séc XX previram a utilização da AC na concepção dos seus projetos.

O arquiteto Rudolph Shindler, que se interessou muito pela *construção em terra* e pela tradição primitiva e vernacular da costa Oeste dos Estados Unidos, projetou, em 1915, um conjunto de habitações para serem construídas em adobe. Tratou-se de um projeto para apoiar a comunidade local de T.P. Martin, em Taos, no Novo México. Este projeto não foi construído (SHORGABY, 2010, p. 49).

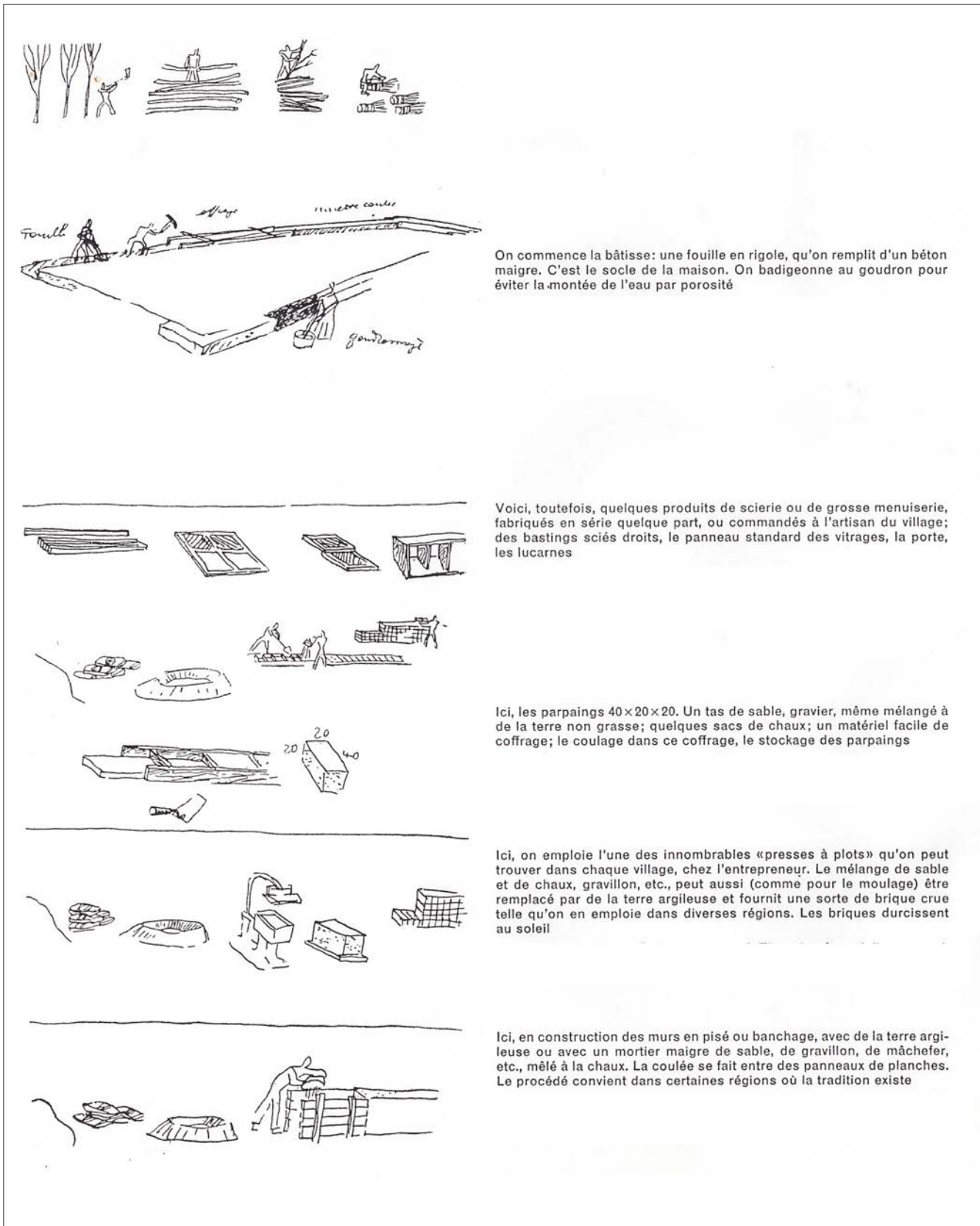
Le Corbusier projetou, em Abril de 1940, as casas *murondins*, um programa de habitações para populações da Bélgica e do norte da Europa, mais tarde reformulado para uma implantação em Saint Dié (Lorena, França). Para abrigo de um grupo de desalojados jovens, foi proposta uma solução de recurso utilizando a própria terra e a madeira das árvores na construção e, uma vez que não existia mão-de-obra especializada, usava-se a que estava disponível. A solução construtiva adoptada por Le Corbusier, com paredes de tijolos de argila, foi desenhada prevendo que as habitações, provisórias, fossem construídas pelos próprios desalojados. Assim, surgiu a ideia de utilizar a Auto-



2b



2c



On commence la bâtisse: une fouille en rigole, qu'on remplit d'un béton maigre. C'est le socle de la maison. On badigeonne au goudron pour éviter la montée de l'eau par porosité

Voici, toutefois, quelques produits de scierie ou de grosse menuiserie, fabriqués en série quelque part, ou commandés à l'artisan du village; des bastings sciés droits, le panneau standard des vitrages, la porte, les lucarnes

Ici, les parpaings 40x20x20. Un tas de sable, gravier, même mélangé à de la terre non grasse; quelques sacs de chaux; un matériel facile de coffrage; le coulage dans ce coffrage, le stockage des parpaings

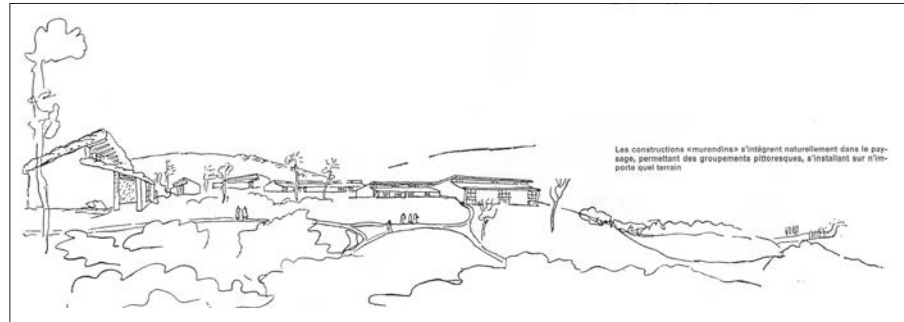
Ici, on emploie l'une des innombrables «presses à plots» qu'on peut trouver dans chaque village, chez l'entrepreneur. Le mélange de sable et de chaux, gravillon, etc., peut aussi (comme pour le moulage) être remplacé par de la terre argileuse et fournit une sorte de brique crue telle qu'on en emploie dans diverses régions. Les briques durcissent au soleil

Ici, en construction des murs en pisé ou banchage, avec de la terre argileuse ou avec un mortier maigre de sable, de gravillon, de mâchefer, etc., mêlé à la chaux. La coulée se fait entre des panneaux de planches. Le procédé convient dans certaines régions où la tradition existe

FIG 2
Le Corbusier, Habitações
Morundins utilizando a AC,
Bélgica, 1940. Esquízo.

2d Solução construtiva:
elementos construtivos,
materiais locais e "manual"
de construção. Esquízo.

2e Vistas exterior de
conjunto. Esquízo.



2e

construção com apoio dos grupos de jovens interessados na construção das habitações. A proposta de um sistema construtivo muito simples, inspirado na construção tradicional mesopotâmica e a ideia de baixo custo e utilização de materiais disponíveis, parecia eficaz, mas a dificuldade em encontrar a argila e também a falta de entusiasmo pela AC, impediram que o conjunto se construísse (BOESIGER, 1995, p. 94).

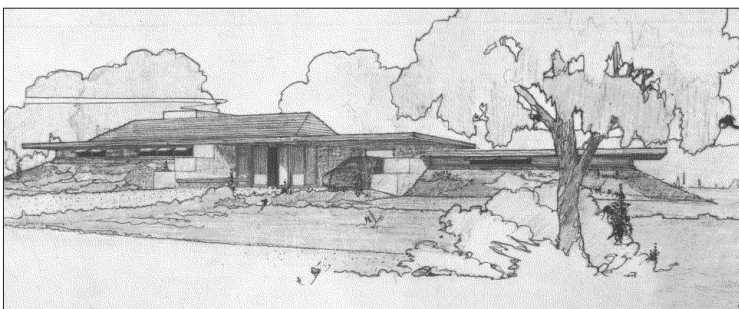
Frank Lloyd Wright projetou, em 1941-45, habitações de baixo custo para a Cooperativa Homestead, em Detroit, no Estado do Michigan (E.U.). O sistema construtivo era baseado no adobe e o projeto foi bastante detalhado na arquitetura mas, por falta de solidariedade dentro da comunidade, apenas se fez um protótipo (SHORGABY, 2010, p. 49).

FIG 3
Wright, habitações
Homestead,
Detroit 1941-45.

3a
Exterior da habitação.
Perspetiva rigorosa.

3b
Vista do interior.
Perspetiva rigorosa.

O curto historial de AC que fazemos a seguir tem, como base, o livro *Beyond Self-Help Housing* (MATHÉY, 1992), e não pretende ser exaustivo, dado que tratamos um tema muito diversificado geograficamente e que é suscetível de múltiplas interpretações. Apenas pretendemos situar a história e o conceito numa base que permita comparar as opiniões e as escolhas dos autores citados.



3a



3b

1.2.2 AUTOCONSTRUÇÃO NOS PAÍSES DO NORTE

1. A expressão “Self-Help” pode ser traduzida por Autoconstrução, mas existem diversas interpretações do termo e, para diferentes autores, o conceito varia entre uma concepção abrangente, que inclui a questão participativa e uma concepção mais restrita, que se limita aos aspectos da construção executada pelos moradores.

O geógrafo inglês Rod Burgess, autor de diversos artigos sobre políticas de habitação, estabelece a diferença entre as práticas comunitárias de produção e consumo dos próprios bens e serviços, e que existe desde os primórdios da humanidade, e a noção de *Self-Help*¹, que parte da iniciativa e dos apoios do Estado ou de outras entidades públicas ou privadas e que se desenvolve durante o séc. XIX. Esta tem por base duas características fundamentais, a *interajuda* pessoal, baseada na família e nas pessoas mais próximas e a *interajuda* social e cooperante, baseada na organização comunitária (BURGESS, 1992, p. 75).

O arquiteto Hans Harms, estudioso desta problemática, descreve alguns exemplos de AC que coincidem com períodos de crise económica. Explica um número de casos, a partir do contexto político e económico específico de cada região. Defende o argumento de que, nos dois últimos séculos, o desenvolvimento das políticas habitacionais que utilizaram a AC estão relacionados com crises económicas que, periodicamente, atingiram o sistema económico capitalista (HARMS, 1982, pp. 15-19).

Num longo período da história, o processo de produção da habitação baseou-se num tipo de AC muito associado a um modo de subsistência com pouco ou nenhum investimento envolvido e, portanto, com características distintas do que iremos aprofundar. Com o aparecimento da economia capitalista, o modo de produção do mercado de habitação e o *valor de uso*, alteraram a vertente da economia deste sector (HARMS, 1982, pp. 17-19).

Com o início da industrialização alemã, por volta de 1870 – um momento particular de crise –, o debate sobre o problema da habitação foi dominado por políticos, pensadores e filantropos. Entre as diferentes políticas de AC, surge, na Alemanha do séc. XIX, uma abordagem bastante inovadora, neste domínio. A procura de soluções para a carência habitacional existente no país conduziu a novas propostas, utilizando a AC e visando o sector populacional mais

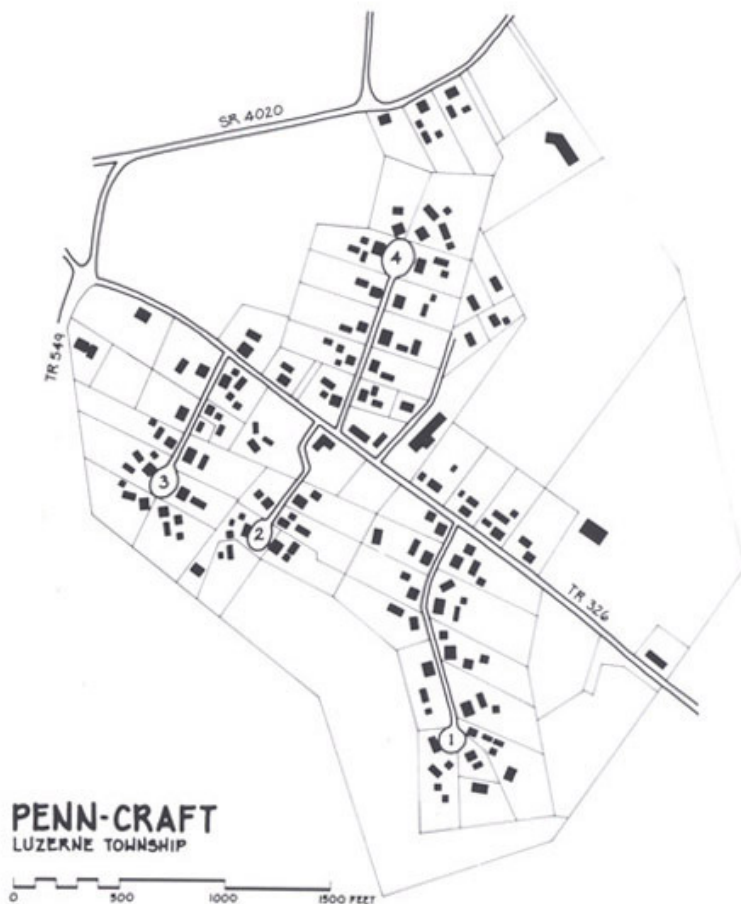
desfavorecido. Com a agitação política e os movimentos operários, que se prolongaram pela década de setenta do século XIX, na Alemanha, foram desenvolvidos sistemas de cooperação, de autogestão e interajuda, promovidos pelas Uniões de trabalhadores, o que favorecia novas formas de participação colectiva, com introdução de técnicas alternativas, como é o caso da AC. Estas práticas surgiram de iniciativas autónomas e privadas, tendendo, depois, para uma maior intervenção do Estado e dos municípios (HARMS, 1982, p. 39).

O movimento cooperativo “do-it-yourself” surge em Viena no final da 1ª Guerra Mundial. A colaboração do arquiteto vienense Adolf Loos neste movimento inclui projetos habitacionais com soluções estruturais na procura de baixo custo e utilização de AC.

FIG 4
Reconstrução
de habitações
por comunidades
Do It Yourself (DIY) com
desalojados e sem-abrigo,
após 1ª guerra mundial,
utilizando a AC, Viena 1919.
Fotografia: Siedlung
Rosenhügel



Existem, também, exemplos de construção de habitação de tipo cooperativo nos Estados Unidos da América, com recurso à AC, nos anos que se seguiram à grande depressão económica de 1929. Em 1933, no Estado da Pensilvania, em Westmorland County, a agência pública de solidariedade social, Relief Board, financiou a construção de 254 habitações, num contexto de grande desemprego, entre uma população que vivia, maioritariamente, da exploração mineira. Como se disse, tratou-se de um programa de promoção de habitação nos Estados Unidos e que utilizou a AC de modo considerado inovador. Do programa social, constavam incentivos à auto-subsistência dos trabalhadores, com o objetivo de criar



5a

FIG 5
A cooperativa Penn Craft utilizou a AC na habitação, de modo inovador, Westmorland County, Pensilvania, 1933.



5a
Planta de implantação da vila e habitações.

5b
Trabalho participativo comunitário, AC nas habitações, habitação autoconstruída, vista de pássaro da vila.



5b

diversos produtos em sistema cooperativo. Também, na mesma época, a fundação American Friends Service Committee dinamizou a AC, nos Estados Unidos e noutros países. A cooperativa Penncraft (Estado da Pensilvânia) construiu cerca de cinquenta habitações, apoiando uma população mineira, onde existia um problema de desemprego. Em ambos os casos, o investimento destinou-se a criar cooperativas que desenvolveram a indústria e a agricultura, o que permitiu criar riqueza e empregos e, também, soluções de habitação de resposta à crise.

É assim que, num momento de grave crise e de grande desemprego, estas instituições públicas promoveram projetos de AC em sistema cooperativo, contribuindo para resolver as carências habitacionais, nestes contextos de carência (HARMS, 1982, p. 26).

Em Londres, um programa resultante da legislação dos *Housing Act*, de 1930 e 1934, e que se destinava a resolver e a demolir 200.000 casas em *slums*, deu origem a um extenso investimento na habitação social (STOHR, 2006, p. 38).



FIG 6
Imagem de AC
do pós-guerra
na Alemanha de 1945,
trabalho de reconstrução
com mulheres
(entre os 15/50 anos).

Após a 2ª Guerra Mundial, a situação na Alemanha caracterizava-se pela existência de um elevado número de refugiados e de sem-abrigo, o que tornava imprescindível criar programas de realojamento. Em 1950, colocando-se com grande pertinência a questão da AC, foi criado o “dia alemão do *Self-Help*”, organizado pelo Comité *Standing of Self-Help*.

A ideia de “Help for Self-Help” foi o tema de uma conferência promovida por representantes da Indústria nos Estados Unidos, na qual foram discutidos vários temas, desde a democratização da sociedade, à criação de sistemas de autogestão dos trabalhadores. Desta conferência, surgiu um programa de apoio à AC e, entre 1948 e 1954,

2. “Aucun historien ne s’est globalement intéressé au développement de L’autoconstruction, désignée vers 1950, sous l’appellation de ‘phénomène Castor’. Ce dernier fut pourtant un épisode fort important de l’histoire du mouvement ouvrier, en tout cas, de l’histoire populaire de cette période. (...) Au prix d’efforts surhumains et de sacrifices financiers, l’ouvrier des années 1930 entreprenait la construction de sa maison. Très souvent ses compétences étaient limitées, aussi limitées que ses ressources. Pour ces raisons et, parfois à cause de sa santé déficiente, le chantier restait inachevé pendant des années. (...) Les quelques commentateurs qui ont recherché la naissance de l’autoconstruction en auraient trouvé l’origine en Suède, avant la deuxième guerre mondiale. Pour la France, ils la situent tous en 1921 sous le nom ‘cottage sociaux’, premier mouvement organisé d’autoconstruction après la fin de la première guerre mondiale qui avait déjà ouvert une importante crise du logement” (VILANDRAU, 2002, p.26 e 29)

o Estado americano introduziu um programa de estímulo à poupança familiar, com o objetivo de investir na própria habitação (HARMS, 1982, p. 45). Em França, após a 2ª guerra, surge o movimento cooperativo *Castors*, que constrói o primeiro conjunto habitacional em AC, em Bordéus (1948), alargando-se, depois, o movimento a muitas outras regiões e a diferentes tipos de cooperativas. O período mais importante deste movimento cooperativo dá-se entre 1950-59. Tendo-se criado a União Nacional dos Castors com grande dinamismo e muitas organizações associadas e cooperando em função da utilização eficiente da AC, este movimento decaiu em 1959-60, por alterações no mercado da habitação.²



7a

FIG 7

O movimento Les Castors utilizou a AC em França, foi muito importante desde 1945, tendo surgido do meio operário católico em muitas regiões de França.

7a AC cooperativa na vila de Bagatell, Toulouse. Associação de moradores "Notre logis" (*Les Castors*). Oficina de portas e janelas. 1952-54.

7b AC cooperativa em Bagatell, "cité des Castors", em Toulouse. Foram os pioneiros do movimento *Les Castors*.

7c Imagem do filme *La Cité des Castors*. Realização de Fabrice Marache, documentário, França, 2007.

7d Cooperativa em Bagatell e a "Cité des Castors" em Toulouse, que foi pioneira do movimento *Les Castors*, utilizando a AC.
Fotografia: Géraud



7b



7c



7d

1.2.3 AUTOCONSTRUÇÃO NOS PAÍSES DO SUL

No final dos anos 1940, surgem, na América Latina, os primeiros projetos utilizando a AC, promovidos pela *International Cooperation Administration*, com programas de apoio social, relacionados com a criação de cooperativas e incentivos à interajuda, em diversas comunidades, . Esta era uma instituição estatal americana que deu origem à agência USAID, organização governamental dirigida à intervenção em contextos carenciados. Foi responsável por um conjunto de projetos de investimento no Chile, Brasil, Perú, Colômbia, Guatemala, Costa Rica, El Salvador e República Dominicana. Segundo Burgess, estes projetos não passaram de experiências isoladas, raramente constituindo um exemplo de referência. Na época, a habitação era encarada pelas agências de crédito como um produto de consumo e as referidas políticas, de apoio à habitação, financiadas pelo governo dos Estados Unidos, resumiam-se a programas de assistência técnica e a sistemas baseados no crédito (BURGESS, 1992, p. 76).

Um outro exemplo deste tipo de operações financiadas pelos Estados Unidos foi uma intervenção em Porto Rico, nos anos 1940, com um programa utilizando a AC, e que incluía a construção de habitações. Na região, a produção agrícola, de trabalho intensivo, dispensava grande parte da mão-de-obra e o desemprego, no setor, tinha disparado, tendo sido introduzidos programas de inter-ajuda do tipo cooperativo, aos agricultores, sendo a AC uma destas componentes. A construção das habitações começou em 1949, com AC *dirigida*, convocando-se grupos de cerca de trinta famílias para construir as suas casas, complementando as diversas tarefas coletivas. Cerca de 40.000 pequenas casas foram construídas em Porto Rico, no início dos anos sessenta, muitas delas, apenas com um núcleo central estudado para posteriores ampliações. A partir das dificuldades iniciais dos agricultores no processo de auto-ajuda organizacional, a presença dos técnicos no terreno permitiu alcançar uma maior confiança dos grupos autoconstrutores e uma maior participação da população em algumas das fases do processo.

Os bons resultados terão sido conseguidos através de uma procura de dinamização social e de uma maior cooperação entre os grupos de trabalho (HARMS, 1982, p. 26).

1.2.4 HASSAN FATHY, TRADIÇÃO E AC

1.2.4.1 *A Habitação Social e a AC na sua obra*

3. A primeira publicação deste livro surge em 1966, em língua francesa. Em 1969, o livro tem como título, *Gourna: A Tale of Two Villages*. Nas publicações posteriores, Hassan Fathy altera o título do livro para *Architecture for the Poor*. Nota da edição citada. (SHORGABY, 2010; FATHY, 1973)

A obra projectada e construída por Hassan Fathy e o discurso que elaborou sobre Arquitetura estão em grande sintonia e complementariedade. Em *Architecture for the Poor*³, Fathy expõe longa e detalhadamente as suas reflexões sobre a relevância social da Arquitetura, com argumentos que sustentam as suas propostas de habitação, especificamente destinadas às populações mais pobres. O que escreveu, e os projetos que realizou e construiu demonstram esta coerência.

Fathy iniciou a sua actividade profissional, intervindo nas zonas rurais do Egipto, nos finais dos anos 1920, aprofundando a sua teoria sobre os aspectos dos recursos locais que mais significativamente dizem respeito à Arquitetura. Foi, nesta área, um dos precursores da ideia de sustentabilidade em diversas componentes, económica, construtiva, social e ambiental, factores que procura reportar à habitação social de baixo custo (STEELE, 1999).

O tema da habitação foi recorrente no seu trabalho (tanto em projetos, como nos seus escritos), incidindo as suas principais preocupações no problema da escassez e na falta de condições de vida nos bairros pobres, tanto no seu país como a nível global.

Fathy foi um crítico pertinaz da cultura global, em particular no modo como uma Arquitetura internacional se impunha ou era aceite em todas as regiões. Contestou a Arquitetura que surge a partir do *Movimento Moderno* que, em seu entender, criava rupturas demasiado radicais com o passado, difundia conceitos de cultura global, utilizando um vocabulário arquitectónico indiferente

a cada lugar. Contrapunha a este tipo de programas, a defesa dos recursos endógenos, a continuidade das culturas locais e um papel activo de participação das populações.

Fathy considera nefastas as consequências da massificação da Arquitetura pela via da industrialização, muito em especial da pré-fabricação, que considerava uma solução de baixo custo desadequada. Enquanto solução de habitação social, discordava do carácter indiferenciado e global da pré-fabricação e da generalidade dos sistemas industriais de construção. Contestando a importação e o uso de tecnologias industriais que, em sua opinião, nada tinham a ver com as realidades regionais, Fathy acreditava profundamente nas potencialidades da Arquitetura vernacular, em termos da continuidade tipológica, da adaptação à geografia do lugar e de integração do trabalho artesanal na construção.

Também foi particularmente crítico da expansão urbana desordenada do Cairo e de outras cidades e da consequente degradação da qualidade da habitação nos subúrbios, em particular, no Egipto. Perante a perspectiva de um crescimento urbano que considerava caótico e a arquitetura de construção tradicional em implosão, defendeu as vantagens do mundo rural, sem prejuízo da sua modernização e adaptação aos programas contemporâneos (FATHY, 1973, pp. 24-37).

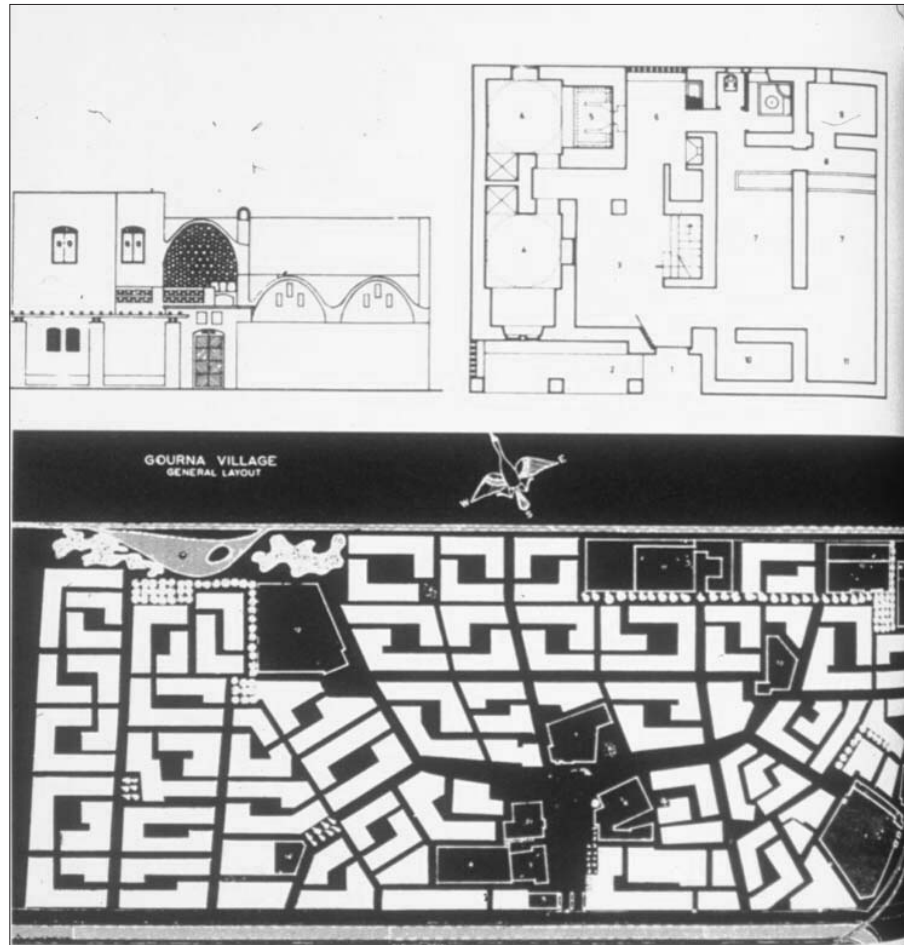
1.2.4.2 *Autoconstrução em Nova Gourná*

Em 1946, Hassan Fathy é convidado pelo Departamento de Antiguidades para projectar um grande conjunto de habitação social nos arredores de Tebas, no Egipto. O programa consistia no realojamento de uma população de camponeses que viviam junto às ruínas da antiga cidade de Tebas, em Gourná. Trata-se de um projeto de grandes dimensões, com um programa de habitação para cerca de sete mil habitantes e que, também, contemplava a construção de um mercado, escolas, de um teatro, de uma mesquita e de outros equipamentos.

FIG 8
Hassan Fahthy,
Gourna Village, 1946.

8 a
Versão inicial. Corte
e Planta de 1 habitação,
1946.

8 b
Versão inicial. Planta geral
da nova Vila, 1946.



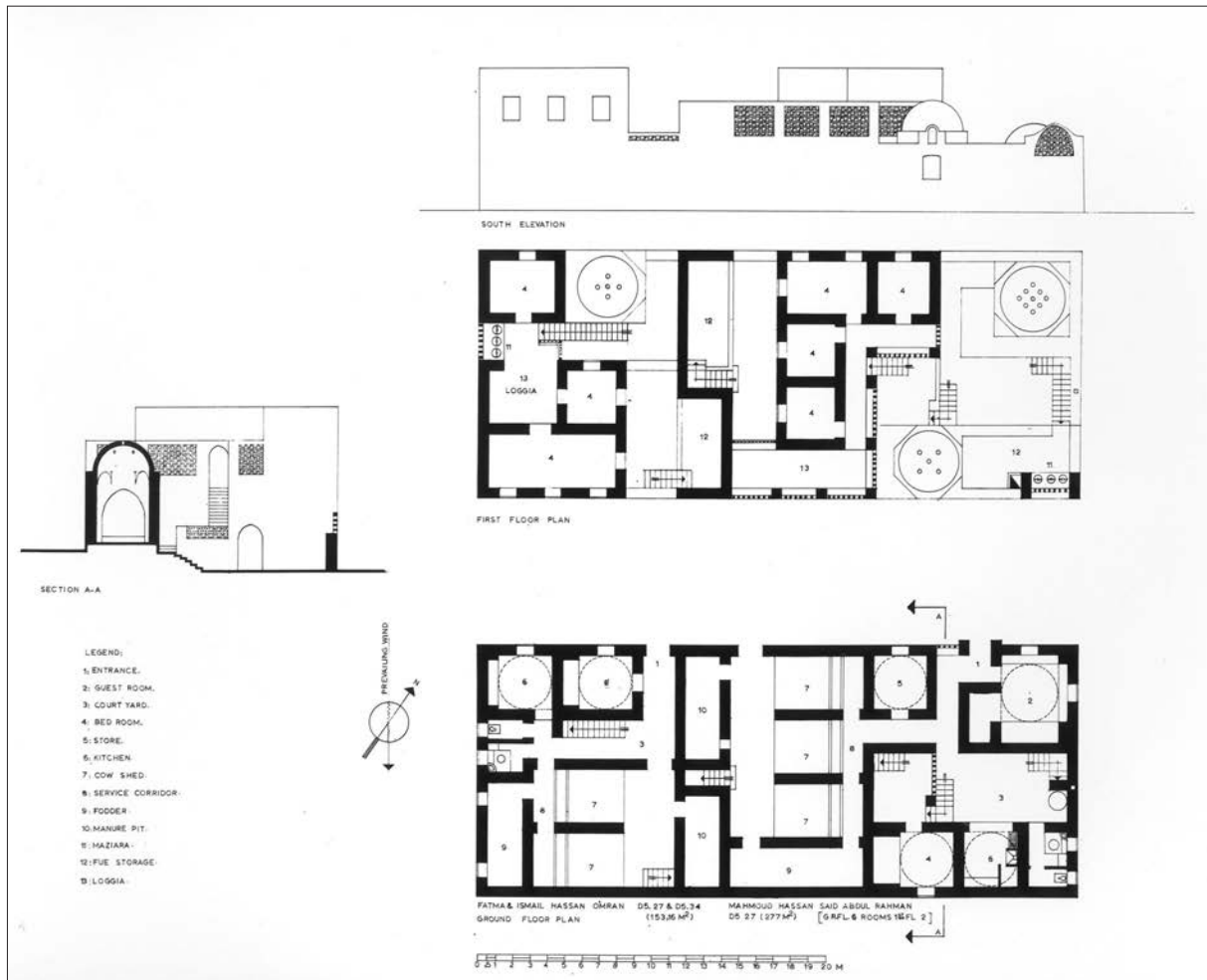
8a

8b

Este projeto de arquitetura constituía um enorme desafio para Fathy e uma oportunidade profissional em aplicar um conjunto de ideias que tinha vindo a desenvolver sobre habitação de baixo custo.

“So I started to design country houses in mud brick. I produced a number of designs, and in 1937 even held an exhibition in Mansoura and later in Cairo, when I delivered a lecture about my conception of the country house.” (FATHY, 1973, p. 5)

No projeto de Nova Gourna, a Arquitetura é claramente colocada ao serviço da vertente social e, no essencial, a proposta consta de uma construção de muito baixo custo, utilizando técnicas e



9a



9b

FIG 9
 Hassan Fathy,
Gurna Village, 1946-52.

9 a
 Planta do piso térreo com instalações para o gado, cozinha e quarto de visitas. Planta do piso superior da habitação. Corte e Alçado.

9 b
 O tijolo em adobe aplicado em elementos verticais e abóbadas.

materiais oriundos da região, envolvendo os moradores no processo. Para realizar o projeto, Hassan Fathy alarga o âmbito de uma intervenção meramente conceptual, ao utilizar a AC com participação dos camponeses em várias tarefas. Para isso, procura integrar o contributo destes em aspectos organizacionais, desde a elaboração dos programas de arquitetura até uma participação mais alargada, para além das tarefas meramente construtivas.

“Gurna was for me at once an experiment and an exemple. The village would, I hoped, show the way to rebuilding the whole Egyptian countryside. Once it was seen how cheap good housing can be, I hoped that there would be a great movement of do-it-yourself building among our peasants.” (FATHY, 1973, p. 113)

Constituindo um plano ambicioso do ponto de vista social, a intervenção em Gourná deveria integrar, ainda, o contexto da economia local, utilizando as técnicas construtivas e os materiais de baixo custo locais. Em relação à tipologia da habitação, Fathy opta pela casa centrada num pátio, na tradição da Arquitetura regional e na continuidade com a tradição milenar do Egito. A solução de uma *construção em terra*, baseada nos recursos artesanais, como seja, o fabrico de tijolos de adobe, insere-se naqueles objetivos.

O tijolo constitui a base da construção, tanto em elementos verticais como nas coberturas abobadadas, entre outras soluções de construção sobreviventes da tradição vernacular da região.

O programa que Fathy desenvolveu, e o conjunto urbano de grandes dimensões das habitações que desenhou, pressupunha a colaboração dos camponeses. Tudo se relacionava, na sua arquitetura, com os aspectos particulares da cultura egípcia e dos modos locais de habitar em cada núcleo do plano a desenvolver. Na sua filosofia de intervenção, estava prevista uma adaptação tipológica de cada habitação, de acordo com a vontade dos utentes, o que tornava a tarefa de projeto muito mais complexa do que a simples uniformização. A gestão deste aspecto multiplicador de dificuldades, na elaboração do projeto, não o deteve. No entanto, esperava um maior entusiasmo da população na colaboração activa nas tarefas de AC, como tinha planeado.

“right up to the last moment I should be learning, modifying, and improving my designs and making them fit more perfectly the families that would live them. In spite of these good intentions, however, I found at Gourná that it was very difficult to interest the peasants in their new houses. This indifference was, indeed, largely due to their reluctance to do anything which might later be construed as an acceptance of the plan for removing them.” (FATHY, 1973, p. 139)

A construção da Vila não correu como previsto, em parte pela reacção pouco activa dos camponeses, que não se mostraram muito interessados em colaborar nas tarefas de participação e de

construção previstas no programa. Também os entraves administrativos e burocráticos e uma fraca recepção dos diferentes responsáveis pelas opções arquitectónicas e sociais menos convencionais deste projeto, contribuíram para que uma parte significativa da construção prevista não se realizasse. Fathy atribuiu às entidades públicas grande parte das responsabilidades pela má gestão do processo e pelos inúmeros problemas ocorridos durante a obra. Apesar disto, Fathy acreditava que o relativo fracasso do plano de realojamento, de Vila Gourna, era, apenas, uma etapa mal sucedida do seu projeto de longo prazo. Para resolver o problema da habitação carenciada, não estavam em causa os princípios que propusera neste projeto.

“I should not be fair to myself and my country if I let the principles stand condemned because this one attempt of them failed. It is not just Gourna that is held up, but all the real hope of bringing a decent standard of life to the Egyptian peasant.” (FATHY, 1973, p. 149)

FIG 10

Hassan Fathy, Gourna Village. Planta da vila com o desenho das habitações, equipamentos e espaços exteriores, 1946-48.

Nos anos que se seguiram a Nova Gourna, Fathy colabora noutros projetos no Médio Oriente, onde procura aplicar o seu conceito de AC local, utilizando a *arquitectura de terra* e outros materiais locais. Desenha, ainda, o projeto não realizado da cidade de New Bariz, em pleno deserto.



1.2.5 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A AÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O professor urbanista Charles Abrams desenvolveu, nos Estados Unidos, diversos estudos sobre o problema da habitação. Interes-sou-se pela questão fundiária e, igualmente, pelo problema urbano nos PED, o que constituirá a base dos estudos e da sua intervenção nas Nações Unidas, a partir de 1964 (HARMS, 1982, p. 23). Publicou vários relatórios⁴ sobre programas de habitação para populações carenciadas, cuja solução relacionou, sempre, com o problema da propriedade e da gestão dos solos.

4. Charles Abrams, *Men's Struggle for Shelter in a Urbanising World*, M.I.T., 1964, apud (BANDEIRINHA, 2007b, p. 24)

A partir de 1952, Abrams participa num programa do setor do Alojamento/Construção/Planeamento das Nações Unidas (NU), cujo objetivo era o levantamento de situações informais de habitação, tais como as grandes aglomerações urbanas nos PED, a nível global, que estavam ainda pouco estudadas na altura.

Abrams teve a oportunidade de fazer o reconhecimento local deste tipo de urbanismo de crescimento incontrolado, permitindo-lhe concluir que o fenómeno global radicava, sempre, nas migrações massivas para as grandes cidades, onde não existiam soluções de alojamento.

A divisão geoestratégica da *guerra fria* entre a hegemonia ocidental, liderada pelos Estados Unidos e os países do Leste comunista, na esfera da U.R.S.S., era dominante após a guerra de 1939-45. Em termos de alinhamento político, os pequenos países tendiam a seguir uma ou outra via e, nas políticas de habitação, era difícil conciliar as duas opções: as políticas económicas tendiam, ou para a iniciativa do mercado, ou para um papel centralizador do Estado. Estas eram duas posições difíceis de conciliar nos PED, nas políticas de habitação seguidas pelos governos.

Nesta época, começava a ser divulgado o fenómeno da habitação informal e nos PED, os estudos estatísticos feitos previam um crescimento exponencial dos *slums*; os especialistas, assim como a opinião pública, tomavam consciência da dimensão real do fenómeno que iria atingir, sobretudo algumas cidades da América do Sul, de África, da Índia, e de outras regiões da Ásia (HARMS, 1992, p. 22).

As Nações Unidas (NU) desempenharam um papel pioneiro no estudo do reconhecimento cada vez mais sistematizado destas situações a nível mundial, com levantamentos cada vez mais rigorosos da geografia global e local, e, em particular, do fenómeno urbano informal. Em parte, devido aos progressos técnicos, mas, igualmente, aos organizacionais, em 1962, as Nações Unidas decidem equiparar a Habitação a outras áreas de intervenção consideradas prioritárias, como a Educação, a Saúde e o Desenvolvimento Económico. É neste contexto que Charles Abrams é convidado a colaborar no Sector de Alojamento, Construção e Planeamento, tendo, nesta tarefa, um importante papel dinamizador das políticas habitacionais de intervenção das UN, nos PED. Abrams empenhou-se, igualmente, em divulgar as políticas que visavam integrar a AC na área da habitação, sendo a questão fundiária e as especificidades da economia local, o eixo fundamental para a concretização efectiva dessas políticas. Considerava que os desafios colocados por essas políticas eram muito pertinentes em relação à Arquitetura e que, em função delas, os arquitetos não se deviam limitar ao exercício conceptual ligado ao desenho, mas confrontar-se com as exigências dos aspectos económicos e sociais, específicos destes contextos de carência (HARMS, 1982, p. 23).

Nesta época, a questão do papel que caberia à Arquitetura na intervenção em contextos de pobreza era muito discutida entre os diversos intervenientes e arquitetos. Não existiam, ainda, experiências práticas de intervenções específicas para estes contextos, que permitissem estabelecer princípios que constituíssem uma forte referência para as futuras intervenções.

“Aos arquitetos por sua vez, cabe uma apreciação que oscila entre a desmedida objectividade mercantil e a inaptidão para abraçar outras competências que não as do desenho, as quais são frequentemente indispensáveis para uma resolução satisfatória dos problemas.”
(BANDEIRINHA, 2007b, p. 25)

1.3 Autoconstrução *espontânea*

A AC *espontânea* é a que surge da emergência, da pobreza e, por vezes, da deslocalização geográfica, construindo-se, normalmente, sem qualquer qualidade, formando bairros sem planeamento. Os bairros constituídos por estes abrigos, os *slums*, atingem um particular crescimento, na segunda metade do século XX, em regiões carenciadas, na sua grande maioria nos Países em Desenvolvimento (PED).⁵ Sendo, a nível global, uma realidade caracterizada por condições de habitabilidade muito negativas, estão, ao contrário dos anos 1960, atualmente bem estudados e analisados por organizações, como a UN Habitat e muitas outras.

5. A designação “Países em Desenvolvimento” é atual na literatura especializada e substitui a designação anterior de “Países do Terceiro Mundo”.

“Despite the easily recognizable similarities in terms of physical and social conditions and attitudes that surround slums, there are also very great differences between slums that reflect local cultures and conditions, accidents of history or politics, and topography or the built environment. Some slums areas are working communities in their own economy and social structure, whereas others are black holes of misery and despair”. (UN-HABITAT, 2003, p. 17)

Os estudos sobre as condições de habitabilidade nas zonas de pobreza partem de um conjunto de indicadores, entre os quais se destaca o modo de acesso à água e ao saneamento básico. Segundo os dados da WHO/UNICEF 2000, existiam a nível global 1.1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável e 2.4 mil milhões sem condições sanitárias, 90% dos quais, vivem em África e na Ásia. No seu conjunto, o crescimento dos *slums* foi exponencial a partir de meados do séc. XX e, ao longo de décadas, atingindo mil milhões de pessoas a viver nestes bairros no início do séc. XXI (UN-HABITAT, 2003, p. VI).

Na sua forma mais simples, um *slum* é uma área urbana densamente povoada, caracterizada por condições habitacionais e de vida sem os requisitos mínimos de conforto. As características essenciais dos *slum* são a falta de serviços básicos, uma vez que

são estruturas edificadas ilegalmente ou de modo desadequado, com ocupação excessiva, implantações irregulares, alta densidade populacional, falta de condições higiênicas e de infraestruturas básicas, existindo ainda, insegurança, pobreza e exclusão social. Alguns critérios destas avaliações são físicos e espaciais, enquanto outros são sociais e comportamentais (UN-HABITAT, 2003, p. 9).

Na América Latina, o debate sobre as políticas a desenvolver nos bairros *informais* esteve muito em foco, sobretudo a partir do início dos anos sessenta. Em alguns países, os governos tiveram uma atitude responsável, promovendo um crescente desenvolvimento de políticas habitacionais, nesta área. A situação política, em alguns destes países, teve um desenvolvimento particular a partir da revolução cubana de 1959, após a qual se dá, no continente, um crescente desenvolvimento do socialismo. Em função da evolução política decorrente da *guerra fria*, o governo dos Estados Unidos cria a *Alliance for Progress* em cooperação com a *Organization of American States*, adotando uma política externa de promoção do desenvolvimento e estratégias de modernização, nestes países (HARMS, 1982, p. 23).

A partir da 2ª metade do séc. XX, dá-se um crescimento exponencial da AC *espontânea* e dos slums, contribuindo para um crescimento brutal das cidades onde este tipo de ocupação urbana prevalecia. Tratava-se de novos bairros, com uma construção precária, utilizando, geralmente, materiais abandonados, sem qualidade, restos de materiais de construção ou materiais naturais, constituindo apenas um abrigo com as condições de segurança mais básicas. Existem outras designações para estes bairros, como por exemplo, assentamentos *descontrolados*, *não autorizados*, *não-planeados*, *autogeridos* ou *marginais*. O crescimento global dos bairros *slum*, em particular nas grandes cidades, surge na consequência de um conjunto de factores conjugados, associados à carência económica e social. Entre eles, destaca-se o crescimento populacional, em parte, devido ao aumento da média de vida e da melhoria das condições

de higiene e saúde e o fenómeno, tendencialmente, crescente, até hoje das migrações do campo para as grandes cidades.

Desenvolveu-se um tipo de urbanismo específico, que resultou da dimensão atingida nos assentamentos de *slums* de maior dimensão. O seu desenvolvimento não é planeado pelas autoridades, nem cumpre qualquer tipo de legislação, atingindo números alarmantes em muitas cidades, particularmente nas grandes metrópoles que emergiram nos PED. Trata-se de um tipo de tecido urbano, normalmente crescendo *sem qualquer regra*, correspondendo a um crescimento não planeado, resultante de factores socio-económicos muito complexos. No entanto, embora surgindo sem planeamento, a sua implementação resulta, frequentemente, de factores económicos informais e regras de divisão dos lotes, uma regra de ordem especulativa que não é perceptível ao observador comum (UN-HABITAT, 2003, p. 24).

Muitos destes bairros constituem, pela dimensão e características, uma nova variante urbana e são um novo e preocupante factor de precariedade habitacional e humana.

As zonas de *slums* são uma situação recorrente em muitas megacidades nos PED e, em cada região, a sua extensão é proporcional à dimensão das respectivas carências habitacionais e da procura, a todo o custo, de um alojamento para populações deslocadas. Este fenómeno que, a partir de meados do sec. XX, começou a tornar-se irreversível, apresenta-se nos anos setenta com uma dimensão crescente, o que, em muitas regiões dos PED, significou a inoperância política e administrativa para solucionar o realojamento das populações da maior parte destes bairros. A solução política mais radical e insensível às questões sociais tendia a recorrer à erradicação, por vezes brutal, das barracas. Transferir as suas populações para bairros planeados de realojamento envolvia custos de construção que nem os governos nem as organizações financeiras tinham capacidade para suportar (WARD, 1982, pp. 2-4).

Assim, a AC *espontânea*, a que não teve interferência externa, e que é característica dos *slums*, tornou-se no modo de construir e

de habitar mais comum, nas zonas urbanas informais, e nas mais diversas regiões dos PED. Representa uma percentagem elevada no crescimento urbano global, sobretudo desde os anos 1950, sendo que os vastos territórios de *slums* podem ocupar, em muitas cidades, uma percentagem significativa da área da própria cidade, por vezes localizando-se em zonas centrais, mas mais frequentemente, na periferia. Os dados recentes da UN Habitat confirmam as previsões de uma aceleração de um mundo cada vez mais urbanizado, nestes moldes, e cujas características urbanas são uma nova problemática, como nos descreve Mike Davis, em *Planet of slums*.

Embora alguns *slums* tenham sido criados, já no séc XIX – a primeira favela do Rio, o *Morro da Providência* foi criada em 1880, – a grande maioria dos *megaslums* cresceu, a partir dos anos 1960 (DAVIS, 2006, p. 27).



11a



11b

FIG 11
Morro da Providência,
1880-2016.

11a
A Favela em 1920.

11b
A Favela em 1958.

11c
Stress na Favela: fotografia
da notícia de morte de
jovem de 17 anos, baleado
pela polícia militar.
30 Set 2015.



11c

A população urbana a viver em *slums* – no início deste milénio cerca de um sétimo da população e cerca de um terço da população urbana global – deverá crescer em número e em percentagem, segundo as previsões, até meados do séc. XXI (UN-HABITAT, 2003).

A expansão dos meios urbanos de *slums*, nos PED, deveu-se muito a alterações sociais e a uma atracção constante exercida pelos grandes centros urbanos, enquanto nos países mais industrializados, esta atracção para os grandes centros não deu origem a este tipo de fenómenos no séc. XX. O fenómeno de desertificação do campo e de crescimento urbano, que não tem abrandado nas regiões pobres, leva a que organizações internacionais, como as Nações Unidas, admitam a grande dificuldade em contrariar a migração do campo para a cidade, ou das pequenas cidades para as megacidades (UN-HABITAT, 2003).

Os fenómenos migratórios do campo para as cidades cada vez mais irreversíveis nos PED, que acima referimos, assim como outros fatores, como seja a elevada natalidade, provocaram um crescimento desproporcionado da população urbana, em particular nas grandes cidades dos PED (BEALL, 2009). A população destes bairros de miséria é particularmente vulnerável do ponto de vista social e a instabilidade do arrendamento e modo de habitar informal conduziu a políticas discriminatórias e a decisões prepotentes por parte das autoridades contra a existência destes bairros. Foram, no passado, muito frequentes e na atualidade ainda são, os casos de evacuação forçada dos moradores, seguida da demolição das habitações, sem qualquer contrapartida ou realojamento dos mesmos. Em muitas das regiões dos PED, a fronteira entre a legalidade e a ilegalidade é muitas vezes ténue e, na prática, muitos destes bairros servem, normalmente, um conjunto de interesses económicos com a conivência das autoridades. A sua construção faz-se, frequentemente, através de agentes politicamente protegidos, que criam os loteamentos no terreno, negociando, depois, com os moradores as autorizações informais de alojamento. Quando estes interesses estão cobertos por conivência

com as autoridades, a população pode dormir descansada. Quando se verificam outros interesses imobiliários nestes locais, ou este tipo de vivência se torna inoportuno, as demolições acontecem perante a posição impotente dos seus moradores. (WARD, 1982a, p. 85)

O seu crescimento actual é especialmente acentuado nas cidades das regiões onde os factores, a montante, se conjugam, como o aumento populacional e a migração rural, situação que surge com maior incidência nas megapolis da África Subsariana, América Latina, Ásia do Sul e do Sudeste (UN-HABITAT 2003, p.15).

1.4 A Habitação Social e o crescimento dos *Slums*

De acordo com alguns dos autores que referimos, a grande parte das políticas de habitação social construídas em Países em Desenvolvimento (PED), após a 2ª guerra mundial e dirigidas às populações mais carenciadas, foi ineficaz.

Em termos de resposta à escassez habitacional existente, terá sido sistemática, nestas políticas, a utilização de programas que se revelaram desadequados às especificidades dos contextos regionais.

“In the late 50s and 60s, practically all public housing policies, whether urban or rural, ran out of steam. Except for the Island city states of Singapore and Hong Kong, there was no country or city that could hope to produce public housing in sufficient numbers to cope with a steadily worsening situation.” (HAMDI, 1991, p. 11)

Os programas habitacionais oriundos dos países mais industrializados, com soluções arquitectónicas tipificadas, tornavam-se problemáticos, uma vez que nem sempre se adequavam a populações e a contextos culturais muito diferentes dos do Sul. Desenvolvidos como solução destinada a um sector populacional com uma cultura particular, nem sempre se adequavam a uma realidade social, por vezes, desconhecida. Os projectistas repetiam programas genéri-

cos, não atendendo à especificidade dos usos e de culturas muito diversas. Face à dimensão crescente das carências habitacionais nas regiões dos PED e, em particular, nas grandes cidades, a maior parte dos governos não tinha capacidade económica para investir neste sector, para além do facto de não ser um tipo de investimento muito recorrente. As principais razões para esta generalizada ineficácia foram os *standarts* elevados e os altos custos associados às habitações, desadequados face à extensão e ao aumento constante das carências que se faziam sentir. Facto, que também se agravou com o aumento da pobreza e com questões relacionadas com os efeitos do mercado habitacional e a falta generalizada de meios de investimento no sector social, por parte dos Governos (HAMDI, 1991, p. 11).

No período de 1940 a 1960, as propostas da Arquitetura moderna iniciadas na década de 1920 chegavam aos países do Sul. Estes países que, após uma longa colonização, foram sucessivamente obtendo a sua independência, abriam um ciclo político novo, com desafios e afirmações identitárias, mas igualmente com novos problemas habitacionais a resolver. Desde finais dos anos 1950, que a grande maioria das políticas de habitação social experimentadas nos PED, tanto em zonas rurais como urbanas, demonstraram a sua ineficiência perante o aumento constante da população e a crescente migração para os grandes centros (HAMDI, 1991, p. 11).

Referimos alguns aspetos críticos em relação ao facto da generalidade da habitação social construída nos PED, e até aos anos sessenta, seguir modelos funcionais muito tipificados, não contextualizando as características sociais e as particularidades geográficas locais e regionais.

O vertiginoso crescimento populacional que se inicia na segunda metade do séc. XX e a generalizada falta de meios e, também, de vontade política dos governos para custear a habitação social, impediam que se resolvessem as graves carências habitacionais existentes. Existiam, para além disso, efeitos perversos na economia informal, acontecendo que o investimento feito neste sector se arriscava a provocar consequências contrárias aos objectivos iniciais do programa proposto. O investimento feito em habitação

social dirigida aos mais carenciados podia beneficiar, por razões de mercado, as classes intermédias, que se apropriavam destas habitações, normalmente por subaluguer. Este factor que, segundo Hamdi, era característico do investimento realizado no sector informal, impedia a resolução do problema habitacional destas populações carenciadas e era perverso, ao criar condições adicionais para atrair ainda mais população para as cidades. Este investimento, aparentemente generoso em benefício destas populações, gerava frequentemente um círculo vicioso de investimento e de novas expansões urbanas, agravando, cíclicamente, o problema sem contribuir para a sua resolução (HAMDI, 1991, p. 11).

1.5 Políticas habitacionais alternativas nos PED

1.5.1 OS PRIMÓDIOS DESTAS POLÍTICAS

Devido à ineficácia das políticas de habitação social de promoção estatal dirigidas aos mais carenciados, surgem, nos anos 1960, novas ideias procurando soluções para resolver o problema dos *slums*. O fraco desempenho deste tipo de políticas conduziu a uma reflexão de fundo sobre o problema informal, cujo crescimento era já, nestas décadas, exponencial. As autoridades, no que diz respeito à maioria dos países então classificados como *3º Mundo*, encaravam estes bairros como sendo um problema sem solução. Sem procurar respostas alternativas, os governos recorriam, frequentemente, a demolições forçadas, muitas vezes sem aviso prévio, como meio de dissuasão e procurando evitar a construção de novos bairros.

A partir da segunda guerra mundial, era comum, tanto ao nível dos governos como da opinião pública, associarem estes bairros, não apenas às situações de insalubridade e ausência das condições mínimas de alojamento mas, igualmente, a fenómenos de marginalidade, crime e outros problemas sociais, sem grande conhecimento da situação real existente (WARD, 1982b, pp. 5-7).

FIG 12
Um slum em Mumbai;
AC organizada.

Antes destes bairros começarem a ser estudados por arquitetos, sociólogos, antropólogos e outros especialistas, com o objectivo de os caracterizar com maior objectividade, era generalizada a ideia exagerada de que eram locais perigosos para visitantes. No imaginário de muita gente, estes bairros eram vistos apenas como antros de marginalidade e de crime.



Para a socióloga Janice Pearlman, esta generalização, normalmente levada ao exagero, derivava de um desconhecimento efetivo da realidade social concreta. Numa época em que estes bairros não estavam ainda suficientemente estudados, a marginalização física destes bairros em relação à cidade era também o resultado de um misto de aplicação intransigente da legalidade e da ignorância sobre a complexidade social e económica que estava na sua génese (PERLMAN, 1977).

Paralelamente a diversas experiências de intervenção e reconversão destes bairros, o modo de *olhar* para eles e de os classificar foi-se alterando, em contraste com o que era usual no passado. Este problema é mencionado, já em 1944, por Sir Patrick Abercrombie, que se refere a este tipo de bairros, não como sí-

tios inóspitos, mas como locais passíveis de serem recuperados, através da introdução de melhorias nas condições existentes de habitabilidade.

Diferentes autores e teóricos, como John Turner, William Mangin, Lisa Peattie ou C.J. Stokes defenderam que, os *slums* não deviam ser encarados como lugares de deterioração, mas antes, como um potencial habitacional positivo e passível de ser melhorado. Alguns destes autores utilizam uma expressão muito significativa e que traduz este sentimento, *slums of hope*. Estas ideias de reconversão do existente foram ganhando eco, lenta mas progressivamente, ao longo das décadas de 1960 e 1970 (HAMDI, 1991, p. 16). Assim, começaram a ser equacionadas, pela primeira vez, intervenções cujo conceito fundamental se baseava na ideia da *manutenção* da construção informal. Tratava-se de uma atitude de objetividade e, também, de realismo em relação às características muito particulares destes bairros. Encarar estes bairros como uma realidade habitacional a preservar é uma atitude que surge de uma nova perspectiva sobre um fenómeno tido como marginal e que é progressivamente enquadrado como uma aposta de intervenção inovadora (WARD, 1982, p. 6).

Segundo Mike Davis, o primeiro movimento arquitectónico a procurar tirar partido das capacidades de autogestão dos moradores em *slums*, terá surgido a partir de um grupo de arquitetos ligados aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Alguns membros do grupo de arquitetos foram particularmente atentos ao tipo de desenvolvimento urbano *espontâneo* dos *bidonvilles* da cidade de Argel e à organização do tipo *orgânico*. Esta era notável na relação que se estabelecera entre as habitações e o lugar de implantação, um *entendimento*, *continuidade*, ou *reminiscência* de um *Cashbah* (centro histórico da cidade).

A questão mais importante colocada por Mike Davis em relação ao grupo do CIAM vai no sentido de procurar entender que, este grupo dos CIAM, ao interessar-se pelas questões de *auto-gestão* presentes nestes bairros, antecipa, de algum modo, a ideia de AC mais tarde desenvolvida por outros arquitetos que propõem este

tipo de abordagem. Relacionada com Argel surge, assim, este primeiro movimento de arquitetos que estão interessados nas potencialidades da sua população, ao utilizar a AC, ou seja, passar da AC espontânea para a AC dirigida (DAVIS, 2006, p. 71).

O sentido pragmático de *manter* os *slums* existentes, como modo *possível de habitar*, poderá ter nascido não, apenas, de uma atitude de *empatia* cultural ou técnica face a um planeamento informal *imparável*, mas talvez mais da aceitação da dificuldade em contrariar frontalmente o fenómeno. Foi referida, a constatação das capacidades de auto-gestão e de construir de muitas populações habitantes de bairros informais, ou seja, a capacidade realizadora da AC *espontânea*. Esta forte capacidade resiliente de muitos dos moradores está patente em cada bairro, em cada *barraca*, no Rio ou em Calcutá, ou seja, a capacidade do ser humano construir um *abrigo* enquanto solução *segura* e de *sobrevivência*. A questão refere-se, como já foi dito, a um problema de informalidade, planeamento e habitação, com origem evidente na crescente pobreza de uma população excluída. As carências habitacionais graves destas populações pobres e deslocalizadas não serão, no entanto, apenas, um problema social e económico, dizem respeito a muitos outros fatores, culturais e até a sistemas construtivos.

O Brasil revelava nos anos 1980 condições muito vantajosas para realizar estudos sobre a informalidade e sobre as *favelas*, já que, ao contrário de outros países da América do Sul, que apenas tinham um grande centro urbano, apresentava nove núcleos muito importantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Fortaleza e Belém (DRUMMOND, 1981, p. 15).

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a sofrer as consequências do êxodo rural, fenómeno generalizado nos PED e que, neste país, foi particularmente importante entre 1940 e 1960. Nestas décadas, o crescimento das *favelas* é especialmente elevado nos nove centros urbanos referidos. Se, em 1940, cerca de 30% da população brasileira é considerada urbana, em 1980, para além do número de

habitantes ter triplicado, a relação rural/urbano inverte-se e são já 70% de brasileiros a viver em zonas urbanas, o que significa uma migração de 37 milhões de pessoas para as cidades, neste período.

Do estudo geográfico urbano da maior parte das cidades brasileiras, conclui-se que a expansão das *favelas* resultou deste êxodo populacional. Em 1950, estavam recenseadas, oficialmente, 59 *favelas* e, em 1965, esse número passou para 273. Entre 1965 e 1980, a população de habitantes do Rio a viver em *favelas* aumentou 317%, enquanto que a restante população cresceu, apenas, 9,8% (DRUMMOND, 1981, pp. 16-18).

Num importante estudo da socióloga Janice Perlman, são apresentados dados novos sobre esta realidade:

“Existem fortes evidências a comprovar que os favelados não são ‘marginais’, mas de facto integrados na sociedade, ainda que num modo que vai contra os seus próprios interesses. Certamente não se encontram separados do sistema, ou à sua margem, mas estão a ele estreitamente ligados de uma forma muitíssimo assimétrica. Contribuem com o seu árduo trabalho, suas elevadas esperanças, e sua lealdade, mas não tiram proveito dos bens e serviços do sistema.” (PERLMAN, 1977, p. 235).

As ideias de Jenice Perlman sobre o futuro das *favelas* situavam-se na direcção oposta às práticas correntes da maior parte dos governos. As políticas governamentais mais correntes nesta época, eram, generalizadamente, preconceituosas em relação à simples existência destes bairros, revelando, por vezes, um total desprezo pelos seus habitantes. Isto, para além da incompreensão generalizada sobre as causas do fenómeno, desde a origem das migrações às particularidades da economia informal, o que constituía a superestrutura destes fenómenos e a origem destes *habitats*, em regra, deploráveis. Com sentido crítico e a contra-corrente destas políticas mais conservadoras, surgem, nesta altura, ideias modernas de intervenção, com novos pressupostos e que propunham um compromisso inovador e inédito em relação à construção informal existente, fossem os *slums* ou as *favelas*.

Neste sentido de intervenção nas *favelas* existentes, é assinalável a atuação do arquiteto Carlos Nelson dos Santos. Ainda estudante, a partir de 1964, participa em intervenções nas *favelas* do Rio de Janeiro. Esteve empenhado, já como arquiteto, em inúmeras intervenções de reabilitação no Rio, em particular, na favela Brás de Pina, em 1966.

FIG 13

Arquiteto Carlos Nelson dos Santos

13a

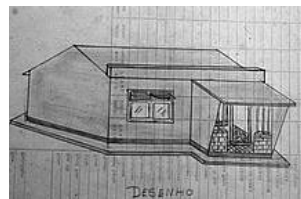
Desenho de Carlos Nelson dos Santos para a capa do livro *Quando a Rua vira Casa*



13a

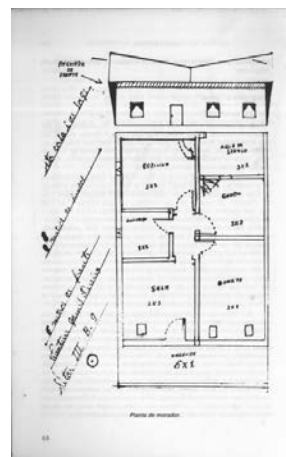
13b

Desenho de morador da Favela

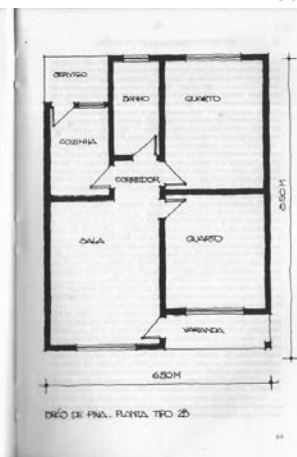


13b

Desenho de morador da Favela



13c



13b

6. “O que está acontecendo em subúrbios, favelas e áreas periféricas nas cidades brasileiras é o processo arquitetônico e urbanístico mais interessante em todo o país: aí se desenvolvem respostas que são formas novas, nascidas do encontro da pobreza, sub-desenvolvimento e cultura tradicional com a dominação de um mundo moderno, industrializado e tecnológico. As respostas teriam por papel servir de ponte entre as duas coisas. Por essa razão, é necessário começar a trabalhar sobre elas e tentar compreender as suas regras.”
SANTOS, 1981.

A sua intervenção surgia num contexto em que as autoridades brasileiras tendiam a erradicar as *favelas* das zonas centrais da cidade, por pura afirmação política autoritária, e com evidentes interesses imobiliários.⁶ Estes bairros eram considerados ilegais, perigosos e indesejáveis e houve várias ações governamentais muito discutíveis, de realojamento das populações das *favelas* em habitações sociais nos subúrbios, bem longe do centro.

“Vários acontecimentos se conjugaram para que esta favela começasse a ser falada nos meios de comunicação social. O autoritário governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda decidira, num rasgo de intempestuosa afirmação política, “acabar” com cinco favelas do Rio de Janeiro. Os seus ocupantes seriam enviados para 12 mil fogos edificadas com o apoio financeiro dos Estados Unidos, em áreas ainda mais periféricas.” (BANDEIRINHA, 2007b, p. 48)

Com o apoio das associações de moradores – num processo atribulado, muito marcado pela ditadura militar e pela afirmação violenta e de confronto com as autoridades – os moradores defenderam em Brás de Pina os seus verdadeiros interesses, ao querer permanecer no bairro. A intervenção de Carlos Nelson dos Santos e da equipa que colaborou nesta intervenção pautou-se por um trabalho continuado, que passou por realizar diversos tipos de levantamentos sociais e habitacionais, passando por estudos de infraestruturização com redes de águas e de esgotos. Nesta favela a discussão e decisão final sobre a reimplantação de novos lotes e escolha das opções arquitectónicas feitas pelos próprios moradores, constituiu um processo pouco consensual e contraditório em termos participativos e que se foi esgotando.

A sua vocação de arquiteto terá sido perturbada por um excesso de preocupações sociais que o levaram a estudos teóricos, justamente numa área social que ele tão bem conheceu em termos práticos, de participação directa e diária com os moradores. O seu trabalho teve uma grande divulgação internacional, nomeadamente em Portugal, país que visitou diversas vezes, fazendo conferências e participando em debates. Foi este o caso, em Janeiro de 1972, no LNEC, em Lisboa, onde reportou a sua experiência com a Federação das Associação dos Favelados do Estado de Guanabara e com a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (BANDEIRINHA, 2007b).

1.5.2 ONG'S E TIPOS DE INTERVENÇÃO DIFERENCIADOS

Nas últimas décadas, foram experimentadas algumas destas políticas acima referidas, nomeadamente, em *favelas* do Rio de Janeiro.

Aqui se destaca o trabalho de décadas do arquiteto Jorge Maria Jauregui, sendo que os problemas que se colocam na actualidade recente são, já não de mera sobrevivência, uma vez que se trata de bairros bastante consolidados. Em alguns bairros recuperados, para além das soluções técnicas de funcionamento, saneamento, higiene e outros sectores básicos, procura-se promover, agora,

igualmente, o bem-estar da população, investindo no campo estético, na beleza das suas casas, e nos espaços exteriores públicos. A importância da estética nas zonas informais e o tema do direito à beleza, como componente necessária na implementação dos projetos de urbanização é, nestes anos mais recentes, uma prioridade. Estes são aspectos reivindicados pelas próprias comunidades, seja nas *favelas* do Rio, seja nas *villas* de Buenos Aires, ou noutros bairros semelhantes da América do Sul. Como exemplo disto, afirmava o Presidente de uma associação da favela:

“Uma vez, caminhando com os representantes comunitários pela Favela da Mangueira no Rio, o Presidente da Associação de Vizinhos me disse: “Jorge (Jauregui), a Mangueira é muito feia”. Com isso, queria dizer que a demanda pelo embelezamento da comunidade era tão importante quanto a incorporação de infraestrutura adequada, melhores condições de acesso ao lugar, equipamentos de qualidade e habitação” (...) e *“um desejo genuíno de ir mais além do meramente funcional e quantitativo.”* (FRACALOSSI, 2011)



14a



14b

FIG 14

Favela da Rocinha

Fotografias: acervo Jorge

Mario Jáuregui

No início dos anos 1960, as Nações Unidas apoiaram a utilização da AC, face às carências habitacionais nos PED, tendo sido destacada a colaboração do professor urbanista Charles Abrams, do Departamento de Assuntos Sociais. Em 1962, o departamento desta organização para a Habitação, Construções e Planeamento

reforça a sua posição na organização e ascende à categoria de Comissão. Charles Abrams participa activamente no desenvolvimento deste departamento e reivindica uma muito maior intervenção das Nações Unidas na promoção das políticas dos bairros carenciados. Ele conhecia bem o problema, aprofundara estudos dos aspectos económicos e jurídicos das urbanizações informais. Baseava as suas conclusões nesses estudos e no conhecimento directo e local de muitos destes bairros, nas mais diversas regiões dos PED. Propunha que as diversas organizações internacionais de vocação social e humanitária desenvolvessem estratégias e promovessem políticas eficazes de resolução destas carências mundiais, numa área tão importante como a da habitação. No final dos anos 1960, surgem diversas iniciativas e programas que propõem soluções habitacionais em zonas carenciadas, com recurso à AC, tendo aparecido associado, o conceito de habitação evolutiva, desenvolvido também por muitos arquitetos nas décadas de 1960 e 1970.

Charles Abrams foi um dos pioneiros neste tipo de estudos urbanos, defendendo as vantagens em construir habitações parciais e evolutivas em AC, nas zonas urbanas de *slums*. Com a sua vasta experiência directa em bairros informais, propunha que a solução de habitação evolutiva deveria ser, progressivamente, completada pelos moradores, reduzindo os custos iniciais do investimento. Refere este conceito, no que chamou de *progressive development*, um conceito inovador de habitação, especialmente dirigido aos PED.

“As an alternative, Abrams suggests resettlements in contractor-built, low-cost, extendable core-houses and ‘roof-loan schemes’ for those who can’t afford a finished house, and serviced sites for the poorest who would otherwise squat. The latter alternative he names ‘sites-and-utilities’ – a forerunner of the younger sites-and-services projects which have become so popular with the World Bank and other donor agencies.” (MATHÉY, 1992, p. 380)

1.6 Conceito de Autoconstrução, *Self-Help* e *Self-Building*

O debate sobre a AC centrou-se nos processos relativos aos PED, particularmente na América do Sul, mas, igualmente, na Índia, Indonésia e noutros países. Estes processos foram também experimentados e discutidos em situações de carência, nos Estados Unidos, em Inglaterra, na Alemanha, entre outros países ocidentais (WARD, 1982, pp. 4-6).

Em relação à situação dos *slums* nos PED, a dimensão crescente das carências habitacionais colocava um enorme desafio aos investigadores e aos responsáveis pelas políticas habitacionais. Nos Países Desenvolvidos (PD), o problema também se colocava, mas a dimensão era completamente diversa, sendo uma questão susceptível de ser resolvida pelas instituições e por via administrativa. Na maior parte dos bairros informais das cidades dos PED, não parecia ser possível resolver os problemas de habitação de uma magnitude sem precedentes e, se na altura (anos 1950-60), o cenário era alarmante, nas décadas seguintes, assistir-se-ia a um exponencial agravamento.

A partir dos finais dos anos 1960, e na procura de respostas inovadoras para o problema da habitação, foram experimentadas políticas interessantes com utilização da AC, especialmente direccionadas aos PED. Muitas dessas políticas e intervenções, recorreram a fontes de financiamento que substituíam o papel tradicional do Estado como empreendedor, sendo de destacar a acção desenvolvida pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional.

Para Jorge Fiori e Ronaldo Ramirez, as políticas de apoio à construção participada, promovidas pelos governos, tornaram-se cada vez mais a excepção, nesta época, sendo o principal investimento oriundo dos citados organismos internacionais. As políticas de habitação, neste sector, alargaram o seu âmbito inicial, sendo a tendência para que o Estado investisse, sobretudo, na infra-estruturação e nos serviços, flexibilizando os processos de promoção da

construção das habitações, deixando de investir, directamente, no sector específico da habitação (FIORI, 1992, p. 19).

Entre as novas políticas das diferentes organizações (ONG's e outras) destinadas ao problema dos *slums*, surgem duas grandes tendências: a) as dirigidas à intervenção nos bairros existentes – *Upgrade*; b) as que definiam o desenvolvimento de novos loteamentos, onde cresceriam novos bairros *Sites & Services*.

“Self-Help housing in combination with Sites & Services programs were used as tools of crisis management with the aim of containing existing or potential social movements in the squatter population. Self-Help housing was used as an inexpensive policy for housing provision without changes in resource allocation or structural changes. The emphasis was on privatization the problem to the individual household away from collective action. The Sites & Services projects were financed mostly by international loans and had to be repaid by mortgage commitments from the individual households.” (HARMS, 1982, pp. 23-24)

Com objectivos muito diferentes, estas duas vertentes de intervenção tinham, como ponto comum, a aposta em criar um compromisso entre projectar do exterior e o *saber fazer* das populações.

Uma destas medidas de intervenção, no sentido de introduzir melhorias nos bairros informais existentes, era fazer investimentos na infraestruturação básica (saneamento e abastecimento de água) e apostar na melhoria do espaço público, por regra, o espaço mais importante para a vida dos habitantes e que nestes bairros se apresentava muito degradado.

A segunda alternativa, envolvia um novo bairro, planeado com divisão de lotes, prevendo a circulação pedonal e viária e que incluía uma infraestruturação básica. Nestes lotes, desenvolviam-se as novas habitações informais, com *AC espontânea*, com liberdade para cada família construir como entendesse. As habitações também podiam ser construídas pela entidade investidora, no caso da habitação evolutiva construindo um núcleo inicial de

habitação, em que o proprietário poderia acrescentar novas divisões, de acordo com as suas conveniências futuras, – uma proposta mais próxima da AC *dirigida*, uma ideia que esteve no centro do debate iniciado nos anos 1960. As medidas propostas em algumas destas políticas eram bastante razoáveis e pragmáticas, ao defenderem a possibilidade de integrar a AC numa realidade mutável, altamente complexa e dificilmente solucionável, com políticas convencionais de realojamento.

Ao procurar recuperar os *slums*, considerados informais ou ilegais, evitavam-se as injustas e ineficazes políticas de demolições e evacuações forçadas, que raramente se propunham construir alternativas viáveis. A inovação das políticas que foram lentamente surgindo com base nestes novos conceitos, poderiam ser, eventualmente, relevantes nas novas políticas de reabilitação, ao testar a sua aplicabilidade em relação à generalidade destes bairros, a nível global (HAMDI, 1991, p. 17).

Em *Planet of slums*, Mike Davis refere que, na década de 1970, após a desistência da maior parte dos governos em encontrar soluções para o problema destes bairros em muitas cidades nos PED, surgem diversos fundos internacionais de apoio a esta realidade, tanto da parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), como do Banco Mundial (BM), como já foi referido. O BM investiu, em 1972, cerca de 10 milhões de dólares em desenvolvimento urbano, prosseguindo esse investimento até atingir um valor de mais de 2.000 milhões de dólares, em 1988 (DAVIS, 2006, p. 70). Entre 1972 e 1990, o Banco financiou um total de 116 *Sites & Services* (loteamentos para AC) e projetos de *Upgrading* (intervenção/ reabilitação) de diferentes *slums*, em 55 países. Embora esta experiência tenha sido limitada aos meios disponíveis e tendo tido em conta a dimensão explosiva dos *slums* nos cinco continentes, o Banco terá tido um grande ascendente na direcção das políticas governamentais a empreender nestes bairros, em regiões que tiveram o privilégio de receber este investimento nas suas zonas informais. O BM teve, neste aspecto, um relacionamento privilegiado com muitas comunidades locais, assim como uma lar-

ga experiência na condução política destas intervenções, em que o papel das ONG's era muito relevante. Para intervir nestes bairros, a ideia chave era proporcionar uma melhoria da realidade existente nos *slums*, em vez das tradicionais erradicações. Na linha das ideias sobre AC defendidas pelo arquiteto John Turner e das propostas de empreendedorismo utilizando o micro-crédito, idealizado pelo economista Hernando de Soto, procuravam-se soluções novas para este grave problema sempre em crescimento (DAVIS, 2006, p. 71).

1.7 Habitação com Autoconstrução

Em 1969, o arquiteto John Turner e o advogado Richard Margolis (apoiante de diversas organizações que utilizaram a AC) elaboram um relatório para a Organization for Social and Technical Innovation (OSTI), denominado *Self-Help Housing in the USA*, cujo tema principal era a continuidade de práticas de AC e programas de ajuda comunitária, a serem utilizados nos Estados Unidos. No relatório OSTI, são avaliados os custos da produção e manutenção entre a parte pública e a privada, e as potencialidades da AC como contributo para as carências no setor da habitação (HARMS, 1982, pp. 28-29).

Em função dos diversos fatores relacionados com esta prática, os autores do relatório identificaram diferentes tipos de AC:

a) A AC *Independente*, dirigida individualmente, sem apoios económicos externos ou supervisão; não pertence a um programa ou a um grupo, dependendo apenas do próprio auto-construtor. O desenvolvimento do projeto, o suporte financeiro ou a própria construção da habitação; as atividades são, normalmente, realizadas em tempos livres num dia de trabalho, ou nos fins-de-semana, tendendo a prolongar-se por longos períodos;

b) A AC *Organizada com Participação* é promovida ou organizada por entidades externas ao grupo de participantes; a acção de interajuda depende da interação no trabalho em grupo nas várias fases do processo, tanto em aspectos de benefício individual como no apoio às exigências da comunidade. A Participação no sentido

de interajuda pode ser iniciada pelo grupo participante ou por uma entidade externa; os participantes no projeto adquirem uma formação prévia, relativa à construção, passando depois, eles próprios, à tarefa de construção, durante um período convencionado. Após esta fase procede-se à ocupação das habitações; em alguns casos, os participantes começam por ser arrendatários, tornando-se, depois, autoconstrutores independentes;

c) A AC *com Contratos*, dá-se quando existe um programa sob a orientação de uma ou mais organizações; neste tipo de AC, os patrocinadores, em princípio, são entidades públicas. Os participantes são contratados e pagos pelo seu trabalho e, geralmente, estão nos níveis de arrendamento mais baixos do mercado (HARMS, 1982, pp. 28-29).

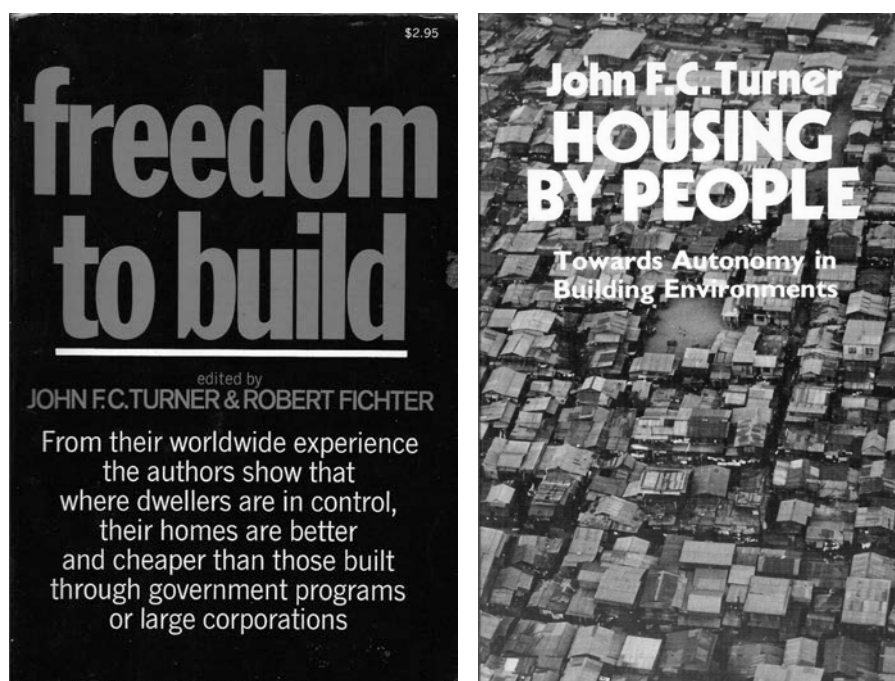
Entre as diversas conclusões do relatório OSTI, refere-se em detalhe o modo como se pode obter a redução dos custos da construção em projetos que incluam a AC. A combinação desta com a utilização da construção em Préfabricação conjuga-se na procura do baixo-custo. É defendida a utilização de sistemas pré-fabricados na habitação, uma vez que as peças componentes deste sistema permitem uma montagem muito simplificada e com pessoal pouco especializado. Este pode ser o caso da maioria dos moradores, o que contribui para reduzir, substancialmente, o tempo empregue na construção de operários especializados. Os objectivos propostos pelos autores do relatório, com alternativas viáveis de construção de baixo custo e AC a nível nacional, não serviram, no entanto, de guião às entidades governamentais ligadas ao projeto de investigação e de onde poderiam partir iniciativas concretas. As agências governamentais não se interessaram pela promoção das ideias de AC defendidas no relatório, não tendo promovido as boas práticas nele sugeridas e que teriam, eventualmente, possibilitado a realização de habitação em larga escala, com aquelas características (HARMS, 1982, pp. 30-33).

Embora os Housing Acts de 1968 e 1970, apelassem à provisão de assistência técnica e de apoios financeiros a organizações sem fins lucrativos, que estivessem envolvidas na realização da prática de AC nos Estados Unidos, as diversas agências federais americanas não

promoveram, sequer, as ideias que foram defendidas neste relatório por Turner e Margolis (HARMS, 1982, pp. 30-31).

O arquiteto John Turner é uma referência central no debate sobre a AC, em particular no que se refere aos problemas de habitação em zonas carenciadas. Depois de ter colaborado em diversos projetos habitacionais, sobretudo no Perú, nos finais dos anos 1960, o contato com as zonas de pobreza em Lima foi determinante e serviu de tema ao livro, *Freedom to Build* (TURNER, et al., 1972) e *Housing by People*, (TURNER, 1976).

FIG 15
Dois Livros de John Turner.



Na década de 1970, Turner contou com o apoio do Banco de Desenvolvimento Ibero-Americano e também com o Banco Mundial, para os já referidos programas de projetos habitacionais, em que foi utilizada a AC. Participou, na mesma época, em diversas Conferências das Nações Unidas, desenvolvendo as suas ideias pessoais sobre a autonomia das populações e as suas capacidades de realizar a AC dirigida. Para John Turner, o problema da habitação em zonas de pobreza passava pelo apoio às organizações locais, partindo da iniciativa e do investimento dos sectores do Estado ou do sector privado, desde que estivessem interessados

em apoiar esta causa. Turner estava particularmente empenhado em encontrar soluções dirigidas aos bairros informais, fundamentalmente, em zonas urbanas. As propostas defendidas por Turner referem-se a uma resposta pragmática em relação a todo este processo, em que preconiza intervenções muito específicas, a nível social e técnico. São propostas que incidem na defesa das condições mínimas de habitabilidade e menos preocupadas com os aspectos da solução funcional da habitação e com a procura formal em Arquitetura (TURNER, et al., 1972).

Para John Turner, o conceito de *Habitar* deve prevalecer sobre as soluções concretas do alojamento, a ideia arquitetónica de *Habitação* que ele contesta – “the important thing about housing is not what it is, but what it does in people’s lives, in other words that dweller satisfaction is not necessarily related to the imposition of standards” (TURNER, 1976, p. 5) –, o que coloca a Arquitetura num contexto multidisciplinar muito centrado na questão social, num discurso que surge mais crítico do que propositivo.

Crítico das políticas cujas regras e decisões são definidas de cima para baixo (“top down”), defende em alternativa, as soluções descentralizadas que se desenvolvem *a partir da base* (“bottom up”), fundadas no poder de decisão dos utentes.

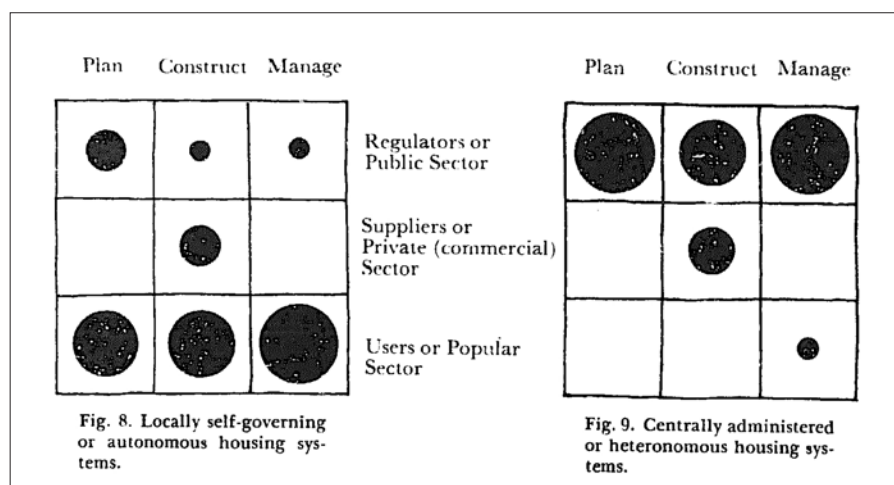
Para Turner, quando a comunidade tem a possibilidade de decidir sobre um conjunto de acções dirigidas à resolução dos seus próprios problemas habitacionais e os moradores controlam a maior parte das decisões de gestão das diversas fases do processo, tudo isso conduz a uma melhoria das condições de vida da comunidade e do indivíduo.

“When dwellers control the major decisions and are free to make their own contribution to the design, the construction or management of the housing, both the process and the environment produced stimulate individual and social well-being. When people have no control, nor responsibility for key decisions in the housing process, on the other hand, dwelling environments may instead become a barrier to personal fulfilment and a burden on the economy.” (TURNER, et al., 1972, p. 241)

Turner defendeu que a AC deveria ser uma prática inserida no contexto específico da economia e das realidades sociais da zona de intervenção, e também um investimento mobilizador dos recursos locais. A componente de auto-gestão por parte das populações ou das organizações locais que as representam deveria ser decisiva nas soluções habitacionais adoptadas e na gestão dos recursos elementares fundamentais, desde a posse do terreno aos materiais a utilizar, ou desde o uso da energia aos recursos renováveis:

“The argument I have advanced and which parallels many others, is that the elementar resources for housing- land, materials, energy, tools and skills- can only be used properly and economically by people and their local organizations that they can control personally, and that most plentiful and renewable resources are in any case possessed by people as users.” (TURNER, 1982, p. 99)

FIG 16
 Quadro resumo
 de John Turner,
Housing by People, 1976



Para Jonh Turner, as políticas de AC deveriam evitar os modelos centralizados de produção de habitação, sejam eles de promoção estatal ou privada, uma vez que estes tendem a excluir a componente participativa das populações. Ao afirmar-se contrário à produção de habitação em grande escala (TURNER, 1976, p. 8) a ideia de acção autónoma da comunidade conducente a que sejam os próprios re-

sidentes a decidir sobre os processos de organização, integrando os aspectos de organização e de construção em modo *Self-Help* torna-se mais coerente. Alguns dos textos teóricos referidos defendem que a AC assume um sentido diferente nos PED e nos PD. Aqui não se inclui John Turner, que coloca esses problemas de carência (PED e PD) num mesmo plano ou dimensão. Segundo Turner, os Autoconstrutores norte-americanos eram muito eficazes na obtenção de diversos recursos e serviços de que necessitavam. Deste modo, permitia-se que, famílias, grupos de moradores ou cooperativas, escolhessem, a partir de diferentes alternativas, as soluções que se apresentavam mais eficazes no controle e na execução da montagem construtiva da habitação. Defende, por exemplo, que tanto os autoconstrutores nos Estados Unidos, como os do Perú (*squatter builders*), tendo, naturalmente, um acesso diferenciado à rede de agências e fornecedores, deveriam utilizar, no essencial, um modo de organização e de construção muito semelhante em termos de AC.

“Both peruvian and US owner-builders had acted as their own general contractors, employing much of the labour, buying the materials themselves, and supervising the work sometimes with assistance from more experienced friends and neighbours. Interestingly and significantly, the financial savings were of the some proportions, despite the material or social benefits were clearly very similar.” (TURNER, 1982, p. 103)

O tema da AC, associado aos processos participativos, tem sido debatido desde os anos 1950, mas é, em particular, nos anos 1970 e 1980, que passa a existir um grande contributo teórico nesta área, como é patente no aumento do número de publicações sobre o tema. Nestas duas décadas, foram bastante debatidas as políticas de habitação nos PED, com a participação dos intervenientes nas operações e, também, de teóricos, arquitetos, sociólogos, geógrafos, economistas e muitos outros especialistas (WARD, 1982b, p. 1).

Não parece ser consensual uma definição única e abrangente de Autoconstrução, uma vez que pode ter diferentes sentidos e

uma diversidade de abordagens, consoante as políticas habitacionais que se defenda. A AC – que traduzimos da expressão *Self-Help* – tem, na literatura de origem, este problema, pelo que procuraremos abordar os contributos teóricos de vários autores, por vezes contraditórios, prosseguindo com o nosso objectivo de procurar clarificar o conceito (WARD, 1982, p. 7).

É fundamental começar por fazer a distinção entre as já referidas situações de AC *espontâneas*, também designadas como informais, das outras, *dirigidas* estruturadamente, segundo um plano e implementadas por uma organização ou uma entidade promotora, pública ou privada. Desde a década de 1960, que alguns arquitetos e outros profissionais defenderam as potencialidades das iniciativas *espontâneas* na construção de *abrigo*s em bairros informais. Existe, no entanto, uma interpretação alargada das políticas de AC que se refere à complementariedade entre os dois tipos de situações.

O termo *Self-Help* pode ser utilizado em função do trabalho realizado por um indivíduo ou uma família que constrói a sua própria casa, mas igualmente, por iniciativa de uma comunidade ou grupo populacional que esteja envolvido num programa habitacional. Alguns dos autores que escreveram sobre este tema defenderam que a AC (*Self-Help*) não se limita à acção construtiva (*Self building*), envolvendo igualmente outros processos com a participação das populações (BURGESS, 1982, p. 26).

Na abordagem que nos interessa, excluímos os aspectos de iniciativa individual do tipo *faça-você mesmo* e consideramos ser fundamental a perspectiva colectiva, que parta da situação concreta social e económica da comunidade.

Para David Mullins, a AC, muitas vezes promovida através de acções de organizações cooperativas, é um processo que não se restringe aos aspectos da construção, integrando uma vertente de sustentabilidade social e de inter-relação com o contexto físico local. A AC pode surgir de diferentes modelos, desde projetos comunitários informais de habitação, até empresas sociais mais organizadas que promovam a aprendizagem de processos

construtivos e outros tipos de formação para pessoas sem-abrigo, jovens, refugiados e outros grupos desprotegidos como parte de uma abordagem mais holística de promoção do emprego e da habitação (MULLINS, 2010, p. 4).

Para os arquitetos John Turner e John Habraken, as políticas mais eficazes de AC são determinadas pela vontade dos moradores e instituições locais e baseadas nas regras do mercado da oferta e da procura, sendo tanto mais eficazes quanto maior for o uso dos recursos renováveis locais (HAMDI, 1991, p. 39). Quando o debate das políticas habitacionais se fazia por oposição, entre a esquerda e a direita, público e privado, central e local, topo e base, tanto John Turner, como John Habraken (HABRAKEN, 1972) defendiam posições de algum compromisso e equilíbrio entre as políticas estatais e as iniciativas dos grupos comunitários. Turner introduziu a noção de sector comunitário, procurando uma estrutura que permitisse a cooperação entre o estado, as famílias e estas organizações não-governamentais, as ONG's dirigidas ao sector da habitação (HAMDI, 1991, p. 40).

1.8 As políticas de habitação do FMI/ BM entre outras

Para Mike Davis, as políticas colocadas ao dispor das regiões pobres pelo Banco Mundial (BM), a partir dos anos 1970 e que utilizaram a AC, apoiando as entidades locais ou as ONG's, foram o resultado das ideias de John Turner, em sintonia com o presidente Robert McNamara, do BM. Segundo Davis, as ideias defendidas por John Turner e o sociólogo William Mangin e que foram largamente divulgadas naquela época, contribuíram para criar políticas muito pouco eficazes para melhorar o setor informal. Muito abreviadamente, os seus responsáveis defendiam que os *slums* não eram o problema, mas a solução de alojamento para os milhões a viver nestas condições. Segundo Davis, o BM agia como sendo o *polícia bom* e o FMI como o *polícia mau*, na promoção da AC. Com políticas inovadoras na manutenção dos *slums* tinham um maior controle

urbano e contribuíam para a legalização das urbanizações informais *espontâneas*, os *slums*.

Estas políticas, dirigidas pelo *Urban Development Department* do BM, tinham como objetivo tornar a habitação acessível às famílias de fracos rendimentos, sem utilização de subsídios, em contraste com as políticas governamentais de habitação social fortemente subsidiadas. Entre as regiões prioritárias de desenvolvimento destas políticas, destacam-se Manila, nas Filipinas com 253 intervenções, Mumbai, na Índia, com um programa sanitário dirigido a 3 milhões de moradores em *slums*. Também, em África, em Dar-el-Sallam (Tanzania), Lusaka (Zambia) ou Dakar (Senegal), foram feitos grandes investimentos pelo BM, com empréstimos para loteamentos de tipo *sites and services*, em zonas informais. Segundo Davis, nestas intervenções, que foram feitas em três continentes, os resultados terão sido muito escassos, ou porque as verbas dos programas não chegaram ao seu destino, ou porque o dinheiro investido em *sites and services*, tiveram como consequência a venda das habitações pelos moradores beneficiados, ficando estas para a classe média, enquanto as populações mais pobres tendiam a construir novos *slums*, nos subúrbios (DAVIS, 2006, pp. 70-74).

Davis, entre outros investigadores críticos destas políticas, cita Kavita Datta e Garrett Jones, afirmando que os resultados efectivos obtidos na solução do problema, e tendo em conta o investimento feito pelo BM, não foram satisfatórios. Para Davis, estes autores demonstraram que a economia de escala proporcionada por estas políticas de investimento eram contraproducentes no sector informal, inflacionando o custo dos materiais e que a ideia de AC com mão-de-obra indiferenciada era desaconselhada quando comparada com a *mão-de-obra* dos artesãos e trabalhadores especializados (DAVIS, 2006, p. 72).

As críticas de Davis às políticas de AC não se ficam por aqui, cita fontes que estimaram que, em 1987, entre 30% a 60% da população informal, dependendo dos países, não tinha qualquer oportunidade para ter o apoio dos fundos aplicados nos *sites and services* ou nos empréstimos para *upgrading*. Frequentemente, os projetos

mais ambiciosos do BM eram investimentos ou empréstimos que ficavam nas *mãos* de populações não carenciadas e que, beneficiando da lei da oferta e da procura dos mercados, prejudicavam os interesses dos mais desfavorecidos, em investimentos que, supostamente, os deveriam beneficiar (DAVIS, 2006 p. 73).

Para Kosta Mathey, as políticas de AC introduzidas a partir dos anos 1970 em diversas cidades e regiões de *slums* permitiram fazer novas abordagens e reequacionar os problemas habitacionais com maior eficácia. No fundamental, a sua tese é que as intervenções baseadas, exclusivamente, nas políticas dos governos ou na livre iniciativa dos mercados terão sido ineficazes. Neste sentido, e não existindo outras alternativas possíveis, a AC seria para ele, uma solução sempre viável, enquanto produção de subsistência, mesmo que condicionada a complementar outros tipos de programas de intervenção, como foi o caso dos investimentos ou empréstimos do BM e do FMI, ou dos Programas das Nações Unidas (MATHÉY, 1992, pp. 1-6).

A partir da metade da década de 1990, o investimento feito em zonas urbanas informais em diversas regiões, surge apoiado pelo BM, pelo Development Program das NU e por muitas outras instituições. A actuação não passa pelo apoio aos governos ou entidades locais, mas opera-se, de modo directo, através das ONG's e que se responsabilizavam pelo projeto de investimento aprovado.

“As the intermediar role of the state has declined, the big international institutions have acquired their own grassroots presence throught dependant ngo's in thousands of slums and poor urban communities. Typically, an international lender-donor like the World Bank, the UK Department of for International Development, the Ford Foundation, or the German Friedrich Ebert Foundation will work through a major ngo which, in turn, provides expertise to a local NGO or a indigenous recipiente.” (DAVIS, 2006, p. 75)

1.9 Participação e Arquitetura

1.9.1 PARTICIPAÇÃO DESDE A DÉCADA DE 1960

Na década de 1960, surgem, sobretudo na Europa, diversos tipos de abordagem social, com particular incidência nos programas habitacionais e nas políticas de intervenção urbana. A procura de novos posicionamentos sociais em Arquitetura surge das influências do momento particular de contestação que se vivia, da crítica à sociedade de consumo, às instituições e ao modelo económico *capitalista*, por parte dos diferentes movimentos de juventude, desde os pacifistas às mais diversas tendências políticas e culturais de *contracultura*, nos países ocidentais. O ambiente na Europa é de generalizada contestação, patente nas manifestações de estudantes e no confronto político de Maio de 1968, em Paris, um dos momentos mais emblemáticos e radicais deste período.



FIG 17
Fotografia de estudantes,
Paris, Maio-1968.

Uma das frases utilizadas, a “imaginação ao poder”, é demonstrativa de como as movimentações políticas revelavam um desejo de inovação, uma utopia social com reflexos directos na experimentação cultural, nas artes e também na arquitetura. Nos Estados Unidos a contestação ao *sistema* e à guerra do Vietname dão origem a uma contra cultura que veio a influenciar as correntes de arquitetura mais vanguardistas (CARLO, 2005, pp. 5-6).

A explosão dos movimentos estudantis nas universidades que, segundo Giancarlo de Carlo, constitui o acontecimento social mais importante desde a segunda guerra mundial, iria produzir alterações radicais no ensino de Arquitetura em muitas das universidades europeias.

Neste processo, os estudantes tinham compreendido que não bastava alterar as estruturas organizacionais e os programas de ensino, preconizando, para essa desejada evolução, alterações sociais e políticas radicais. Só com base nestas mudanças, seria possível recriar o ensino e a profissão dos arquitetos, que consideravam estar a funcionar de modo amorfo e incapaz de se regenerar (CARLO, 2005, pp. 5-6).

Neste contexto de forte questionamento político e cultural, que se verificou em muitos países ocidentais, surgem propostas de jovens arquitetos com novas abordagens e modelos de intervenção social. Na década de 1960, o trabalho de pesquisa de alguns arquitetos vai no sentido da procura de novas aproximações disciplinares, estando muito em voga a área das ciências sociais. Entre as abordagens inovadoras relacionadas com a intervenção social, destaca-se a grande importância dada à participação dos utentes, que surge na área da sociologia, com reflexos na Arquitetura. Nesse sentido, foram criadas em algumas Escolas metodologias que permitiram introduzir, nos programas de arquitetura, uma vertente de caracterização social, tanto da comunidade, como do indivíduo e, por outro lado, procurou-se incentivar, nos programas, a referida atenção à vontade dos utentes.

Na década de 1960, predominou a ideia da democratização na intervenção social, o que deu origem à realização de projetos, cujos autores tinham preocupações sociais em relação aos grupos mais segregados, em particular, às populações mais carenciadas. Não sendo a tendência dominante nos movimentos arquitectónicos, esta alteração da prática arquitectónica visando a “questão social” teve, no entanto, reflexos em diversos movimentos, no período particularmente criativo e contestatário que, nalguns movimentos

vanguardistas, se desenvolveu ao longo dos anos sessenta e setenta (séc. XX).

Num sentido inverso à metodologia proposta pela Carta de Atenas – que procura fazer uma definição do utente tipo, buscando sintetizar o denominador comum entre as diferentes culturas e grupos sociais –, com a nova abordagem destes programas, pretendia-se uma caracterização dos moradores no sítio e a sua efectiva participação. Em oposição à vertente global e generalista da Arquitetura Moderna, estas tendências colocavam uma preferência clara nas características específicas do contexto local, tanto físicas, como humanas. As pesquisas dos CIAM referentes à habitação mínima e outros estudos técnicos de sistematização, tendentes à standartização, definem um utente tipo genérico, independente do contexto real e das especificidades físicas e culturais. Com as novas ideias, que incluem a participação das populações nos processos de decisão, procurava-se uma abordagem que introduzia componentes alternativas nos processos de concepção em Arquitetura. Estas tendências, sendo inovadoras, eram também muito experimentais e isso deixava em aberto a exploração de caminhos, nem sempre coincidentes. Justamente, é esse carácter de inovação que interessa fixar. O facto de se defenderem conceitos contraditórios com a prática tradicional de projetar, coloca novas questões sobre o papel do arquiteto e da Arquitetura, numa sociedade mais democrática (CARLO, 2005, pp. 1-8).

Uma tendência recorrente nas novas metodologias, no âmbito da participação, era a aproximação às ciências humanas, alargando o campo disciplinar da Arquitetura. A pesquisa sobre a caracterização da comunidade incidia nas vertentes psicológicas, sociológicas e antropológicas. O recurso a estas áreas do conhecimento no apoio à prática profissional parece confirmar, como alguns arquitetos intervenientes admitiram, uma crise disciplinar na Arquitetura e uma busca de instrumentos metodológicos, que fornecessem novas possibilidades no campo disciplinar. Neste sentido se situa o trabalho de Christopher Alexander, que estuda a relação entre os méto-

dos de projectar em Arquitetura e outras áreas disciplinares, como é o caso da Matemática. Pretendendo reduzir as arbitrariedades do trabalho em projeto, a metodologia utilizada propunha fórmulas matemáticas, procurando um rigor científico na utilização de programas, normalmente utilizados de modo empírico (ALEXANDER, 1964)

Também o arquiteto Amos Rapaport investiga o tema da concepção e formalização da Arquitetura em função das condicionantes físicas e sócio-culturais, procurando alternativas ao que considera o desenraizamento de *necessidades fundamentais* da Arquitetura contemporânea. Pesquisa, no âmbito da antropologia, os aspectos relacionados com a vertente vernacular, em particular, os ensinamentos dessa arquitetura, e que poderiam ser utilizados na arquitetura contemporânea.

Nesta época, eram diversificadas as propostas de intervenção que propunham uma maior participação dos utentes, como referimos. Para alguns arquitetos, tratava-se de um novo campo de experimentação. Mas, para comprovar a sua viabilidade, era necessário confirmar, na prática, algumas das intenções inerentes à ideia de participação. Um dos temas mais prementes nesta questão colocava-se em relação às decisões de programa e de projeto e o papel que cabia ao autor, em relação a decisões fundamentais. Pelo menos, no plano das intenções, essas decisões seriam partilhadas entre o *autor/projectista* e os *utentes*. Em relação ao novo papel a desempenhar pelo arquiteto, estas propostas implicavam novos processos na condução do programa e/ou do projeto, colocando-se com especial relevância a questão da autoria, criticando a ideia do autor iluminado e individualista que se fecha na sua arquitetura.

O alargamento do campo disciplinar da Arquitetura a outras áreas da cultura e da ciência, integrando novos conteúdos programáticos, de que se falou, era, na época, tendencialmente adoptado em alguns projetos sociais, colocando novos desafios. A revisão do modo tradicional de conceber e projectar será mais reservada ao espaço específico da concepção. A pesquisa teórica desenvolvida em

França, com ênfase nos problemas urbanos e sociais e o trabalho específico do sociólogo Chombart de Lauwe foram dos estudos mais importantes realizados nesta área (BANDEIRINHA, 2007a, p. 28).

A abordagem de Lauwe, centrada na caracterização do utente, privilegiava a importância das decisões surgirem das bases sociais e em defesa do utilizador, contestando as hierarquizações dirigidas do topo para a base. O cerne da questão incidia sobre as metodologias do projeto e os métodos usuais de trabalho, utilizando, entre outras abordagens, os inquéritos, os quais teriam que se compatibilizar e enquadrar com algumas das valências da sociologia urbana da época.

Para Nuno Portas, a definição de programas e estudos realizados nestas áreas e a aplicação do trabalho concreto de Lauwe poderiam ser problemáticas no tipo de interferência que provocavam no trabalho do projectista/arquiteto. As diversas metodologias oriundas da sociologia tendiam a retirar parte do poder de decisão aos projectistas e a interferir na sua livre escolha, em relação à interpretação do programa e à configuração dos espaços. Portas considera que esta abordagem era susceptível de retirar espaço ao que, normalmente, cabe ao arquiteto, não podendo as metodologias oriundas da sociologia apontar soluções espaciais, que deverão surgir da elaboração conceptual.

“Nada haverá mais perigoso na intenção de fazer participar do que dar-lhe a ilusão de participar. Quando Chombart de Lauwe afirmava desde os seus primeiros inquéritos que lhe interessavam as motivações sócio-culturais da variação dos comportamentos, era uma revolução mental que se operava: estava posto em questão o problema da legitimidade do arquiteto impor um estilo de vida, por progressista que fosse o seu projeto social.” (PORTAS, 1969, p. 132)

É assim que, sobre este tipo de abordagem, recorrendo a métodos científicos oriundos da sociologia, continuavam a existir, nos anos 1960, divergências naturais sobre o papel a desempenhar pelo arquiteto face às novas ideias surgidas. Em relação às novas metodologias propostas nesta época, alguns dos arquitetos de vanguar-

da colocavam-se numa posição crítica em relação à componente elitista do arquiteto, confrontando a posição do autor tradicional com novas vertentes e atribuições, sobretudo no campo social.

Alguns arquitetos relevantes nesta área da *experimentação*, como foi o caso de Bernard Rudofsky ou de Yona Friedman, defenderam, neste sentido, as virtualidades da Arquitetura anónima ou sem autor e o papel do projectista integrando novos contributos de uma intervenção mais participada. Tanto por via da exploração criativa da componente vernacular, como pela ideia de utilização da mobilidade de residência de modo generalizado, estes dois arquitetos questionaram o papel tradicional do arquiteto, menos *atento* às solicitações dos utentes, mas não deixaram de exercer igualmente as suas capacidades criativas e o seu trabalho enquanto autores (RUDOFSKY, 2003; FRIEDMAN, 2011).

1.9.2 DIFERENTES ABORDAGENS, PROGRAMA E PROJETO

No plano institucional, surgem, nos anos sessenta, no Reino Unido diversas medidas legislativas em relação à habitação, estabelecendo novos direitos dos cidadãos, nomeadamente, o de *participação* no planeamento urbano. Em 1969, dá-se uma grande mudança na legislação do Reino Unido, com a publicação dos Housing Acts, tornando obrigatória a consulta pública em muitas situações de planeamento e de intervenções urbanas, numa fase anterior à sua implementação. Como resultado destas alterações legislativas, aumentou substancialmente a participação dos moradores na concepção de novos projetos no país, durante os anos 1970, em particular nos planos habitacionais, com grande destaque para a área social e a reabilitação urbana (JONES, 2009).

Nos Estados Unidos, o processo terá sido semelhante, existindo uma longa tradição do direito aplicado ao planeamento. Muitos dos novos programas pretenderam renovar a situação dos guetos urbanos, na sua maior parte, envolvendo a comunidade negra. Neste aspecto, as

questões dos direitos dos cidadãos colocavam-se em relação a populações carenciadas e na sua defesa, face à generalizada tendência imobiliária para demolir as zonas habitacionais mais degradadas. Desde os inícios dos anos 1960, que nas grandes cidades, eram comuns as situações em que as populações de arrendatários, maioritariamente negras, eram evacuadas sem qualquer indemnização. A partir de 1969, foram criados, nos Estados Unidos, novos programas federais, promovendo o setor da habitação, contando com a participação dos utentes, dando sequência a acções anteriores em que se incluíam os arquitetos nas equipas, a apoiar as organizações de moradores.

“There was a substantial amount of community organizing, some involving architects, before official federal aid for urban renewal began in 1969. Both New York City and Boston, for example, fielded significant initiatives to get the poor directly involved in the struggle for better neighborhoods and improved housing conditions.” (HAMDI, 1991, pp. 76-78)

A defesa de uma maior componente social na Arquitetura, através da participação dos moradores, foi partilhada por uma importante geração de arquitetos que, entre outros, incluía Lucien Kroll, Ralph Erskine ou Walter Segal.

Esta nova perspectiva cívica alterava a posição do arquiteto em todo o processo de projeto e tendia a introduzir novos modos de projetar e novos processos de decisão. Sobre os aspectos que se prendem com a autoria, alguns dos defensores destas tendências “participativas” questionavam, em particular, o *modo de fazer* inerente à posição corrente eminentemente elitista do arquiteto. No fundamental, estavam a ser experimentadas novas modalidades conceptuais, procurando compatibilizar os processos de projetar, com um maior papel atribuído à manifestação da vontade dos utentes, como vimos. Assim, a participação dos moradores em alguma arquitetura dos finais dos anos 1960 e anos 1970 colocava-se como uma nova abordagem em relação à questão projetual e tendia a manifestar-se de modos inovadores na concretização da ideia e dos conceitos. Isto

reflectiu-se numa pluralidade de métodos e práticas de intervenção de projeto, envolvendo os utentes nas tomadas de decisão do projeto, muito dependente, também, do envolvimento e da personalidade do arquiteto (JONES, 2009, p. XVI).

Nesta época, a divulgação e o debate sobre estes temas relativos à Participação em Arquitetura deram origem a diversos *meetings*, exposições, *workshops*, conferências e outro tipo de eventos. Em 1971, realizou-se, em Londres, uma importante conferência designada *Design Participation*, organizada pela Design Research Society. A conferência foi comentada pelo crítico de arquitetura, Reyner Banham, que refere a dificuldade em esclarecer o real significado de *Participação*, relativamente aos processos de projeto. Com a ideia comum do *user participation in design*, esta conferência contribuiu para um importante debate e provocou o interesse pela possibilidade de Participação, também em Design.

Para o tema da Participação, é importante avaliar a postura de alguns dos arquitetos que mais estiveram ligados a esta temática, nos aspectos pertinentes de alteração da sua prática profissional. Na Introdução a *Architecture & Participation*, os autores referem que existe, atualmente (2009), uma grande lacuna na literatura sobre esta matéria, e desde os anos 1960, pelo que procuram reunir todos os testemunhos possíveis de intervenientes importantes na área da *Participação*. Peter Blundell Jones recusa a ideia de uma standartização da classificação destes processos, defendendo a pluralidade das diferentes abordagens. Para Jones, a multiplicidade é a palavra-chave do que devem ser os processos participativos, considerando que os participantes não são um *standard* nestas ações:

“We do not present a standard version of Participation; we even contest that a standard, unique version of participation could ever be possible. The danger with a normative technique is that it sees the user as standard, there to be subjected to common methods. Instead, one has to accept that with multiple users, multiple desires and multiple forms of participation are necessary.” (JONES, 2009)

Alguns destes projetos *participados* constituíam uma nova abordagem em relação ao exercício da Arquitetura, particularmente, em processos habitacionais em que os programas observam o tipo de hábitos familiares e referências mais personalizadas. O arquiteto Jon Broome, que trabalhou com diversas cooperativas de habitação, em Inglaterra, considera que a participação dos residentes no processo habitacional teve o seu período mais expressivo nos anos setenta (séc. XX) e que, desde então, veio a perder importância, devido às preocupações com os custos de construção, a procura de melhoria da eficiência e a alternativa que constituía a pré-fabricação, considerada um processo que não favorece estas práticas. Jon Broome partilha os mesmos conceitos chave sobre a Participação, defendidos por Sherry Arnstein, em *The Ladder of Citizens Participation*, publicado nos Estados Unidos, em 1969: manipulação – terapia – informação – consulta – apaziguamento – parceria – poder delegado – poder do cidadão.

Broome acredita nas vantagens da participação dos utentes nestes processos, defendendo, mesmo, ser uma condição prévia essencial para um projeto habitacional, numa perspectiva de *sustentabilidade*, dos aspectos sociais e de outras vertentes importantes. Neste sentido, relaciona a participação dos residentes com a ecologia, desde a conservação energética ao impacto da construção no meio ambiente, num processo que, a prazo, transforma as urbanizações em casos de equilíbrio social e de sustentabilidade conjuntural (BROOME, 2009, p. 65). Este arquiteto analisa a evolução do conceito de Participação na Grã-Bretanha e acredita que o desenvolvimento da produção industrializada se tornou incompatível com os processos que procuram uma maior intervenção dos utentes nas decisões sobre programas habitacionais. A planificação urbana corrente e os processos de produção em série tendem a excluir qualquer hipótese de as populações participarem nas decisões que interessam à comunidade.

1.9.3 PARTICIPAÇÃO, CONFLITO E MANIPULAÇÃO

A ideia do utente colaborar no processo de decisão do projeto, interferindo com o papel normalmente reservado ao projectista, pode representar uma abordagem não-convencional da Arquitetura. Em termos de autoria, existem pressupostos que conduzem a uma abordagem inovadora de projeto o que, sendo experimental, faz correr alguns riscos que apenas podem ser testados pela prática profissional.

Tendo uma gestão muito característica, estes processos participativos eram propostos pelos arquitetos que, apostados na melhoria da qualidade de vida dos moradores, acreditavam também estar a contribuir para uma arquitetura mais interessante.

Neste sentido, é pertinente avaliar os efeitos que estes processos participados possam ter tido na elaboração dos projetos de arquitetura e o seu contributo para a melhoria da qualidade arquitectónica.

Alguns dos arquitetos envolvidos nesta temática (nos anos sessenta e setenta), exploraram os limites dessa nova interacção com os utentes. Referimos, como exemplo, o projeto da *Maison Médicale*, do ar-



FIG 18
Lucien Kroll, Maison Médicale-Universidade de Lovaina, 1970-76. Vista exterior que mostra os alojamentos com diferentes soluções participadas.

quiteto Lucien Kroll, na Universidade de Lovaina (1970-1976), em que os estudantes são convidados a introduzir alterações (ao projeto), seguindo um processo de diálogo da iniciativa do projetista. Neste caso, Kroll decidiu-se pela discussão aberta sobre programa e obra, permitindo que as opções estéticas dos moradores se formalizassem em projeto e que esta prática se prolongasse também em obra. A posição do arquiteto continuava a ser determinante como coordenador, integrando o contributo criativo dos estudantes no processo. A arquitetura que se concretizou resultou numa nova con-



19a



19b



19c

FIG 19
Ralph Erskyne, Byker Wall,
1969-80

19a
Vista exterior mostrando
variedade de soluções
participadas.

19b
Ralph Erskyne,
Byker Wall, 1969-80.

19c
Vista exterior mostrando
variedade de soluções
participadas.

cepção de autoria, com objectivos de experimentação inovadores, tendo existido partilha conceptual, integrando algumas das ideias dos moradores.

Com uma postura idêntica de participação com os moradores, situa-se o trabalho de Ralph Erskine, no projeto Byker Wall em Newcastle-on-Tyne (1969-80), sobre o realojamento dos residentes



20a



20b



20c

FIG 20
Walter Siegel, Walter Way,
Londres, 1979.

20a
Vista das casas
pré fabricadas
com utilização de AC.

20b
Solução criativa de
pré-fabricação com
utilização de AC.

20c
Modelação em
pré-fabricação.

20d
Grupo de moradores
autoconstroem
as habitações.



20d

daquela localidade. Desenvolvendo um diálogo com os moradores acerca do programa, Erskyne estava preocupado em criar um projeto de realojamento em que as exigências sociais (não quebrando as relações de vizinhança e parentesco) fizessem parte das prioridades, assim como os métodos construtivos que incluíam a AC.

O projeto residencial Walter Way de Walter Segal mostra como ele acreditava na participação dos moradores e na AC. A procura de baixo custo e o método construtivo que utilizou no projeto de Walter Way, compatibilizava-se bem com a ideia de AC. Segal utilizou um sistema construtivo em estrutura de madeira onde encaixavam os painéis isolantes, como na pré-fabricação metálica, prevendo que a comunidade e as famílias iriam construir as suas próprias habitações (SHORGABY, 2010, p. 50).

A participação dos moradores poderia dar-se de diferentes modos e em diferentes fases do processo, dependendo do papel assumido pelo arquiteto, face ao contexto em que trabalhava. Na maior parte dos casos citados, as populações participaram em reuniões e debateram uma série de questões sobre o programa e o projeto, variando com as circunstâncias concretas de cada caso, o modo como debateram e interferiram na solução final da arquitetura. Segundo alguns dos autores referidos, estes processos não eram

susceptíveis de tipificação, dada a grande variedade dos contextos e o modo como os projectistas e os decisores estabeleciam as regras de participação com os utentes. No entanto, qualquer que fosse o modo como era conduzido o processo, o diálogo podia tender a criar consensos ou significar uma oposição de interesses. Cabia aos projectistas saber gerir os vários aspectos do processo de forma criativa e eficaz.

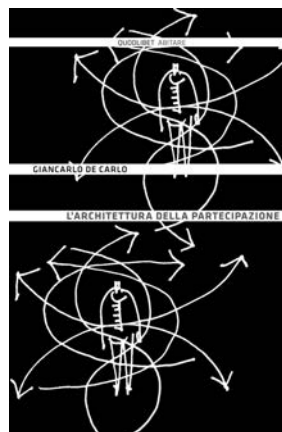


FIG 21
Giancarlo De Carlo,
*L'Architettura della
Partecipazione*, 1973.

O arquiteto Giancarlo De Carlo colocou importantes questões sobre o tema. À semelhança de outros seus contemporâneos, foi um defensor da Participação na Arquitetura e particularmente crítico da posição *dominante* do arquiteto face ao utilizador. Em relação à autoria, defende algumas posições radicais, ao ponto de afirmar que “a Arquitetura é demasiado importante para ser deixada aos arquitetos”, numa crítica

à excessiva importância atribuída às obras dos arquitetos sem contextualizar as circunstâncias concretas dos intervenientes no processo (CARLO, 2009, p. 13).

Em relação à caracterização dos utentes, Carlo é particularmente crítico dos programas do *movimento moderno*, que se dirigiam a um *utilizador universal*, de alguma maneira, estereotipado e ocidental. Carlo distingue diferentes modos de planear para uma comunidade, estabelecendo a diferença entre a Participação, enquanto decisão que nasce *das bases* e que resulta de uma actuação democrática, em contraste com os processos de planeamento autoritário, com pouca ou nenhuma participação dos moradores.

De Carlo distingue os métodos que funcionam *para* os utentes dos que funcionam *com* os utentes e tem uma noção muito clara sobre as vantagens dos processos participativos. O utente intervém no processo decisório e contribui para a qualidade da Arquitetura, embora o autor do projeto tenha sempre, evidentemente, a última palavra.

“The fundamental difference between planning ‘for’ and planning ‘with’ the users, lies in the quality of the planning. Here it is perhaps necessary to add that by “Participation of the users” we do not mean that the users should work at the the drawing board or that they should dictate while the architect transcribe, transforming aspirations into images.” (CARLO, 2009, p. 16)

Para ele, era bem clara a ideia de que os utentes não deverão interferir nos processos de decisão em relação ao desenho, sendo esta da exclusiva responsabilidade do arquiteto. A tendência dos arquitetos envolvidos em processos participativos, em particular no sector da habitação social, era colocar estas metodologias em debate, procurando contribuir para criar melhorias de programas, visando uma qualidade geral do projeto e da obra.

Nas décadas de 1960-70, estes arquitetos ensaiavam novas abordagens no método de trabalho em arquitetura e integravam um factor novo, a participação dos moradores no processo decisório do programa ou do projeto.

O arquiteto e filósofo Jeremy Till, que colaborou nessa época em diversas experiências de projeto de Participação, refere o uso de técnicas para persuadir os utentes a aceitarem decisões previamente tomadas. Jeremy Till defende um modelo de Participação que seja *transformativo*, pressupondo algumas mudanças na relação entre o utente e o arquiteto, alterando os modos usuais do exercício disciplinar. Segundo ele, o objectivo de um processo transformativo será tirar partido da participação dos utentes nas próprias metodologias de conceção, encarando estes contributos, não como um entrave, mas antes, como uma oportunidade de inovar em Arquitetura.

“architects need to accept changes to the standard methods and values of practice, and in particular to see that the issues that participation brings to the fore present not a threat but an opportunity, leading to a more empowering form of architecture.” (TILL, 2009, p. 41)

A efectiva participação do utente acontece quando as suas opiniões, de algum modo, acabam por influenciar efetivamente o processo final. O problema neste tipo de gestão de expectativas é a de saber quem decide e como, sobretudo em caso de conflito, procurando o arquiteto ou o gestor do processo superar as naturais divergências e diversidade de posições. A ideia do *conflito* e da *manipulação*, nos processos democráticos de Participação em Arquitetura, parece ser uma das questões chave nos processos que envolvam a participação dos moradores e do equilíbrio da sua gestão depende o contributo para qualificar o projeto.

FIG 22
Markus Miessen,
The Nightmare
of Participation, 2010.



O teórico de Arquitetura, Markus Miessen, defende que os conflitos fazem parte deste tipo de experiências. Em termos de resultado final do processo, Miessen entende que é preferível assumir conflitos entre as partes, do que pretender suprimi-los ou forçar um consenso, por vezes, difícil, senão mesmo, impossível (MOUFFE, 2008, p. 171).

Álvaro Siza Vieira realizou diversos projetos de habitação social,

sendo de destacar o processo SAAL, após o 25 de Abril de 1974. De entre as experiências que realizou, neste domínio, realçou, por inúmeras vezes, os aspectos positivos que a participação dos moradores pode significar como suporte ao trabalho de projeto. Defendendo as vantagens do debate com os moradores – muito enriquecedor para o projeto – não deixa de colocar a questão da manipulação e do conflito que surge, por vezes, de modo inevitável, sempre que são manifestadas posições antagónicas:

“É muito fácil um processo destes cair na manipulação, no estabelecimento de relações de uma certa submissão, por razões várias. Basta a

FIG 23
Siza Vieira e a participação
em arquitetura

23a
SizaVieira, Adri Duivesteijn
e moradores, Bairro da
Bouça, Porto,
25 de Abril, 1984

23b
Programas de reabilitação
“Ilhas” do Barredo, Porto
1974-75 (programa
CRUARB)

23c
Siza Vieira, Bairro São Vitor.
Demolições, protestos
dos moradores, encontros
com as brigadas SAAL,
discussões e projetos,
Porto, 1974

imagem de superioridade intelectual dos arquitetos, para que o processo acabe por ser defeituoso. Por outro lado também pode haver – e houve durante o SAAL – muitas manipulações internas, por parte das comunidades envolvidas. Por isso, a participação tem de ser um debate que não fuja ao conflito, mas que também não fuja à manifestação das ideias com total abertura.” (SIZA, 2009, p. 16)



23a



23b



23c

1.9.4 MODOS DE PARTICIPAÇÃO A NORTE E A SUL

A possibilidade de uma comunidade decidir, no seu próprio interesse, sobre uma proposta de arquitetura, intervindo num debate público ou pronunciando-se sobre uma solução, é uma manifestação de civismo e um direito em democracia. As populações que participam no desenvolvimento de um programa ou de um projeto de arquitetura, ou decidem sobre a sua construção, podem exercer esse direito sob diversas formas. Mas o conceito de Participação que estivemos a analisar é, necessariamente, diferente entre os países do Sul e os do Norte. A democracia e os conceitos de Participação a ela associados estão muito mais enraizados nos países mais desenvolvidos e, para além disso, a cultura e os níveis de educação da maioria das suas populações, ainda mais acentuam essas diferenças em relação aos países do Sul (TURNER, 1982).

Para muitos dos arquitetos envolvidos nestes processos, na década de 1970, existia uma generalizada ideia de transformação social e as novas ideias deveriam introduzir alterações positivas na Arquitetura. Sem referir as particularidades regionais, John Habraken, no início dos anos 1970, defende a reformulação da importância que deverá ser dada ao utente. Para ele, o desenvolvimento social, no sentido da Participação, deveria conduzir os processos habitacionais numa via democrática e não totalitária, como era corrente em processos de habitação em série.

“The whole of social development is directed to an increase in the personal rights of man. How can this democratic process tally with a method of housing more akin to totalitarianism in its action and forms? In Berlage’s day the workers were not unjustified showing instinctive and violent reaction against the wide applications of mass housing”.
(HABRAKEN, 1972, p. 41)

1.10 Autoconstrução e Sistemas Construtivos

1.10.1 A PRÉ FABRICAÇÃO E OS CONTEXTOS CARENCIADOS

Recuando ao primeiro modernismo da década de 1920 (MUMFORD, 2000), alguns dos defensores mais notabilizados da Arquitetura Moderna propuseram novos modelos sociais para a Europa com o objetivo de resolver o problema da habitação. Para isso, pretendiam recorrer à indústria da pré-fabricação afim de produzir habitação em massa. As ideias defendidas por Le Corbusier ou por Gropius, na década de 1920, no sentido de transformar a arquitetura por meio de uma base tecnológica, fundada nos desenvolvimentos da pré-fabricação, seriam uma utopia realizável, caso a Arquitetura Moderna se tivesse efectivamente integrado nos complexos sistemas das indústrias de produção em série (DAVIES, 2005, p. 9).

Não foi isso que aconteceu, em parte porque as circunstâncias particulares do percurso profissional destes dois arquitetos não o permitiu, mas, também, porque os próprios processos construtivos correntes resistiam a essas mudanças, sobretudo na Europa. Nos Estados Unidos, esse problema foi mais fácil de ultrapassar e a integração da arquitetura na indústria obrigava a um esforço de adaptação profissional. A prática profissional e os sistemas construtivos muito industriais obrigavam os arquitetos a abandonar processos habituais e ainda artesanais de projectar e de conceber. A componente estrutural em préfabricação foi tema de exploração em algumas obras de Le Corbusier, por exemplo, nas *Maisons Citrohen*, ou em alguns dos projetos de Walter Gropius, desenvolvidos nos Estados Unidos, mas revelaram-se experiências inconsequentes. Essa direcção, no sentido de maior industrialização e tipificação, não aconteceu na obra construída destes dois mestres do movimento moderno. Neste aspeto, o programa modernista que pretendia resolver os problemas da habitação, através de habitação massificada, baseada na préfabricação, não se realizou. Esta é a tese de Colin Davies, no

livro *The Prefabricated Home*, explicando, detalhadamente, como alguns dos arquitetos dessa geração não foram bem sucedidos nesse propósito, relacionado que estava com a ideia, talvez utópica, de massificação da habitação (DAVIES, 2005, pp. 11-36).

Para aquilo que constituía um ambicioso programa de habitação de massa exigia-se uma grande adaptação nos próprios processos de fazer Arquitetura. E a maioria destes arquitetos não conseguiu adaptar-se e não foi eficaz no cumprimento das exigentes regras de fabrico industrial, muito específicas nos detalhes técnicos que devem sair do estirador do arquiteto para serem dirigidos em obra. Quando se confrontaram com as regras muito rígidas da lógica de produção industrial, Corbusier e Gropius derivaram para outros percursos e outros projetos.

“There are plenty of examples of successful prefabricated houses. It is just that they have not been canonized by architectural history. It sometimes seems that commercial and industrial success is itself sufficient to disqualify a prefabricated house from the status of architecture” (DAVIES, 2005, p. 44)

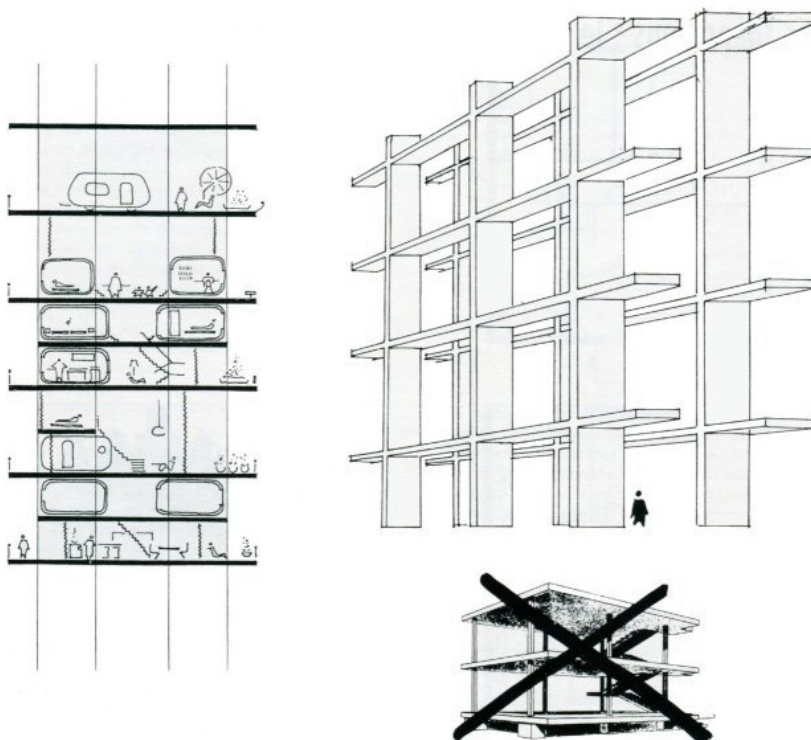


FIG 24
John Habraken, *Supports*
Conceito: estrutura fixa,
módulos habitacionais
móveis.

Os aspectos da economia e dos recursos locais, da tecnologia construtiva, da organização das instituições, da gestão e formação de pessoal e do fornecimento de habitação a preços acessíveis, não sendo geralmente atributos da Arquitetura, são aspectos que se revelam prioritários na intervenção, em contextos de carência. O campo tende a alargar-se a uma intervenção social que defina estas políticas habitacionais comparativamente à designada habitação de massas e, neste sentido, alguns autores defenderam políticas alternativas às normalmente seguidas pelas autoridades públicas.

No livro, *Supports*, John Habraken faz alusão às políticas habitacionais dirigidas a populações carenciadas e ao papel que cabe à Arquitetura na intervenção em contextos, em que a habitação convencional (*Mass Housing*) conduz a uma mobilidade forçada das populações, ou mesmo em que os habitantes estão votados à mobilidade, independentemente da sua vontade.

O sentido das preocupações de muitos arquitetos e especialistas em relação ao fenómeno dos *shums*, que atingiu extensões calamitosas, a partir da segunda metade do séc. XX, situava-se num sentido diverso ao da defesa da massificação da habitação.

“The contemporary town dweller is a nomad who moves from place to place without taking part in the growth of his environment, just as he does not have to reproach himself with its poverty. He experiences his town as something outside himself and finds his self-expression, entirely in conformity with his nomadic existence, in his motor car” (HABRAKEN, 1972, p. 39)

A prática profissional da Arquitetura confrontou-se, nestas áreas de actuação, em contextos muito carenciados, com os limites da sua própria atividade. Isto não ocorreu apenas no plano conceptual, mas igualmente, nas opções construtivas, e dada a especificidade local dos aspetos culturais, sociais e económicos do contexto. As intervenções nestes contextos obrigam a integrar os aspetos muito particulares e exigem dos projetistas que façam adaptações positivas dos seus conceitos, face às diversas realidades locais. John Habraken procurava

reformular o conceito da própria ideia de habitar e o seu pragmatismo conduzia à defesa da produção industrial mecânica. Para ele, o grande objectivo era encontrar alternativas à habitação em massa (*mass housing*), não abdicando da tecnologia mais apropriada.

Habraken defendeu um modelo que evitasse a uniformização dos tipos de habitações e dos *modos de vida*. Embora o seu tema não fosse, especificamente, a cidade informal ou os contextos de pobreza, para ele, não se deveriam confundir processos de pré-fabricação com a banalização corrente da construção de habitação, de que foi particularmente crítico. No sentido contrário ao que defendeu Hassan Fathy, John Habraken propôs a produção em série, a máquina e a pré-fabricação, como solução para os problemas da habitação. Não sendo defensor da casa completa à saída da fábrica, preconizou que uma grande parte das componentes de uma habitação pudesse ser fabricada por estes processos (HABRAKEN, 1972, p. 59).

“We must make constructions which are not in themselves dwellings or even buildings, but are capable of lifting dwellings above the ground; constructions which contain individual dwellings as a book case contains books, which can be removed and replaced separately; constructions which take over the task of the ground, which provide building ground up in the air, and are permanente like streets.” (HABRAKEN, 1972, p. 59)

Em relação a projetos democráticos e participativos, havia que definir a sua estrutura fundamental de *suporte*, mas enquanto estrutura de *acontecimentos futuros*. A ideia de deixar aos utentes a capacidade de decidir é claramente um tema relacionado com uma participação interveniente na própria concepção de projeto.

“A support structure on the other hand is built in the knowledge that we cannot predict what is going to happen to it. The more variety housing can assume in the support structure, the better. It is therefore not an uncompleted building, but in itself a wholly complete one.” (HABRAKEN, 1972, p. 61)

Habraken propõe a generalização de *estruturas de suporte*, construções que permitem acoplar os alojamentos que possam ser construídos, alterados ou retirados da estrutura, independentes e autónomos, numa linha muito próxima de algumas ideias desenvolvidas, na mesma época, como sejam as propostas de mobilidade e de estruturas para cápsulas móveis do arquiteto Yona Friedman, um outro defensor, em vários projetos, da participação do utente.

FIG 25

Cidades, do caniço e do musseque.

25a

Maputo, qualificação urbana em Mafalala e Chamanculo, 2014.

25b

Musseque e Bairro da Prenda.

25c

Musseque e Bairro da Prenda.

1.10.2 IDEIAS HABITACIONAIS PARA O TERRITÓRIO COLONIAL PORTUGUÊS

O arquiteto Pancho Guedes é particularmente crítico das políticas governamentais, que se propunham actuar nestes territórios informais, os designados *caniços*. Num texto que publica em 1963, Pancho Guedes refere os graves problemas dos *caniços*, que circundavam a zona do aeroporto da cidade de Lourenço Marques (Maputo), em Moçambique. No artigo,



Manual de Alfabetização do vogal sem Mestre, criticava irónicamente a falta de capacidade do regime para lidar com um fenómeno habitacional de grande dimensão e, em relação ao qual, propõe soluções com argumentos razoáveis. (PANCHO GUEDES, 1963)

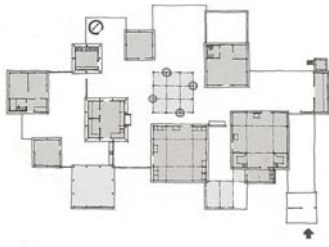
Os bairros caracterizados por Pancho Guedes, como uma *cidade de caminhos de areia*, não se encontravam recenseados, apenas existiam estimativas e tanto podiam ter 150.000 como 300.000 pessoas a viver, ninguém sabia ao certo. E numa realidade “sem esgotos, sem água, sem luz”, ele conclui que a solução não se apresentava fácil: “o mal da cidade do caniço é uma doença longa e cara de tratar”. Quando se propõe criar uma listagem de eventuais soluções para resolver as más condições de habitação, Pancho Guedes troca a ironia pelo pragmatismo criativo:

“(…) Estudar projetos-tipo para realizar uma ocupação de elevada densidade; requisitar e coordenar as actividades de várias pequenas indústrias relativas à construção civil (firmas com estaleiros de peças pré-fabricadas e pré-esforçadas com capim-alto nas passagens); Conseguir fazer da Cidade, uma cidade de verdade sem perder aquilo que a cidade de caniço tem e que a outra cidade nunca teve - vontade e vida de cidade.” (GUEDES, 1963)

A preocupação que Pancho Guedes manifesta em relação à situação de vida nos *caniços* de Lourenço Marques era igualmente partilhada por outros arquitectos e técnicos.

Igualmente, houve quem se preocupasse com a sorte das populações e as condições habitacionais e de vida nos *musseques* de Luanda (Angola), como foi o caso do Bairro da Prenda, uma operação de realojamento de alguns destes bairros nessa cidade.

Na cidade de Luanda, e na década de 1960, os *musseques* atingiam já uma percentagem significativa do alojamento da cidade, ao abrigar uma grande parte da sua população total. Embora o Bairro da Prenda não se destinasse, apenas, aos habitantes do musseque, as opções programáticas do seu autor, o arquitecto Fernão Lopes Simões de Carvalho, passavam pela inclusão da população mais desfavorecida, vinda



26a



26b

FIG 26

Pancho Guedes, Escola
Clandestina, Lourenço
Marques, Maputo, 1969.

26a

Planta da Escola.

26b

Pancho Guedes com Peter
Smithson, visita à escola.

26c

Vista geral.



26c

doutros contextos, e a sua principal motivação programática foi essa. No plano urbano proposto, esta população ocuparia ainda os terrenos divididos em lotes para urbanizar, previstos para serem construídos para habitação e com recurso à utilização de AC.

Noutros pontos de Luanda, os musseques tendiam a ser integrados em estruturas previstas nos novos planos de urbanização, prática contrária à demolição das áreas ditas ilegais ou informais. Nas práticas urbanísticas desta cidade, e em oposição à ideia de *transgressão* mal associada aos musseques foi introduzido o tema da reabilitação e resolução legal, proposto por Simões de Carvalho.

A assimilação da cidade espontânea pela cidade planeada obedece, aliás, a tendências internacionais, que os profissionais portugueses já aconselhavam desde o final da década anterior (MILHEIRO, 2012, p. 216).

No território nacional africano existiam, como vimos, inúmeros bairros de lata nas grandes cidades, em resultado da deslocação das populações das suas zonas rurais, de origem. Na cidade, encontravam um melhor salário para subsistir, dando origem aos novos bairros de lata. Em relação a este crescente problema urbano informal, houve, da parte de alguns arquitetos, uma preocupação séria em procurar novas soluções.

Nas jornadas organizadas em 1965, pelos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar e realizadas em Lourenço Marques (Moçambique), foi apresentado um estudo bastante detalhado sobre diversas soluções construtivas de baixo custo. (CASTRO, 1965). Estas soluções eram dirigidas a populações locais de todo o território português da altura, incluindo-se, naturalmente, as *províncias ultramarinas*. Neste estudo, as *Considerações sobre a Construção Tradicional e a Pré-Fabricada*, elaboradas pelo arquiteto Alfredo da Silva e Castro, são propostas diversas soluções para as diferentes regiões afectadas pela nova situação das migrações das populações rurais, que se deslocam para as grandes cidades. O estudo visa, sobretudo, os territórios de Angola e Moçambique, mas também Cabo Verde, Guiné e Timor.

Neste relatório, o arquiteto Silva e Castro deixa transparecer o seu grande contacto com esta realidade nas colónias, revelando um profundo conhecimento das soluções técnicas que propõe. A proposta de uma Arquitetura com base na tradição vernacular trazia vantagens económicas evidentes, já que estes materiais podiam ser obtidos, praticamente, sem custos.

Por outro lado, era analisada a componente da construção convencional, muito relacionada com exigências de higiene, utilizando materiais industriais correntes, desde o betão, o cimento, o tijolo, a telha, mas, comparativamente, muito mais pesados e caros, do que os materiais tradicionais.

Finalmente, era avaliada a alternativa da pré-fabricação, encarada como solução promissora para resolver a complexidade dos bairros que se desenvolviam nas cinturas urbanas de grandes cidades.

Para dar resposta a estes novos subúrbios, que cresciam sem regras em muitas cidades coloniais da altura, havia que encontrar soluções credíveis, baseadas num conhecimento aprofundado dos problemas habitacionais, arquitetura e sistemas construtivos acessíveis e de baixo custo.

A solução preconizada por Silva e Castro passava pela utilização da pré-fabricação e incorporação de materiais e técnicas locais naturais ou artesanais, que se conjugassem com a AC realizada pelas populações. A ideia da conjugação da construção tradicional e vernacular *indígena*, com diferentes tipos de pré-fabricação e utilizando materiais locais, permitia uma panóplia de soluções habitacionais. No estudo de Silva e Castro, é de realçar a avaliação das vantagens da construção vernacular existente e as decorrentes possibilidades de criar *híbridos*, que integrassem a componente industrial da construção pré-fabricada.

O tipo de construção industrializada em larga escala era, na opinião deste arquiteto, compatível com diferentes misturas das arquiteturas vernaculares existentes em África, nas Ilhas ou em Timor, consoante os materiais e a tradição utilizada no contexto de cada região.

Assim se introduz a AC que aparece como uma possibilidade de utilizar mão-de-obra não especializada em soluções industriais de fabrico em série, com forte componente industrial (CASTRO, 1965).

Em diferentes versões, sob várias formas, as soluções tradicionais utilizando, como foi referido, os materiais locais – que completavam o protótipo *esqueleto* de uma construção iniciada como *estrutura* – correspondiam a um projeto de conceção *aberta*. Esta pesquisa experimental demonstra uma profunda avaliação e um cuidado na ponderação das vantagens de acoplar os dois tipos tecnológicos, aparentemente contraditórios.

É notória neste tipo de pesquisas a vontade de criar novas soluções habitacionais, como que uma nova ética no modo de habitar. O caráter exploratório dos sistemas construtivos constituía a garantia da sua concretização. Esta teria que se apresentar com pragmatismo: o suporte físico da habitação não era secundário, mas antes o essencial do problema.

Referências Bibliográficas

ARCHITECTURE FOR HUMANITY. *Design Like You Give a Damn [1]: Architectural Responses to Humanitarian Crises.* Nova Iorque: Metropolis Books, 2006.

BANDEIRINHA, José António. (a) Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal. *JA: Jornal dos Arquitectos.* Trimestral. Vol. 226, Lisboa: Jan- Março de 2007

BANDEIRINHA, José António. (b) *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BEALL, Jo e FOX, Sean. *Cities and Development.* Nova Iorque: Routledge, 2009.

BOESIGER, W. *Le Corbusier, Oeuvres Complètes.* Basel, Boston, Berlim: Birkhauser Publishers, 1995. Vols. 4, 1938-46.

BROOME, Jon. *Mass Housing cannot be Sustained.* [ed.] Doina Petrescu, Jeremy Till Peter Blundell. *Architecture and Participation.* Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

BURGESS, Rod. *Self Help Housing Advocacy: A Curious Form of Radicalism. A Critique of the Work of John Turner.* [ed.] Peter M. Ward. *Self Help Housing, A Critique.* Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

BURGESS, Rod. *Helping Some to Help Themselves.* [ed] Kosta Mathéy. *Beyond Self-Help Housing.* Londres, Munique: Mansell Publishing Limited, 1992.

CASTRO, Alfredo da Silva e. *Considerações sobre a Construção Tradicional e a Pré-fabricada.* 1^{as} Jornadas de Engenharia de Moçambique/Dir.Geral de Obras Públicas e Comunicações/ Serviços de Urbanismo e Habitação. Lourenço Marques: Ministério do Ultramar/ DGOPC/ Serviços de Urbanismo e Habitação, 1965.

DAVIES, Colin. *The Prefabricated Home.* Londres: Reaktion Boook, Ltd, 2005.

DAVIS, Mike. *Planet of Slums.* Londres, Nova Iorque: Verso, 2006.

DE CARLO, Giancarlo. *Architecture's Public.* [autor do livro] Doina Petrescu, Jeremy Till e Peter Jones. *Architecture & Participation.* Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

DRUMMOND, Didier. *Architectes des Favelas.* Paris: Bordas, 1981.

FATHY, Hassan. *Architecture for the Poor.* Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

FIORI, Jorge e RAMIREZ, Ronaldo. *Towards a Conceptual Framework for the Analysis of Self-Help Housing Policies in Developing Countries.* [autor do livro] MATHEY, Kosta. *Beyond Self-Help Housing.* Londres e Nova Iorque: Mansell Publishing Limited, 1992.

FRACALOSSI, Igor. *O Direito à Beleza.* Brasil: ArchDaily Brasil, 9 de Dezembro de 2011. Disponível em: [www:<URL: http://www.archdaily.com.br/br/01-12782/o-direito-a-beleza-jorge-mario-jauregui>](http://www.archdaily.com.br/br/01-12782/o-direito-a-beleza-jorge-mario-jauregui)

FRIEDMAN, Yona. *Architecture With the People, By the People, For the People.* s.l.: MUSAC- ACTAR, 2011.

HABRAKEN, John. *Supports, an alternative to mass housing.* Londres: Architectural Press, 1972.

- HAMDI, Nabeel.** 1991. *Housing Without Houses: participation, flexibility, enablement.* Londres: Intermediate technology Publications, 1991.
- HARMS, Hans.** Historical Perspectives on the Practice of Self-Help Housing. [autor do livro] Peter Ward. *Self-Help Housing A Critique.* Londres: Mansell Publishing, 1982.
- HARMS, Hans.** *Self-Help Housing in Developed and Third World Cities.* [autor do livro] Kosta Mathéy. *Beyond Self-Help Housing.* Londres: Mansell, 1992.
- GUEDES, A. de Alpoim.** *Manual de Alfabetização do Vogal sem Mestre.* Lourenço Marques [Maputo]: s.n., Julho de 1963, A Tribuna.
- JONES, Peter Blundell; PETRESCU, Doina & TILL, Jeremy.** *Architecture and Participation.* Londres: Taylor & Francis, 2005.
- MATHÉY, Kosta.** *Beyond Self-Help Housing.* Londres: Profil Verlag, 1992.
- MILHEIRO, Ana Vaz.** *Nos Trópicos sem Le Corbusier.* Lisboa: Relógio d'Água, 2012.
- MOUFFE, Chantal.** *Vulnerar el Consenso,* entrevista a Markus Miessen [autor do livro]. BALLESTEROS, Mario, *Verb Crisis.* Barcelona: ACTAR, 2008.
- MULLINS, David.** *Self Help Housing: could it play a greater role? Third Sector Research Centre. Working Paper 11* [Online] Setembro de 2010.
- PERLMAN, Janice.** *O Mito da Marginalidade, Favelas e Políticas no Rio de Janeiro.* São Paulo: Paz e Terra S/A, 1977.
- PORTAS, Nuno.** *A Cidade como Arquitectura, Apontamentos de Método e Crítica.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

RUDOFISKY, Bernard. *Architecture without architects : a short introduction to Non-Pedigreed architecture.* Albuquerque: University of New Mexico Press, 2003.

SANTOS, Carlos Nelson dos. *Quando a Rua vira Casa* [ed.] São Paulo: ARNO, 1980.

SHORGABY, Abdel. Hassan Fathy: The Unacknowledged Conscience of Twentieth Century Architecture. *International Journal of Basic & Applied Sciences.* 2010.

SIZA, Álvaro. 2009. Um Processo Participativo também pode ser Manipulável. [ed.] Ordem dos Arquitectos. *Jornal Arquitectos* 234. Trimestral, 2009.

STEELE, James. Fathy as a Precursor of Sustainability. *Aramco World.* 1999, Vols. 50, nº 4.

STOHR, Kate. *Architectural Responses to Humanitarian Crisis.* Ed. Architecture for Humanity *Design like you give a Damn*/Nova Iorque: Metropolis Books, 2006.

TILL, Jeremy. *The negotiation of hope.* [autor do livro] Doina Petrescu, Jeremy Till e Peter Jones. *Architecture & Participation.* Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

TURNER, John F.C. e FICHTER, Robert. *Freedom to Build, dweller control of the housing process.* Nova Iorque: Collier Macmillan, 1972.

TURNER, John F.C. *Housing by People: Towards autonomy in building environments.* Londres: Marion Boyars, 1976.

TURNER, John F.C. *Issues in Self-Help and Self-Managed Housing.* [autor do livro] Peter Ward. [ed.] Peter M. Ward. *Self-Help Housing, A Critique.* Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

UN-HABITAT. *The Challenge of Slums.* Londres:
UN-HABITAT Earthscan Ltd, 2003.

WARD, Peter M. (a) *Self-Help Housing a Critique.* s.l.: Londres:
Mansell Publishing Limited, 1982.

WARD, Peter M. (b) *Introduction and Purpose.* [autor do livro]
Peter M. Ward. *Self-Help Housing, A Critique: A Critique.* Londres:
Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

VILANDRAU, MAURICE. *L'étonnante aventure des Castors:
L'autoconstruction dans les années 50.* Paris: L'Harmattan, 2002.

CAPÍTULO 2

A Autoconstrução em Portugal e os Realojamentos Provisórios do Estado Novo

2.1 Introdução

Neste capítulo, são abordados dois temas: os realojamentos realizados em Lisboa até à década de 1960 e experiências variadas de Autoconstrução no país, na década de 1950. Ambos os temas se referem a promoções de habitação dirigidas a populações bastante carenciadas, a viver nas mais diversas situações de mau alojamento e também em bairros de barracas.

Em relação aos realojamentos, são mostrados alguns bairros sociais de baixo custo, uma arquitetura provisória construída em Lisboa durante o Estado Novo, desde 1939.

Na abordagem da AC, são analisados processos de intervenção social, em habitação de baixo custo, com a participação dos moradores, realizados por organizações religiosas dedicadas a este tipo de intervenções.

Será referido, também, o debate que se deu em Portugal sobre as péssimas condições habitacionais em que parte da população vivia na década de 1960, um tema muito discutido por diversos setores da vida pública, do Estado e da Igreja.

2.2 Os bairros de barracas e os Realojamentos Provisórios.

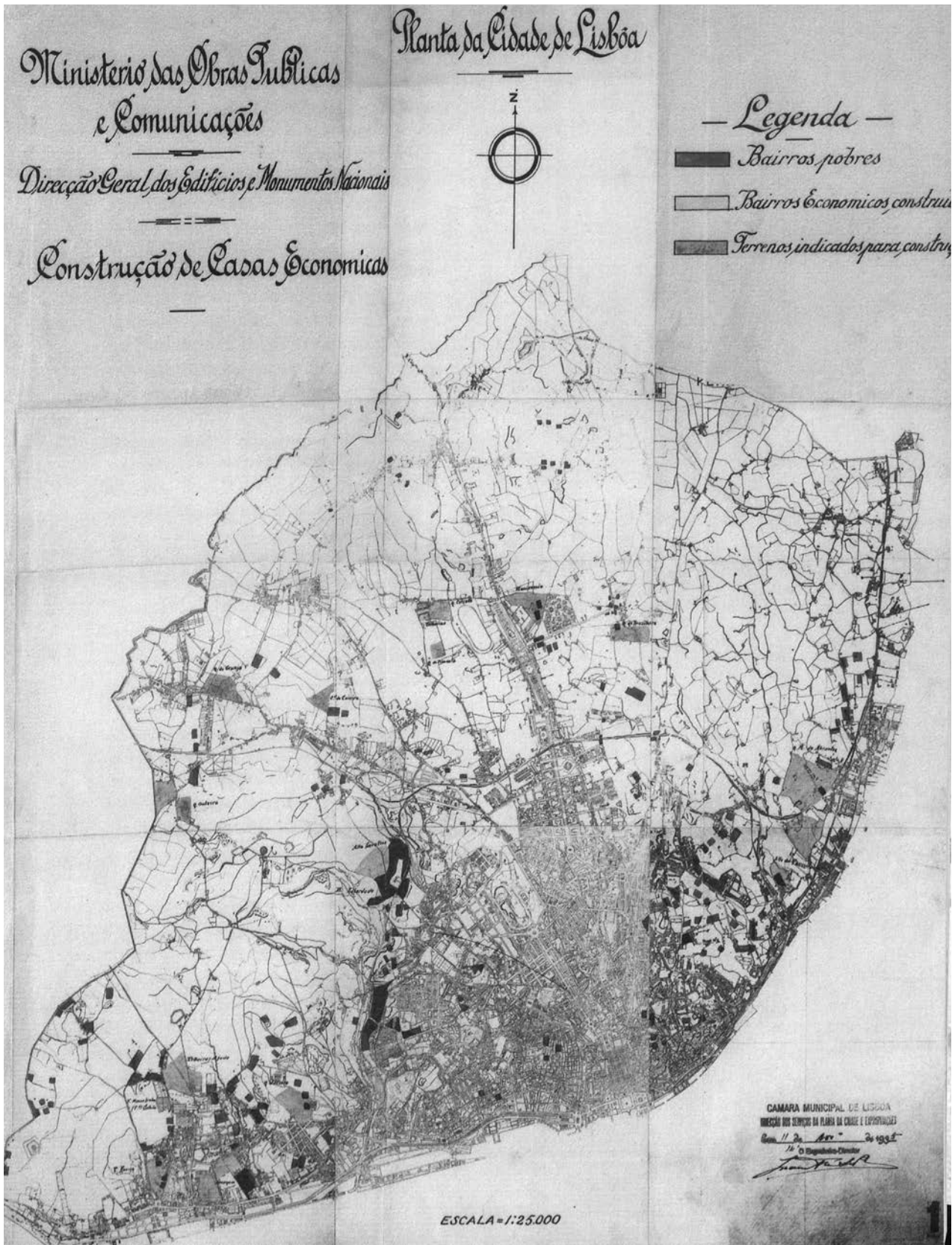
2.2.1 OS BAIRROS DE BARRACAS EM LISBOA, ATÉ À DÉCADA DE 1960

O grande crescimento populacional de Lisboa, na primeira metade do século XX, provocou um agravamento geral nas condições habitacionais da cidade, o que afetou, em particular, as populações mais carenciadas. Este crescimento deveu-se, sobretudo, às migrações constantes das zonas rurais para a capital e ao aumento da natalidade, no país. Esta alteração da população residente deu origem a muitas situações de sobrelotação e precariedade, um grave problema, que se foi agravando até ao final dos anos 1960 (CARDOSO, et al., 1994, p. 100).

Durante este período, um dos problemas habitacionais que, na cidade de Lisboa, mais se agravou foi o aumento progressivo dos bairros de barracas. Com a crise da oferta no sector da habitação, este tipo de bairros começou a surgir em Lisboa e no Porto, desde inícios do séc. XX. A sua construção, de natureza intrinsecamente ilegal, fez-se, generalizadamente, por ocupação de terrenos expectantes ou devolutos. Na situação mais recorrente de aluguer, a ocupação destes bairros permitia que existisse uma situação prepotente dos arrendatários, que tiravam partido da situação ilegal de cada família. Neste contexto de exploração das famílias, as barracas apresentavam-se como situações propícias à especulação, num meandro de contratos, muitas vezes ilícitos, complexos e extremamente lucrativos para os respetivos proprietários ou arrendatários. Tratava-se, assim, de um negócio especulativo, centrado no lucro fácil, dada a ausência de alternativas das famílias com fracos recursos. Em muitos casos, existiam nestes bairros situações intrincadas e pouco claras, sobre *quem* decidia e *o quê*, no que se refere aos arrendamentos. Os lotes eram geralmente alugados com as barracas já construídas, sendo que as áreas ocupadas pelos moradores eram muito reduzidas. Os recursos das famílias aplicados na construção das habitações eram, normalmente, escassos. Em geral, eram utilizados na construção os materiais disponíveis, desde as chapas metálicas às tábuas de madeira retiradas dos contentores e outros materiais de recurso encontrados. Por outro lado, as construções não garantiam segurança física, nem privacidade, a estrutura da construção era frágil, o conforto e a higiene eram deficientes e, frequentemente, não existiam infraestruturas e circulação de água, nem de esgotos. Em alguns casos, era facultada a ligação à rede elétrica. Normalmente, as barracas eram habitadas logo após a colocação dos elementos de fachada e cobertura, de forma muito rápida, procurando evitar a sua identificação pelas autoridades, numa situação permanente de insegurança e risco de uma evacuação forçada ou, mesmo, de demolição.

No final dos anos 1930, a população residente na cidade de Lisboa era calculada em 700.000 pessoas, um número que quase

FIG 1
Planta de Lisboa,
localização de casas
económicas, 1935.



1. Segundo o inquérito da Polícia Municipal, tinham sido identificados as seguintes áreas:

- “a) a que vai do Rossio, ao Intendente e desde o Hospital de S. José, a São Tomé e a São Cristóvão;
- b) a que vai da Madalena, ao Castelo, daí a São Vicente, descendo por Santo Estevão, ao rio e pela margem, até à Alfândega;
- c) os bairros da ‘Liberdade’ e das ‘Minhocas’;
- d) a zona compreendida entre a Rua Maria Pia, desde Alcântara-Terra a Sete Rios e daqui, pela R. St^a Ana do Alvito e Igreja de Alcântara;
- e) as freguesias de Santos, Marquês de Pombal e Encarnação;
- f) os bairros clandestinos da Zona Oriental, sobretudo, do Alto de Pina, ao Alto de Varejão e Chelas.

(BARREIROS & INÁCIO, 2012, p. 12)

duplicava o da população do princípio do século. Nesta época, os bairros de barracas ocupavam zonas centrais da cidade. O Bairro da Liberdade, em Campolide, o Bairro das Minhocas, no Rego, e a Quinta da Curraleira, em Chelas, cresceram nos limites da zona urbana da cidade e foram sujeitos aos inquéritos realizados pela Polícia Municipal.¹ Nestes inquéritos, são reportados os problemas comuns a estes bairros, como seja, a implantação caótica das barracas, dificultando o acesso dos veículos, a insegurança patente em caso de incêndio, a insuficiente iluminação pública, o fraco arejamento e a ausência de limpeza dos espaços públicos, ausência de esgotos e deficiente abastecimento de água. Perante todos estes problemas, estava em causa a saúde pública e o perigo de epidemias, como consequência da generalizada falta de condições de higiene. Segundo os inquéritos da Polícia Municipal, em 1937, existiam, na cidade de Lisboa, cerca de 12.000 barracas, onde moravam 42.000 pessoas. (BARREIROS, et al., 2012, p. 12)

2.2.2 AS PRIORIDADES POLÍTICAS E A LEGISLAÇÃO DAS “Casas DESMONTÁVEIS”, EM LISBOA.

Num texto sobre as comemorações da *Independência de Portugal*, escrito em 1938, Oliveira Salazar refere-se aos bairros de barracas de Lisboa. Contextualizando um conjunto de obras a serem realizadas em benefício da cidade, num prazo muito curto, referiu-se “ao decidido impulso nas obras de novos bairros económicos, de modo que se possam fazer desaparecer os bairros miseráveis que cercam Lisboa” (SALAZAR, 1938, Março).

Um comentário que põe em evidência como eram incompatíveis as duas realidades, uma nova ideia imposta através da modernização que o regime se propunha realizar e os bairros pobres, que convém eliminar. O projeto das Comemorações da Fundação de Portugal (1139-1939) e da Restauração da Independência (em 1640-1940) previa um plano de intervenção urbana, que incluía um conjunto de grandes obras a construir em Lisboa. Com o objetivo de

introduzir uma imagem renovada e modernizada de Lisboa, havia que gerir as zonas degradadas da cidade. Assim, para as autoridades, a uma comemoração histórica desta dimensão e envergadura nacional e internacional, deveria corresponder uma renovação urbana a um nível elevado. Em relação aos bairros de pobreza, a intervenção consistia muito mais numa operação de limpeza de zonas pobres de Lisboa, do que na aplicação de um propósito humanitário de promoção social das populações mais carenciadas, como mostraremos mais adiante. Entre as diversas medidas do programa de realizações para a Comemoração dos Centenários, e entre outras grandes obras a realizar, não deixava de se dar um grande destaque à erradicação das barracas, através da construção de alguns bairros sociais.

As Comemorações de 1939-40 foram uma oportunidade para o Governo e a Câmara modernizarem a cidade, construindo novas obras de grande impacto público, já que a visibilidade da pobreza era, provavelmente, *incómoda*. Novas políticas urbanas, investimento na habitação social do Estado e reformulação da legislação foi o que fez o Estado, procurando este sentido de renovação. O crescimento da pobreza e dos bairros de barracas constituíam um problema grave e



FIG 2
Comemorações da
Fundação e da Restauração
da Independência de
Portugal, 1939-40.

FIG 3

Proposta de habitações
pré-fabricadas, para a
resolução do problema
das barracas.
Direção dos Edifícios
e Monumentos, 1938.

as intervenções anteriores em programas de resposta a este tipo específico de carências habitacionais eram escassas, na cidade de Lisboa.

No período anterior a 1939-1940 – comemorações da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, realizadas em Lisboa –, foram estudadas soluções habitacionais específicas para populações carenciadas. A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em Abril de 1938, apresentou um projeto de construção de bairros habitacionais a partir de protótipos de baixo custo em pré-fabricação, projeto dirigido pelo engenheiro Henrique Gomes da Silva. As habitações pré-fabricadas destinavam-se, segundo esta entidade, a alojar cerca de 20.000 famílias, o número estimado a viver nas barracas existentes em Lisboa. Foram construídos quatro protótipos habitacionais deste projeto e colocados no relvado em frente aos Jerónimos, para serem mostrados ao público (coordenação do citado Engenheiro Gomes da Silva). Este projeto foi concebido pela secção de Arquitectura daquela Direção Geral e estas habitações foram designadas por *bungalow*, como se refere nos registos da imprensa coetânea. O evento público da exposição destes protótipos nos Jerónimos mostra como, pelo menos nalguns setores, o Estado aparece com preocupações e com propostas concretas para resolver a situação dos bairros de barracas, em Portugal. Projetadas em madeira e fibrocimento, estas habitações seriam fabricadas em série, na procura do baixo custo e da simplicidade de montagem, o seu principal objetivo era alojar os designados *operários* que habitavam aqueles bairros pobres (*Casas bungallows para operários, que resolvem os problemas dos bairros de lata*, 1938, p. 5)

O decreto-Lei publicado em 1938, relativo às *casas económicas*, estabelecia que as populações (com determinadas características de carência e sem condições para terem acesso a uma destas casas), passavam por um estágio de *preparação*, fase intermédia antes da ocupação definitiva de uma habitação. Nessa legislação, previa-se a edificação das primeiras *Casas Desmontáveis*, destinadas às populações excluídas dos critérios de acesso às habitações económicas e às habitações de renda económica. Segundo o antro-

UMA INICIATIVA ADMIRAVEL

Casas "bungalows" para operarios

que resolvem o problema dos bairros



Os quatro tipos de casas economicas

O problema da habitação perdeu o seu caracter agudo. Em Lisboa já ha excesso de casas, embora por preços bastante elevados, que de modo algum correspondem ao seu valor intrinseco, antes resultam das múltiplas e onerosas operações financeiras feitas pelos mestres de obras que, trabalhando, quasi sempre, sem capital proprio, o arranjam mediante pesados juros. Se o inquilino, que ha muitos anos usufrui uma habitação antiga, paga uma renda moderada, e até mesmo inferior, o inquilino moderno está sendo, horrivelmente, sacrificado pelos alugueis exagerados. Um terço, se não metade, do que ganha, vai para a casas. A par disto ha milhares de obras que, tendo começado a sua vida sem um vinco, enriqueceram em poucos anos. Já aqui uma vez abstrairmos a avaliação das casas, pela Camara Municipal, tendo em valor o local e os diferentes generos de construção, para se evitar o que está a acontecer. Um dia, de certo, chegaremos a esse desideratum.

Não está, pois, resolvido o problema da habitação, sobretudo, o das classes pobres, muito embora o Estado Novo se tenha empenhado na construção de numerosos bairros, concedendo aos seus moradores vantagens importantissimas. Só em Lisboa, na cidade, segundo os melhores calculos, vinte mil familias—e outras tantas no Porto—instaladas em barracas de lata, pestilentas e insalubres, onde o sol e o ar, difficilmente entram. E não é só nestes bairros de lata, mas em velhos casarões, numa infecta promiscuidade, cujos inconvenientes morais e sociais são facéis de adivinhar. Um dia visitamos um palacio arruinado, para as bandas de Santa Apollonia. Eram casas enormes, divididas por tabiques, que não chegavam ao tecto. Ouvia-se e sentia-se tudo quanto se passava no vizinho. Os fogareiros estavam collocados ao pé da cama. A respiração era difficil. Mas o mais grave é que todas as crianças tinham ha verra sinais de bexigas. A doença dum, contagiara todos. Era atroz.

Este grave problema, porém, parece estar em vias de solução, graças á iniciativa da Direcção Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais, tão criteriosamente dirigida pelo sr. engenheiro Gomes da Silva. Quem entrar nos Jeronimos, e se dirigir á cerca, como nós fizemos, verá, na sua brancura alegre, feitos em madeira, e em fibro-cimento, quatro tipos de "casas experienciaes", que foram, intelligentemente, estudadas por um dislnto architecto daquele organismo do Estado. Parece um bairro de "bungalows". Procurou-se fazer bonito e elegante, aproveitando-se racionalmente o espaço. Os modelos em madeira e fibro-cimento assentam sobre quatro pilares, ficando, portanto, isolados do solo, sem necessidade de fundações, que muito oneram as construções. Tudo foi previsto, desde a forma e arrumação dos moveis, que fazem parte da construção, até a hygiene dos

seus habitantes. As paredes são duplas. A camada de ar que fica entre ellas, não permite que, ha dentro, se sintam as grandes modificações de temperatura. Uma curiosa adaptação da janela de guilhotina permite uma iluminação e uma ventilação esplendidas, oferecendo ainda uma grande comodidade de manejo. Parecem-se com as das carruagens dos comboios.

Estudaram-se habitações para um casal sem filhos, um tipo em fibro-cimento e outro em madeira; casal com um filho, também em madeira; e casal com varios filhos, no mesmo material.

Os tipos de habitação para duas pessoas, têm uma larga dependencia, cozinha e chuveiro; e os outros, dois quartos, um maior, outro mais pequeno, além de varios comedias, como armarios nas paredes, bancas de cabeceira, e as indispensaveis utilidades higienicas. Tudo é estrito, mas agradável e confortavel. Claro que se podã fazer mais, mas trata-se de casas cujas rendas serão proporcionais á jorna das classes mais humilides. Sendo feitas em serie, o custo de construção não excedera dois, três e quatro contos, o que permitirá rendas mensais entre quinze e trinta escudos. A sua duração é superior a 10 anos, prazo em vista, muito embora existam em Lisboa casas idênticas feitas ha mais de cinquenta anos. A sua construção pode ser muito rapida, sendo as despesas de conservação insignificantes.

Está, pois, aberto caminho para a solução dum problema grave. É possivel que daqui a dois anos, quando celebrarmos o duplo centenário de Portugal, Lisboa e Porto tenham quarenta mil casas novas, graças á admiravel iniciativa do sr. engenheiro Gomes da Silva.

♦♦♦♦♦

O PORTO pelo telefone

PORTO, 4.

Missão inglesa

A missão inglesa, que esteve de passagem nesta cidade, seguiu hoje, de manhã, pelas 9 e 30, para Braga. Regressará ao Porto na próxima sexta-feira, demorando-se três dias.

Dr. Manuel Aroso

Na sua residencia, á avenida Camilo, faleceu hoje o sr. dr. Manuel Aroso, da firma Aroso & Feteiroira, l. da.

O dr. Manuel Aroso era muito relacionado e especialmente no meio teatral. A sua morte foi muito sentida. O funeral realiza-se amanhã.

MIRANDA & FILHOS

JOIAS E PRATAS
QUE SE DISTINGUEM
50 CHIADO LISBOA

pólogo Lino Rodrigues, esta legislação era, possivelmente, influenciada por políticas de realojamento já testadas noutros países. Foi esse o caso de Amsterdão, em 1929, uma experiência em que os moradores dos bairros de barracas eram instalados em habitações provisórias, com o objetivo de se submeterem a uma *aprendizagem* cívica antes de ocuparem o alojamento definitivo. Segundo Rodrigues, na experiência holandesa, existia o cuidado de separar estas famílias consideradas problemáticas ou com pouca inserção social, das populações mais estabilizadas. Para este efeito, durante o período de *aprendizagem* que correspondia ao realojamento, os bairros eram construídos em locais propositadamente isolados. Os moradores permaneciam, até se verificar um progresso no comportamento social, moral e higiénico das famílias, altura em que poderiam ser transferidas para novos bairros (CML, 1999, p. 16).

São muito curiosos os aspetos sociais e arquitetónicos que resultaram deste programa social/habitacional, iniciado em três bairros construídos em Lisboa, de 1939 a 1947. Os primeiros bairros surgem na Quinta da Calçada, na Boa Vista e nas Furnas e prossegue a sua construção durante décadas, até 1960, com a edificação de novos bairros com programas semelhantes.

2. “o objetivo do Governo não consiste simplesmente em alojar pessoas, quer-se ir mais longe e mais fundo. Sem dúvida, julga-se conveniente e mesmo necessário que se procure dar abrigo aceitável, em pequenas habitações higiénicas de construção precária, a grande número de pessoas que nos grandes centros vivem em situações arrepiantes e que não podem aspirar à habitação económica. Mas pondera-se que esse não é o caminho a seguir com carácter definitivo. É preciso que esses amontoados de barracas, verdadeiramente inabitáveis, desapareçam o mais rapidamente possível, mas a solução definitiva do problema da habitação dos seus ocupantes só poderá encontrar-se à medida que as suas condições sociais se transformem, permitindo-lhes usufruir os benefícios das habitações económicas. Pode desejar-se que todas as famílias, mesmo as mais modestas, tenham a sua habitação própria, o seu lar” (Ministério das Obras Públicas, 1938)

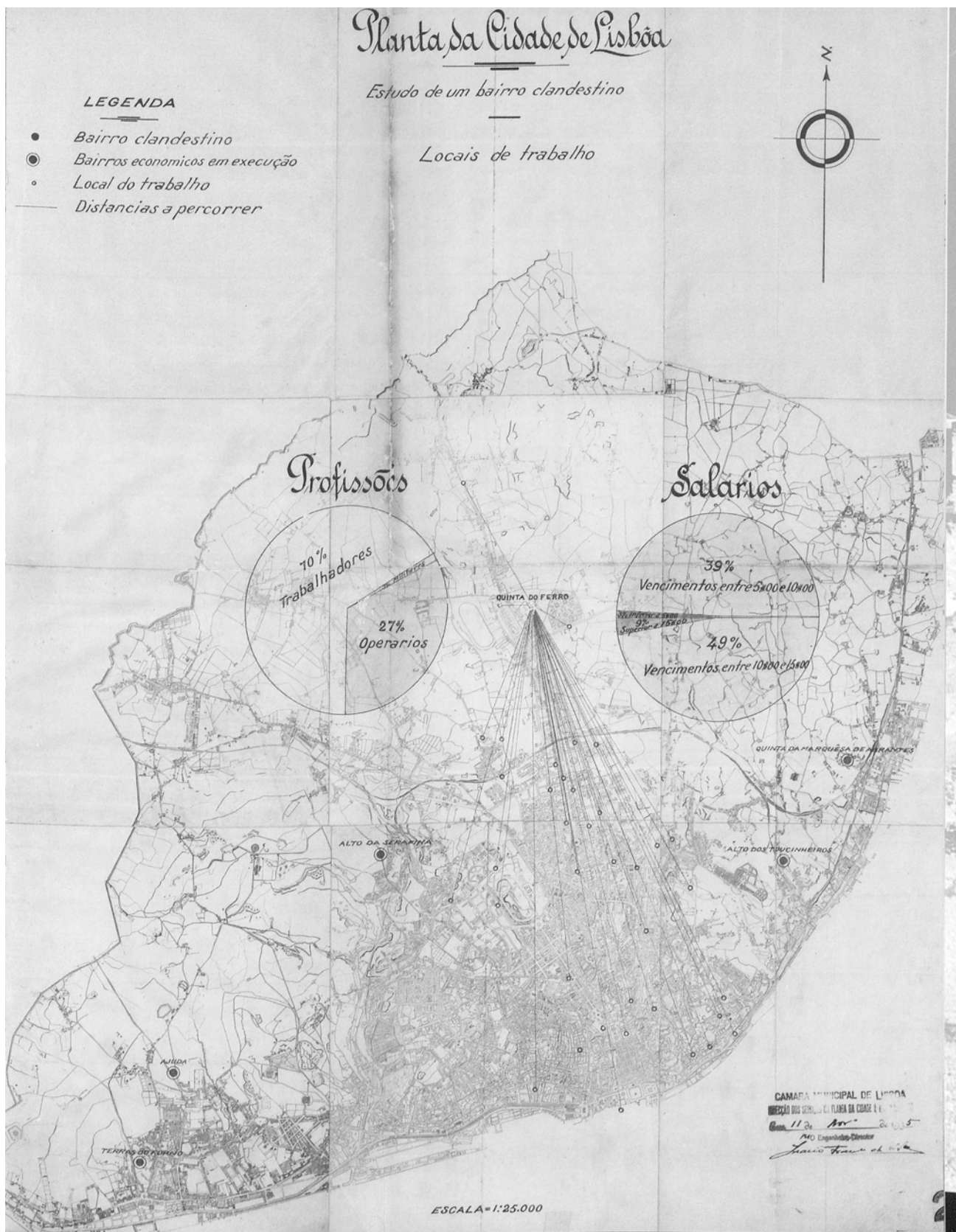
O objetivo do Estado português com a criação dos novos bairros de *Casas Desmontáveis*, conforme aparece descrito no já citado decreto-lei de 1938, era terminar com os bairros de barracas e promover socialmente os seus habitantes. Esta política habitacional e de integração social constituía uma resposta a uma situação de carência de alojamento e de grande aumento daquele tipo de bairros em Lisboa e Porto. A adoção de um programa social que se propunha apoiar, paralelamente, estas populações, visava promover a melhoria económica, cultural das suas condições de vida. Na perspetiva evolutiva deste apoio social, previa-se que, após um período transitório, *estágio de preparação*, nos bairros provisórios, as famílias fossem transferidas para habitações sociais correntes, logo que reunidas as condições e cumprido um conjunto de exigências.² Enquanto permaneciam nesta situação provisória, as famílias alojadas no bairro ficavam sujeitas a uma avaliação relativa ao referido conjunto de parâmetros de exigência social e higiénica. Dessa avaliação, dependia a transferência para uma habitação de renda económica definitiva.

O Decreto-Lei nº 28912, de 12 de Agosto de 1938, “autorizou o Governo a promover e subsidiar a construção, em Lisboa de 1000 *Casas Desmontáveis*. Este decidiu edificar 1000 habitações, 500 em Lisboa e 500 no Porto, e a construção, na mesma modalidade, de 100 Habitações Desmontáveis em Coimbra.” (*Ministério das Obras Públicas*, 1938) A admissão das famílias nos bairros partia de três tipos de situações, as que vinham de habitações demolidas, as que tinham sido desalojadas e as que eram habitantes de bairros de barracas (CML, 1999, p. 35).

2.2.3 OS PRIMEIROS BAIRROS PROVISÓRIOS CONSTRUÍDOS EM LISBOA

FIG 4
Planta de Lisboa.
Localização de Bairros
Clandestinos e Económicos
em execução, 1935.

O conceito e o programa social das *Casas Desmontáveis* deu origem a um tipo de realojamento habitacional inovador no nosso país, os bairros provisórios construídos em Lisboa. Destinados



ao realojamento das populações dos bairros de barracas ou outras, igualmente carenciadas, a viverem sem condições mínimas de habitabilidade, o seu programa era da iniciativa do Ministério das Obras Públicas e a sua construção cabia aos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa.

Como filosofia de intervenção social das *Casas Desmontáveis*, este programa procurava proporcionar a cada família um misto de privacidade e de *autonomia*, fugindo à ideia do *coletivismo*, que a ideologia do regime temia e evitava. A promoção social previa, antes, uma vida pacata dos moradores, o que, no concreto, se traduzia numa opção de arquitetura que garantisse este propósito. Neste sentido, é proposto o modelo de habitação em banda, face à alternativa dos grandes conjuntos de vários pisos. Tudo conforme a ideologia do regime e o criticado *coletivismo*, de acordo com a conceção de família que era do agrado de Oliveira Salazar:

“A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a habitação, a habitação independente, a habitação própria (...) Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum. Tudo isso serve para os encontros casuais da vida, para as populações já seminómadas da alta civilização atual; para o nosso feitio independente e em benefício da nossa simplicidade morigerada, nós desejamos antes a habitação pequena, independente, habitada em plena propriedade pela família” (SALAZAR, 1933).

No âmbito do programa das Casas Desmontáveis foi decidido construir 1000 casas, em Lisboa. Concretizou-se a construção dos bairros da Quinta da Calçada e da Boa Vista, em 1938-39 e dos bairros da Quinta das Furnas, em 1946, e Padre Cruz, em 1959.

2.2.3.1 *Bairro da Quinta da Calçada*

FIG 5
Bairro da Quinta da Calçada,
o primeiro dos Bairros
Provisórios, vista aérea.

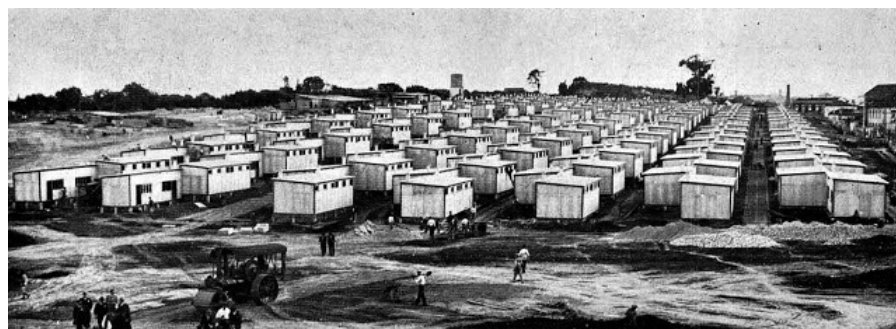


O Bairro da Quinta da Calçada destinava-se, principalmente, a populações que viviam em barracas. A sua construção iniciou-se em finais de 1938 e ficou concluída em 1939. Por iniciativa da Câmara de Lisboa, este bairro foi construído na zona norte do Campo Grande, perto de Telheiras e da Azinhaga das Galhardas, limitado a norte pela 2ª circular, a nascente, pela Cidade Universitária e a sul, pelo complexo desportivo da Cidade Universitária. Este bairro foi o primeiro a ter por programa, um realojamento social com um carácter provisório e esta era a sua principal característica arquitectónica, o ser provisório. A par disto, as autoridades responsáveis iriam também fazer a primeira experiência de promoção social, de higiene, entre outros pressupostos relativos aos moradores.

Deste modo, o Estado e a CML facultava um alojamento provisório, previsto para durar uma dúzia de anos a uma população que não reunia as condições de realojamento exigidas para o programa das Habitações Económicas. Deste programa, nascia o novo Bairro da Encarnação, que começou a ser construído nas Quintas dos Olivais, em 1938. Por essa altura, foi também realizado um inquérito aos moradores dos bairros de barracas das *Minhocas* e da *Bélgica*. Foram as assistentes do Serviço Social de Lisboa, quem fez o levantamento das condições de higiene e da situação económica e moral das respetivas famílias. Depois disto, as autoridades consideraram que estavam reunidas as condições para se realizar o realojamento, mas a transferência das famílias foi feita caso a caso, seguindo as conclusões do inquérito social. Para as autoridades, o principal problema da existência destes bairros de barracas era a saúde pú-

FIG 6

Bairro da Quinta da Calçada,
montagem das Habitações
pré-fabricadas, 1939.



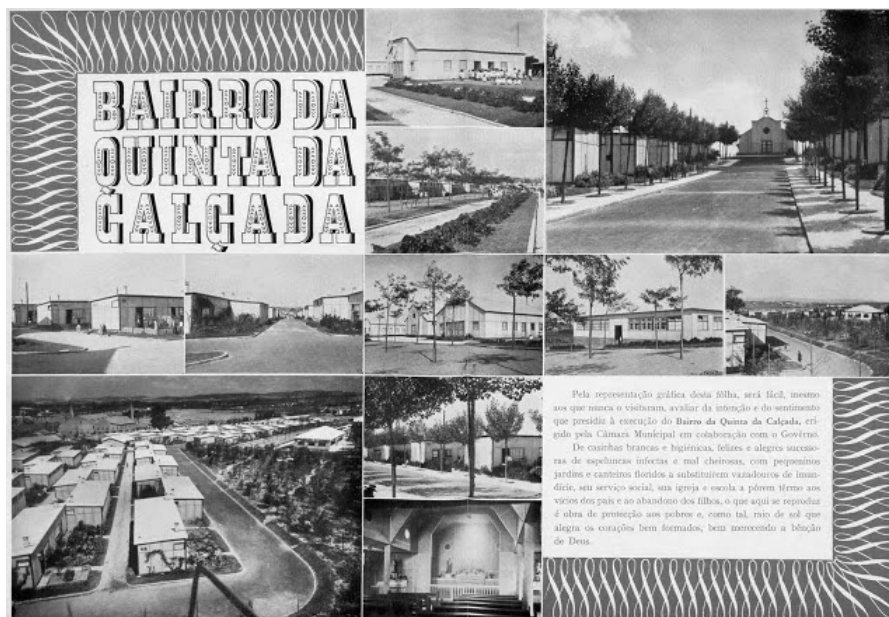
blica e, após visitas a todas as habitações, o inquérito concluiu que, do ponto de vista higiénico, a generalidade era imprópria para se viver e que, muitos dos moradores não estavam em condições de poder transitar de habitação sem um detalhado exame médico e outros cuidados sanitários.

A iniciativa da construção pertenceu ao Ministério das Obras Públicas e à Câmara Municipal e a inauguração realizou-se a 5 de Fevereiro de 1939. Estiveram presentes, o Presidente da República, General Carmona, o Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, os ministros do Interior e das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Rodrigues de Carvalho, diversos ministros e deputados, entre muitos convidados.

Na fase inicial da operação de realojamento, depois de sujeitas a inspeções médicas e a um conjunto de preceitos sobre higiene, as famílias iniciavam a adaptação às regras com que funcionava o novo bairro. Como estava previsto, após um período de cerca de doze anos a viver neste bairro, a família teria acesso, em princípio, a uma habitação social definitiva e de construção sólida. Esta transferência estava sujeita, no entanto, a uma avaliação de cada agregado e dependia da “melhoria das condições sociais, económicas, técnicas e morais como instrumento de defesa da instituição familiar e da conservação da ordem social, como elemento primário de profunda e benéfica transformação, com larga projecção no futuro” (*Ministério das Obras Públicas*, 1938), o que iria depender dos resultados da orientação dos programas sociais implementados e do policiamento e da fiscalização rigorosa destes moradores pelas autoridades e organismos competentes.

Num cartaz de divulgação do bairro da Quinta da Calçada, da autoria da Câmara Municipal de Lisboa, revelam-se algumas das ideias e lugares comuns sobre estes bairros – *Casas Desmontáveis* de 1939-1941 – partilhadas pelas autoridades. Para a CML da altura, os problemas detetados nos bairros de barracas e a sua classificação como perigo público, devido às más condições de higiene, como temos vindo a dizer, conjuga-se com uma certa ideia de lugares desumanizados, onde prevalecem “os vícios dos pais e abandono dos filhos”. Segundo a CML, com o acesso ao realojamento, os novos habitantes destes bairros tinham a possibilidade de aceder a uma modesta habitação social, “uma pequena casa branca, higiénica e com uma pequena horta ou um pequeno jardim”, construída pela CML. Atente-se no cartaz da CML relativo ao Bairro da Quinta da Calçada:

FIG 7a
Cartaz da CML,
apresentação.
Vistas do Bairro e texto.



“Pela representação gráfica desta folha será fácil mesmo aos que nunca o visitaram, avaliar da intenção e do sentimento que presidiu ao Bairro da Quinta da Calçada, erigido pela Câmara Municipal em colaboração com o Governo. De casinhas brancas e higiénicas, felizes e alegres sucessoras de espeluncas infectas e mal cheirosas, com pequeninos jardins e canteiros floridos, a substituírem vazadouros de imundície, seu serviço social, sua Igreja e Escola a porem termo aos

vícios dos pais e abandono dos filhos, o que aqui se reproduz é obra de proteção aos pobres, e como tal, raio de sol que alegra os corações bem formados, bem merecendo a bênção de Deus.” (CML, 1940)

O programa de construção das 500 habitações do novo bairro constituía o primeiro teste à concretização do programa dos realojamentos provisórios. As bandas foram implantadas paralelamente, seguindo um traçado simétrico e longilíneo. Com um desenho de conjunto rígido na organização do espaço exterior, buscava-se a coerência na organização funcional. Em cada banda, procurou-se criar variações volumétricas casa a casa, evitando-se os planos de fachada lineares, sendo as habitações dispostas em xadrez, com as entradas colocadas alternada e sucessivamente em posições opostas. As entradas das habitações ficavam, alternadamente viradas para as duas ruas que ladeavam a banda, aumentando a privacidade de cada uma delas em relação aos vizinhos. Na frente de cada habitação, surge um terreno privado para cultivo, destinado a horta ou jardim, enquadrado pelos desfasamentos das habitações. Os

FIG 7b
Folheto informativo da CML, apresentação. Vistas do Bairro e texto.



arruamentos principais para o acesso viário eram asfaltados e os acessos pedonais eram pavimentados.

As habitações foram construídas em sistema de pré-fabricação do tipo *Lusalite*, assente numa laje com fundações em betão. As 500 habitações eram de três tipos, 104 habitações T1 (15m²), 256 habitações T2 (20m²), e 140 habitações T3 (24m²) (CML, 1999). Cada habitação tinha uma área interior, de tal modo exígua, que chegava ao ponto de impedir o uso de portas. Era constituída por uma sala com cozinha anexa, instalação sanitária (com lavatório, chuveiro e sanita) e um, dois ou três quartos, consoante a tipologia. O sistema construtivo utilizado era a pré-fabricação,

com estrutura tridimensional em madeira, sendo completado, depois, pelas paredes interiores e exteriores e a cobertura em chapa de fibrocimento, com isolamento térmico. O isolamento térmico e acústico, segundo as descrições, era muito deficiente, tendo sido, no entanto, utilizada na cobertura a dupla placa com caixa de ar, contribuindo para amenizar a temperatura interior em períodos críticos. No programa deste bairro, estava definido que as habitações alugadas às famílias fossem equipadas com o mobiliário básico (CML, 1999, pp. 10-12).

Para além do programa habitacional, o bairro dispunha, ainda, de diversos equipamentos de apoio construídos também em sistema de pré-fabricação: duas escolas (masculina e feminina), um mercado, um lavadouro público, um posto de polícia e administrativo, um centro de assistência social e uma capela. O sistema construtivo utilizado nestes equipamentos foi, tal como nas habitações, a pré-fabricação executada em madeira e revestida a chapa de fibrocimento.

No bairro, existia um regulamento interno *rígido* e os moradores estavam obrigados às regras impostas pelas várias comissões que dirigiam o bairro e, no início, muitas famílias sentiram uma ameaça à sua liberdade individual. Algumas delas, chegaram a recusar o realojamento, mas com a adaptação à vida do bairro, com a implementação das atividades e a criação de novos incentivos sociais, este problema foi-se atenuando. Existia a Comissão dos Bairros das *Casas Desmontáveis*, que cobrava as rendas, admitia novos moradores e fiscalizava as despesas, a Comissão da Ação Social, a que competia impor regras aos novos moradores sobre o seu procedi-

FIG 8

Quinta da Calçada.

8a

Habitações e Equipamento.

8b

Alameda que vinha desde o mercado até à esquadra. 1940.

8c

Vista aérea.



8a



8b

mento em relação à habitação e ao bairro e um plano de educação de *ensino de ordem moral*, destinado às famílias. O regulamento interno era muito limitativo de vários aspetos da vida no bairro, com diversas proibições, de horário e distribuição de eletricidade pública, proibição de animais nas habitações, proibição de construir cercas no quintal, andar descalço na rua, pisar a relva e muitas outras disposições relativamente às famílias e aos moradores (CML, 1999, pp. 14-17).



8c

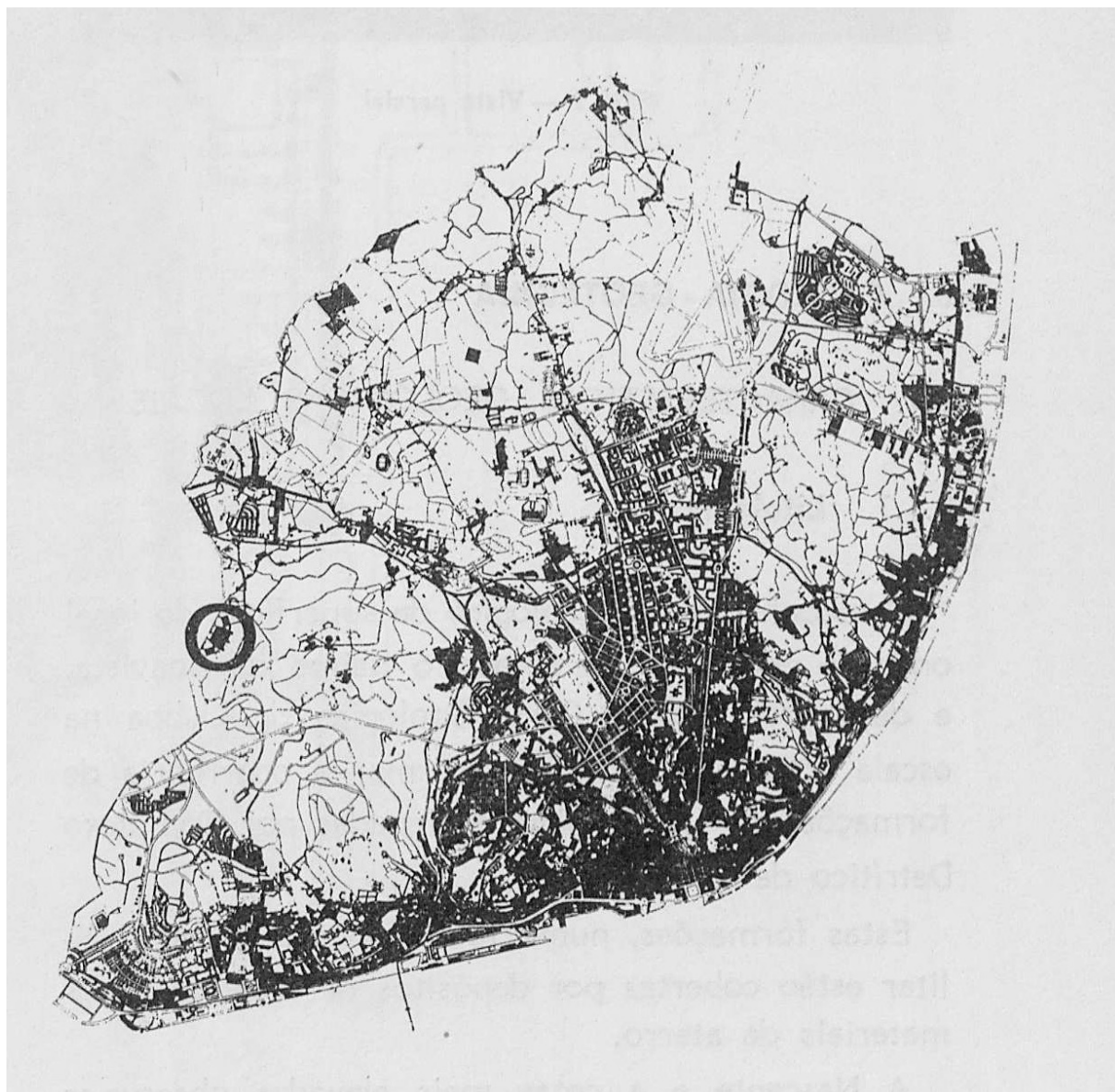
2.2.3.2 *Bairro da Boa Vista*

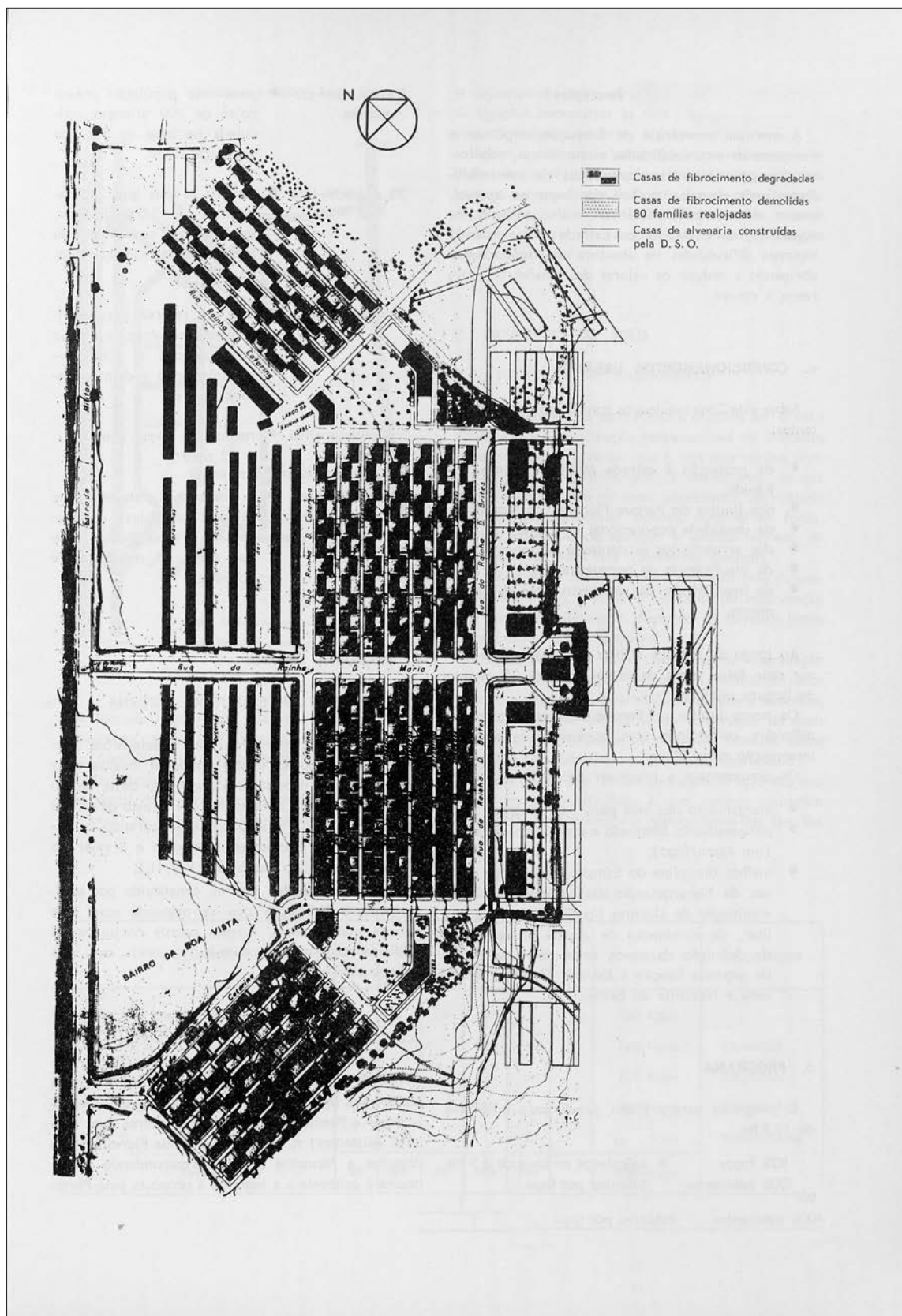
O Bairro da Boa Vista foi o segundo bairro provisório deste programa a ser construído, localizado na zona de Benfica, no limite Norte do Parque Florestal de Monsanto, próximo do Estádio Pina Manique e da CRIL (Circular Regional Interior de Lisboa). O Bairro destinava-se a populações que viviam em bairros de barracas das proximidades (Sete Moinhos, Fornos de Cal, Estrangeiras de Baixo e de Cima, Ponte Nova, Cruz das Oliveiras, Furnas de Monsanto), ou que tinham ficado desalojadas como consequência da demolição de habitações, resultantes das obras da renovação urbana em curso.

A construção iniciou-se em Junho de 1939, com as terraplanagens, as redes dos esgotos, a pavimentação das vias e as fundações das bandas, a que se seguiu a execução das 488 habitações pré-fabricadas (CML, 1932 a 1975).

A inauguração oficial do bairro realizou-se a 25 de Outubro 1941. A importância política atribuída ao acontecimento é marcada pela presença do Presidente da República, do Governador Civil, do Presidente da Câmara de Lisboa, de vários vereadores e de diversas entidades e representantes de diferentes associa-

FIG 9
Bairro da Boa Vista,
localização.







10b



10c

FIG 10
Bairro da Boa Vista.

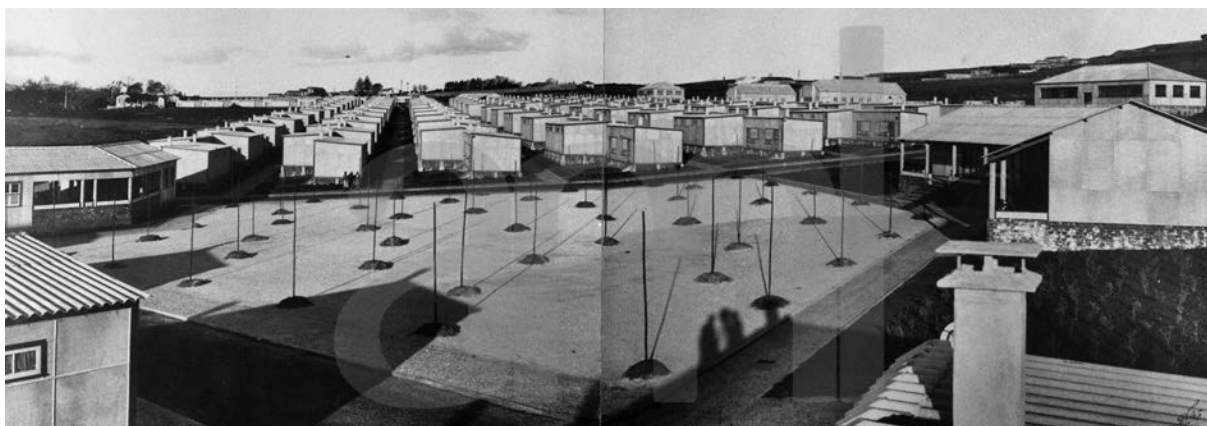
10a
Planta de conjunto.

10b
Uma Habitação,
sala mínima.

10c
Habitações com hortas
e Igreja ao fundo.

10d
Vista geral das Habitações
e Equipamentos.

ções sociais e locais (Inauguração do Bairro da Boavista, 1941). Esta representação ao mais alto nível das autoridades públicas, assim como como acontecera na Quinta da Calçada, é demonstrativa da exposição pública que as autoridades pretendiam ao divulgar este bairro. A inauguração ganhava um enorme significado político e, com isto, o regime pretendia demonstrar o seu empenho em construir habitação na área social mais precária. O grande interesse na divulgação pública destas iniciativas do Estado Novo pode ser indiciador de que os seus responsáveis políticos acreditavam ser possível erradicar os bairros de barracas das zonas centrais de Lisboa, realojando as suas populações. Ou, porventura, pretendiam mostrar *preocupações sociais*, num momento de comemoração de centenários de enorme importância para o regime.



10d

3. “A escritura desta primeira fase de empreitada das terraplanagens, orçada em 800 mil escudos, foi lavrada em 13 de Junho de 1939, sendo as obras concluídas, à medida que iam sendo executadas as montagens das 488 casas, adquiridas à Sociedade Portuguesa de Fibrocimento, por 2.688.533 escudos, o que dava um custo aproximado de 5.500 escudos por habitação”. (CML, 1999, p. 23)

O desenho de implantação do bairro seguia um traçado geométrico linear que era idêntico ao da Quinta da Calçada. Era constituído por bandas paralelas, com as habitações dispostas em xadrez, em orientações opostas, com as entradas colocadas alternadamente em relação às ruas que ladeavam cada banda. Neste bairro, cada habitação tinha na parte frontal, um pequeno terreno privado para fazer horta ou jardim. A implantação consistia em quatro zonas, que nasciam de um eixo principal que dividia o bairro, perpendicular aos dois outros arruamentos que ligavam à Estrada Militar de circunvalação. Os arruamentos principais eram asfaltados para o acesso viário e os acessos pedonais eram calcetados.

Cada habitação era construída em sistema de pré-fabricação *Lusalite*, e a sua estrutura assentava numa laje que tinha fundações em betão. Foram construídas 448 habitações: 44 habitações T1 (15m²), 264 habitações T2 (20m²), e 180 habitações T3 (24m²). Neste bairro, tal como na Quinta da Calçada, estava previsto equipar as habitações com mobiliário, que constava de camas, mesas de cabeceira, cadeiras e restante mobiliário para a sala. Na organização e direção do bairro, existia a Comissão Administrativa que tinha como função a gestão, a fiscalização e regulamentação do bairro e a Comissão de Ação Social, que acompanhava os agregados familiares em múltiplos aspetos, tal como acontecia no Bairro da Quinta da Calçada. O trabalho de execução da obra foi adjudicado pela CML à Sociedade Portuguesa de Fibrocimento e o equipamento das habitações, à Fábrica Portugal (CML, 1999, p. 23) ³.

O Bairro da Boa Vista caracterizava-se, no início, por um grande isolamento urbano, dada a sua localização periférica em relação ao centro da cidade e a ausência de rede de transportes. Estes eram os principais problemas com que contavam as famílias residentes e esta situação foi sendo gradualmente resolvida com a evolução urbana da cidade e com a implantação de zonas industriais na periferia. Como apoio aos seus habitantes, foram construídos alguns equipamentos, tais como, uma creche, um jardim de infância, e um centro social.



FIG 11
Protótipo da *Lusalite*
utilizada na Quinta
da Calçada
e Boa Vista

2.2.4 A REAVALIAÇÃO DO PROGRAMA DAS CASAS DESMONTÁVEIS E O PROGRAMA DE REALOJAMENTO

Em 1943, após cerca de dez anos de implementação do Programa das Habitações Económicas e de cinco anos do Programa das Casas Desmontáveis, é publicado o Dec. Lei nº 33278, de 24 de Novembro que, sem alterar os princípios iniciais do Programa do Dec. Lei nº 23052, introduz uma alteração ao seu objetivo inicial. O que está previsto no Dec. Lei de 1938 e que vem a ser explicitado em 1943 é a confirmação de uma condição de tratamento administrativo, que estabelece as diferenças entre as habitações económicas e as *Casas Desmontáveis*:

“a função de grande interesse que têm desempenhado as primeiras mil Casas Desmontáveis construídas em Lisboa, em resultado da publicação do Dec. Lei nº 28912, prevendo-se, no presente diploma, a construção em Lisboa e no Porto de mais um milhar de Casas Desmontáveis. No final da segunda grande guerra e em paralelo com a planeada construção de moradias económicas, em Lisboa, Porto, Coimbra e Almada, pretendia-se, assim, dar sequência ao programa anterior da construção das Casas Desmontáveis.” (BAPTISTA, 1999, pp. 49-51)

Os dois primeiros Bairros Provisórios construídos correspondiam a uma melhoria efetiva das condições de vida das famílias, face à situação muito precária que se vivia nos bairros de origem. No entanto, o tipo de isolamento urbano decorrente da implantação destes bairros na cidade de Lisboa, era suscetível de criar novos guetos e as autoridades municipais estavam conscientes desse fato. Como vimos, a organização destes bairros e a sua configuração urbana e arquitetónica obedeciam a um controle, por parte das autoridades, sobre todos os aspetos da vida diária dos seus habitantes, a pretexto da promoção social e das exigências da higiene. Em termos de condições habitacionais e de integração social na cidade, as descrições disponíveis mostram que estes aspetos se desenvolviam muito em função dos clubes, associações recreativas de moradores,

e práticas culturais e desportivas, relativamente autónomas e de iniciativa dos próprios moradores.

Na década de 1940, o Ministério das Obras Públicas investiu na investigação sobre habitações de baixo custo, na procura de soluções de realojamento de populações em bairros de barracas. Na Exposição, *15 anos de Obras Públicas, 1932-1947*, que se realizou em Lisboa em 1948, foi apresentada uma habitação para uma família tipo (dois filhos). Esta habitação encontra-se completamente mobilada e, junto, lê-se a seguinte legenda:

“na habitação mais pequena cabe a maior felicidade. O técnico e o artista podem encontrar um lugar para cada um, um lugar para cada coisa e para tudo, o bom gosto” (15 anos de Obras Públicas 1932-47. Vol. II, p. 152)

Esta habitação que apareceu exposta não deu origem a qualquer implementação (de um bairro novo), nem há registo da sua construção experimental, com o objetivo de realojar populações desalojadas ou em situações semelhantes às que temos vindo a descrever.

2.2.4.1 A ampliação do Bairro da Boa Vista

No período de 1945 a 1960, são construídas numa segunda fase do Bairro da Boa Vista, novas habitações do mesmo tipo da anterior, de tipologia T4 (28m²), diferindo, nesta nova variante, o acesso ao logradouro situado nas traseiras. Nesta altura, o crescimento das famílias e o excesso de ocupação das habitações, associados às poucas obras de manutenção conduz aos primeiros sinais de degradação. As novas habitações foram construídas em sistema de pré-fabricação, sendo os materiais utilizados, a madeira na estrutura e a chapa de fibrocimento, no revestimento exterior de paredes e cobertura, adquiridos na Sociedade Portuguesa de Fibrocimento, com um custo médio por habitação, nesta nova fase, de cerca 5.500 escudos (CML, 1999, pp. 23-25).

2.2.4.2 Bairro das Furnas

O terceiro bairro a ser construído com o programa das *Casas Desmontáveis* foi a Quinta das Furnas, situado em São Domingos de Benfca. As novas habitações pré-fabricadas que o formavam destinavam-se a populações com maior estabilidade económica que a dos anteriores bairros provisórios, atrás referidos. Os primeiros habitantes a ocupar o bairro constituíam uma população heterogénea, oriunda do meio rural, ou desalojados provenientes das demolições, ou da reconversão urbana, em várias zonas da cidade. Na inauguração, realizada a 28 de Maio de 1946, esteve presente o Presidente e vários vereadores da Câmara de Lisboa, o bispo de Vatarba (Lamego), entre outras entidades oficiais e convidados. O bairro era formado por 280 habitações, distribuídas em bandas longilíneas e as vias de acesso eram completadas por um espaço verde adjacente (As Comemorações do 28 de Maio, 1946).

Existiam, nesta urbanização, quatro tipologias diferentes (todas com cozinha e instalação sanitária), tendo sido construídas, 36 habitações T1, 96 habitações, T2, 27 habitações, T3 e 21 habitações T4. Entre os tipos, variava apenas o número de quartos, sendo a cozinha integrada na sala comum. Na construção das habitações, deu-se continuidade à utilização já experimentada da pré-fabricação, mas de um tipo construtivo diferente, com painéis de menor dimensão e revestimento integrando isolamento térmico interior, e pintura interior e exterior. A construção destas habitações proporcionou a melhoria das condições de isolamento térmico e de

FIG 12
Bairro das Furnas.

12a
Pormenor das fundações.

12b
Montagem da estrutura.



12a



12b

conforto em relação aos anteriores bairros provisórios. O custo de construção de cada moradia era, na altura, de cerca de sete mil escudos e, tal como nos dois anteriores bairros de *Casas Desmontáveis*,



13a



13b



13c

a CML e o Ministério das Obras Públicas, as duas entidades responsáveis pelo empreendimento, dividiram em partes iguais o financiamento do projeto. As rendas que as famílias pagavam à administração variavam entre os 90 e os 120 escudos, de acordo com a tipologia da casa (CML, 1999, p. 33).

Para apoiar a população do bairro, foram ainda construídos, um mercado, um posto de administração, duas escolas, uma capela, um centro de assistência social, um posto médico, uma creche, balneários, um lavadouro público, um campo de jogos e uma piscina (*As Comemorações do 28 de Maio*, 1946).

Os habitantes eram, muitos deles, oriundos dos bairros da *Quinta da Calçada* e da *Boa Vista*, mas no bairro das *Furnas*, as habitações não se encontravam mobiladas, já que se admitia que as famílias tinham adquirido um nível económico mais elevado. O Bairro das *Furnas* estava no segundo lugar, no escalão de nível económico superior, sendo que os bairros da *Calçada* e da *Boavista* se encontravam no primeiro lugar do escalão económico inferior (CML, 1999, p. 35).

Também neste bairro existiam regulamentos sobre um conjunto de procedimentos semelhantes aos descritos para a *Quinta da Calçada* e *Boa Vista*, como por exemplo, o horário de iluminação tanto pública como

4. Esta fiscalização é assim descrita num documento da época: “resultava das experiências tidas nos Bairros da Quinta da Calçada, onde algumas casas de banho serviam de galinheiro. Houve mesmo um exemplo de uma família que fazia da casa de banho cocheira, onde abrigava um burro.” (CML, 1999, p. 34)

das habitações, a proibição de animais domésticos nas habitações e de capoeiras nos quintais. A fiscalização e o policiamento nestes, e em muitos outros aspetos, era muito rigorosa, sendo a expulsão uma resposta pronta ao incumprimento das regras. As habitações eram semanalmente visitadas pela assistente social e pela Polícia Municipal. A fiscalização era constante e dava continuidade à experiência adquirida na Quinta da Calçada e Boa Vista, onde se tinham encontrado casos de criação de galinheiros e outros hábitos rurais, absolutamente proibidos dentro das habitações. Existia uma particular vigilância sobre a proibição de animais domésticos ou de criação, podendo a mesma família ser fiscalizada, sucessivamente, pelo fiscal do bairro, pela Assistência e pela Polícia Municipal.⁴ Assim, à avaliação das famílias que era feita através destas comissões e entidades, nas Furnas, assim como nos restantes bairros, correspondia uma seleção das famílias que mais tinham progredido nos aspetos sociais considerados. Estas, as que estavam no topo da lista de espera de transferência para os bairros de habitação económica, eram as primeiras contempladas (CML, 1999, pp. 32-34).

2.2.5 AS LIMITAÇÕES DO PROGRAMA DAS *CASAS DESMONTÁVEIS*

2.2.5.1 *Estudos sociológicos sobre as populações*

Baseado em investigações sociológicas, que mostram a diferente caracterização social e profissional da população das *Casas Desmontáveis* e das *Habitações Económicas*, Luís Vicente Baptista realizou estudos comparativos entre estes dois tipos de habitação social, cujas conclusões dizem respeito aos bairros que referimos. Este autor fez investigação sobre os três bairros desmontáveis construídos na zona de Lisboa, entre 1938 e 1946 – a Quinta da Calçada, a Boa Vista e as Furnas – totalizando 1378 habitações, analisando as características sociais e profissionais dos seus moradores. Concluiu que ali existiam, para além de trabalhadores rurais, outras profissões (ausentes, naturalmente, do Programa das Habitações Económicas), como sejam,

FIG 13

Bairro das Furnas.

13 ab

Préfabricação, montagem.

13c

Vista de rua.

os vendedores ambulantes, os sucateiros, os funileiros e fundidores, serviçais a dias e domésticas, uma população com fraca qualificação profissional e que, no geral, não tinha o domínio da escrita e da contabilidade. Havia, ainda, algumas profissões aparentemente exteriores a este programa, tais como, operários da construção civil que, não estando totalmente abrangidos pelos programas das habitações económicas, viviam também nestes bairros. Segue-se, neste estudo, uma série de especificações muito particulares sobre os ocupantes de ambas os tipos de habitações. Segundo este autor, comparando os residentes das *Casas Desmontáveis* com as *Habitações Económicas*, constata-se em traços gerais, uma diferenciação qualitativa na condição profissional associada a ambos os casos.

O conjunto de *Habitações Económicas* edificadas na cidade de Lisboa até ao ano de 1940, situava-se nos bairros do Arco do Cego, do Alto da Ajuda, do Alto da Serafina e Terras do Forno (BAPTISTA, 1999, p. 149). A condição económica de insolvência, que ocorria com muitos dos habitantes dos bairros de habitação precária, era o principal fator de impedimento para aceder ao programa das *Habitações Económicas*, implementado em 1933.

As regras para poder ter direito aos níveis mais económicos deste tipo de habitação excluía, em geral, as populações insolventes por razões de higiene, ao que se somava um comportamento social e hábitos pouco urbanos, dada a situação de exclusão ou de deslocalização rural, questão particularmente fiscalizada pelas autoridades. O programa de *casas para famílias pobres* surge destacado no programa das *habitações económicas*, na legislação já referida e publicada de 1945. É defendida a progressiva importância de *outros intervenientes* nos processos conducentes à construção das habitações económicas. Entre esses intervenientes, estão as instituições de previdência social que, a partir de 1945, irão modificar, do ponto de vista organizacional, o que estava estabelecido na legislação de 1933, também já referida. O programa habitacional das *Casas Desmontáveis* destinava-se essencialmente a populações a viverem em bairros de barracas, e passa a designar-se, na legislação de 1945, apenas como programa das *casas para famílias*

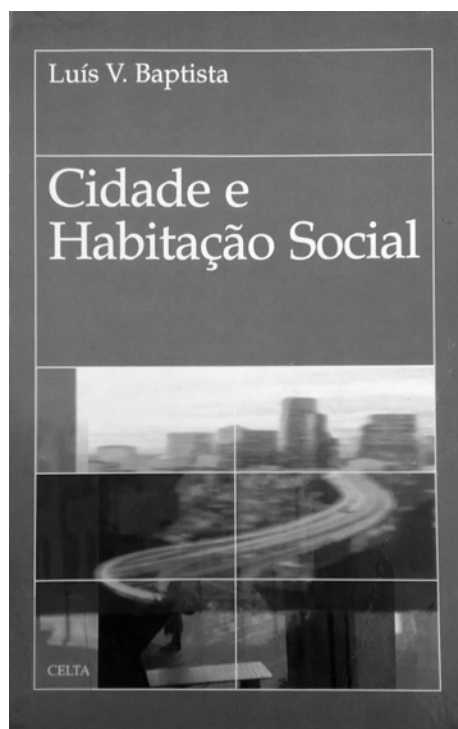


FIG 14
Luís Baptista, livro
de referência

pobres, distinguindo-se, em vários aspetos, das *casas económicas* e das *casas de renda económica* (BAPTISTA, 1999, p. 74).

No programa das *Casas Desmontáveis*, o carácter provisório das habitações permitia a sua posterior desmontagem, sendo, deste ponto de vista, um investimento de baixo custo. A possibilidade de deslocar as habitações para outro local, o que teoricamente estava previsto (desmontar e voltar a construir), nunca terá acontecido. Obstáculo grave à concretização em grande escala de uma operação desta natureza, terão sido os elevados custos associados a todas as infraestruturas (arruamentos, electricidade, esgotos, etc) construídas quando da urbanização inicial (BAPTISTA, 1999, pp. 74-75).

Nos bairros construídos, deu-se uma degradação das condições das habitações, devido ao seu uso prolongado e à ausência de manutenção das situações de maior desgaste físico dos materiais. Nos finais dos anos 1940, ainda não tinha sido transferida a maior parte das famílias instaladas nos primeiros bairros e que deveriam transitar para as habitações definitivas que lhes estavam prometidas, conforme o objetivo inicial deste programa. Segundo Luís Baptista, a ideia das habitações construídas com carácter transitório não terá tido um resultado eficaz, porque, no período intermédio da transição das famílias para as habitações económicas, muitas delas, próximas da insolvência, não conseguiam autorização para o realojamento definitivo no final do período previsto de cerca de dez anos. A transferência das populações das *Casas Desmontáveis* para as habitações económicas não se fez, como previsto, mas aconteceu, efetivamente, com algumas famílias, após a avaliação positiva do crivo das várias comissões de inquérito (BAPTISTA, 1999, p. 79). Entre os diversos critérios desta avaliação familiar, pesava a capacidade económica, o grau de integração social e a pretensa superação de *carências* ao nível dos hábitos e da higiene das famílias. Nalguns destes bairros, como aconteceu no Bairro da Boavista, o período inicialmente pre-

visto de doze anos foi largamente excedido e, em algumas situações, essa transferência só se concretizou nas décadas de 1980-90.

Como referimos, o objetivo fundamental do programa das *Casas Desmontáveis* era o realojamento das populações dos bairros de barracas, particularmente nas grandes cidades. Verificava-se que o número de habitações construídas, provisórias e definitivas, não permitia resolver o problema crescente das populações a ocupar os novos bairros de barracas de Lisboa.

No período entre os anos 1940 e 1960, o Estado não criou soluções habitacionais para sustentar o aumento exponencial do número de barracas e a generalizada falta de habitação. As políticas setoriais destinadas a esse objetivo, por inércia ou insensibilidade social, não impediram o seu agravamento. Segundo Luís Vieira Baptista, a partir de uma determinada altura, o insucesso do programa tornou-se evidente:

“a consciência desta situação torna-se muito clara na segunda metade dos anos 50 e nos princípios dos anos 60, época em que se procura reestruturar a ‘política habitacional’ com base numa focagem na questão das habitações para os que estariam fora da oferta institucional das habitações de renda económica” (BAPTISTA, 1999, p. 69).

2.2.5.2 O Bairro Padre Cruz na década de 1950

O quarto bairro provisório a ser construído no âmbito do programa das *Casas Desmontáveis* foi o *Bairro Padre Cruz*, na freguesia de Carnide, junto à estrada de circunvalação, na Pontinha, próximo do Quartel Militar de Engenharia 1. Em 1959, inicia-se a construção do primeiro conjunto de 200 habitações destinadas a populações desalojadas em resultado de diversas operações urbanísticas, como foi o caso da demolição do bairro social da Quinta da Calçada, aquando da implementação da Cidade Universitária. Os processos urbanísticos eram semelhantes aos que foram utilizados nos três bairros sociais provisórios referidos, com uma organização urbana constituída por bandas contínuas de habitações alinhadas, com um pequeno

FIG 15

Bairro Padre Cruz, 1959.



terreno para cultivo. Tal como naqueles bairros, utilizava-se uma tipologia de habitações pré-fabricadas com áreas mínimas e, como material, usava-se a chapa de fibrocimento sobre estrutura de madeira.

São construídas 128 habitações T2 (28m²) e 72 habitações T3 (33m²), sendo as rendas de cem e cento e vinte escudos, respetivamente.

Destinado a famílias inscritas em programas de realojamento, este bairro é uma tentativa de corrigir as más condições de vida proporcionadas pelo mau isolamento térmico e acústico, assim como outros problemas experimentados ao longo de décadas, nos bairros da *Quinta da Calçada*, *Boa Vista* e *Furnas*. O bairro estava equipado com uma escola primária, uma igreja, um mercado, um centro social, um lavadouro público, um salão de festas e a sede do clube desportivo.

A partir de 1959, são construídos mais 917 habitações neste bairro, mas decidiu-se terminar com a construção pré-fabricada e de carater provisório. Optava-se agora pela construção definitiva em alvenaria, destinada a populações com características sociais muito idênticas às que tinham ocupado os bairros provisórios (CML, 1999).

2.2.6 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS E BAIROS CLANDESTINOS

As políticas habitacionais implementadas pelo Estado Novo, desde o final dos anos 1930, foram executando diversos programas, com o objetivo de construir casas económicas para os setores mais carenciados. Durante cerca de quatro décadas, de 1933 a 1972, o regime segue uma política ideologicamente centralizada e agregadora, ou seja, uma política setorial dirigida aos mais carenciados, o que constituiu o programa das casas económicas (BAPTISTA, 1999, p. 47).

Habitação Social em Portugal: número de fogos construídos ou iniciados, no período de 1932-1950

Programa	Concelho	Fogos sociais (Nº)	Percentagem %
Casas económicas situação em 1950: construídas	Lisboa	3797	55,2
	Porto	1615	22,2
	Coimbra	495	6,8
	Outros	1367	18,8
	Total	7274	100,0
Casas económicas plano de 1943	Lisboa	2500	62,5
	Porto	500	12,5
	Coimbra	500	12,5
	Almada	500	12,5
	Total	4000	100,0
Casas desmontáveis	Lisboa	1540(a)	72,0
	Porto	500	23,3
	Coimbra	100	4,7
	Total	2140	100,0
Casas de renda económica	Lisboa	2266	84,2
	Almada	60	2,2
	Cascais	48	1,8
	Alcanena	20	0,7
	Évora	96	3,6
	Famalicão	28	1,1
	Guimarães	90	3,4
	Matosinhos	82	3,1
	Total	2490(b)	100,0

a) Situação em 1946

b) Situação em 1950

Fonte: C.N.Silva, 1994:671.

BAPTISTA, 1999 p. 92.

A procura da resolução do problema habitacional dos bairros de barracas de Lisboa, no início dos anos 1940, teve como resposta os já descritos realojamentos. A promoção social de populações

consideradas inaptas para morar em habitações correntes era uma das vertentes desses realojamentos. Cerca de vinte anos depois, no início da década de 1960, o aumento exponencial dos bairros de barracas em Lisboa, denotava uma incapacidade das autoridades para resolver este problema.

Segundo a socióloga Ana Cardoso, o aumento dos bairros de barracas foi crescente ao longo do séc. XX e proporcional ao aumento dos seus habitantes. Mas o índice de crescimento foi tendencialmente subindo, durante as décadas de cinquenta e sessenta. Tinham crescido próximo do centro, como o caso do Bairro da Liberdade, em Campolide, o Bairro das Minhocas, no Rego e a Quinta da Curraleira. Mas, nesta transição, tendem a surgir numa coroa urbana que se desenvolveria nos limites da cidade. Se, até esta altura, os principais bairros se situavam em freguesias dentro do concelho de Lisboa, cada vez mais eles cresciam fora do centro da cidade (CARDOSO, 1993, p. 51).

Segundo o relatório publicado após o I Colóquio de Habitação, o fenómeno da atração urbana de Lisboa, entre 1921 e 1960, fez aumentar a sua população em cerca de 520.000 pessoas, o que corresponde a uma média de 13.000 novos habitantes por ano (*Colóquio sobre Habitação*, 1969).

A rápida e intensa suburbanização que se desenvolveu nos novos concelhos limítrofes de Lisboa transformou a grande cidade existente, numa grande metrópole (NUNES, 2013). Na década de 1960, com a grande extensão dos subúrbios, a metrópole que Lisboa passou a ser, trazia, igualmente, a mudança das estratégias de construção dos bairros clandestinos, sempre dependentes dos terrenos devolutos ou expectantes. Os terrenos suscetíveis de especulação, tornaram-se a base da construção informal e dos bairros de barracas. Este crescimento correspondeu, igualmente, à passagem do aumento gradual destes bairros anteriormente no centro, como se disse, para os terrenos devolutos, fora do concelho de Lisboa.

Os bairros de barracas que ocupavam terrenos devolutos dentro do concelho de Lisboa eram, evidentemente, de génese ilegal. O forte policiamento exercido no sentido de evitar mais constru-

ções ilegais, criava novos problemas aos excelentes negócios que estes bairros permitiam. Por pressão municipal da CML, esse território informal vai sendo progressivamente transferido para os concelhos limítrofes de Lisboa, sendo a transferência feita sobretudo para o Concelho de Oeiras, Loures e Odivelas. Segundo Ana Cardoso, “entra-se naquilo que se pode considerar a 1ª fase da evolução da construção ilegal que se prolonga até 1965/68” (CARDOSO, 1993, p. 51).

2.2.7 POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E A PROLIFERAÇÃO DAS BARRACAS

2.2.7.1 *Os bairros de barracas e a falta de resposta das autoridades*

O setor cooperativo, a habitação de baixo custo e as potencialidades da AC foram tema de discussão, em Portugal, em vários colóquios realizados na comunicação social e em diversas realizações de carácter público e privado.

Referimos como, até meados da década de 1960, se dá um crescimento exponencial dos bairros de barracas em Lisboa e um agravamento das condições habitacionais nestes territórios de exclusão, cada vez mais populosos. Segundo as referências consultadas, não terão existido, da parte das autoridades responsáveis, respostas adequadas à resolução deste grave problema urbano. O sociólogo Raúl da Silva Pereira (PEREIRA, 1963a) baseou as suas análises em levantamentos e inquéritos com quantificação numérica e estatística, procurando com maior objetividade, contribuir com estudos sobre este tema. Com estes dados numéricos e não, apenas, como anteriormente através de estudos sociológicos empíricos e genéricos sobre o problema, Silva Pereira terá sido muito inovador na forma de abordar o problema. Seguindo a escola de Adérito Sedas Nunes e a orientação genérica da revista *Análise Social*, chegou a importantes conclusões sobre as condições da habitação, em Portugal. Em dois artigos publicados, Silva Pereira destacou a questão dos bairros de barracas, mostrando com dados numéricos a sua extensão, e referindo o setor cooperativo e a AC, enquanto soluções para o problema (CACHADO, et al., 2013).

“Esse era um traço incontornável das condições de habitação na cidade de Lisboa ao longo dos anos 50 e 60 do século passado. Em 1963, no primeiro artigo que publica na Análise Social, o autor faz menção quer às práticas de levantamento administrativo do universo de barracas no concelho de Lisboa realizado pela polícia, quer ao inquérito conduzido pelo Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa. Apesar de alguma discrepância entre números, ambos apontavam para um conjunto de cerca de uma dezena de milhar de famílias alojadas em condições miseráveis, estimando-se o número de habitantes na ordem dos 40 000, cerca de 4% da população residente em Lisboa em 1960” (CACHADO, et al., 2013, p. 187)

5. Inquérito às condições de habitação da família, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, como anexo ao IX Recenseamento Geral da População (1950)

Os dados do Recenseamento realizado em 1950 e os inquéritos à situação habitacional, no país, foram publicados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), em 1954.⁵

Estes inquéritos, permitiram conhecer os primeiros dados quantitativos sobre a realidade populacional e habitacional existente no país e a sua divulgação foi fundamental para os estudos realizados desde essa altura. Temos como exemplo disso, como referido, os trabalhos do sociólogo Raúl da Silva Pereira, que permitiam concluir acerca da quantificação do enorme *deficit* habitacional, situação muito falada, mas que poucos conheciam com rigor. Sobre esta situação, na zona da grande Lisboa, os dados estavam dispersos entre diversas entidades. Para conseguir reunir estas fontes e ter a noção mais exata da dimensão do problema, era necessário estudá-lo e só assim se poderia passar à implementação de qualquer política neste setor. Com os estudos realizados pelo INE, eram pela primeira vez publicados dados quantitativos sobre a situação da habitação, que incluíam as habitações degradadas. Segundo estes dados e os levantamentos posteriormente feitos pela polícia e pelo GTH (Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa), confirma-se que o aumento dos bairros pobres e de barracas, nas décadas de cinquenta e sessenta, é muito significativo em todo o país, mas particularmente grave nos concelhos de Lisboa e Porto (PEREIRA, 1963b, p. 36).

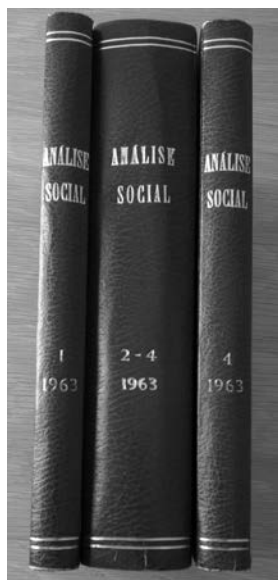


FIG 16

Estudos sobre Habitação, onde se encontram artigos de Raúl da Silva Pereira.

FIG 17

Recorte de jornal anotado à mão por Raúl da Silva Pereira. Diário Popular, 22-07-1963.

Em 1963, Raúl da Silva Pereira testemunhou a censura exercida na comunicação social pela polícia do regime. Uma equipa de quatro jornalistas do *Diário Popular* desenvolveu uma série de dezanove artigos sobre alguns destes bairros, em Lisboa, para serem publicados periodicamente. O primeiro artigo foi publicado, mostrando detalhadamente as características de alguns bairros de barracas, o que terá sido um incómodo para as autoridades. A censura apreendeu todo o material nas próprias instalações do *Diário Popular*, proibindo a publicação dos restantes artigos. A divulgação desta investigação, segundo Silva Pereira, teria sido de grande utilidade para quem estudava e procurava divulgar os estudos sobre esta questão. Raúl da Silva Pereira relata assim os acontecimentos:

“O jornal organizou uma série de dezanove artigos sobre o que era o problema das barracas. Saiu o primeiro artigo a falar dos milhares de barracas em Lisboa, mas já não saiu o segundo. Eu tive acesso, e tenho ainda comigo as cópias, em papel ozalid, dos artigos que foram censurados. Isto, naquela época foi uma provocação.”

(CACHADO, et al., 2013, p. 188)



Este episódio demonstra como o regime optou, nesta época, pelo silêncio em relação ao tema das barracas, numa atitude receosa em relação a um problema habitacional e social que se tornava tão relevante, como incómodo.

A ideia criada pela opinião pública e pelas autoridades sobre os bairros de barracas foi, até determinada altura, algo alimentada por ideias desfasadas da realidade e muito baseadas em preconceitos sobre um tipo de habitação e de vida que, segundo se dizia, era próxima da marginalidade. Um estudo mais aprofundado sobre esta realidade e que surge através do referido trabalho jornalístico do *Diário Popular*, de 1963 (referido por Raúl da Silva Pereira), mostra como esta mentalidade foi mudando, no sentido de uma melhor aceitação, até final dos anos 1960. Os poderes públicos, como no caso da CML, foram evoluindo no sentido de assumir estes bairros, em vez de escamotear a sua existência, como tinha sido feito no passado recente. Tal como no final dos anos 1930, com as comemorações dos centenários, o poder se confrontara com as “nódoas de pobreza” que afetavam a imagem moderna que se pretendia criar na cidade de Lisboa, no final de 1960, as extensões de bairros de barracas afetavam a ideia de realização social. Por outro lado, também descredibilizavam, diariamente, o regime, a realidade da emigração, que em França se aproximava do milhão de portugueses.

O regime de Salazar, em fase de grande descrédito político e de contradições internas, já não conseguia esconder a realidade múltipla da pobreza. Nesta sequência, a ideia da *mudança na continuidade*, resultante da nova direção política, iniciada com o marcelismo a partir de 1969, era acompanhada por uma muito maior responsabilização dos serviços públicos e autarquias. Ao longo da segunda metade da década de 1960, dão-se grandes alterações nas políticas habitacionais públicas, que são implementadas na cidade de Lisboa. Era o caso da CML e da ação desenvolvida pelo Presidente Santos e Castro, que assumia a urgência, por parte da Câmara, em demolir os bairros de barracas existentes no concelho de Lisboa e de realojar, em seguida, implementando um conjunto de políticas habitacionais de cariz social.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO — 1 *D. Popular 22-7-63*

MANCHA NEGRA E TRISTE

DE UMA BELA CIDADE COMO É LISBOA

AS BARRACAS ELEVARAM-SE DE 10000, EM 1959, PARA MAIS DE 50000 NO CORRENTE ANO

UM INVENTÁRIO DOS «BAIRROS DE LATA»

REALIZADO POR UMA EQUIPA DE REPORTAGEM DO «DIÁRIO POPULAR»

No largo estudo do problema de habitação a que procedeu o «Diário Popular» através de uma equipa de redactores que nele trabalhou durante mais de dois meses, pareceu-nos importante começar por fazer um inventário, com precisão no que se refere aos bairros de lata — que, existindo embora em numerosas capitais da Europa, das Américas e de outros continentes, devem, contudo, acabar. Assim, fizemos uma visita pormenorizada a muitos dos actuais bairros de lata da capital, dos concelhos limítrofes e ainda do Porto, no sentido de tentarmos estabelecer uma estimativa segura que nos mostrasse a extensão do problema. Ao mesmo tempo compulsámo-nos a dezenas de publicações e inquirimos numerosos técnicos e individualidades com conhecimentos sobre a natureza do problema.

Embora se nos tivessem deparado com fontes oficiais que se referem aos anos de 1958 e 1959. Podemos, desde já, esclarecer que esses números estão agora largamente ultrapassados. Apesar disso, entendemos que seria oportuno iniciar a reportagem através de um processo cronológico, partindo dos resultados obtidos em 1959 pelo Gabinete Técnico de Habitação, criado pelo actual presidente do Município.

Mais tarde chegaremos aos números actuais, que nos dão a medida da gravidade atingida pelo problema da habitação em Lisboa em face dos bairros de lata, que, infelizmente, em vez de diminuírem em quantidade e em extensão, proliferaram de maneira assombrosa.

Mais de 50 000 barracas em todo o país onde vivem mais de 150 000 pessoas foi o balanço alcançado, pelos serviços de reportagem do «Diário Popular».

Estes números justificam o largo

Inquérito realizado por Urbano Carrasco, Mário Henriques, Corregedor da Fonseca e Nuno Rocha



18a

(continuação de 1.ª pag.)

Uma observação «de fora» da cidade no sentido de se localizarem todos os aglomerados de barracas para habitação.

Tentámos, então, mais um esforço para desenvolver a construção de habitações económicas, procurando-se substituir gradualmente os bairros de lata e atender ao realojamento de famílias deslocadas por motivo do desenvolvimento de obras de urbanização. Em observação directa ou por meio de prospecções especiais, a equipa que durante aqueles dois meses sobreviou Lisboa para inventariar os bairros de lata obteve uma identificação perfeita dos pontos onde se localizam essas habitações.

Muitas vezes, em anteriores estudos de âmbito municipal ou até em artigos de jornais e revistas, se falara dos chamados «bairros de lata» de Lisboa. Prestando-se o tema a especulações várias, nem sempre o fenómeno foi encarado com a objectividade

familias numerosas, mas grade as primeiras condições habitacionais.

QUEM SÃO E DE ONDE VIERAM OS QUE VIVEM NAS BARRACAS

BASEANDO-NOS ainda no inquérito levado a cabo pelos peritos do Gabinete Técnico de Habitação encontramos mais os seguintes números e percentagens que oferecem uma visão da situação em estudo: dos 43 470 habitantes destas barracas, 24 522 são maiores, 18 948 menores, 6 240 a idade pré-escolar, dos quais 3 320 masculinos e 2 929 femininos. Com idades até aos 4 anos, havia 4 320, o que representa 11,3 % da população estudada. E tinhamos a seguir: dos 4 aos 6 anos, 1 842 (4,2 %); dos 7 aos 10, 3 722 (8,6 %); dos 11 aos 14, 3 232 (7,4 %); dos 15 aos 18, 2 892 (6,7 %); e com mais de 18 anos, 26 875 (61,8 %).

2,16 % apresentavam incapacidade temporária; 0,1 % estavam hospitalizados e 4,8 % apresentavam incapacidade definitiva. Havia nada menos, no entanto, do que 29,82 % de fogos com meradores doentes. Vejamos, com a maior atenção, o tipo de doenças encontradas: 27,7 % tuberculoses; 10,9 % sífilis; 7,3 % reumatismos;

com cozinha e sanitários incompletos 94,5 % não têm as mínimas condições exigidas para habitação.

A BARRACA E CONSTRUÇÃO DA DE NOITE — A LUTA PARA ILUDIR A POLÍCIA

NOS locais menos esperados encontram-se barracas para habitação. Em regra, a barraca é construída numa noite. O futuro habitante traz consigo algum dinheiro. Dirige-se a uma serração onde adquire as tábuas de que necessita. Transporta-as para o local onde vai construir a sua habitação e que é escolhido ou num descampado ou num ponto onde há outras barracas e cujos habitantes compreendem a sua situação e se tornam seus cúmplices.

Durante a noite, prego as tábuas. No dia seguinte a barraca está erguida. O habitante sabe que a Polícia tem instruções para não demolir uma barraca já erguida e habitada. E, por isso, muitas vezes, ainda a barraca não tem telhado nem portas e já lá dentro se encontra uma cama ocupada por uma pessoa de família que simula uma doença.

No inquérito realizado, que serve de base, na parte respeitante às barracas, a este trabalho do «Diário Popular» sobre o Problema da Habitação, encontramos 14 434 dos 10 918 fogos estudados em que a cozinha serve simultaneamente para dormir. E temos depois o aspecto da habitação. Vejamos os números: 91 % dos fogos estão ocupados por um só agregado familiar; 7,8 % por dois agregados; 0,55 % por três; 0,15 % por 4; 0,10 % por mais de 4. De todos os fogos estudados, 93 % dos chefes de família possuem renda de habitação; 67 % do só do terreno; 11,6 % da habitação e terreno.

OUTRO ÍNDICE: A ÁREA DE OCUPAÇÃO

O inquérito agora levado a cabo pela equipa de reportagem do «Diário Popular» oferece indicadores mais extensos do que aqueles a que estamos a referir-nos. Efectivamente, embora o estudo do Gabinete Técnico de Habitação elaborado em 1959 apresente um número-base de 10 918 barracas, devemos recordar que a nossa estimativa ultrapassou os 50 000 barracas deste tipo. Muitos destes visitámos, nos

que trabalhamos neste inquérito, no âmbito especialmente na análise das condições determinantes.

No inquérito a que aludimos verificou-se que a maioria dos habitantes destas barracas é constituída por trabalhadores rurais, o que pode pôr em evidência a já muitas vezes referida crise do trabalho agrícola. É de notar que são de Viseu quase todos esses trabalhadores e que um outro contingente — o de operários de construção civil — provém nomeadamente do distrito de Santarém.

Vejamos, agora, o que, na realidade, as famílias se apresentam, numerosas que a tuberculose é ainda

4,4 % doenças mentais; 1,7 % cegueira; 4,9 % paralisias; 1,2 % cancro; 33,9 % diversas, entre as quais se incluem as doenças de coração.

DOIS UNIVERSITÁRIOS ENTRE OS MORADORES DAS BARRACAS

VERIFICAMOS a que os habitantes provêm, na sua maioria, da província, que as profissões se dividem entre trabalhadores rurais e operários da construção civil.

Vejamos, agora, o que, na realidade, as famílias se apresentam, numerosas que a tuberculose é ainda

VAGÕES DE CAMINHO DE FERRO TRANSFORMADOS

18b

2.2.7.2 *O realojamento do Bairro do Relógio*

As obras da ponte sobre o Tejo e as necessárias demolições de centenas de habitações, em 1965, tiveram, como consequência, a construção de um novo bairro, por iniciativa da CML, destinado às populações desalojadas do Vale de Alcântara.

Na freguesia de Marvila, num terreno que, no Plano de Chelas, era destinado a zona verde (com cerca de 13 hectares), limitado pela Avenida Marechal Gomes da Costa e a Avenida Gago Coutinho, a CML decide construir um bairro provisório para esta população. Neste novo bairro, designado *do Relógio*, são construídas, numa primeira fase, 750 habitações provisórias, constituídas por dois tipos de fogos, 248 T2 (36m²) e 502 T3 (50,4m²).

O bairro segue alguns dos procedimentos dos bairros provisórios, anteriormente construídos pela CML e, tal como neles, a solução proposta de pré-fabricação é determinada por exigências de baixo custo e rapidez de execução, devida à situação de emergência, dado o número elevado de famílias desalojadas. A duração de um período de dez a doze anos foi considerado o tempo necessário para o realojamento provisório.

O conjunto era constituído por blocos geminados de dois pisos independentes. A construção foi adjudicada pela CML à *Sorefame*, que utilizou um tipo de pré-fabricação com forte componente industrial e qualidade técnica e estática, sendo utilizada uma estrutura metálica, onde são encaixados os painéis verticais, tipo *sandwich*, de fácil montagem e que permitiam a sua posterior desmontagem. No planeamento do bairro, existiu a preocupação de não alterar a fisionomia topográfica, tanto na introdução dos arruamentos de serventia, como na implantação das habitações colocadas na topografia existente, com acertos pontuais de escadas nos acessos, com o objetivo de evitar acidentes no terreno, dado estar prevista uma reutilização futura para zona verde. Para além do programa habitacional, foram construídas, nesta primeira fase, duas escolas primárias, uma capela, um mercado, um centro de ação social, com creche e um centro de assistência à família (CML, 1999, p. 60).

FIG 18

18ab

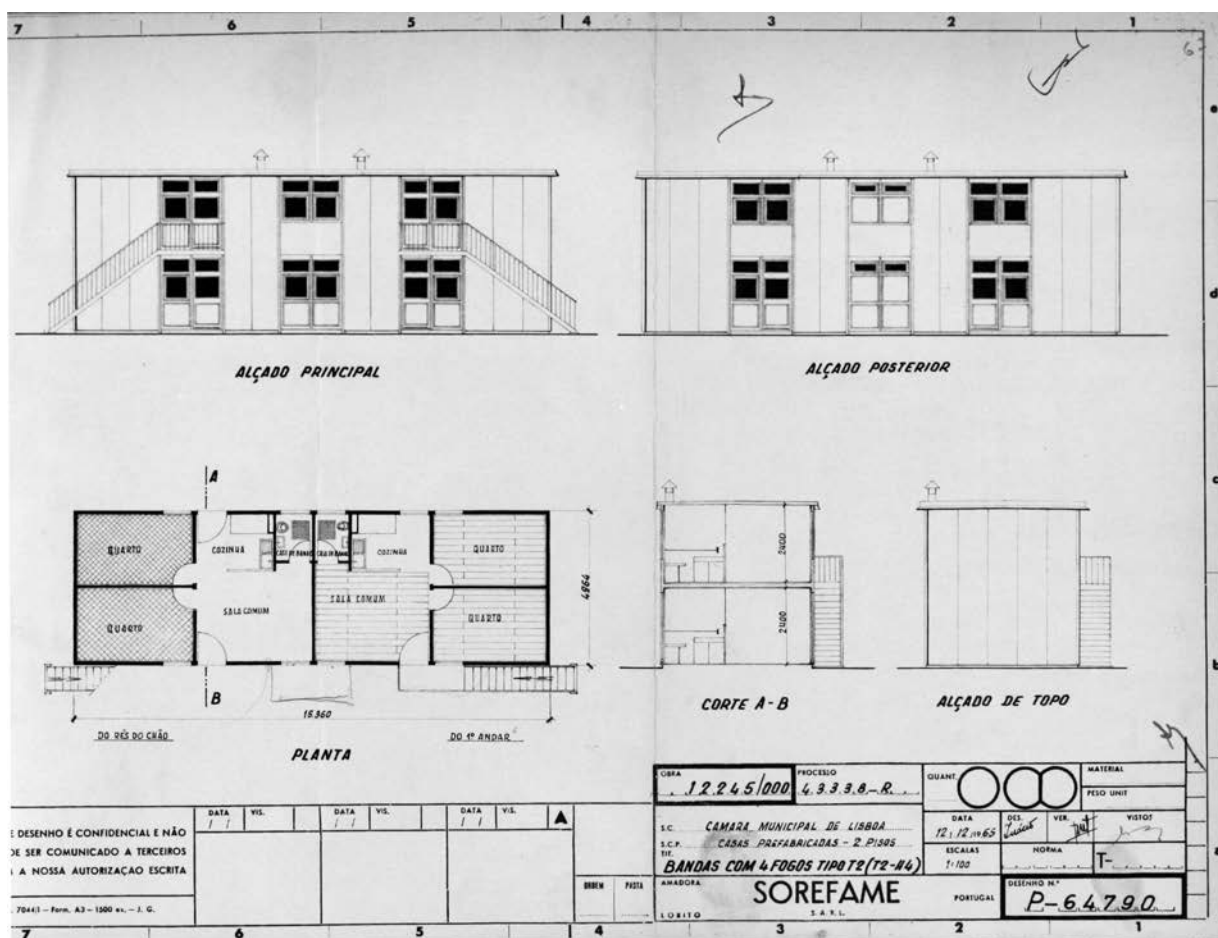
Diário Popular, 22-07-1963.

Para além das já referidas 750 habitações, construídas na primeira fase (1965-66), numa fase seguinte, em 1967, foram edificados mais 400 lotes (de dois pisos), com 1.128 habitações. Ao contrário das anteriores habitações, estas eram de qualidade inferior, utilizando uma estrutura em madeira. Resultaram de um programa para realojar moradores de outros bairros de barracas, não se cuidando

particularmente do aspeto estético.

Em relação à participação dos moradores nas ações sociais inerentes à vida deste bairro, este processo de realojamento decorreu com os problemas de readaptação decorrentes do desenraizamento de gente que tinha a sua vida sedimentada na zona de Alcântara. Sendo um Bairro provisório, com deslocalização cuja existên-

19a



19b

cia se prolongou no tempo, este processo tornou-se com os anos um particular e difícil caso de adaptação das numerosas famílias desalojadas, sendo de salientar os laços de solidariedade que se conseguiam manter no bairro (CML, 1999, pp. 60-63).

2.3 A Autoconstrução em Portugal

2.3.1 O SISTEMA COOPERATIVO

Durante décadas, o Estado Novo promoveu um sistema corporativo dirigido a certos setores profissionais, tais como, funcionários públicos, militares e outras profissões que tiveram acesso à habitação, através de um sistema de promoção estatal. Excetuando a fase da abertura marcelista, a promoção da habitação por organizações cooperativas privadas era pouco comum, em Portugal. Surgem em Lisboa, sobretudo a partir dos anos 1950, algumas associações do tipo cooperativo, com maior ou menor participação dos utentes nas tarefas relativas ao planeamento e à construção de habitações. A Associação dos Inquilinos Lisbonenses, fundada em 1924, foi criada para defender os interesses dos arrendatários das habitações. A determinada altura, a Associação defendia ideias anarquistas e, em meados dos anos 1950, os seus dirigentes criaram, com o Partido Comunista, uma plataforma de entendimento, que tinha como finalidade, alargar a área de influência do setor cooperativo. Um dos propósitos da Associação dos Inquilinos era a promoção daquilo a que chamavam, o *inquilinato cooperador*, procurando dinamizar o movimento cooperativo em Portugal, no setor da habitação, nessa altura quase inexistente (BANDEIRINHA, 2007b, p.63).

FIG 19
Bairro do Relógio.

19a
Perspetiva de Habitação
geminada.

19b
Projecto completo.

2.3.2 O TEMA DA HABITAÇÃO É DIVULGADO EM PORTUGAL

Em Fevereiro de 1960, por iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitetos, realizou-se, em Lisboa, um importante Colóquio dedicado ao

problema da habitação. Do programa, constava um debate sobre os *Aspetos Sociais na Construção do Habitat* e, da comissão organizadora, para além de Nuno Portas, faziam parte vários arquitetos, como Peres Fernandes, Rui Mendes Paula, Raúl Ramalho, Bartolomeu Costa Cabral, Octávio Filgueiras e Coutinho Raposo. Como convidados, estiveram presentes dois especialistas franceses, o arquiteto urbanista Robert Auzelle e o sociólogo Chombart de Lauwe. O primeiro, falou da sua experiência urbanística no Porto, onde era consultor do município e o segundo dissertou sobre as implicações sociológicas do uso da habitação, referindo-se, em particular, a casos específicos da construção massiva, em França. Divulgou os resultados dos inquéritos realizados nos grandes bairros sociais franceses, dando conta das consequências da desadequação dos moradores aos espaços que usavam para, depois, se deter sobre a necessidade de projetar os ambientes em função das especificidades sociais e psicológicas dos moradores. Nuno Portas apresentou uma comunicação subordinada ao tema, *problemas da célula familiar* que, posteriormente, foi elogiada por Teotónio Pereira, por se tratar de um trabalho que procurava sistematizar o problema, “simultaneamente, no campo da sociologia e da crítica espacial” (BANDEIRINHA, 2007b, pp. 63-65)

2.3.3 AUTOCONSTRUÇÃO DE TIPO COOPERATIVO

O sociólogo Raúl da Silva Pereira, em 1963, publica um artigo particularmente crítico da realidade da habitação, a *Problemática da Habitação em Portugal*. Analisa o problema numa perspetiva sociológica, com uma especial incidência no que se refere aos setores mais carenciados da população. É particularmente crítico das políticas públicas vigentes, neste setor, e defende o modelo cooperativo como a melhor opção organizacional para desenvolver soluções habitacionais em larga escala, para as populações sem condições de acesso à habitação. Tendo como centro o indivíduo que pretende construir a sua habitação, aquele modelo apela, sobretudo, ao espírito de cooperação num grupo de moradores que se organiza, defendendo inte-

resses comuns. Sugere a adoção de um tipo de AC dirigido por uma organização cooperativa que, em Portugal, nos meios rurais, podia contar com uma mão-de-obra muito mais disponível, quer por subemprego, quer pelo aproveitamento de horas livres diárias.

Nesse artigo, em que defende a prática cooperativa da AC e das vantagens da sua maior adaptação ao meio rural, Silva Pereira sistematiza e descreve o tipo de AC que, em seu entender, seria possível realizar, em Portugal:

“Uma vez que se tem de respeitar o princípio da divisão do trabalho, de acordo com os conhecimentos de cada participante, e que se mostra necessário promover a construção de tantas habitações quantos os agregados familiares representados nos grupos de trabalho, a Autoconstrução pressupõe, sem dúvida, uma ligação muito íntima entre os elementos constitutivos desses grupos.” (PEREIRA, 1963b, p. 236)

No mesmo artigo o autor demonstra interesse pelas experiências de Autoconstrução realizadas em Portugal até aos anos 1960 e refere as obras realizadas pela Associação MONAC e pelo *Património dos Pobres*, do Padre Américo. No seu entender, estas iniciativas, ambas católicas, inseriam-se dentro do espírito coletivo, que era uma componente essencial no tipo de AC a que faz referência. Para Silva Pereira, a resolução das carências habitacionais, no nosso país, poderia surgir tanto da iniciativa de associações do tipo cooperativo privado, como das ações das referidas organizações católicas e assistenciais. Na sua perspectiva, a AC poderia ser realizada nas duas vertentes, desde que promovesse a participação das populações e que tivesse, como principal objetivo, combater as carências habitacionais, procurando, entre outros fatores, o baixo custo das habitações.

“Excetuando as realizações da MONAC (Movimento Nacional de Auto Construção), em Coimbra, e principalmente as do Património dos Pobres, instituído pelo Padre Américo, 2800 habitações construídas em dez anos, nada se vislumbra no nosso País sobre o assunto. Deve ainda acrescentar-se que algumas das realizações apontadas constituem



FIG 20
Estudos sobre o problema
da Habitação.

nítida obra de assistência, pelo que as temos como soluções de recurso, embora isso “em nada desmereça o elevado espírito com que foram concebidas e vividas por quem as idealizou e pôs em prática.”
(PEREIRA, 1963, p. 237)

A tradição de AC organizada, no nosso país, era o resultado das experiências de construção feitas por sectores da Igreja, com uma intervenção social dirigida ao apoio de populações carenciadas. Esta tradição desenvolve-se quando a doutrina social da Igreja, através da encíclica *Rerum Novarum* (1891) e outras intervenções mais recentes, procura responder com novas ideias às injustiças sociais, com uma filosofia social muito própria. Em relação aos processos de AC, era necessário conseguir a *participação* dos moradores nas tarefas coletivas. A gestão do processo, os recursos obtidos e o modo de conseguir essa necessária participação dos moradores, variavam conforme a iniciativa da Associação promotora (PEREIRA, 1963b, p.237).

2.3.4 AS OBRAS REALIZADAS PELO “PATRIMÓNIO DOS POBRES”

“Era um estranho, e tu abrigaste-me.”

Evangelho segundo São Mateus.

Américo Monteiro de Aguiar, conhecido por *Padre Américo* (1887-1956), e que foi o fundador da *Casa do Gaiato* (Miranda do Corvo, 1940), foi também o principal responsável e dinamizador do *Património dos Pobres*, obra criada em Março de 1951 (Paço de Sousa, Penafiel).

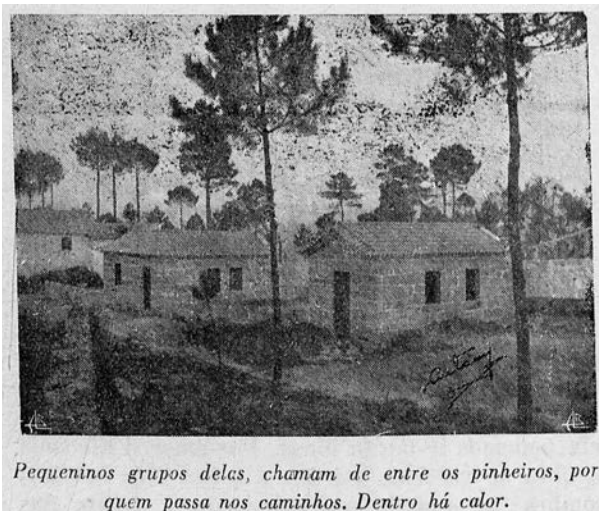
O Património dos Pobres foi uma obra que utilizou a AC na construção e na reabilitação habitacional, dirigida a famílias pobres em todo o país. Em Portugal continental, nas ilhas da Madeira, nos Açores e nas províncias do ultramar, a *Obra* surge a partir dos Frades Vicentinos e em resultado do contacto quotidiano desta Ordem com a situação de pobreza das famílias.

Nos seus Estatutos, o Património dos Pobres é descrito em termos de Direito Canónico como Instituto Eclesiástico, exercendo uma atividade de *assistência e beneficência de utilidade local*.

No Artº 1º estão definidos os objetivos prioritários da Ordem, a construção e a administração das moradias para os mais *pobres* e a ação dirigida “a todos os fins de caridade, educação, profilaxia e assistência” (*Património dos Pobres*, 1951). Tratou-se de uma grande organização, que promoveu a habitação, exclusivamente dirigida a populações carenciadas. O Padre Américo que conduzia o projeto geral, delegava responsabilidades nas freguesias e dioceses do país que aderiam à iniciativa.

No Artº 3º dos Estatutos, define-se que “as moradias e respetivas dependências do Património dos Pobres obtidas por construção, oferta, doação, legado ou por outro meio legítimo, bem como quaisquer bens ou valores, serão propriedade da Fábrica da Igreja”⁶. A Fábrica da Igreja contava com iniciativas descentralizadas por freguesia, com o fim de cuidar dos seus *pobres*, ou seja, as populações que se encontravam absolutamente carenciadas em termos de habitação. As habitações não podiam ser cedidas ou uti-

6. No Artº 4º dos Estatutos: “A administração do *Património dos Pobres* da Freguesia de..., será exercida pela Comissão da Fábrica da Igreja da mesma freguesia legitimamente constituída, mas em conta à parte e com os próprios livros de escrituração. No exercício desta administração, o presidente da Comissão da Fábrica, além dos vogais desta, poderá agregar outras pessoas idóneas.” (AMÉRICO, 1954, p. 96)



21a



21b

FIG 21
Património dos Pobres.

21 ab
Utilização de AC.

7. “Retirei-me do local mais apertado do que a família. Volvo à minha residência e naquela noite não fui capaz de dormir. Falta-me o espaço. Faltava-me o ar. A minha inquietação era muito maior do que verdadeiramente a daquele grupo de cinco, por quem me inquietava.(...) Perguntava a mim mesmo se seria possível a existência de réplicas àquela toca. Doente como então era, o meu Prelado havia-me dispensado de todas as obrigações, tendo eu tomado esta de visitar Pobres, por não servir para mais nada.” (AMÉRICO, 1954, p. 6)

lizadas para fins diferentes do estabelecido nos Estatutos do *Património dos Pobres*: “as casas eram propriedade da Fábrica da Igreja e, como definiu o seu principal responsável, serviriam para beneficiar os pobres da freguesia” (*Património dos Pobres*, 1951).

A história e a evolução da obra construída pelo Património dos Pobres é descrita pelo Padre Américo no livro, *O Ovo de Colombo* (AMÉRICO, 1954). Construir habitações com processos de AC era uma tarefa que implicava obter a participação voluntária das famílias beneficiárias. Tratava-se de despertar nas pessoas interessadas a motivação necessária para a construção das casas, que mais tarde, iriam ocupar. A posse da futura casa era um fator fundamental, tal como a busca do conforto básico para obter essa adesão.

O padre Américo encontrava a sua principal motivação no contacto com as famílias, o que ajuda a explicar a realização de uma obra de tão grande dimensão. Muitas das pessoas que procuravam apoio, viviam em condições de desconforto, sem os meios ou cuidados higiénicos básicos, o que, frequentemente, originava o aparecimento de diversas doenças. Sobretudo, eram estas situações extremas que motivavam o Padre Américo a empenhar-se nesta causa. No início da obra, encontrava-se totalmente absorvido pela ação, a ponto de perder o sono.⁷ Estava convencido de que tudo o que tinha experienciado na área da pobreza e que o levou a

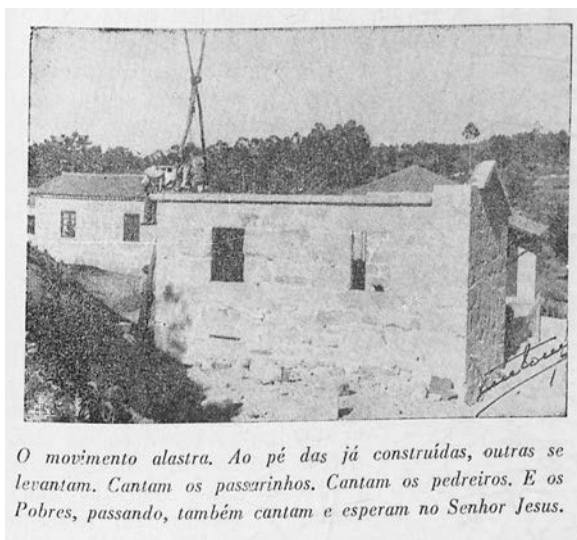
fundar uma Associação, tinha mão divina. Para o padre Américo, a sua realização pessoal, ao criar o *Património dos Pobres*, inseria-se num diálogo religioso pessoal (AMÉRICO, 1954, p. 6).

É muito crítico quando refere que as inaugurações governamentais se sucediam, mas que não contemplavam a pobreza e, muito menos, a pobreza extrema. Afirma que não se tinha encontrado uma solução para esta população *pobre*, em que se oferecia uma habitação sem cobrar uma renda. Para o Padre Américo, o Governo, as Autarquias e as Misericórdias não davam a devida atenção a este problema e, nas suas palavras, “mesmo que houvesse homens aptos e desejosos, não sabiam como dar uma casa a um *pobre*; e não davam” (AMÉRICO, 1954, p. 18). O Padre Américo sublinha bem a insuficiência das obras da iniciativa do Governo, das Autarquias e das Misericórdias e nota como, tanto as entidades do Estado, como as organizações, tais como as Misericórdias ou a Caritas, não tinham, na época, programas específicos para responder às carências habitacionais que existiam no país.

Com um programa muito próprio e que se traduziu, tanto em construção nova, como na reabilitação de habitações já existentes, o Património dos Pobres “foi uma iniciativa no País, muito original, saindo da inércia com que as instituições governamentais se desresponsabilizavam em relação ao problema habitacional dos mais pobres.” (AMÉRICO, 1954)

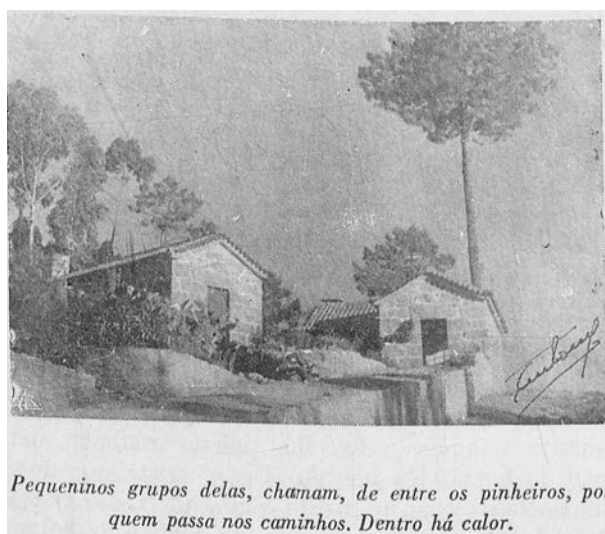
No início do seu livro, *O Ovo de Colombo*, o Padre Américo narra situações urbanas e rurais que observou diretamente. Após uma curta descrição dessa pobreza que presenciou em Coimbra, onde viveu, refere que, no Porto, encontrou as mais gritantes situações, com prédios de andares de exploração de sublocatários, onde as más condições de vida exigiam uma intervenção urgente:

“a casa é pertença natural do homem, como a concha do crustáceo e o ninho dos passarinhos. Sem ela, sua ou à mão, o homem sofre. O seu sofrimento, por injusto e imerecido, causa a desordem”
(AMÉRICO, 1954, p. 17).



O movimento alastra. Ao pé das já construídas, outras se levantam. Cantam os passarinhos. Cantam os pedreiros. E os Pobres, passando, também cantam e esperam no Senhor Jesus.

22a



Pequeninos grupos delas, chamam, de entre os pinheiros, por quem passa nos caminhos. Dentro há calor.

22b

FIG 22
Património dos Pobres.

22ab
Utilização de AC.

E completa este quadro descritivo de más condições habitacionais no país, referindo-se às aldeias onde se vive a angústia da existência:

“A moradia faz-se pardieiro. Os mais ousados procuram construir, mas nem sempre chegam ao fim e aí temos outra forma de pardieiro. Muitos que chegam, de tal sorte se empenham, que a breve trecho ficam sem a casa e regressam ao nada. Este é o panorama de Norte a Sul.” (AMÉRICO, 1954)

Na verdade, como acima se disse, para o Padre Américo, o sentido cristão está presente no que é muito mais do que uma motivação pessoal sua, trata-se de uma causa de ordem religiosa, no sentido de minorar as injustiças sociais.

“Quem não semeia na vinha do Senhor, desperdiça. As primeiras dezoito casas que nós levantámos no ano de 1951, atingiram milhares de corações e fizeram muita luz na inteligência dos homens; não certamente por via do jornal, mas sim porque cada uma delas é um monumento erguido a Deus, ao serviço dos Pobres”. (AMÉRICO, 1954, p.23)

A promoção da melhoria das condições de habitação era o objetivo real, o foco de toda esta devoção vicentina (AMÉRICO, 1954, pp. 23-24).

No aspeto organizacional e para cumprir este propósito, a Ordem teve que dirigir a sua ação no sentido de angariar os fundos necessários que, depois, eram direcionados para apoiar a construção das habitações, processo esse iniciado em 1951. Em Paço de Sousa, a Ordem dos Vicentinos começou pela construção de quatro casas (com quintal). Com projeto entregue para aprovação na Câmara e, segundo diz, não havendo resposta da Câmara de Penafiel, o problema ficou resolvido, pois *quem cala consente*. Uma outra Câmara Municipal (não refere o nome), embargou outros projetos semelhantes, também iniciados pela Obra do Padre Américo. Assim prosseguia esta iniciativa em várias freguesias, como Paço de Sousa, São Salvador de Galegos, Santo Antão do Tojal e em Miranda do Corvo. Em 1951, são construídas, pela Ordem, dezoito casas e, no ano seguinte, prossegue o projeto com a iniciativa de “inúmeros párocos, que também começaram a construir” noutros locais. As habitações construídas ou reabilitadas ficavam a pertencer à paróquia local, não fazendo parte do *Património dos Pobres*, entidade que desenvolvia este projeto à escala nacional (AMÉRICO, 1954, pp. 23-24).

Em 1952, são construídas cinco habitações em Miranda do Corvo, com a colaboração de jovens da *Casa do Gaiato*, uma maneira de investir na habitação, juntando mestres pedreiros com a mão-de-obra disponível e voluntária em AC. Para estes trabalhos, eram utilizados, como apoio, diversos meios que hoje nos parecem insólitos: o emprego de bois para transporte de materiais e execução de tarefas que incluíam, desde o abate de árvores para extração da madeira e sua utilização em portas e janelas, até à esforçada tarefa humana de carregar e descarregar à mão pedras, tijolos e todo o restante material necessário para terminar a obra (AMÉRICO, 1954, p. 27).

Todas as descrições de AC feitas, até agora, pelo *Património dos Pobres* referem-se a intervenções em zonas geográficas predominantemente rurais, em que o trabalho é realizado pelas famílias, em AC, com o apoio dos mestres pedreiros. Esta componente rural não era uma escolha do *Património dos Pobres*, que estava vocacio-



23a



23b

nado para apoiar populações carenciadas em qualquer contexto. Outros contextos mais urbanos surgem nas descrições do padre Américo, quando visitou Santo Antão do Tojal e encontrou uns verdadeiros *tugúrios* (bairros de barracas), perto de Lisboa. Segundo descreve, eram “barracas de caniço, outras de tábuas amontoadas, currais que são moradias de gente, famílias numerosas em pequenos recintos com todos os perigos que isto acarreta.” Também fala de uma obra de uma casa em São João da Madeira e mais dois casos, noutros distritos, onde alojaram vinte e quatro famílias indigentes, sem qualquer custo ou renda (AMÉRICO, 1954, p. 29).

Um aspeto importante a destacar tem a ver com o modo como foram obtidos os recursos, tanto os meios económicos próprios, como os que foram angariados a nível local. O padre Américo refere que os pedidos de apoio dirigidos às entidades públicas tiveram sempre resposta negativa, tanto dos gabinetes do governo do Terreiro do Paço, como de outras instituições contactadas e faz alusão, expressamente, às Misericórdias:

“Nada que mais desanime o povo do que saber ou convencer-se que certa obra é do Estado. Ninguém dá nada. Ninguém se interessa. Aquilo é deles, afirmam e passam à frente. Mas quando sentem e podem dizer com verdade aquilo é nosso, temos a obra garantida, se e quando nela reina o espírito da verdade.” (AMÉRICO, 1954, p. 31)

De acordo com esta descrição, a Obra cresceu sem quaisquer apoios oficiais, contando com os meios próprios de angariação e com a crença nos objetivos que se propunha alcançar. Para construir o maior número possível de habitações para a população mais desfavorecida, para além do apoio dos vicentinos, a Ordem contava com inúmeros párocos de todo o país, que enviavam cartas a solicitar os estatutos do *Património dos Pobres*, e assim poderem colaborar no projeto habitacional (AMÉRICO, 1954, p. 40). Numa descrição do livro, algo inesperada, o padre Américo fala da sua incursão na via *projetista*, fazendo de arquiteto por absoluta urgência em avançar com as obras, esclarecendo que não pretendia criar

FIG 23
Património dos Pobres.

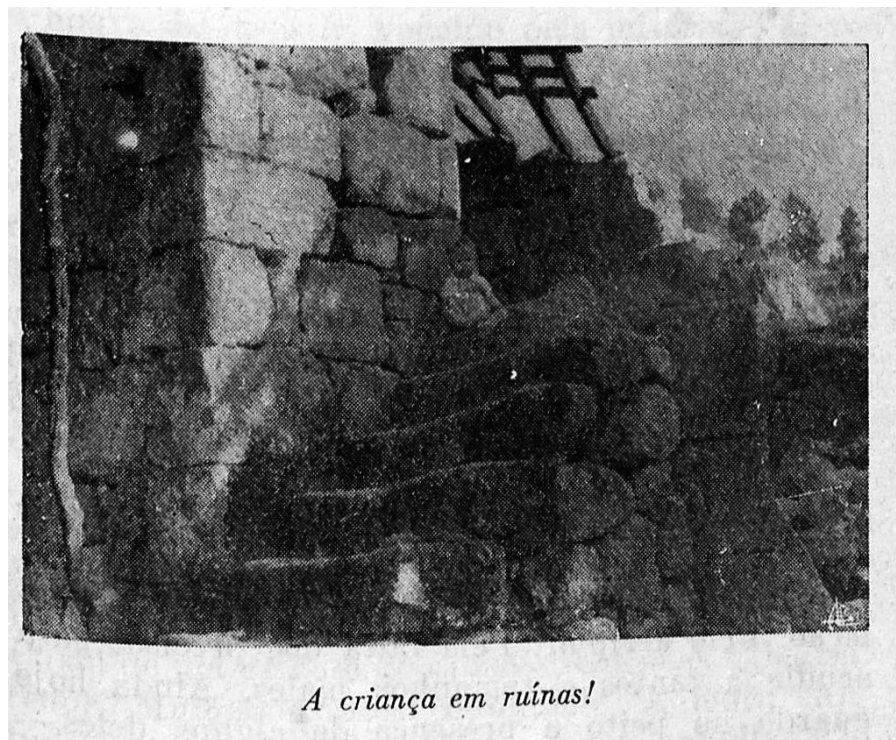
23 ab
Utilização de AC.

8. “Não tínhamos chegado à Páscoa deste ano de 1953, terceiro do movimento e já havia sinais de casas em Amarante, Guimarães, Braga, Coimbra, Vila Real, Viseu. Muitas delas em freguesias do distrito do Porto. Prosseguindo pelo ano além e juntando aquelas às de Lisboa, Tomar, Leiria, Elvas e outras terras temos que o fim do ano viu a passar de duzentas moradias ao serviço dos Pobres, com craveiros à janela e lume na lareira. A planta original saiu das nossas mãos. Fui eu mesmo que, duma vez, naquele tempo, tomei uma folha de papel de embrulho, um lápis mal aguçado e tracei. A necessidade leva o homem a operar o maravilhoso. (...) Qual arquiteto prendado, começo a partir e a dividir e, da cozinha rasgo a porta do sobrado. Dou-lhe altura. Capacidade. Proporção. E ali temos a cama armada. A caixa da roupa boa. A mesa do oratório. O sítio da candeia. A necessidade opera maravilhas.” (AMÉRICO, 1954, pp. 41- 43)

um modelo arquitetónico de intervenção. Refere como a autoria fora um acidente de percurso, defendendo que, em cada contexto e situação, deve acontecer “outro parecer, outra economia, outras necessidades.” Toda a atividade do *Património dos Pobres* se deveria concentrar na procura da habitação de baixo custo, tanto da construção como de todo o processo de AC, incluindo os desenhos da *planta*.⁸

Em 1952, tinham sido construídas sessenta e três casas por administração direta e setenta e quatro comparticipadas, em várias freguesias do país, com o apoio dos respetivos párocos regionais (AMÉRICO, 1954, p.58).⁹

“Estas são as casas que podemos dar por certas, sem faltar à verdade. Mas há mais. Sabemos da existência atual de párocos e de vicentinos ocupados na construção de casas, aos quais temos dado pequenas ajudas, e esperamos dar mais, após a Obra feita. Por agora recordo Santarém, Campo Maior, Arraiolos, Castelo Branco.” (AMÉRICO, 1954, p. 84)



9. “Vem agora a propósito uma palavra sobre a maneira como nós temos angariado fundos. Verdadeiramente falando nós não vamos buscar, tudo vem cá ter. Que me lembre e cara a cara, apenas pedi três casas no Porto, as quais me foram dadas imediatamente. No regresso da nossa recente viagem às províncias do Ultramar, abriu-se uma conta no Banco com o nome Património dos Pobres.(...) Estamos a escrever estas regras precisamente um ano depois. Produziu-se um movimento até aqui nunca visto, na alma dos portugueses. Nasceu um grande espírito de bem fazer.” (AMÉRICO, 1954, p. 58)

São informações da própria Obra que referem ter contribuído direta ou indiretamente para a construção de centenas de habitações, ilhas e regiões do ultramar, número confirmado (1954, p. 82)⁹. *Fazer o bem* terá sido o mote particularmente importante para a obtenção dos resultados, o que terá motivado as populações a colaborarem com a organização da obra. Em termos da AC, a motivação dos moradores era o princípio fundamental e o principal fator para a Obra poder apoiar o trabalho de construção das habitações.

Para recuperar habitações degradadas ou construir novas, para além do financiamento obtido por doações, a obra contava também com o contributo dos seus principais interessados, os *autoconstrutores*. Estes deveriam intervir, se possível, na construção da própria casa, comprando, por vezes, os próprios materiais de que necessitavam, apesar dos seus fracos recursos. Segundo informações divulgadas pelo *Património dos Pobres*, em 1967, as habitações construídas pela ordem ultrapassavam já as três mil casas.



FIG 24

Património dos Pobres.

24 ab

Utilização de AC.

Uma inauguração chama por muita gente. Aqui é Amarante.

24b

2.3.5 O MOVIMENTO NACIONAL DE AUTOCONSTRUÇÃO (MONAC)

2.3.5.1 *A União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT) cria a MONAC*

A MONAC foi um movimento criado a partir do plano social da UCIDT com o objetivo de contribuir para minorar algumas das graves carências de habitação no país. Toda a estratégia de implementação da MONAC se baseou na construção de habitações para grupos carenciados da população e na promoção da AC, em particular na região de Coimbra.

10. A UCIDT é atualmente a ACEGE

A MONAC nasceu em 1952, por iniciativa da UCIDT¹⁰. Os seus objetivos programáticos estão patentes nos Estatutos e em alguns

textos publicados pelo *movimento*. O seu projeto segue a orientação da doutrina social da Igreja, procurando partilhar princípios de solidariedade e justiça numa prática cristã. O Padre João Evangelista Jorge, o engenheiro Horácio de Moura e o arcebispo de Coimbra, Ernesto Sena de Oliveira, são as figuras principais desta organização.

Ao criar a MONAC, a UCIDT pretendia superar as carências no sector habitacional, tendo como objetivo construir habitações para as famílias mais desprotegidas a nível nacional, começando pela cidade de Coimbra. A UCIDT esteve desde sempre ligada à fundação e ao desenvolvimento das atividades da MONAC e determinou que as intervenções se dirigiam à habitação de baixo custo, com um plano ambicioso de utilização de AC,



25a

a nível nacional. Segundo os Estatutos aprovados a 15 de Fevereiro de 1955, o *Movimento Nacional de Autoconstrução* é uma cooperativa de responsabilidade limitada. No artº 3 descreve-se o que pretendia a UCIDT: “promover a cooperação entre os trabalhadores e os empresários, dentro dos princípios da doutrina social da Igreja Católica, da qual serão fiadores os Assistentes Eclesiásticos que a Hierarquia houver por bem nomear” (OLIVEIRA, 1960, p. 5).

25b

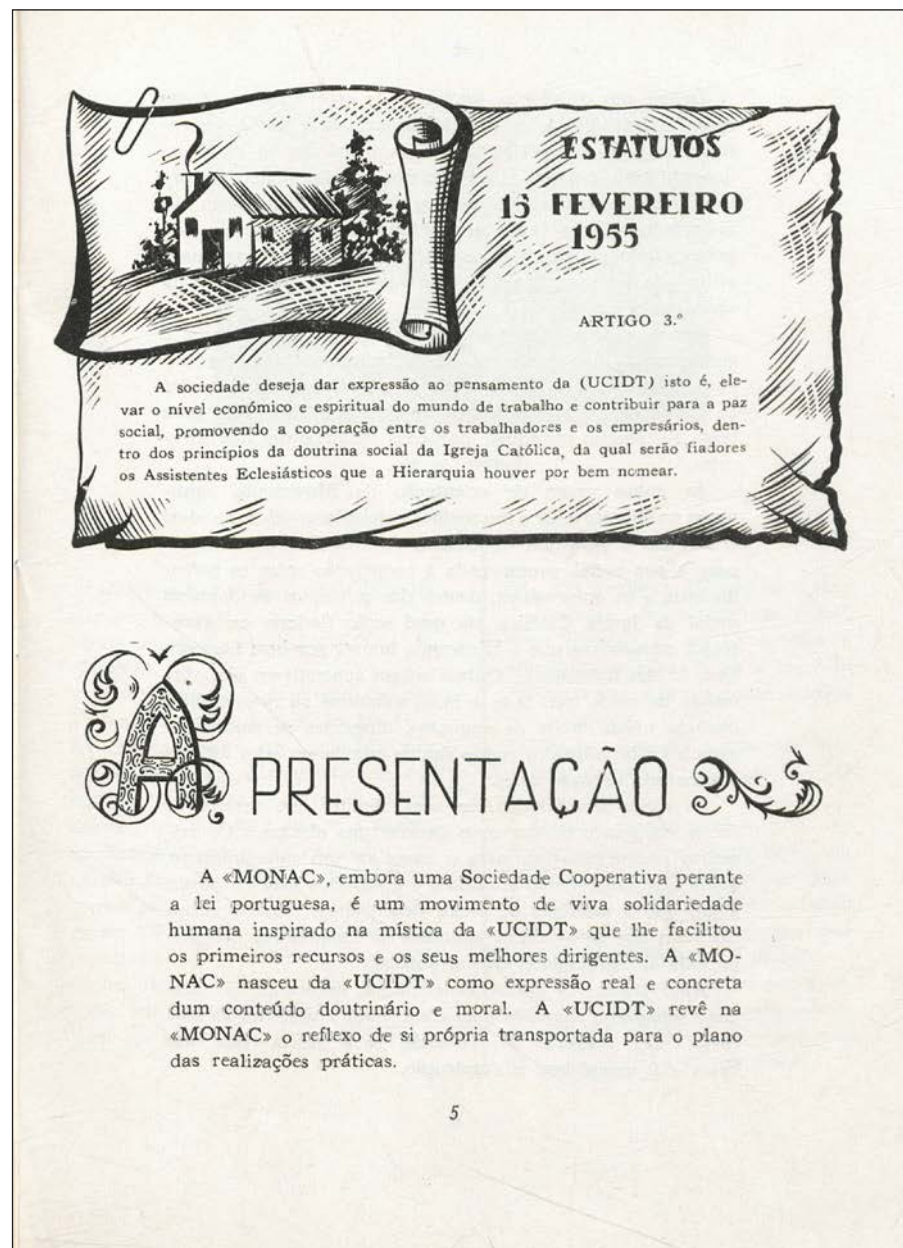


FIG 25
Movimento MONAC.

25a
Página de abertura do livro.

25b
Estatutos, 1955.

2.3.5.2 *O plano da MONAC*

Em 1955-56, são publicados três números do *Jornal da Monac*, (incluídos como Suplemento na Revista da UCIDT). No nº1 deste jornal, publicado a 16 de Outubro de 1955, esclarecem-se para além dos objetivos do Movimento, as estratégias a seguir no plano de intervenção que se pretendia implementar. No essencial, deveria ser criado um espírito de solidariedade entre os *cooperadores-empresários* que patrocinavam as diversas ações, e um grupo de *beneficiários* que deveriam construir a sua própria habitação, com os apoios obtidos. A atribuição das habitações resultava de um tipo de cooperação solidária e associativa que partia da iniciativa da MONAC, existindo direitos e deveres por parte dos associados. Toda a estratégia visava o apoio aos *operários-auto-construtores*, que eram os principais beneficiários destas ações, mas que também tinham, por missão, a tarefa de construir total ou parcialmente as habitações.

Nos diversos textos publicados, pelos principais responsáveis da MONAC, o modo de descrever a AC nem sempre coincide, nomeadamente no que se refere ao conceito de cooperação, ou ao que é designado *estaleiro* de AC. Previa-se que, neste *estaleiro*, se agrupariam diversos tipos de profissionais da construção civil e de outras áreas, os quais iriam cooperar na construção, com o pressuposto de entreaajuda nas tarefas relativas à obra.

O engenheiro Horácio de Moura, dirigente e fundador da MONAC, descreve no artigo, *O que é a MONAC*, o que se pretendia atingir com a criação deste *movimento*, e desenvolve a ideia do que seria e de como seria implementada a AC (Jornal da MONAC, 1955, nº 1). Era uma proposta de AC participada, integrada no conceito de *grupos associativos*. No essencial, prevalecia a ideia de uma colaboração coletiva num núcleo associativo, uma ação comunitária que seria coordenada pelos dirigentes do *movimento*. Também era dada muita importância ao modo de implementar estas ações e de criar incentivos que motivassem as populações a participar nas tarefas coletivas. No plano construtivo e das obras, a MONAC responsabilizava-se pela compra dos materiais, que eram entregues aos

associados *operários*, para que pudessem construir as habitações nas horas livres. As iniciativas não se limitavam apenas à execução dos trabalhos de construção, e poderiam alargar-se ao fabrico dos próprios materiais quando fosse viável e possível. Normalmente, os materiais eram comprados no mercado, mas sempre que fosse razoável produzir no local, prevalecia o fator económico. Neste aspeto, as técnicas da construção surgiam “adaptando as técnicas tradicionais à mão de obra e material disponível, quer fosse o adobe, o tijolo, o bloco de cimento, a taipa, a alvenaria ou o betão” (MOURA, 1953, p. 3).

A participação dos representantes das famílias na construção das casas procurava dar continuidade à tradição da construção familiar em meio rural. Na maior parte das tarefas não especializadas da obra, as famílias eram orientadas pelo *movimento*, que dava instruções de *como fazer* e dirigia as respetivas tarefas. Nas tarefas de obra mais especializadas, seriam chamados os marceneiros, estucadores, canalizadores e outros técnicos especialistas, sempre que fosse indispensável o seu trabalho.

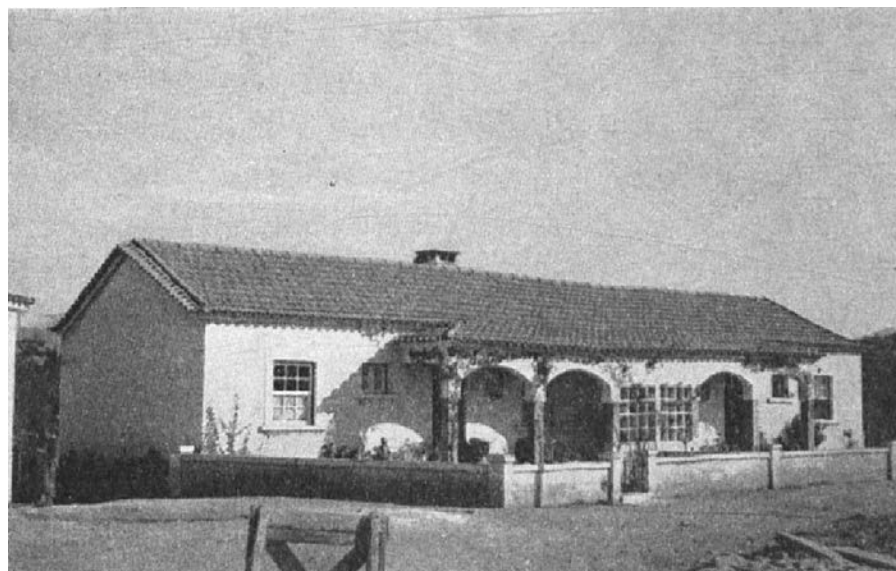
Terminada a construção, os moradores *auto construtores* dirigidos pela MONAC tinham o direito a ocupar a habitação em que tinham trabalhado. Estes comprometiam-se a pagar à cooperativa os custos dos materiais por ela disponibilizados, durante um período que não excederia os vinte anos, altura em que se tornavam proprietários. “Tal é a MONAC. Nada dá. Facilita. Ajuda. Coopera” (MOURA, 1953, p. 3)

Na ideia do *movimento*, seriam também veiculados aos sócios beneficiários um conjunto de valores de doutrina, versando temas profissionais, sociais e religiosos, “ensinando aos *auto construtores* o respeito por si mesmos, o amor pelo próximo, a compreensão dos seus deveres e dos seus direitos” (MOURA, 1953, p. 3).

Em 1957, surgiram as primeiras 4 habitações que foram construídas na Conchada, em resultado das obras entregues aos auto-construtores pelo Património dos Pobres. Também se deu início a obras em Fala e Aguiar da Beira, mas foi na Conchada que se estabeleceu o primeiro estaleiro-tipo.

FIG 26
MONAC

26 a b c
Habitaciones construidas
com AC.



26a

“Aguiar prefere a autonomia administrativa e a liberdade de acção sem vínculos jurídicos, introduzindo assim uma nova concepção de auto-construção, talvez mais espontânea, mas menos realista; mais sentimental e mais paternalista, mas menos integrada nos valores estáticos da sociabilidade. Na Conchada fizemos o primeiro ensaio em larga escala e com resultado lisonjeiro. Dois dos operários que iniciaram o estaleiro desanimaram à primeira hora, e hoje lamentam a sua desistência ao contemplar a felicidade dos actuais utentes das obras realizadas” (OLIVEIRA, 1960, p. 8).

Nos novos Estatutos publicados em 1957, mantém-se a designação *Movimento Nacional de Autoconstrução*, assim como o anterior perfil de Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada. ¹¹

11. “Depois de um primeiro contacto oficial com encargos e regulamentos que esmagam ou dificultam a iniciativa dos auto-construtores modestos obtivemos as necessárias isenções ao abrigo da Lei nº 2007, de 7 de Maio de 1945. Mas para isso foi preciso introduzir pequenas modificações nos Estatutos.” (OLIVEIRA, 1960 p. 6)

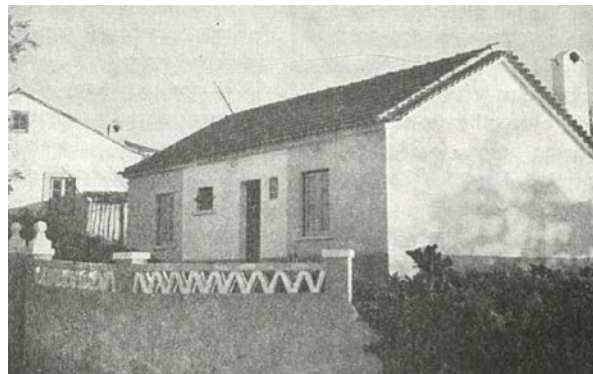
“Nesse auto se confundem as assinaturas de grandes industriais com os honestos trabalhadores manuais, afirmando uma confiança mútua no espírito inspirador da acção social cristã” (MONAC, 1957).

Nestes Estatutos aparece a referência à ideia base do projeto da MONAC:

“dar expressão ao espírito da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT), e elevar o nível económico do mundo



25b



25c

do trabalho, ao contribuir para a paz social, promovendo a cooperação entre os trabalhadores e os empresários, dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja”, notando que o seu “fim principal é a construção de habitações para os seus sócios beneficiários”.

(MONAC, 1957, p. 1)

No capítulo II dos Estatutos (art.º 5), é destacada a importância dos “agrupamentos primários da sociedade que são os estaleiros de AC. O segundo grau da organização é constituído pelo conjunto de estaleiros de cada região. O grau superior abrangerá todo o território nacional, a ele cabendo a direção e a coordenação superior de todas as atividades do Movimento”. Na sua organização interna, a MONAC procedia à instalação de estaleiros, podendo ser constituídas as *secções da sociedade*, abrangendo um ou mais estaleiros, em Sindicatos, Habitações do Povo e dos Pescadores, ou outras organizações congéneres de trabalhadores. Neste caso, “nas relações dos estaleiros com os órgãos de Administração da Cooperativa estarão órgãos diretivos a cargo daquelas organizações” (MONAC, 1957, p. 3).

A MONAC planeava implementar o processo de AC das habitações de um modo bastante planeado.

“o movimento fornecerá o terreno e os materiais. Quanto aos beneficiários forneceriam a mão-de-obra, que será dentro do possível prestada em estaleiros de construção, nos quais todos os auto construtores admitidos trabalharão para a habitação própria e para a dos



27a

consócios, até totalizarem o número de horas que, sejam consideradas necessárias para a edificação da habitação que lhes será atribuída.” (MONAC, 1957, p. 11)

Os principais responsáveis do *movimento* planearam, assim, todo o projeto, com grande ambição, para vir a ser uma intervenção de carácter nacional. Para isso, optaram por fazer, na fase inicial, uma experiência de teste, apoiada em comunidades locais. Pretendia-se criar uma primeira experiência de AC, com um carater vincadamente experimental e, caso resultasse, poderia ser replicada noutros locais. Por razões de melhor conhecimento por parte dos seus dirigentes da região, foi escolhida a cidade de Coimbra (OLIVEIRA, 1960, p. 17).

A principal dificuldade do *movimento* no início da sua atividade terá surgido com os financiamentos. Na parte económica, e muito embora a proximidade aos poderes públicos e à Igreja tornasse o *movimento* mais apto a ser beneficiado nesse aspeto, na prática, não funcionou desse modo.

A atividade iniciou-se, efetivamente, a 15 de Fevereiro de 1955, quando é assinada, em Coimbra, a escritura pública que inaugura as atividades. Em 1959, o movimento contava apenas com 43 sócios beneficiários, (17 aguardavam autorização para construir, outros 17 habitavam as casas prontas e 9 completavam as obras):

“se no final de 1959 conseguíssemos ter construídas as 50 casas de base, teríamos garantidas as possibilidades económicas de erguer normalmente mais 20, mesmo sem o recurso estranho, só recorrendo ao empréstimo.” (OLIVEIRA, 1960, p. 17)

Segundo os Estatutos, e embora as habitações fossem atribuídas às famílias, a propriedade só ficava na posse dos moradores, ao fim de cerca de vinte anos de prestações acordadas. Até essa altura, as habitações mantinham-se como propriedade da MONAC. Este detalhe terá sido possivelmente um fator que pode ter contribuído para uma menor adesão ao projeto por parte dos moradores inscritos na Associação (MOURA, 1953).

FIG 27
MONAC.

27 a b c
Utilização da AC em obra.

A concretização das obras de algumas habitações permitiu que o trabalho realizado pela MONAC fosse uma referência nas políticas de habitação social, tanto em termos da participação das populações como na subsequente utilização da AC. Esta atividade, em paralelo com a do Património dos Pobres, teve aspetos pioneiros, é o que importa registar e sublinhar, neste curto historial português de AC.

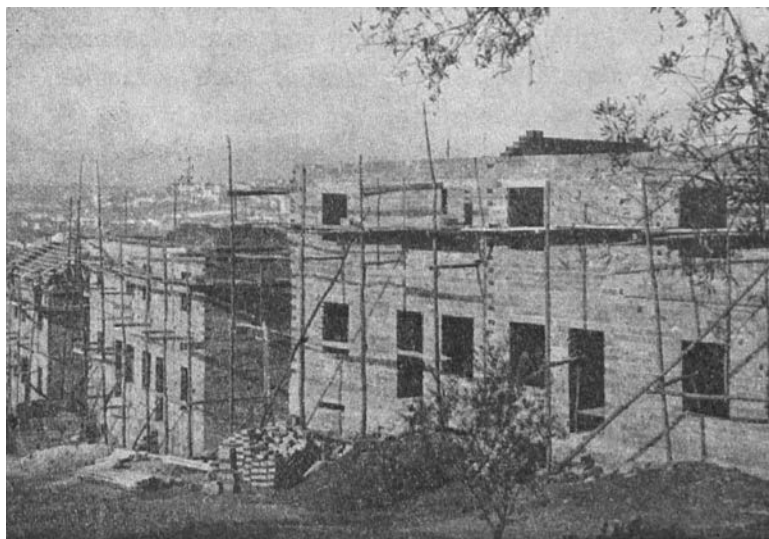
“Com o meu feitio sonhador, pensei que a nossa Cooperativa seria abraçada e ajudada com alvoroço ao menos por todos os católicos. E pensei ainda que o Governo veria nela um meio excelente de resolver o problema da habitação entre as classes trabalhadoras. Muitos católicos olharam a MONAC como uma realização, ou uma invenção de um qualquer grupo; e o egoísmo humano fez com que se desinteressassem” (OLIVEIRA, 1960, p.17).

No plano inicial do *movimento*, a ideia de utilizar a AC a nível nacional era de uma grande ambição, porventura demasiado arrojada. No entanto, a abordagem da MONAC constitui, independentemente da dimensão atingida, uma realização de AC na habitação social em Portugal e foi precursora de outros projetos habitacionais igualmente dirigidos a populações carenciadas.

27b



27c



Referências Bibliográficas

A consciência Cristã e o direito à Habitação. Diário de Lisboa.

Lisboa: Diário de Lisboa, 12 de Março de 1970.

AMÉRICO, Padre. *O Ovo de Colombo.* Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1954.

As Comemorações do 28 de Maio. Diário de Lisboa. Lisboa: s.n., 28 de Maio de 1946.

BANDEIRINHA, José António. (a) *Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal.* JA, Jornal dos Arquitectos, Vol. 226. trimestral, Jan- Março de 2007.

BANDEIRINHA, José António. (b) *O Processo Saal e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BAPTISTA, Luis Vicente. *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa.* Oeiras: Celta Editora, 1999.

BARREIROS, Fernando e INÁCIO, Alfredo. *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais.* Lisboa: CML- Imprensa Municipal, 2012.

CACHADO, Rita e NUNES, João Silva. *Habitação e Sociedade, Entrevista a Raúl da Silva Pereira. Análise Social, Revista do ICS-UL.* 2013, Vol. nº 206.

CARDOSO, Ana. *A outra face da cidade : pobreza em bairros degradados de Lisboa.* Lisboa: C.M.Lisboa, 1993.

CARDOSO, Ana e PERISTA, Heloisa. *A Cidade Esquecida.*

Pobreza em Bairros degradados de Lisboa. [ed.] CIES.

Sociologia- Problemas e Práticas n.º 15. 1994, pp. 99-111.

Casas bungalows para operários, que resolvem os problemas dos bairros de lata. **Diário de Lisboa.** 1938. Lisboa: s.n., 4 de Abril de 1938.

CML. *Boletins e Actas Municipais.* Arquivo Municipal do Arco do Cego, 1932 a 1975.

CML. *Livros de Notas.* Arquivo Municipal do Arco do Cego, 1939-1962.

CML. *Revista Municipal.* 1940.

CML. *Lisboa o Outro Bairro. Os Provisórios do Estado Novo.* Dezembro de 1999.

FIGUEIRINHAS, Maria. *Relatório de Estágio de 4.º ano, realizado na PRODAC.* Lisboa: Instituto Superior de Serviço social de Coimbra – PRODAC, 1972.

Inauguração do Bairro da Boavista. **Diário de Lisboa.** 1941. Lisboa: s.n., 25 de Outubro de 1941.

Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento Geral da População.* Lisboa: s.n., 1950, 1960, 1970, e 1981.

Jornal da MONAC n.º1, Revista UCIDT. Coimbra: UCIDT, 16 de Outubro de 1955.

Mil e duzentas casas novas para a população das barracas.

O Século. 19 de Setembro de 1970.

Ministério das Obras Públicas. Decreto Lei 28912. 12 de Agosto de 1938.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. *Exposição: 15 anos de Obras Públicas, 1932-47.* Volume II. Lisboa: 1948.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. *Colóquio sobre Habitação no LNEC.* Lisboa: LNEC, 1969.

MONAC. Estatutos. Coimbra: s.n., 1957.

MOURA, Horácio de. *Um estudo social : Movimento Nacional de Auto-Construção.* Coimbra: UCIDT – União católica dos Industriais e Dirigentes de Trabalho, 1953

NUNES, João Pedro Silva. *O Programa Habitações de Renda Económica* (Lisboa, 1959-1969). *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa.* Vol. 206, 2013.

OLIVEIRA, Ernesto Sena. *Movimento Nacional de Autoconstrução.* Coimbra: Ed. MONAC, 1960.

Património dos Pobres. *Estatutos e Regulamento da Ordem.* Paço de Sousa: Casa do Gaiato, 1951.

PEREIRA, Raúl da Silva. *Problemática da Habitação em Portugal I.* in *Revista Análise Social.* Lisboa: ICS, Vols. I, nº 1- Janeiro, 1963.

PEREIRA, Raúl da Silva. *Problemática da Habitação em Portugal II,* in *Revista Análise Social.* Lisboa: ICS, Vols. I, nº 2- Abril, 1963.

SALAZAR, Oliveira. *Conceitos Económicos da Nova Constituição.* Lisboa: s.n., 1933.

SALAZAR, Oliveira. *Comunicado sobre a Exposição do Mundo Português.* Presidência do Conselho de Ministros. *Revista dos Centenários.* 1938, Março.

CAPÍTULO 3

O Realojamento do *Bairro Chinês* e o processo de Participação e Autoconstrução da PRODAC

3.1 Introdução

O nosso propósito, neste capítulo, é avaliar os aspetos fundamentais que se relacionam com a arquitetura no realojamento da população do *Bairro Chinês*, nomeadamente, questões de carácter administrativo e políticas de gestão, de organização de obra, entre muitas outras. Este plano foi concretizado em Marvila.

Mais relevante do que o campo estrito do projeto arquitetónico em si próprio, ou dos seus resultados formais, procurámos entender como se inclui, disciplinarmente, o papel do projeto neste processo participativo. Com a Participação, surge a Autoconstrução, que foi utilizada deliberadamente pelos promotores deste realojamento e que é um dos temas centrais desta tese.

Escolhemos, para estudo, o realojamento do Bairro Chinês na Quinta Marquês de Abrantes, em Marvila, por se tratar de uma intervenção de grandes dimensões e que, tanto em Portugal, como num contexto internacional, apresenta uma clara originalidade no processo geral e no tipo de Autoconstrução utilizado. A originalidade do processo provém do *tipo* de envolvimento social dos moradores que aqui foi utilizado, nos anos de 1970 a 1974 e do resultado da arquitetura construída.

Surge, daqui, a importância de estudar este realojamento, nesta sequência das políticas habitacionais de realojamento realizadas durante o Estado Novo e com as experiências de AC anteriores à década de 1960, com o Património dos Pobres e a MONAC.

A PRODAC, Associação Privada de Solidariedade Social vocacionada para a construção de Habitação, intervém na Quinta Marquês de Abrantes, em Marvila, integrando-se nas políticas de erradicação de barracas levadas a cabo pela CML, nos finais dos anos 1960.

No nosso estudo, a importância deste realojamento, prende-se, fundamentalmente, com o valor atribuído à Autoconstrução, numa época particular de procura de soluções de habitação de baixo custo e de práticas de arquitetura alternativas no campo social. Tratou-se de um processo que incluiu a participação dos moradores,

tanto na “quotização do orçamento”, como em importantes tarefas que culminaram nos trabalhos em obra.

Pretende-se, também, no seguimento do que foi desenvolvido nos capítulos anteriores, descrever os diversos aspetos de arquitetura, não enquanto resultado em si mesmo, do ponto de vista formal, mas enquanto desenvolvimento de um processo em que se utilizou a AC participada e dirigida.

3.2 Carências e soluções habitacionais na Lisboa dos finais de 1960

3.2.1 O PROBLEMA HABITACIONAL E O GOVERNO DE MARCELO CAETANO

Num clima de grande contestação ao regime e à política de Oliveira Salazar, Marcelo Caetano inicia o seu mandato na chefia do governo, em setembro de 1968 e, desde esse momento, foi ensaiada uma nova orientação política, que correspondeu aos dois primeiros anos de governo. Mas existiam problemas de fundo, cuja solução não se antevia possível e, tanto a crise académica de 1969, como a intensificação da guerra colonial eram temas que desestabilizavam a orientação política seguida. A pretensa *abertura política* e a introdução de reformas nalguns setores mais contestados da realidade nacional eram, permanentemente, confrontadas com a posição dos setores mais conservadores do regime e que procuravam inviabilizar, a todo o custo, o projeto de *evolução na continuidade*, de Marcelo Caetano¹.

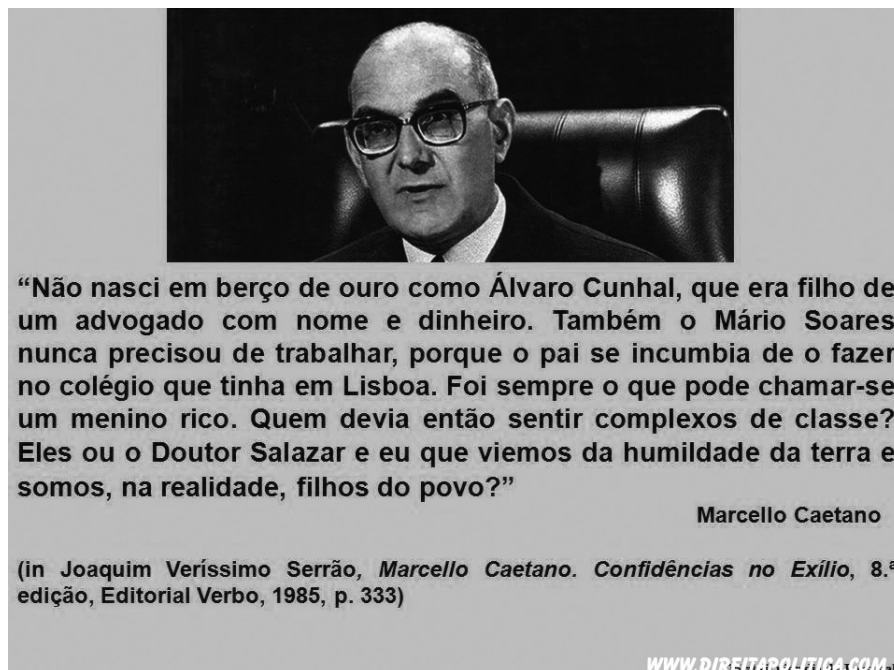
Este governo confrontou-se com muitos aspetos negativos existentes no setor habitacional, das habitações degradadas à extensão dos bairros de barracas, da construção clandestina ao caótico crescimento suburbano que era necessário resolver.²

As carências habitacionais eram particularmente graves e calculadas, já em 1960, em cerca de 500.000 fogos, sendo que as populações mais carenciadas ou insolventes e que moravam em habi-

1. Cf. Fernando Rosas, *História de Portugal*, direção de José Mattoso, Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974), s. l., Círculo de Leitores, 1994, p. 548.

FIG 1

*Confidências
no Exílio, 1985.*



tações degradadas e nos bairros de barracas representavam cerca de sete por cento deste valor global (BANDEIRINHA, 2007a, p. 24).

Na ação governativa, foram reformulados os planos económicos estruturais, na procura de uma mudança efetiva nas políticas de habitação, consideradas prioritárias no planeamento estratégico desenvolvido no III Plano de Fomento. Propôs-se, com grande urgência, a constituição de reservas de terrenos e novos procedimentos de avaliação fundiária e de procura de medidas tendentes a evitar a forte especulação privada, neste setor, o que permitiria corrigir anteriores dificuldades na implementação de políticas habitacionais:

“No que diz respeito ao problema habitacional, o III Plano de Fomento, de 1968 a 1973, viria, porém, a concluir que as metas propostas pelo seu antecedente não foram cumpridas. Tentou justificar esse facto com impedimentos de origem fundiária e, por essa razão, pressupôs também um modo mais operativo de os superar. Propôs mais facilidades na constituição de reservas de terreno, mais eficácia processual e a promoção da estabilização do valor do solo. (...) Tal desígnio, que mais não era, nunca poderia, mesmo assim, passar incólume à atenção dos meios mais retrógrados do regime.” (BANDEIRINHA, 2007, p. 25)

O problema habitacional era um tema premente para os responsáveis políticos e técnicos especializados nesta área do governo, nos diversos serviços e entidades envolvidas. Foi criada uma dinâmica nesse setor devido, em grande parte, a uma geração de técnicos, de engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e economistas que, em diversos ministérios, câmaras municipais e outros organismos públicos e privados, iam permitindo abordagens metodológicas mais elaboradas (BANDEIRINHA 2007, p.26).

O governo de Marcelo Caetano planeou um significativo investimento no setor que, no entanto, estava longe de ser suficiente para poder resolver as carências existentes:

“Ao prever a construção de 49 430 fogos pelas entidades públicas e semi-públicas, o III Plano de Fomento arriscou obviamente mais na ambição intervencionista, deixando antever que, para a obtenção de resultados, seria necessária uma atuação mais frontal e voluntariosa, menos embrulhada nos meandros da habitual retórica política. Contudo, se outras consequências não foi tendo — assistiu-se logo em 1968 a uma redução de quase 50 por cento dos programas previstos — teve, pelo menos, a vantagem de conferir alguma frontalidade ao modo de encarar o problema, deixando claro que, também neste sector, se iam consolidando algumas posições mais modernizantes do aparelho de Estado.” (BANDEIRINHA, 2007a, p. 25)

3.2.2 CARATERIZAÇÃO GENÉRICA DOS BAIROS DE BARRACAS DE LISBOA

As contínuas migrações do interior rural para Lisboa, até à década de 1960, foram um dos fatores a contribuir para o crescimento de diversos bairros de barracas. Era a alternativa que muitas famílias pobres encontravam face ao sobrelotado e degradado parque habitacional existente. Nestes bairros, juntavam-se diversos tipos de famílias que não tinham acesso às habitações económicas, desde as que vinham do meio rural, às que tinham sido vítimas de demoli-

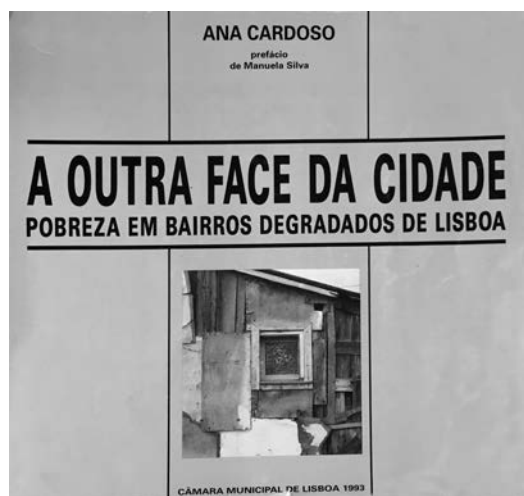
ções de bairros antigos, entre outros tipos de situações de perda da habitação. Não existindo programas de habitação social dirigidos aos estratos sociais mais baixos, estas populações só podiam contribuir para o crescimento exponencial destes bairros:

“as transformações que a sociedade portuguesa conhece entre final dos anos 1960 e 1974 não deixam espaço para concretizações de grande alcance. O tempo é de mudança e as intenções, por melhores que fossem, embatem numa tempestade de contradições políticas económicas e sociais, arrastadas há décadas sem solução, agudizadas com as concessões do marcelismo a à beira de invadir toda a vida nacional”. (BAPTISTA, 1999, p. 208)

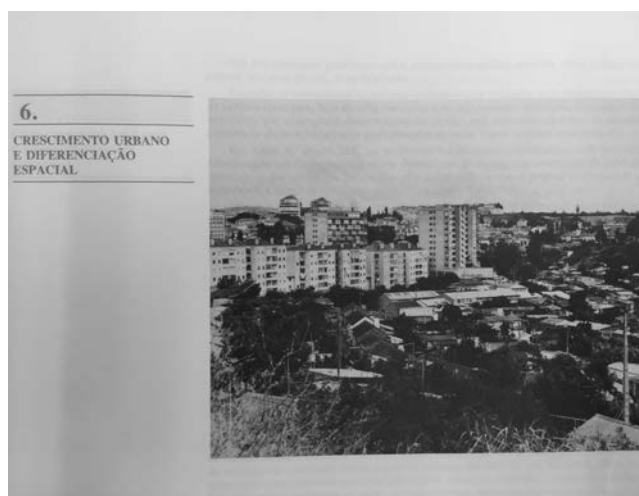
Na transição da década de cinquenta para sessenta, os bairros de barracas de Lisboa tenderam a procurar locais menos centrais para se implantarem, perto das fronteiras administrativas da cidade, ou mesmo fora do concelho. Tal foi o caso de um conjunto de bairros que cresceram na estrada de circunvalação Algés-Buraca.

A população que vivia nos bairros de barracas, até aos anos 1960 era constituída, na sua maioria, por famílias que migraram para Lisboa; apenas cerca de 37% dos agregados familiares moradores nestes bairros nasceram em Lisboa. Os restantes são oriundos dos distritos do norte do Tejo, sendo as zonas de origem, predominantemente, rurais. A maior parte da população empregada destes bairros tinha ordenados muito baixos, assim como era baixo o índice de escolaridade, tendo a 4^a classe, apenas, 24%. Na maior parte, eram pessoas que se dedicavam antes à agricultura e que tinham emigrado para Lisboa para se empregarem em trabalhos pouco qualificados da indústria, dos serviços e da construção civil (*Colóquio sobre Habitação*, 1969).

No ano de 1960, na área limitada do Concelho de Lisboa, os serviços municipais tinham inventariado 10 900 barracas, excluindo deste levantamento as zonas suburbanas, onde o número de barracas era superior. Dez anos depois, segundo algumas fontes, existiam 14.000 barracas, na mesma área da cidade. Os números



2a



2b

FIG 2

2a 2b

Livro sobre Lisboa.
Capa e página do interior.

citados, nem sempre coincidem, dada a grande mobilidade e a dificuldade em recensear estes bairros. Em 1970, a Polícia Municipal contabilizara cerca de 18.500 destas habitações precárias ou construídas clandestinamente (90 000 pessoas).²

Durante a década de 1960, dá-se um crescimento acentuado das periferias em volta da cidade de Lisboa. E na segunda metade da década, os bairros de barracas tenderam a deslocar-se para o exterior do concelho, em consequência de uma política de solos e de um programa de erradicação da CML, de fiscalização do aluguer clandestino. Em consequência destes fatores, deu-se um crescimento muito acentuado destes bairros nos concelhos de Loures, Oeiras e Amadora, ao longo da década (CARDOSO, 1993, p. 52).

Interessa situar a atuação da CML neste processo complexo, que transforma Lisboa numa grande metrópole e que transfere o forte crescimento destes bairros para os concelhos limítrofes. Segundo Ana Cardoso (CARDOSO, 1993, p. 53), no final da década de 1960, as políticas da CML, no sentido de erradicar estes bairros e, sobretudo, de impedirem a construção de novas barracas nos terrenos devolutos, estava a ter resultados bastante positivos.

No início da década de 70, os dados oficiais indicavam um total de 31 110 habitações precárias *barracas e outros*, no território continental. Nesta época, as estatísticas indicavam que, para um total de 2 164 965 alojamentos em Portugal, existia uma percentagem

2. Fonte: INE, Estatísticas da Habitação (X Recenseamento Geral da População) 1970 (Estatística, 1950, 1960, 1970, e 1981)

3. Fonte: INE, Estatísticas da Habitação (X Recenseamento Geral da População) 1970 (Estatística, 1950, 1960, 1970, e 1981).

de 64,3% de habitações com energia elétrica, 47,1%, com abastecimento de água e 30% de habitações servidas por rede de esgotos.³

Na maior parte dos concelhos da grande Lisboa, os bairros de barracas evoluíram, a partir dos anos 1960, para uma construção tendencialmente mais sólida. Mas é, sobretudo, na década de setenta que, nalguns bairros, as barracas inicialmente construídas em chapa metálica ou madeira, vão sendo consolidadas com construção de melhor qualidade, as paredes de tijolo em vez das madeiras e uma cobertura mais firme, em chapa metálica ou mesmo com telhas sobre ripado, soluções tendentes a uma maior durabilidade. Estas transformações das barracas eram dissimuladas para não chamar a atenção das autoridades, dada a intransigência em não permitir a solidificação das construções, uma vez que dificultava a sua demolição futura (CARDOSO, 1993, p. 54).

A justificação para se fazer a construção mais sólida, em tijolo, surgindo, por vezes, disfarçadamente de dentro da própria casa, explicava-se pelo risco que corriam os moradores ao serem detetadas as obras que podiam ser vistas do exterior pela fiscalização, o que implicava a demolição por parte da Polícia Municipal. Neste contexto de insegurança e de ilegalidade, mantinha-se, propositadamente, na vista exterior, a chapa ou a madeira, variando as



FIG 3
Bairro Chinês.

3

situações de investimento, com as possibilidades económicas das famílias e o risco de demolição que corriam. Dentro da cidade, esta substituição de barracas por habitações de *alvenaria* de um mesmo tipo não se fez com tanta intensidade. Isto foi mais frequente nos bairros de implantação recente e nas freguesias da periferia interna do concelho de Lisboa (CARDOSO, 1993, p. 54).

Vimos como no início da década de 1960, as notícias jornalísticas sobre estes bairros foram alvo da censura política, tendo sido proibida uma publicação de um periódico (Cap. 2, alínea 2.2.6.1).

Por outro lado, também existiam preconceitos das autoridades desde os anos 1940, avaliando estes bairros com muita arrogância cultural. Vimos, no Capítulo 2, como a Câmara de Lisboa classificava as famílias como próximas do vício e da marginalidade, preconceito que vinha das décadas anteriores (CML, 1940; CML, 1999) ⁴.



FIG 4
Bairro Chinês

Estas ideias e preconceitos foram-se alterando durante os anos 1960, sobretudo como resultado de uma maior intervenção dos profissionais de diversas áreas sociais, no contacto com as populações dos bairros e, ainda, do trabalho da comunicação social.

No final da década, a ideia que se fazia destes bairros era substancialmente diferente. A opinião pública, mas também os governantes, tinham um conhecimento mais aprofundado e objetivo sobre as condições habitacionais e a realidade social destes bairros, mas igualmente sobre a gravidade do problema em termos de saúde pública e tantos outros decorrentes da situação de pobreza (*Lisboa não pára de crescer*, 1970).

4. Ver Parte 2, sobre os bairros das casas desmontáveis construídos em Lisboa na década de 1940, por iniciativa da CML.

No final dos anos 1960, são já bastante frequentes as notícias na imprensa sobre bairros de barracas, em Lisboa, em que se dá conta de diferentes questões, desde as condições de vida destas populações, à falta de condições de segurança e de saúde pública. Nos órgãos de comunicação social, aparecem referências a acidentes, incêndios, inundações, maus cheiros e epidemias que era necessário erradicar. Um outro tipo de notícias frequentes, eram as situações ilegais ou de *informalidade* quanto à propriedade, ao aluguer e subaluguer dos lotes ou das barracas nestes bairros e, em particular, a denúncia das *rendas exorbitantes* pagas pelos moradores (*O primeiro grande passo para acabar com as barracas*, 1970).

5. “O arrendatário explora a quinta que lhe serve de horta, pagando por ela à Câmara de Lisboa uma renda anual, cujo montante não é conhecido. Apenas se sabe que o mesmo arrendatário cobrava mensalmente duzentos escudos por cada uma das onze barracas(...) Pagaram diretamente a renda ao explorador do terreno, mas as coisas logo de início começaram a correr mal. Pelo menos, os inquilinos referem agora uma recomendação do arrendatário: – venha quem vier, digam que estão de graça” (“O Século”. 09/03/1970, p. 10).

6. “Salvo alguns casos isolados, o arrendatário é geralmente o dono da barraca, de que auferem uma renda mensal que atinge os duzentos e até os quatrocentos escudos. Pessoas que conhecem o bairro garantem que um destes empresários terá um rendimento mensal da ordem dos vinte contos. Seria interessante confirmar o fato, mas isso não é fácil” (“O Século”. 14/03/1970, p. 3)

Na maior parte dos casos, as notícias sobre estes bairros referiam-se ao aluguer das barracas, questões entre inquilinos e senhorios, questões diversas sobre as ilegalidades dos arrendatários, *consentidas* pelas autoridades, conflitos entre a população e a Polícia Municipal. Com a publicação destas notícias, a opinião pública era informada de que os moradores, para além de não terem asseguradas as condições de higiene e de conforto mínimas, eram ainda vítimas da especulação dos senhorios ou arrendatários da barraca, pagando um preço muito elevado por uma solução habitacional de miséria (*O primeiro grande passo para acabar com as barracas*, 1970).

Num artigo de jornal intitulado, *Uma habitação para cada família*, referem-se problemas relativos à ilegalidade dos arrendatários ⁵ e, num outro artigo sobre um empresário de aluguer de barracas na Quinta Marquês de Abrantes, em Chelas, mostrava-se a dificuldade em perceber quem lucra com o arrendamento, neste caso, uma situação muito pouco clara do ponto de vista moral e também legal.⁶ (*Mil e duzentas casas novas para a população das barracas*, 1970; notícias sobre a Quinta Marquês de Abrantes: *O Século*, 09-03-70; 10-03-70; 14-03-70)

Esta maior divulgação pública dos bairros de barracas, comparativamente ao que aconteceu uns anos antes, e que resultou do trabalho da comunicação social, poderá ter sido um dos fatores no sentido de se alterarem as posições das diversas entidades

intervenientes, em particular, a da CML. Por volta de 1969 e 1970, era já muito evidente a frontalidade com que a CML encarava o problema das barracas no concelho de Lisboa e como colocava nas suas prioridades, a irradiação destes bairros, tendo como objetivo o desenvolvimento de novos projetos habitacionais de realojamento (*A Solução do Problema Habitacional- Objectivo de uma Campanha da Caritas*, 1969).

FIG 5 a
Campanha da Caritas.

1969

EVENTOS DE AVEIRO

prémios aos recrutas que mais se distinguiram. A tarde houve uma festa recreativa que confraternizou militares e suas famílias.

Regimento de Infantaria 10, em Aveiro

VEIRO — No Regimento de Infantaria 10, realizou-se a cerimónia de juramento de bandeira de 1500 soldados-recrutas do quarto turno de preparação do corrente ano, que teve a assistência do chefe do distrito, comandante da guarnição militar e outras individualidades.

Após a formatura geral do Regimento, o capitão Geras procedeu à leitura dos deveres militares, seguindo uma alocução proferida pelo alferes Gandarim Ramos, sendo então finalizada pelos soldados a fórmula de juramento.

Às 17 horas, efectuou-se a distribuição de prémios aos soldados que se distinguiram no decurso da formação, finalizando a cerimónia com o desfile das forças em parada.

No Grupo n.º 1 das Escolas da Armada

ELA FRANCA DE XIRA. — Realizou-se, no Grupo n.º 1 das Escolas da Armada, o juramento de bandeira de 400 recrutas e voluntários do 4.º turno de incorporação de 1969. Às 11 horas, chegou ao aquartelamento o comodoro Soares Branco, comandante interino dos serviços pessoais da Armada, que foi recebido em audiência pelo primeiro segundo-comandante desta Escola, alferes da unidade e outras entidades. Foi-lhe prestada uma guarda de honra e, depois de lhe passar revista, dirigiu-se para a parada, onde encontrava formado o Batalhão de Honra, sob o comando do director de instrução, capitão-tenente Vasconcelos Castelo. Foi depois proferida uma alocução pelo segundo-tenente Santos, e procedeu-se ainda à distribuição de medalhas de comportamento exemplar, a sargentos e praças, e de prémios escolares. Encerrou-se a cerimónia com uma demonstração de luta de defesa e ataque, com arção física e manuseio de armas, e alunos, os quais, depois, desfilaram perante as entidades, em cortesia.

Regimento de Infantaria 7, em Leiria

LEIRIA. — No quartel de Infantaria desta cidade, juraram bandeira mil novecentos recrutas do quarto turno de incorporação do corrente ano, tendo sido celebrada missa, na

A SOLUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL

— OBJECTIVO DE UMA CAMPANHA DA CARITAS

Constituindo a habitação entre nós um problema social grave quando quantitativa ou qualitativamente considerada; estando, o modo irresponsável como a sociedade tem passivamente assistido e facilitado o seu agravamento, porquanto se tem vindo a vincular a aspectos de interesse puramente lucrativos e imediatos e descurado todo um conjunto de providências que a dignidade da pessoa humana obriga a considerar: consciente da repercussão negativa que o problema habitacional tem vindo a exercer sobre os agregados familiares; conscios dos graves desajustamentos e problemas que se têm originado, quer no plano material (congestionamento de transportes, degradação das condições de habitação, diminuição do nível sanitário e educacional), quer ainda no plano social, psicológico e moral (desorganização social, despersonalização de indivíduos, colectivização amorfa, inexistência de sentido de cooperação, aumento de criminalidade, visão materialista do Mundo e da Vida, falta de apoio espiritual...); sendo de opinião que a construção de fogos em número apropriado é estatisticamente contribuirá para a solução do problema, na medida em que, para além da casa que se constrói, está um lar, que nem todos têm sabido (ou podido) constituir, pensou a Caritas iniciar, ainda este ano, durante o Natal, uma campanha de reflexão acerca do problema habitacional.

A fim de participar aos representantes dos órgãos de informação do plano dessa campanha, realizou-se uma reunião, na sede da Caritas, à qual estiveram presentes os srs. Estevão de Paiva (que cumprimentou os jornalistas) e o sr. Mário Pinto Coelho, que fez considerações sobre o esquema da campanha e do problema da habitação, o assistente social Manuel Matos Dias, um dos redactores do texto-base elaborado pela Caritas, e o eng.º José Reis Alvaro, que fez do projecto e das camadas a quem o mesmo se refere.

Nesta linha e no desejo de contribuir para a resolução do problema habitacional em Lisboa e nas áreas próximas mas dentro dum sentido cristão, aparece-nos a Prodac, Associação de Produtividade na Auto-Construção, constituída por iniciativa da Caritas e da Ucidit (União Católica dos Industriais e Dirigentes de Trabalho).

A Prodac (movimento de autocon-

DIARIO DE NOTICIAS

UMA MONTANHA DE NEVE

despremontanhas três jovens suíços

SION (Suíça), de Natal a amor a Suíça. Rolando Sorebois, a mais afilidade, sobre a tos de Inverno do Valais, uma três mortos. As vens sulços do que tinham vindo colegas da Suíça. Os três corpos t do princípio da ta de 50 voluntários, do esforço, a 50 neve. O transport assegurado por h Eram 8 horas de onze homens pela avalanche. S tar-se rapidamente neve e correram Três helicópteros Suíça seguiram l do acidente, sen salvar dois dos ci Um deles tem um

Ao meio-dia p forços para local faltavam mas já os encontrar vivos

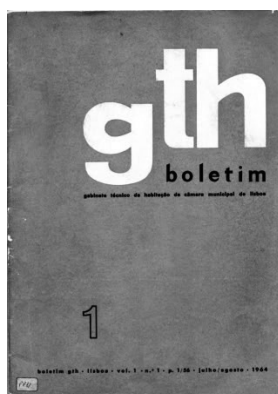
A avalanche t subita subida de drama causou viv o vale de Anniv centenas de esquí dos para as fér (F. P.).

APRENDA INGLÊS

3.2.3 INTERVENÇÃO SOCIAL NOS BAIROS CARENCIADOS DE LISBOA

7. “O conhecimento profundo da problemática de habitacional em bairros de barracas que durante cinco/seis anos adquirimos junto das populações da Quinta da Curraleira (Alto de S. João), a Quinta do Bacalhau (Olaias), e a Quinta da Montanha (prolongamento da Av. dos E.U.) e de muitas outras, e igualmente em “bairros de realojamento camarário-Quinta da Calçada (Estado Universitário) Boavista, Padre Cruz, etc e o desenvolvimento de ações de promoção social e comunitária junto dessas populações, promovidas através da CASU, que dirigimos nesse período, foram da maior utilidade para a conceção dos projetos que concretizaram os objetivos da PRODAC.” (COELHO, 2013, p. 2)

FIG 5 b
Publicação do GTH, 1964.



Durante os anos 1960, algumas associações ligadas à Igreja Católica realizaram programas de intervenção em muitos bairros problemáticos da cidade.

O Centro de Ação Social Universitário (CASU) é um exemplo de uma Associação que desenvolveu ações de intervenção social em diversos bairros de barracas de Lisboa. O engenheiro Mário Pinto Coelho foi um dos intervenientes, enquanto dirigente associativo (COELHO, 2013, p. 2), e refere de que modo a Associação CASU atuou na promoção social desses bairros.

Desde os finais dos anos 1930, pelo menos, houve intervenções sociais nos bairros de barracas, tendo a CML construído a Quinta da Boa Vista e alguns outros bairros, cuja existência se prolongou para além dos 12 anos previstos para o realojamento. A Associação CASU fez intervenções no bairro social Padre Cruz e noutros bairros de barracas, como a Quinta da Curraleira (Alto de S. João), a Quinta do Bacalhau (nas Olaias) e a Quinta da Montanha (prolongamento da Av. dos E.U.). Com base nesta experiência de trabalho, a Associação CASU adquiriu um conhecimento profundo dos problemas habitacionais destes bairros (COELHO, 2013, p. 2).⁷

Segundo Pinto Coelho, era frequente, na década de 1960, dirigirem-se ao Gabinete Técnico da Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa, centenas de pessoas com carências de habitação, sendo, na sua maioria, habitantes de barracas da cidade de Lisboa. Estas famílias, vivendo em situações precárias, procuravam uma habitação de baixo custo, candidatando-se aos fogos pertencentes ao Município através do GTH. Na sua grande maioria, estes pedidos de apoio não se enquadravam nos critérios de atribuição das habitações, porque estas famílias tinham um nível económico insuficiente para beneficiar daqueles programas (Dec. Lei nº 42.454 de 1959). Neste gabinete da Câmara de Lisboa, ficava registado o pedido destas famílias, devidamente identificado, em que solicitavam uma resposta dos responsáveis deste organismo para o seu

problema. O GTH, não tendo os programas apropriados para solucionar este tipo de carências habitacionais, sugeria às pessoas que recorressem ao apoio da Caritas, cujas instalações eram próximas (COELHO, 2013, p. 1).

O GTH reconhecia que este tipo de carências habitacionais deveriam ter uma resposta mais concreta.⁸ A Caritas cumpria o papel assistencial, recebendo os pedidos, mas não estava vocacio-

6a



O presidente da Câmara, no Vale Escuro, declara à Imprensa que o plano de urbanização ainda não começou a executar-se porque teve de ser alterado, de maneira a poder comportar a maior parte da população das barracas da zona

— A situação parece estar a descontrolar-se devido das forças do país.

— Também o fôro, parcialmente de Amã, exigem as primeiras socorros.

— O anúncio do Governo Járda é uma demissão para se estabelecer Gabinete Nacional da Liga Khalek Hassu-apolo ao rei presidente do da Resistência ra que supprime os combates — anunciou

— Um cessar-fogo por tempo limitado determinará de opinião partes.

— Enquanto o estudo em que tidas algumas americanas na p agravamento a, confirma a meio que a retiro, seria pro Oriente.

— A situação árabe com Hussein

— A missão de reconstrução por alto a Amã, dirigentes árabs, avistou-se com

o rei Hussein — anunciou a Rádio da capital jordana.

A notícia foi dada no momento em que se afirma continuar a combater-se em Amã e no Norte da Jordania.

A missão chegou à capital Jordana após o rei ter enviado um telegrama para o Cairo, pedindo aos chefes do Exército

Detidos no chão de um quarto de hotel, em Amã, jornalistas de todo o Mundo tentam observar os combates de rua, que se desenvolvem a poucos metros de distância. Frequentes vezes os retores tentam de se abrigar, para não serem atingidos pelo fogo

(Telefoto UPI — Telimprensa para o «Diário de Notícias»)

DESTRUIR

UMA BARRACA

POR CADA HABITAÇÃO

CEDIDA PELA CÂMARA

PROPOSITO ANUNCIADO PELO

ENG.º SANTOS E CASTRO

PARA EXECUÇÃO URGENTE

(REPORTAGEM NA 11.ª PAGINA)

AGOSTINHO

3.º LUGAR

EM MONTJUICH

(LER «NOTÍCIAS DESPORTIVAS»)

6b

1.º SECULO 25-9-70

E DUZENTAS CASAS NOVAS

— A situação é decentes e tender a habitar

— Já está a Quinta dos a, que a Câmara a fim a construção, tórias para ter mil pes- as barracas Marquês de

— A zona J da malha de Chelas será uma nova cidade, superior a Oltat-Sul. Ao lado da estação dos autocarros da Carris está em construção o novo liceu e já se encontra pronto o novo edifício do Instituto Industrial de Lisboa. O trabalho dos arruamentos, esgotos, abastecimento de água e de electricidade está quase concluído

— de 2000 famílias (quase um décimo do total da malha) serão ali instaladas, a partir de 1972, embora a conclusão do empreendimento não se possa verificar antes de 1974.

— arquitectos trabalhando em regime «liberal», mas serão concedidos a empresas que os estudarem e se responsabilizarem pela construção. As empresas asseguram,

— levado o seu tempo, motivo por que a obra se tem atrasado.

— «Mas vale a pena esperar mais um pouco, para que as coisas sejam feitas»

6c

8. “Foi da análise dessa análise de pedidos de habitação existentes na Cáritas que se foi criando a preocupação de encontrar uma resposta que minimizasse as graves carências habitacionais sentidas nessa época. Daí resultou a ideia de envolver um outro organismo da Igreja Católica nesse esforço: a União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho.” (COELHO, 2013, p. 1)

6d

nada para apresentar soluções concretas de habitação para estes moradores. Mas o registo da listagem dos pedidos recebidos era um dado muito elucidativo sobre a dimensão e as condições de vida nestes bairros (COELHO, 2013, p. 2).

A intervenção que a Caritas realizou no bairro de barracas da Charneca do Lumiar foi considerado uma experiência de aprendizagem, decisiva na procura de respostas para as crescentes carências habitacionais neste setor específico. A Caritas procurou intervir neste setor, com a construção de novas habitações sociais

FIG 6

Notícias sobre a política habitacional da CML.

Presidente Santos e Castro, 1970.

6a

Presidente e comitiva no Vale Escuro.

6b

O propósito de destruir as barracas.

6c

Plano de 200 novas casas.

6d

Início do plano de realojamento da Quinta Marquês de Abrantes, Marvila, 1 - 10 - 1970.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

1-10-1970



O eng. Santos e Castro assinando o documento de compra da Quinta do Marquês de Abrantes

O PRIMEIRO GRANDE PASSO PARA ACABAR COM AS BARRACAS DA PERIFERIA DA CIDADE

Na Quinta do Marquês de Abrantes situa-se um dos maiores, mais antigos e mais densos bairros de habitação em barracas da cidade (eng. Santos e Castro).

Dando continuidade ao seu voto de acabar com as barracas que infestam a periferia de Lisboa, o eng. Santos e Castro assinou ontem, a escritura de compra da Quinta do Marquês de Abrantes, na comarca de Marvila. O Município pagou por 3210 contos a área rústica de 83 352 metros quadrados e por 2260 contos a área urbana constituída por 3606 metros quadrados.

Assistiram ao acto os dois vice-presidentes do Município e vários

2606 casas novas vão substituir na Quinta do Marquês de Abrantes as velhas e insalubres edificações

- Os 10 mil habitantes vão dispor também de três jardins infantis (para 1400 crianças), centros social e comercial e serviços de saúde e de bombeiros
- Casas pré-fabricadas numa transição para as de renda económica

...sário e o seu presidente vai acompanhar-vos pessoalmente. Que se não perca um minuto, é o voto da

dos Industriais e Dirigentes do Trabalho. Fundamentalmente, a Prodac é um organismo de promoção

e com programas de baixo custo, mas não estava vocacionada para promover este tipo de projetos.

Com a presidência do engenheiro Santos e Castro, que se inicia em 1969, as políticas habitacionais neste setor social representaram uma prioridade nos investimentos da autarquia. Foram desenvolvidas diversas iniciativas, no sentido de encontrar os meios legais para impedir a proliferação destes bairros na cidade, visando os arrendamentos ilegais das barracas (*Lisboa não pára de crescer*, 1970).

A ação da CML, neste pelouro, estava centrada no trabalho realizado pelo GTH, e as prioridades em habitação social e reabilitação urbana incluíram estudos e programas de intervenção em bairros de barracas. Neste sentido, a afirmação de Santos e Castro, evidencia bem essa determinação:

“É urgente que por cada habitação cedida pela Câmara Municipal seja destruída uma barraca” (Lisboa não pára de crescer, 1970).



FIG 7
Notícias sobre a política habitacional da CML. Presidente Santos e Castro, O propósito de destruir as barracas, 1 - 10 - 1970.

3.3 A PRODAC, os debates públicos sobre Habitação e o conceito de Autoconstrução

3.3.1 OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA PRODAC

Como resultado da insuficiência da resposta das entidades governamentais ao problema das barracas, a Caritas decide avançar com um projeto de intervenção na área da habitação social. Por sua iniciativa, foi criada a Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC), em 1968, contando com apoio da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT).

O nome da Associação deveu-se ao reconhecimento da importância do trabalho anteriormente realizado pelo Movimento Nacional da Autoconstrução (MONAC) em projetos de interven-

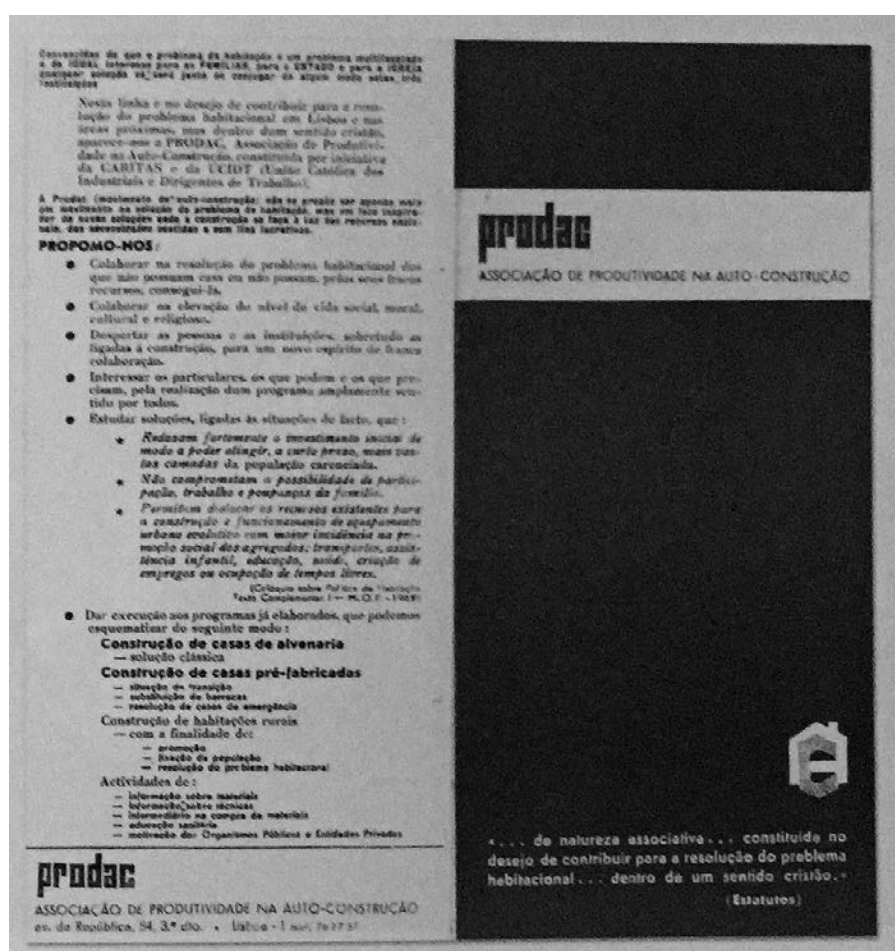


FIG 8
Boletim informativo com os estatutos da Associação de Produtividade na Autoconstrução (PRODAC), Outubro, 1968.

ção, centrados nesta prática construtiva e de participação dos moradores:

“O nome PRODAC derivou do conhecimento da existência de uma associação nos arredores de Coimbra – a MONAC–, de que era promotor o Reverendo, Padre João Evangelista Ribeiro Jorge, assistente eclesiástico da UCIDT, que contruíra já alguns fogos em regime de autoconstrução pura em núcleos rurais da periferia daquela cidade, porém com envolvências totalmente diferentes das da situação de Lisboa”.
(COELHO, 2013)

Nos Estatutos da PRODAC (Diário de Governo de 6 de Julho de 1968), a Associação é definida no seu art.º 1, como “Instituição

AUTOCONSTRUÇÃO:

Quem, desprevenidamente, ouvir falar em autoconstrução, corre o risco de imaginar o cidadão-candidato-a-morar-decentemente transportando tábuas, tijolos e cimento, num vaivém interminável, espécie de castor empenhado na construção da casa própria.

Não é, afinal, bem disso que se trata. Nem da autoconstrução que quase sem dar por isso fazem os que têm casa “digna”: a tomada que se muda, o quarto que se pinta ou forra a papel, a parede que se derruba, porque o luxo chama-se hoje, e cada vez mais, espaço.

E de autoconstrução organizada e com objectivos bem definidos (da qual entre nós existem algumas experiências) que nos vamos ocupar.

— Em Portugal já existiam dois movimentos de autoconstrução, pelo menos de que tenhamos conhecimento: o de Aguiar da Beira, do Padre Fonseca, e o da “Monac” (Movimento Nacional de Auto-Construção), de Coimbra. São experiências talvez reduzidas em actividade e concretizações, sobretudo por carências de natureza económica: autofinanciavam-se, bem vê...

Fala-nos o secretário-geral da Prodac (Associação de Produtividade na Auto-Construção), eng. Mário Pinto Coelho. Da “Prodac”, recentemente muito falada nos jornais, quando da assinatura de um contrato de financiamento, por parte do Governo e com o aval do município de Lisboa. Tratava-se de realojar a população instalada em barracas na Quinta Marquês de Abrantes e na Quinta das Claras, em Marvila (cerca de 10 000 pessoas). O *Observador* referiu-se ao facto, no *Como e Quando* (Bairros para Portugueses, número 48). Tratava-se, uma vez mais, de um problema na periferia de Lisboa, cidade outrora aprazível, para onde hoje toda a gente insiste em vir.

Mário Pinto Coelho prossegue:

— A “Prodac” tem por finalidade congregar as pessoas carenciadas do ponto de vista habitacional, no esforço comum que visa a resolução do seu problema. A autoconstrução é, portanto, baseada numa ideia de participação, sobretudo na administração da construção. Administração que poderá no entanto ir até à execução (como é o caso aqui em Lisboa), embora seja difícil, porque as pessoas trabalham e os tempos livres não são muitos.

O arquitecto Reis Álvaro faz também parte da direcção da “Prodac” e é, em relação à iniciativa da Quinta Marquês de Abrantes, o responsável pelo planeamento da urbanização e do equipamento. Quisemos saber se, naquele caso concreto, havia efectiva colaboração entre os intervenientes (sector público, entidade privada, população), colaboração que aparentemente se não verificou em Aguiar da Beira e com a “Monac”.

— Há colaboração mais efectiva e mais concreta. Aliás, no *Colóquio sobre Política da Habitação*, em 1969, previa-se,

numa das conclusões, que deve ser estreitada a colaboração entre a iniciativa privada e o sector público, nesta matéria.

— E qual é o papel da iniciativa privada?

Mário Pinto Coelho: “Não devemos querer atingir o óptimo sem passar pelo bom. As nossas experiências mostram que deve ser assim.”



34

9a

de Assistência de Natureza Associativa”. Entre os seus objetivos principais estava o contributo para a “resolução do problema habitacional em Lisboa e nas áreas próximas, dentro de um espírito cristão”. Igualmente, no art.º 3 dos Estatutos, no que se refere aos “fins assistenciais e educativos”, a PRODAC propõe-se colaborar “em boas condições económicas, higiénicas e morais, na resolução do problema habitacional daqueles que não possuam habitação ou que não possam, pelos seus fracos recursos, consegui-la”, e na “elevação do nível de vida social, moral, material e religioso, auxiliando a sua promoção com atividades e obras complementares de assistência moral e de serviço social que se considerem necessárias.”; “o problema da habitação é um problema multifacetado e de igual interesse para as Famílias, para o Estado e para a Igreja”, e que

FIG 9

O Observador, 1972.

9a

Entrevista do Engenheiro Pinto Coelho.

9b

Entrevista do Arquiteto Reis Álvaro.

A “PRODAC” FAZ

da nessa colaboração? Fica condicionada pelo sector público?

— Cada sector tem a sua intervenção efectiva: um é financiador e coordenador, outro, como organização, sujeita-se naturalmente a essa coordenação, ocupa-se dos problemas da construção, e sobretudo das pessoas que vão habitar as casas.

A “Prodac” — explica por seu turno Mário Pinto Coelho — não nasceu para resolver especificamente problemas de barracas, mas de pessoas carenciadas de uma maneira geral.

— Até porque consideramos que o problema das barracas não é o mais premente nem o mais grave, na medida em que há a sublocação, que afecta maior número de pessoas e onde muitas vezes tudo se passa em condições piores ainda, nas partes de casa e nos quartos alugados.

Na iniciativa da Quinta Marquês de Abrantes, os terrenos são ocupados por número de anos determinado, em regime de direito de superfície. Passado esse período, as populações podem transitar para outro tipo de habitação, que pode evoluir, ser aumentada ou melhorada.

Uma solução transitória, portanto, que se integra no conceito da habitação evolutiva, tal como foi definido no Colóquio de 1969: “Para as famílias economicamente insolventes, a acção a prazo tem de visar a promoção sócio-económica desta população e, com ela, a capacidade de suportar os encargos condicionados da habitação de carácter social. Na fase actual de carências, e como acção imediata, o sector público terá sobretudo que fornecer locais equipados para a instalação de alojamentos, e fomentar, com assistência económica e técnica, as capacidades de cooperação, iniciativa e trabalho das populações, aplicáveis na construção ou recuperação dos próprios alojamentos. As fórmulas de construção de casas nucleares evolutivas em terrenos ocupados a prazo, sob o regime do direito de superfície, merecem estudo para aplicação nestes casos e aliás mesmo noutros, de estratos da população com maior capacidade económica.” Porque, naturalmente, as famílias tendem a crescer. Porque, assim, a casa bem feita, acabadinha, mas limitativa (deu tanto trabalho a conseguir esta, como conseguir uma maior?). Perguntamos no entanto se a ideia nasceu da inteligência de uma solução, ou se é mais prosaicamente consequência da crónica falta de meios.

Pinto Coelho responde:

— Neste momento talvez seja esta a solução, porque não devemos querer atingir o óptimo sem passar pelo bom. As nossas experiências têm-nos, até agora, mostrado que assim deve ser. É que muitas vezes não é válida a transferência de pessoas que sempre viveram em barracas (há quem viva há quarenta anos na Quinta Marquês de Abrantes) para as chamadas habitações de carácter económico, que em Portugal têm a característica de serem muito pouco económicas. Muitas vezes as pessoas não sabem para e simplesmente tirar o máximo rendimento.

Reis Álvaro: “Procuramos, desde o início de cada programa, que as populações participem.”



“qualquer solução só será justa se conjugar de algum modo estas três instituições” (PRODAC, 1968c, p. 2.1).

Segundo o art.º 23 dos Estatutos, a Associação estava autorizada a financiar-se através das quotizações dos sócios e dos sócios beneficiários, mas igualmente através de donativos dos sócios benfeitores, de doações, de legados a seu favor, subsídios de entidades particulares e oficiais, entre outras receitas (PRODAC, 1968b, p. 7).

A PRODAC previa ainda a obtenção de apoios institucionais aos seus projetos, sendo de destacar a sua proximidade institucional à Igreja e a organismos do Estado. Entre os seus dirigentes, encontravam-se dirigentes de entidades públicas e de empresas e associações privadas que ocupavam importantes lugares de chefia. Deste modo, era grande o poder de influência, também política, da PRODAC, e a possibilidade de obter apoios ao seu projeto, em áreas decisivas. Este facto é importante para situar os acordos e contratos que foram assinados, posteriormente, com diversas entidades, algumas muito ligadas ao processo, como foi o caso da CML.

Nos Órgãos Sociais da Associação, estavam dirigentes da Caritas e da UCIDT e o presidente do conselho administrativo, engenheiro Segismundo da Câmara Saldanha era Vice Presidente da Câmara de Lisboa. Entre outros dirigentes, igualmente influentes na Associação, são de destacar Leça da Veiga, em representação da Caritas e Mascarenhas de Lemos, da UCIDT. O diretor era o Dr. Pinheiro Henriques e o Secretário Geral, Mário Pinto Coelho. O Sr. Manuel António representava os sócios beneficiários e João Evangelista Jorge, assistente eclesiástico, faziam também parte da direção (COELHO, 2013, p. 12).

3.3.2 O CONCEITO DE AUTOCONSTRUÇÃO DA PRODAC

O conceito de Autoconstrução que a PRODAC desenvolveria estava intrinsecamente ligado ao conhecimento das situações extremas de pobreza e das condições habitacionais degradadas existentes

em diversas zonas de Lisboa. O objetivo principal da PRODAC, na altura da sua fundação, era o de construir habitações neste setor, mas não necessariamente como resposta aos bairros de barracas:

“consideramos que o problema das barracas não é o mais premente nem o mais grave, na medida em que há sublocações que afetam um maior número de pessoas e onde muitas vezes tudo se passa em condições piores ainda.” (Autoconstrução: a “Prodac” faz, 1972)

No entanto, este problema estava muito presente em ações sociais de intervenção anteriormente realizadas e tornou-se uma prioridade para os dirigentes da Associação.

A aposta na AC surgia na continuidade do trabalho social realizado pela Caritas, em Lisboa e do projeto desenvolvido pela MONAC, em zonas rurais na região de Coimbra, também uma iniciativa da Caritas. Igualmente, nas ações da CASU, em Lisboa, atrás referidas, foi muito importante o reconhecimento feito dos bairros de barracas da cidade. A PRODAC pretendeu, assim, dar continuidade a essas experiências anteriormente realizadas, tanto no apoio social, como em ações de AC concretizadas em Portugal. O seu dirigente Pinto Coelho teve também conhecimento de uma outra vertente, a obra do Padre Fonseca, que terá, igualmente, utilizado a AC: “já existiam dois movimentos de autoconstrução, pelo menos de que tenhamos conhecimento: o de Aguiar da Beira, do Padre Fonseca, e o da MONAC em Coimbra” (*Autoconstrução: a “Prodac” faz, 1972*). A PRODAC conheceu o trabalho de AC da MONAC, por intermédio da Caritas e do seu dirigente, João Evangelista Ribeiro Jorge (MONAC, 1957). Pinto Coelho considerava que as potencialidades da AC seriam adequadas a intervenções de maior escala do que aquelas realizadas anteriormente pela MONAC (de dimensão muito reduzida). A MONAC surge do contacto com o mundo rural de uma cidade do interior, enquanto que a PRODAC se confronta com os graves problemas habitacionais da cidade de Lisboa. Este dirigente não refere a obra do Padre Américo, ou por não considerar tratar-se de uma prática de AC, ou por outro motivo que não conseguimos apurar.

Num documento posterior à publicação dos Estatutos (PRODAC, 1968a), a PRODAC define o modo como pretende estabelecer a participação nas ações sociais com os moradores, tanto em tarefas de obra como noutras atividades:

“A PRODAC terá como papel assistir e ajudar os autoconstrutores na sua realização. Será coordenadora de um trabalho que é da comunidade, específico de um grupo, mas diferenciado por indivíduo. Construindo ou pagando a quem construa, o autoconstrutor será sempre o administrador em tudo aquilo que irá pôr de pé, a sua habitação.” (PRODAC, 1968a)

Noutro documento (PRODAC, 1968c), são descritos os objetivos da Associação relativamente à propriedade e à participação dos moradores (igualmente nos trabalhos de AC). A PRODAC responsabilizava-se por adquirir os terrenos e por diferentes aspetos técnicos da construção em projetos de baixo custo, cabendo aos moradores algumas das tarefas de execução prática da obra:

“a mão-de-obra será sempre que possível prestada em estaleiros de construção, nos quais todos os autoconstrutores admitidos trabalharão até totalizarem o número de horas que, em regulamento, sejam consideradas necessárias para a edificação da habitação que lhes será atribuída.” (PRODAC, 1968c)

Para além da experiência anterior de AC destas instituições portuguesas de solidariedade social, a PRODAC procurou, também, retirar ensinamentos das intervenções em bairros de barracas, noutras realidades geográficas. Sobre as influências de Autoconstrução, nomeadamente na realidade urbana na América do Sul, Mário Pinto Coelho refere o seguinte:

“Tomámos conhecimento e estudámos muitas das experiências de realojamento e o trabalho com as populações que à data estavam sendo levadas a efeito nas favelas do Brasil e em bairros da lata da América Latina, porém com enquadramentos totalmente diferentes”. (COELHO, 2013, p. 3)

Tanto as referências diretas e geograficamente próximas da MONAC em Coimbra, como o estudo do caso das favelas brasileiras, serviram a Pinto Coelho e a Reis Álvaro para melhor entender o problema localizado em Lisboa. Assim se procurou, por comparação, uma resposta específica e particular para o *Bairro Chinês*, sempre com a ideia de utilizar a AC. Apesar das diferenças de contextos, a PRODAC procurou retirar da MONAC o conceito defendido de participação da população, também na perspectiva da viabilização financeira e dos custos do realojamento. Pretendeu-se evitar que as habitações constituíssem como que *uma oferta* da entidade promotora, mas que, pelo contrário, se utilizassem os rendimentos dos moradores, ainda que escassos, para poder financiar o projeto do realojamento. Assim, a solução não se deveria resumir a uma ocupação funcional, mas dizia também respeito à propriedade. Com o financiamento a ser dividido pelos moradores, era possível viabilizar o plano de intervenção e, como a habitação era propriedade de cada família, a esta poderia ser pedida uma maior participação no projeto. A utilização do trabalho da AC na construção da habitação era, deste modo, mais realista, no sentido de exigir e de poder garantir a adesão dos moradores (COELHO, 2013, p. 2). Assim, a PRODAC retirava das experiências anteriores de utilização de AC em Portugal, a ideia de que cabia aos moradores a administração de um bem e um conjunto de tarefas associadas, pontos considerados fundamentais nas responsabilidades que tinham e que estavam associadas à AC.

Assim, o conceito de AC adotado pela PRODAC incluía um processo participativo, intrinsecamente ligado ao conceito de propriedade na habitação:

“a AC exige uma participação consciente e ativa dos grupos autoconstrutores e das suas famílias em todas as fases inerentes ao seu processamento(...); Não se pretende ‘dar’ paternalisticamente uma casa a cada família dela carenciada, exigindo-se-lhe em contrapartida uma passividade na aceitação e na ação.” (PRODAC, 1972c, p. 9)

Definido, genericamente, pela Associação, o conceito de participação nas suas várias vertentes, era importante testar estas ideias com ações concretas de realojamento (nas zonas carenciadas de Lisboa) e adaptadas às características específicas da sua população e do contexto onde viviam. Embora a Associação tivesse, no início, planos de intervenção noutros contextos urbanos carenciados, a sua principal prioridade centrou-se, a partir de muito cedo, em projetos de construção e realojamento das populações dos bairros de barracas de Lisboa (COELHO, 2013, pp. 2-3).

3.3.3 O COLÓQUIO SOBRE “POLÍTICA DE HABITAÇÃO” DO MOP (1969), O PROBLEMA DA HABITAÇÃO E A CARITAS

O Colóquio sobre Política da Habitação, organizado pelo Ministério das Obras Públicas, que se realizou em Lisboa em finais de Junho de 1969, foi um acontecimento de grande relevância nacional, no que diz respeito à questão da habitação, em Portugal.⁹

Tratou-se de um debate muito alargado e que incidiu sobre o urbanismo, as políticas de solos e, também, sobre a Autoconstrução. Este Colóquio reuniu as mais diversas personalidades e organizações interessadas no problema da habitação e, muito em particular, focou-se no tema da habitação social e na discussão sobre as políticas a desenvolver para este setor. O sociólogo Raúl da Silva Pereira (referido no Cap. 2) participou no grupo de discussão sobre o enquadramento da Habitação no Desenvolvimento Económico e Social e defendeu o direito à habitação, avaliando as perspetivas económicas do investimento na construção deste setor. Refere que na época não existiam levantamentos suficientes sobre a situação existente, mas apenas estimativas sobre as carências habitacionais calculadas *grosso modo*, em cerca de meio milhão de fogos (*Colóquio sobre Habitação*, 1969, p. 37).

Nos mais diversos setores da vida nacional, existia um grande consenso sobre a responsabilidade do Estado em tomar iniciativas para alterar as carências neste setor e, nesse sentido, houve impor-

9. “Quer analisado em si mesmo, quer em função das repercussões que veio a ter no âmbito do sector da habitação social em Portugal, resulta evidente que o Colóquio sobre Política da Habitação foi um acontecimento marcante que corresponde, sem dúvida, a uma atitude charneira no modo institucional de encarar os problemas do alojamento em Portugal.” (BANDEIRINHA, 2007a, p. 26)

tantes intervenções no Colóquio sobre política de solos, legislação e políticas habitacionais. Entre outras questões relativas ao tema da habitação social, destacou-se a intervenção do arquiteto Nuno Teotónio Pereira (*Colóquio sobre Habitação*, 1969, p. 39).

Também a PRODAC participou neste Colóquio, divulgando os seus processos de intervenção, defendendo a utilização da Autoconstrução. O projetista da Associação, arquiteto José Reis Álvaro (também dirigente), apresentou uma comunicação sobre Política de Habitação, onde se referem os programas *sociais* e *técnicos* de intervenção nos bairros de barracas, com o objetivo de realizar operações de realojamento. Na comunicação de Reis Álvaro, é defendida a Autoconstrução como solução para resolver a edificação de novos bairros, coincidindo com o conteúdo das anteriores posições da PRODAC e que a Associação pretendia realizar em bairros de barracas (ÁLVARO, 1969).

O tema do Colóquio era da maior relevância, tanto nos aspetos políticos, como técnicos e de legislação e correspondeu a uma alteração significativa no modo de encarar a questão habitacional, em Portugal.

Mas, apesar do empenho da organização do Colóquio e da importância do tema da discussão das Políticas da Habitação, continuava a ser difícil estabelecer o compromisso com uma atuação coordenada e integradora dos diversos organismos do Estado, tendente à resolução cabal do problema do alojamento (BANDEIRINHA, 2007, p. 27).

A *Campanha de Natal*, de 1969, foi uma iniciativa da Caritas Portuguesa e que incidiu, igualmente, sobre o tema da Habitação. (*A Solução do Problema Habitacional – Objectivo de uma Campanha da Caritas*, 1969) Cerca de um ano depois da fundação da PRODAC, este evento com caráter de reflexão, obteve o apoio do Cardeal Patriarca de Lisboa. Um dos pontos principais desta campanha, centrada na questão da habitação, era a divulgação da situação da realidade existente no país, através dos dados concretos conhecidos ou a divulgar e de estudos realizados sobre as áreas prioritárias de intervenção. Teve lugar na sede da Caritas, a 24 de Dezembro

FIG 10
Campanha de Natal
da CARITAS, *A solução do*
Problema Habitacional,
Dezembro 1969.

de 1969 e estiveram presentes membros da direção, assim como, o Eng^o Mário Pinto Coelho e o arquiteto Reis Álvaro. Neste evento, fez-se a apresentação pública do trabalho, entretanto realizado pela PRODAC, e foi apresentado o programa da intervenção realizado na Quinta Marquês de Abrantes, de apoio ao *Bairro Chinês (A Solução do Problema Habitacional- Objectivo de uma Campanha da Caritas, 1969)*.

A PRODAC instalara, naquele bairro, um centro social de apoio aos seus habitantes. Foi neste primeiro centro que se iniciou um trabalho com diversas atividades dirigidas à população, prevendo uma posterior elaboração do plano de intervenção de realojamento dos habitantes do bairro, que viviam em cerca de 2500 barracas (*A Solução do Problema Habitacional – Objectivo de uma Campanha da Caritas, 1969*).

DIARIO DE NO

A SOLUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL

— OBJECTIVO DE UMA CAMPANHA DA CARITAS

Constituindo a habitação entre nós um problema social grave quando quantitativa ou qualitativamente considerada; constando, o modo irresponsável como a sociedade tem passivamente assistido e facilitado o seu agravamento, porquanto se tem vindo a vincular a aspectos de interesse puramente lucrativos e imediatos e descurado todo um conjunto de providências que a dignidade da pessoa humana obriga a considerar; consciente da repercussão negativa que o exercer sobre os agregados familiares; conscientes dos graves desajustamentos e problemas que se têm originado, quer no plano material (congestionamento de transportes, degradação das condições de habitação, diminuição do nível sanitário e educacional), quer ainda no plano social, psicológico e moral (desorganização social, despersonalização de indivíduos, colectivização amorfa, inexistência de sentido de cooperação, aumento de criminalidade, visão materialista do Mundo e da Vida, falta de apoio espiritual...); sendo de opinião que a construção de fogos em número apropriado só estatisticamente contribuirá para a solução do problema, na medida em que, para além da casa que se constrói, está um lar, que nem todos têm sabido (ou podido) constituir, pensou a Caritas iniciar, ainda este ano, durante o Natal, uma campanha de reflexão acerca do problema habitacional.

A fim de participar aos representantes dos órgãos de Informação o plano dessa campanha, realizou-se uma reunião, na sede da Caritas, à qual estiveram presentes os srs. Estevão de Paiva (que cumprimentou os jornalistas) eng.º Mário Pinto Coelho, que fez considerações sobre o esquema da campanha e do problema da habitação, o assistente social Manuel Matos Dias, um dos redactores do texto-base elaborado pela Caritas, e o eng.º José Reis Álvaro, que falou do projecto e das camadas a quem o mesmo se refere.

Nesta linha e no desejo de contribuir para a resolução do problema habitacional em Lisboa e nas áreas próximas mas dentro dum sentido cristão, aparece-nos a Prodac, Associação de Produtividade na Auto-Construção, constituída por iniciativa da Caritas e da Ucidit (União Católica dos Industriais e Dirigentes de Trabalho).

A Prodac (movimento de autocon-

strução) não se propõe ser apenas mais um movimento na solução do problema, mas um foco inspirador de novas soluções onde a construção se faça à luz dos recursos nacionais, das necessidades sentidas e sem fins lucrativos.

Para isso, e em paralelo com o Fundo de Fomento de Habitação, a Prodac propõe-se colaborar na resolução do problema habitacional dos que não possuem casa ou não possuem, pelos seus fracos recursos, conseguir, colaborar na elevação do nível de vida social, moral, cultural e religioso; despertar as pessoas e as instituições, sobretudo as ligadas à construção, para um novo espírito de franca colaboração; estudar soluções ligadas às situações de facto e dar execução aos programas já elaborados e que se referem à construção de casas de alvenaria e de casas pré-fabricadas, em especial. Convém assinalar, até, que, no referente ao bairro da Quinta do Marquês de Abrantes, já ali se encontra um centro de convívio para os habitantes das 2500 habitações existentes.

O texto-base refere que, em 1964, Portugal necessitava de 500 000 fogos, dos quais 350 mil para desdobramento de alojamentos superlotados (só em Lisboa seriam necessários 71 900) e 164 000 para as famílias sem qualquer espécie de habitação que viviam em tugúrios.

Depois de assinalar que o problema não é importante apenas pela sua expressão numérica, mas também pela inexistência de requisitos mínimos de habitabilidade em inúmeros prédios, o documento sublinha que, em Lisboa, apenas oitenta por cento das casas têm água, 34,2% electricidade, 37,3 % esgotos e 50,9 % casas de banho. No Porto, a situação agrava-se em especial nos meios rurais: 14,4 (água), 27,4 (electricidade), 24 (esgotos) e 9,1 (casas de banho).

Em seguida, o documento da Caritas aponta o rendimento médio, per capita, de 660800 para noventa por cento dos portugueses, e conclui que, a manter-se o elevado custo das vendas de casa, jamais o problema poderá ser solucionado. Por tudo isto, louve-se a iniciativa da Caritas, aproveitando a época natalícia, de procurar chamar a atenção de todos para o problema grave da habitação no nosso país, uma vez que, ce momento, mais do que a construção, a ideia da Caritas é a de mentalizar aqueles que não utilizam habitações mais condígnas, e, em, claro, de despertar a consciência de todos para a importância da situação.

3.3.4 ALOJAMENTOS DEFINITIVOS E REALOJAMENTOS PROVISÓRIOS

O argumento de que as populações moradoras nos bairros de barracas, na generalidade, não estavam preparadas para ocupar convenientemente uma habitação social, resultava da avaliação das experiências anteriores de realojamentos sociais feitos pela CML (COELHO, 2013, p. 3). O realojamento provisório continuava a ser uma alternativa a experiências recentes de realojamento direto em habitação social, onde se detetaram graves problemas de adaptação das famílias.

Os dirigentes da PRODAC tiveram conhecimento de realojamentos, nomeadamente na urbanização dos Olivais, em que terão sido detetadas situações de inadaptação social de alguns moradores, em relação às novas habitações, nomeadamente dificuldades na adoção de hábitos de higiene (COELHO, 2013, p. 3). Também, durante os anos 1960, a CASU fizera o reconhecimento do bairro da Boa Vista (construído em 1939) e que não tinha sido ainda demolido, e esse trabalho era do seu conhecimento, assim como outros realizados em barracas (referidos no capítulo 2). Estes bairros foram projetados para realojar a população das barracas, durante a década de 1940 e Pinto Coelho era muito crítico dessas experiências de realojamento:

“Já nessa altura eram extremamente negativas as experiências de realojamento camarário que tinham sido levadas a efeito, quer por expansão urbanística da cidade quer pela construção dos acessos à Ponte 25 de Abril, na Musgueira Norte e Sul e nos edifícios construídos nas malhas da urbanização de Chelas.” (COELHO, 2013, p. 1)

Na origem do programa social das *Habitações Desmontáveis ou Provisórias*, construídas em Lisboa, no final dos anos trinta, está o Dec. Lei de 1938, que se refere a populações que não estavam em condições para ocupar uma habitação económica convencional.¹⁰

O conceito de habitação provisória adotado pela Associação baseava-se, entre outros argumentos, na crítica feita ao modo como se realizaram os realojamentos nas décadas anteriores, em Lisboa, para populações deslocadas ou a viverem em bairros de barracas:

“Ainda que fosse possível instalar estas famílias em prédios urbanos com características de casas de renda económica tendo em vista os seus limitados recursos, tal não nos pareceria solução ideal pois que elas não saberiam responder às exigências que tão brusca mudança de vida lhes traria dadas as condições em que sempre viveram, o seu grau de educação cívica e social por essas mesmas condições.” (ÁLVARO, 1969, p. 9)

10. “Sem dúvida, julga-se conveniente e mesmo necessário que se procure dar abrigo aceitável, em pequenas habitações higiénicas de construção precária, a grande número de pessoas que nos grandes centros vivem em situações arripantes e que não podem aspirar à habitação económica. Mas pondera-se que esse não é o caminho a seguir com carácter definitivo.” (Decreto-Lei nº 28912, de 1938)

Sendo assim, como pretendia a PRODAC fazer diferente e evitar alguns dos erros cometidos nesses realojamentos? Tendo uma posição crítica em relação a estas ações de realojamento no passado, a Associação, no entanto, não se questionava sobre a ideia, em si, das populações realizarem um estágio de aprendizagem e formação num realojamento provisório. Este corresponderia a uma fase intermédia de criação de hábitos cívicos e higiénicos destinados a uma população oriunda de zonas rurais e que nunca vivera em habitações infraestruturadas, com saneamento básico, água e luz.

Dada a maneira como viviam nos bairros de barracas e ainda inadaptadas a um modo de habitar urbano, estas populações, segundo a PRODAC, não estariam em condições de ocupar uma habitação social (COELHO, 2013, p. 3). Para a Associação, como se tem vindo a dizer, os moradores da maior parte das barracas estavam ainda muito próximos do modo de vida rural da sua origem e não tinham feito, ainda, a aprendizagem cívica e urbana suficiente para poderem ocupar uma habitação social definitiva.

“as histórias que se ouviam contar de ‘plantar alfaces e couves nas banheiras’ das casas de banho nos bairros camarários de realojamento ou da ‘criação’ ‘e galinhas e coelhos’ nas varandas eram realidades demasiado conhecidas. E era esse saber como utilizar uma casa, essa vivência diferente, que era necessário transmitir antecipadamente aos realojamentos definitivos, através de um estágio temporário em habitações preparadas para tal e que viriam a servir, em seguida, após realojamento definitivo das primeiras, para outras famílias com igual finalidade.” (COELHO, 2013, p. 3)

Face a esta desadequação social e cívica, era necessário, segundo estes dirigentes, criar uma fase intermédia de adaptação a uma habitação urbana infraestruturada, que fizesse a transição da vida na barraca para uma instalação definitiva em habitações sociais.

A PRODAC procurava ultrapassar estes obstáculos sociais por meio da participação voluntária dos moradores e de um conceito renovado de AC. Era este o seu principal argumento para evitar come-

ter os erros, sobretudo em termos sociais, que tinham sucedido no passado, em muitos desses realojamentos feitos em Lisboa.

No entanto, segundo conversa que tivemos com quatro moradores da zona sul, será abusivo o argumento que sustentou essa ideia, porque, embora a população fosse ainda muito ligada ao mundo rural, seria só uma minoria o número de famílias que não saberia ocupar uma nova habitação de um bairro social (*Entrevista a 4 moradores do Bairro*, 2015).

3.3.5 OS PRIMEIROS PROJETOS DE REALOJAMENTO DA PRODAC

Para desenvolver o seu programa, a Associação, procurava, no início (1968), intervir com projetos de pequena dimensão que pudessem constituir um teste à sua capacidade de realização.

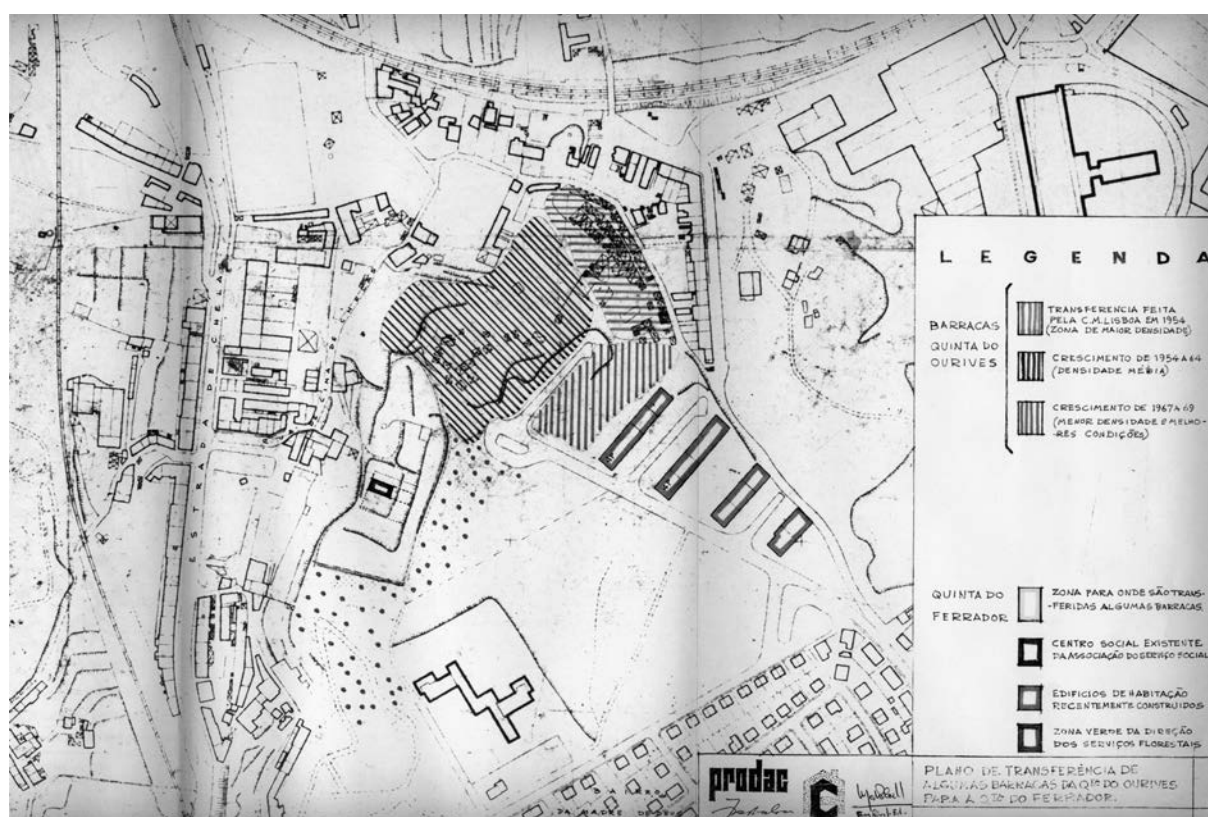
“Tendo em atenção a dimensão do problema, as condicionantes existentes, as nossas reflexões sobre a participação das populações e as experiências havidas em realojamentos em Lisboa, tornava-se indispensável a realização de uma ‘experiência piloto’ de dimensão diminuta, onde se pudessem avaliar muitos dos procedimentos propostos e das reações que se adivinhavam.” (COELHO, 2013, p. 3)

Uma das primeiras intervenções da PRODAC, em 1968-69, consistiu num projeto que se construiu na Estrada da Ameixoeira. A proposta de um conjunto de quatro pisos foi o resultado de uma colaboração com uma cooperativa de habitação. Neste projeto, não foi utilizada a AC, mas foi seguida uma orientação de gestão e de tipo de financiamento, semelhante ao sistema das cooperativas de habitação, contando com a participação dos moradores na gestão administrativa (COELHO, 2013, p. 2).

Em Março de 1969, a PRODAC é convidada (pela responsável do Centro Social da zona) a intervir no bairro de barracas da Quinta de Ourives, localizado entre o bairro da Madre de Deus e o Vale de Chelas (Experiência Piloto para Resolução do Problema

FIG 11
Plano de realojamento da
PRODAC. Quinta do Ourives,
Chelas, 1969.

Habitacional, 1969). A questão da propriedade era considerada, pela Associação, como um ponto determinante na intervenção neste contexto e pertencendo o terreno à CML, isso permitiu realizar esta operação com segurança e maior rapidez (PRODAC, 1969, p. 3). Na planificação da intervenção, constavam diversas tarefas, desde o contacto direto com os moradores, ao estudo da composição e características dos agregados familiares e também a escolha dos representantes dos moradores em diversas atividades. Nesta sequência, seria ainda feito o reconhecimento das barracas e o levantamento da situação geográfica do bairro.



No documento designado, *Plano de Transferência de algumas Barracas da Quinta de Ourives para Habitações Pré-fabricadas na Quinta do Ferrador*, estavam previstas diversas etapas que incluíam a parte relativa à Autoconstrução (PRODAC, 1969, p. 4). Neste programa, elaborado pela PRODAC, o projeto de realojamento constava de 75 habitações pré-fabricadas, que seriam construídas

nas imediações. Tratava-se de um tipo de habitação provisória, por um período de realojamento curto e a opção pela pré-fabricação era compatível com os processos de Autoconstrução a realizar por moradores. Um documento de 1969, relativo aos objetivos do *Plano de Transferência de algumas Barracas da Quinta do Ourives para casas Pré-fabricadas na Quinta do Ferrador* refere os processos de construção e contém a descrição dos processos de pré fabricação:

“estruturação de uma linha de montagem dos painéis e outros elementos constituintes das habitações pré-fabricadas; construção de todos os elementos necessários às habitações; urbanização do terreno, que inclui o traçado de arruamentos, colocação das redes de esgotos, água e eletricidade, e pavimentação das ruas; montagem das habitações num sistema de autoconstrução acompanhado das instruções de pessoal especializado.” (PRODAC, 1969, pp. 2- 6)

Embora não tendo sido construído, este projeto foi estudado ao detalhe nos seus vários aspetos, incluindo um plano de implantação, um estudo financeiro e um plano social de intervenção. Estavam previstas diversas fases para a sua construção, incluindo o próprio realojamento e a ação de apoio social (*in jornal, O Comércio*” 28/03/1969, p.3).

O projeto foi apresentada pela PRODAC aos responsáveis e técnicos da CML, numa cerimónia em que estiveram presentes, o Presidente Eng^o Santos e Castro, o diretor do Gabinete Técnico de Habitação (GTH), o engenheiro Jorge Carvalho Mesquita e muitos outros técnicos da autarquia. Da apresentação, resultou uma recetividade mais em relação à ideia do que ao projeto, por parte dos técnicos presentes da CML. Mas, sendo fundamental o apoio inequívoco desta entidade para o desenvolvimento da operação, não se obteve a unanimidade necessária à sua autorização. Na sequência da apresentação da proposta de realojamento da Quinta do Ourives, a CML propõe à Associação que realizasse um plano global de realojamento do *Bairro Chinês* na Quinta Marquês de Abrantes, em Chelas (COELHO, 2013, p. 4).

Este convite da CML para intervir numa área de grandes dimensões partia do reconhecimento do trabalho realizado e era, simultaneamente, um novo desafio para a PRODAC. Já não se tratava de uma aproximação experimental a um bairro como nos projetos anteriores, mas de um realojamento completo de um bairro com uma população com cerca de nove ou dez mil pessoas (PRODAC, 1969).

Em Abril de 1970, a PRODAC ainda elaborou uma outra intervenção, um plano de Realojamento para um conjunto de barracas, um projeto que aparece descrito no documento designado *Programação Geral da Mudança de População que habita em barracas, no Concelho de Vila Franca de Xira, em Pedra Furada e Olival do Borracho*. (S.P.S.C/PRODAC 1970, Abril) Para o desenvolvimento deste projeto, a PRODAC estabeleceu uma parceria com a C.M. de Vila Franca de Xira e outra, com o Serviço de Promoção Social Comunitária. Trata-se de um plano de realojamento de 100 famílias do Bairro de *Pedra Furada* e de 30 famílias de *Olival do Borracho*. Nas *atividades programadas*, o plano previa o “Estudo da Urbanização dos terrenos”, um “Estudo das infraestruturas e equipamento”, um “Estudo do financiamento dos materiais”, uma “Pesquisa sociocultural, demográfica e profissional das populações», um «Programa de Autoconstrução” e o “Apoio aos moradores na animação socioeconómica para melhoria das condições de vida e de trabalho”. Por diversos motivos, este projeto da Associação não se concretizou em obra (S.P.S.C/PRODAC, 1970).

Os planos de intervenção da PRODAC, tanto na Quinta do Ourives, em Chelas, como no Concelho de Vila Franca de Xira, embora não concretizados em obra, como se disse, permitiram à PRODAC adquirir uma experiência em Planos de Realojamento, questão importante no seu trabalho de intervenção seguinte. Na documentação consultada é elucidativo o tipo de Autoconstrução que a PRODAC pretendia implementar naqueles bairros e, também, acerca da grande determinação em participar neste tipo de iniciativas com ideias inovadoras, envolvendo as populações (S.P.S.C/PRODAC, 1970).

3.4 O Plano de realojamento do *Bairro Chinês* (Marvila) e a ideia de participação

3.4.1 CONVITE DA CML/ INÍCIO DA INTERVENÇÃO DE 1969 A MARÇO 1970

O convite da CML, uma iniciativa que envolveu o engenheiro Carvalho Mesquita (diretor do Gabinete Técnico de Habitação), foi dirigido a Pinto Coelho, Secretário Geral da PRODAC. O objetivo da CML era realojar a população do *Bairro Chinês*, construindo um novo bairro destinado, exclusivamente, aos seus moradores, seguindo-se a demolição total das barracas. (COELHO, 2013, p. 4)



12a



12b

FIG 12
Intervenção da CML
no sector Habitacional.

12a
Exposição com a presença
dos técnicos
da CML e GTH.

12b
O Engenheiro Carvalho
Mesquita, diretor do GTH,
(no centro da fotografia).

“A visita do Presidente da Câmara e de uma comitiva de mais de uma dezena de responsáveis e técnicos camarários (incluindo os Diretores das duas zonas da cidade, Oriental e Ocidental), concretizou-se em Fevereiro de 1970. Numa sala do centro Social expusemos desenhos e apresentámos este projeto, referindo custos, mas sobretudo, salientando alguma ênfase a necessidade da preparação das famílias para a mudança, até por interesse da própria Câmara, que posteriormente veria os seus fogos melhor utilizados e conservados, contrariamente ao que então sucedia e ainda hoje acontece. (...) No dia seguinte o engenheiro Mesquita iniciou a conversa perguntando-nos: Querem realizar o projeto de realojamento que ontem explicou, na Quinta Marquês de Abrantes e Bairro Chinês que está situado dentro da zona de intervenção da minha responsabilidade?” (COELHO, 2013, p. 4)

Nesta altura, as várias iniciativas do Presidente da CML, Santos e Castro e as políticas em curso de erradicação dos bairros de barracas eram, diariamente, citadas nos jornais da época (*Lisboa não pára de crescer*, 1970; *O primeiro grande passo para acabar com as Barracas*, 1970).

O desafio que constituía a intervenção num bairro com a dimensão do *Bairro Chinês* deixou os dirigentes da PRODAC algo *intranquilos*, antevendo um modelo de gestão e um planeamento com muitas incertezas:

“Ficámos em choque. O Bairro Chinês era o maior bairro de lata da cidade (...) Como realizar uma obra de tal dimensão? Quais os meios financeiros, os apoios necessários e, sobretudo, qual o acolhimento e reação da população? Era um sem número de interrogações que se levantavam e que era preciso dar resposta. Era uma aventura imensa para uma instituição criada, pouco tempo antes, mas simultaneamente um desafio e uma oportunidade que nos era oferecida de participarmos ativamente, com dimensão considerável e com um projeto inovador, na resolução das graves carências habitacionais da Cidade de Lisboa.” (COELHO, 2013, p. 4)

De qualquer modo, a decisão de intervir coube ao Conselho Administrativo da Associação que, após ponderar as suas implicações e avaliando a sua capacidade de resposta, decidiu aceitar o convite. Para realizar a operação do realojamento das populações que viviam no *Bairro Chinês*, implantado na Quinta Marquês de Abrantes e quintas anexas ao Vale Fundão, a PRODAC contava com a experiência adquirida nas intervenções que referimos. As experiências anteriores de intervenção de pequena dimensão, o reconhecimento de diversos bairros de barracas e ainda, o estudo de realojamentos já realizados em Lisboa tinham sido, para a PRODAC, uma aprendizagem muito útil, mas ainda não se tinha concretizado o seu objetivo principal, ou seja, contribuir com obras para minorar as condições deploráveis em que se vivia em alguns bairros de barracas (COELHO, 2013, p. 4).

A dimensão da intervenção prevista, neste plano de realojamento em Marvila, obrigava a uma gestão complexa, constituindo um teste à sua capacidade de organização. A gestão do plano, para além das tarefas mais técnicas e de avaliação de recursos, implicava angariar um conjunto de apoios de diversas entidades, condição indispensável ao realojamento em condições satisfatórias de cerca de 1.300 famílias de baixos rendimentos (COELHO, 2013, pp. 4-5).

3.4.2 MARVILA E A URBANIZAÇÃO DE CHELAS

No início do século XIX, a zona de Marvila, na parte oriental da cidade de Lisboa, era uma área rural, com extensas quintas pertencentes à nobreza, às ordens religiosas e a proprietários privados. Algumas quintas foram loteadas, ao longo de décadas, devido à expansão da indústria e de infraestruturas de apoio. A construção das fábricas, os novos sistemas de transportes e os núcleos de habitação predominantemente operários, transformaram o território num núcleo industrial importante. A construção da estação de S.^{ta} Apolónia, em 1860, foi decisiva para a transformação desta parte da cidade, permitindo a circulação das mercadorias e servindo de centro distribuidor do funcionamento das atividades portuárias e fabris (FOLGADO, et al., 1999, pp. 177-181).

No princípio do séc. XX, a presença industrial na zona de Marvila era bastante significativa, tendo-se acentuado esta mudança até à década de 1960. Também o Vale de Chelas, pela sua configuração e confluência de estradas, ferrovias e fábricas é considerado “a origem da industrialização da zona oriental da cidade” (CUSTÓDIO, 1994, pp. 967-971).

O Plano Diretor da Cidade de Lisboa (PDCL), de 1948, da autoria de Etienne de Gröer, previa a expansão da cidade para oriente. Posteriormente, o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (PDUL) de 1959, realizado pelo Gabinete de Estudos e Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa (CML), definiu a prioridade desta intervenção. No início da década de 1960, irá concretizar-se a constru-

ção dos Olivais Norte e Sul e, na sua sequência, a urbanização de Chelas.

Na urbanização dos Olivais Norte e Sul, foram ocupados cerca de 227 hectares e construídas 10500 habitações (2500 na zona Norte e 8000 a Sul), para uma população de 38.250 habitantes. Em Chelas, ocuparam-se cerca de 510 hectares e previu-se a construção de 11.500 habitações, para alojar uma população de 55.300 habitantes. A programação destas intervenções resultava das diretivas económicas e sociais da iniciativa do Governo, previstas no Decreto-Lei nº42.454 de 1959. A c.m. de Lisboa elaborava os planos e concretizava os programas previstos, construía as infraestruturas, planeava e construía as habitações e o equipamento de apoio, podendo participar, com outras entidades interessadas, na promoção da habitação (VALSASSINA, 2015, p. 1).

Com a publicação do Decreto-Lei nº42.454 de 1959 e a reavaliação do programa da Habitação de Renda Económica (NUNES, 2013, p. 83), este território é definitivamente urbanizado, tendo-se dado ênfase à promoção de habitação social, nomeadamente à construção de habitações de renda acessível, destinadas aos agregados familiares de mais fracos recursos. Para além da aquisição de terrenos e da elaboração do plano de urbanização, competia ao Município a preparação dos programas de trabalho, a elaboração dos projetos de arquitetura, a direção e fiscalização das obras. Foi estabelecida a proporção de 70% de fogos sociais e de 30%, destinados ao mercado de renda livre. Em relação às habitações de tipo social,

“eram propostas quatro categorias de habitação em função do custo do terreno urbanizado, dos preços de construção por m² e de escalões de rendas mensais, que não eram relacionados com o rendimento familiar, nem com as características das habitações. Previa-se além destas, a construção de habitações de ‘renda módica’ (Cat. HR) destinadas a ações de realojamento.” (VALSASSINA, 2015, p. 3)

Estas categorias resultavam dos conceitos de habitação do Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU, 1951), em relação

11. “ao contrário do que acontecera com os Olivais Norte e Sul o território de Chelas era ainda detido na sua maioria, por proprietários privados. A CML, até 1959 tinha adquirido apenas 50 parcelas, correspondentes a uma área de 308 ha, dos quais 40.8 ha foram expropriados na década de 30 integrados no plano de construção do eixo de acesso ao aeroporto e da futura Avenida Almirante Gago Coutinho. A aquisição dos terrenos exigia a ‘expropriação rápida e urgente’ mediante a sua classificação de ‘utilidade pública’” (VALSASSINA, 2015 p. 8)

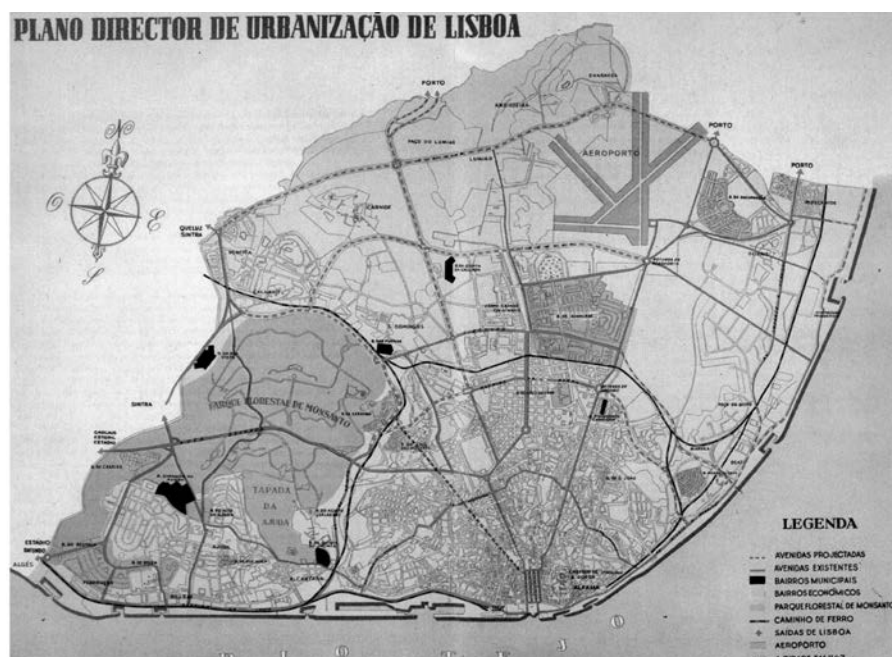
ao processo de construção e às condições de salubridade e de segurança.

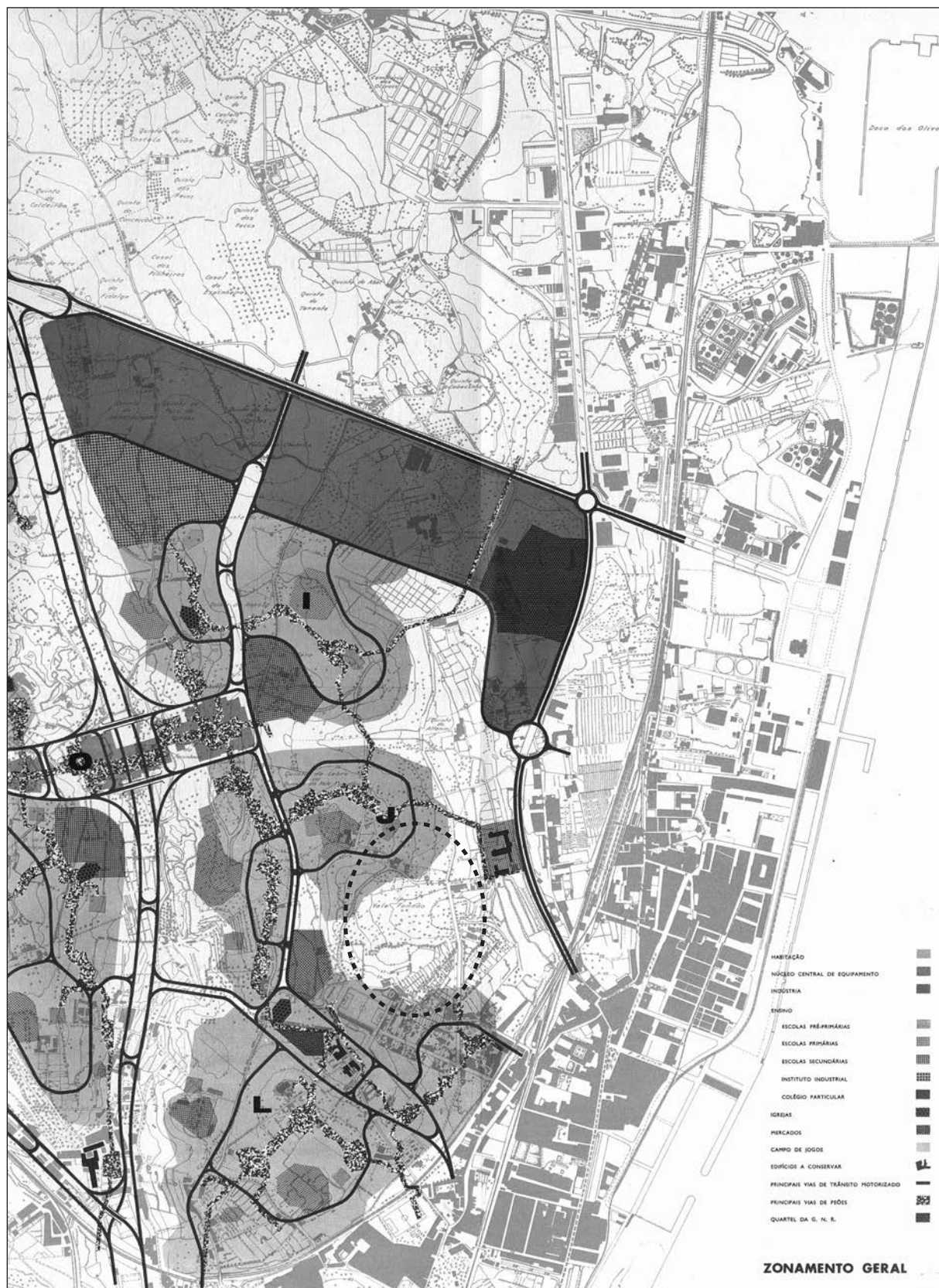
Após a urbanização que resultou dos Planos de Pormenor dos Olivais Norte e que se iniciou em 1959, a Câmara de Lisboa, através do Gabinete Técnico de Habitação, entretanto criado, foi responsável pelos planos urbanos dos Olivais Sul e de Chelas. O Gabinete Técnico da Habitação teve um papel relevante ao consolidar um conjunto de experiências urbanas, muito ricas do ponto de vista social:

“Nos planos de Olivais Sul e de Chelas não foram apenas as experiências europeias que foram tidas em conta. A sensibilidade dos urbanistas e projetistas à cidade, à mudança social em curso e às suas mais carenciadas populações marcou em boa medida o seu urbanismo e a sua arquitetura”. (NUNES, 2011, p. 4)

O Plano de Urbanização de Chelas, iniciado em 1964, deu continuidade à urbanização da zona oriental da cidade iniciada com os Olivais. Nesta zona, existia uma baixa percentagem de solo municipalizado¹¹ e a CML deparava-se com o problema da existência de inúmeros bairros de lata implantados nas colinas e vales da zona de

FIG 13
Planta de Lisboa com indicação dos Bairros Municipais e Económicos.





**FIG 14**

Zona de intervenção, do realojamento da PRODAC, na proximidade do Bairro Chinês.

Chelas. O problema colocado por estes bairros tornava prioritário o realojamento das populações e constituía, no final da década de 1960, um enorme desafio para a política de habitação social da CML (NUNES, 2011, p. 4).

3.4.3 O BAIRRO CHINÊS

Tal como outros bairros de barracas que se desenvolveram na zona de Chelas, em Lisboa, o *Bairro Chinês* ocupava terrenos devolutos pertencentes a privados. O *Bairro Chinês* ficava numa zona de transição da região costeira de Marvila com a parte Sul do Bairro de Chelas, implantado na Quinta Marquês de Abrantes e quintas adjacentes ¹².

Segundo alguns dos moradores, o bairro nasceu em 1958 e, em 1964, a zona ainda era rodeada por quintas. No final dos anos 1960, o nome *Bairro Chinês* correspondia a diversos aglomerados de barracas que foram crescendo na Quinta das Claras e na Quinta Marquês de Abrantes.

“A origem do nome ‘Bairro Chinês’ perdeu-se um pouco na memória dos seus primitivos ocupantes. Correm duas versões: a primeira, talvez a mais consistente, prende-se com as imagens de juncos e aldeamentos flutuantes das embocaduras dos rios chineses, vistas nos filmes da época, onde eram referenciadas enormes concentrações de casas de madeira distribuídas em estreitas e labirínticas ruelas amontoadas de pessoas; a segunda versão tem origem na eventualidade de o proprietário ou arrendatário de algum dos terrenos ter feições orientais.” (CML/GEBALIS, 2001)

12. *“A cidade acolhia mal aqueles que emigravam de suas terras procurando trabalho e melhores condições de vida, porque a resposta de alojamento na capital era fatalmente a construção ou ‘arrendamento’ de uma barraca. Dezenas de núcleos de diferente dimensão rodeavam a cidade consolidada, ocupando quintas e áreas públicas e privadas não edificadas, desafiando o controlo feito pela Polícia Municipal, e que em 1970 contabilizou 18.500 barracas”* (COELHO, 2013, p. 1)

Não existindo um levantamento do bairro, nem estando identificadas as inúmeras barracas que existiam, era necessário realizar um trabalho exaustivo de reconhecimento do bairro e de estuda da caracterização social, antes de intervir. A polícia municipal tinha feito parte do trabalho de mapeamento no terreno, mas não havia

13. “No antigo Palácio Marquês de Abrantes residem 63 famílias. A Quinta confina com a das Claras adquirida pelo Município, e ainda com os terrenos conhecidos pelo bairro “Chinês” onde existem 355 barracas, a Quinta do Chalet com 57, a Quinta dos Padres com 70, e a Quinta das Flores, onde residem os proprietários. Mas na Quinta das Claras há mais 96 barracas, 116 junto à Azinhaga do Vale Fundo, e 56 entre a linha do cominho de ferro e a Rua de Marvila. Tudo isto somado ao da Quinta Marquês de Abrantes dá as 2606 barracas” (*O primeiro grande passo para acabar com as Barracas*, 1970)

14. Classificada como zona verde no Plano de Urbanização de Chelas (C.M.Lisboa, 2016)

15. “Os primeiros moradores eram oriundos das Beiras, particularmente do distrito de Viseu, de Castro Daire e de Resende, com modos de vida estruturados e boas relações de vizinhança, trabalhadores, maioritariamente da Fábrica Nacional de Sabões, da Fábrica de Borracha, da Fábrica dos Fósforos e dos armazéns de vinhos de Abel Pereira da Fonseca.” (CML/ Gebalis, 2001)

ainda um levantamento cartográfico. Era necessário referenciar as barracas, o que era dificultado pelos acessos difíceis e, para além disso, era indispensável realizar muitos outros trabalhos de estudo e caracterização geográfica e populacional.

Num artigo de jornal da época, são descritas as construções existentes, identificando com bastante pormenor as quintas onde estava implantado o *Bairro Chinês*. Existem, também, referências aos moradores, incluindo os que ocupavam ilegalmente o interior do próprio Palácio Marquês de Abrantes¹³ (*O primeiro grande passo para acabar com as barracas*, 1970).

Como se constata em múltiplas reportagens dos jornais da época, muitos moradores tinham uma grande dificuldade em romper o ciclo vicioso que representava o arrendamento e a exploração fundiária a que estavam sujeitos, pagando, nalguns casos, um custo muito elevado por um abrigo, sem as mínimas condições (*O primeiro grande passo para acabar com as barracas*, 1970).

A Quinta Marquês de Abrantes e as quintas limítrofes, onde estava implantado o *Bairro Chinês* eram descritas no Plano Diretor Municipal da Câmara de Lisboa, com a designação de *zona desocupada*, destinada a zona verde. A vizinhança da zona J de Chelas e o Plano Urbano proposto para esta zona oriental de Lisboa deixavam espaço livre para este bairro de implantação provisória.¹⁴

A aspiração desta população aceder a uma habitação de qualidade era negada pela realidade existente, ao faltarem apoios sociais ao setor mais carenciado e ao tipo de arrendamento privado prevalecente em Lisboa. Segundo um inquérito da PRODAC, de Outubro de 1970, foram identificados no *Bairro Chinês* 8123 pessoas, vivendo em condições muito precárias. Este bairro foi considerado o maior dos aglomerados de barracas da zona Oriental de Lisboa. O mesmo inquérito refere que, cerca de 48% dos moradores, em 1970, viviam há menos de seis anos no bairro. Muitas das famílias tinham imigrado, recentemente, para Lisboa, eram oriundas da região da Beira e, na sua maioria, da zona de Viseu.¹⁵ O nível de instrução dos moradores era muito baixo e, exceptuando as crianças com mais de seis anos em idade escolar, 1413 pessoas



15a



15b



15c



15d



15e



15f

FIG 15

O Bairro Chinês em Marvila, 1970

15a Espaço exterior das barracas

15c Instalações Sanitárias coletivas

15e Pátios, zona de convívio

15b Rua de acesso principal

15d Abastecimento de água individual

15f Rua direita ladeada de barracas

16. “Existem para todo o bairro, unicamente oito bicas que exigem grandes esperas juntos dos chafarizes (...) Normalmente cada um dos pátios tem uma instalação sanitária (fossa) para todos os habitantes.(...) Em 1971 construíram-se várias habitações de banho e balneários; em 1972 construíram-se dois arruamentos no interior do bairro, e redes de esgotos, eliminando muitos dos esgotos e as águas superficiais.” (PRODAC, 1972c)

(21,5%) não sabiam ler nem escrever e 2448 pessoas (37,2%) tinham, apenas, a quarta classe, 189, o ciclo preparatório e 39 pessoas, o ciclo liceal ou equivalente (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 13).

Conforme se pode constatar nestas descrições, as condições de vida no *Bairro Chinês* eram, objetivamente, degradantes e, à falta de qualidade das próprias barracas, na sua maior parte construídas com painéis de madeira de contentores, somava-se a quase total ausência de infraestruturas de eletricidade, de abastecimento de água, de saneamento básico e de arranjos exteriores.¹⁶

A população no *Bairro Chinês* estava maioritariamente empregue no polo industrial da zona oriental de Lisboa, nas proximidades da Quinta. A Fábrica Nacional de Sabões, a Petroquímica, a Portugal e Colónias, a Fábrica da Borracha, a Fábrica dos Fósforos, a Abel Pereira da Fonseca e muitas outras indústrias e armazéns implantados na zona de Marvila eram o local de trabalho de 45,4% da população do *Bairro Chinês*. Dos restantes, 23,6% trabalhavam no Beato, 8,4% nos Olivais, 3,1% em Santos o Velho, 2,3% em S. Jorge de Arroios, 1,5% em São João, 1,5% na Penha de França, 1,1% em Alcântara e 13,1% noutras freguesias (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 14).

3.4.4 O COLÓQUIO DA CARITAS SOBRE HABITAÇÃO (MARÇO 1970)

Em Março de 1970, a Caritas realiza um Colóquio, em que divulga publicamente a temática da habitação, *A Consciência Cristã e o Direito à Habitação*, realizado no Colégio do Sagrado Coração de Maria, na Paróquia de Arroios, em Lisboa. Foram discutidos diversos temas relativos ao problema da habitação, com intervenções de, entre outros, Dr.^a Manuela Silva, arquiteto Nuno Portas e do reverendo João Evangelista Jorge, tendo sido moderador, o engenheiro Bruto da Costa. As citações foram publicadas nos jornais diários, reproduzindo as várias intervenções (*Problemas de Habitação discutidos em Colóquio, 1970; A consciência cristã e o direito à Habitação, 1970*).

FIG 16

Colóquio da CARITAS,
O Direito à Habitação,
Notícia no Diário de Lisboa,
12-03-1970.

«PROBLEMAS DE HABITAÇÃO» DISCUTIDOS NUM COLÓQUIO

Foi perante um vasto e interessado audiência, que por completo enchia o amplo anfiteatro, que prosseguiram as exposições nesta segunda sessão de trabalhos, confiadas à dr. Manuela Silva, ao arquiteto Nuno Portas e ao padre João Evangelista, atuando como moderador o eng. Bruto da Costa. Na mesa encontrava-se também, tal como há uma semana o dr. Manuel Cabecadas.

É logo as primeiras palavras a dr. Manuela Silva, primeira interveniente da reunião provocou manifestações de interesse quando definiu, de forma clara e positiva, não se limitar o colóquio a uma afirmação do direito à habitação ou a uma mera declaração de princípio ou de intervenção. É acrescentou:

— De facto, o direito à habitação entrou na consciência das pessoas. A industrialização e o fenómeno de urbanismo que dela decorre vão remeter para os poderes públicos a responsabilidade de assegurar aos cidadãos o acesso à habitação, mais amplamente, ao espaço urbano com o que ele comporta de equipamento em estruturas e serviços necessários à vida na cidade. Desta sorte, o direito à habitação passou a incluir-se entre os direitos sociais.

Analisando, a seguir, as posições tomadas no País em matéria de política habitacional, deixando antever um «defeito» de habitação calculado em cerca de meio milhão de casas e focando ainda, em reforço do seu pensamento, as dificuldades de acesso a elas construídas nas grandes cidades cujos níveis de renda se situam fora da capacidade de solventes dos indivíduos que a elas aspiram a dr. Manuela Silva afirmou também:

— Sabendo-se que a propriedade privada dos terrenos com aptidão urbana e

risco de comportamento a seguir, acenando que pressenciamos em cada das casas, que se constroem apenas uma é feita com os dinheiros públicos não se vislumbrando quaisquer sinais de modificação nessa orientação.

Considero ainda a solução do problema da especulação, com os terrenos, como a primeira e mais importante exigência a fazer ao Estado acrescentando:

— Cabe ao poder político supervisionar essa especulação. É mais adiante:

— Não basta fazer casas. É preciso também fazer escolas e outros equipamentos sociais.

Segundo, ainda, uma linha de soluções possíveis o arquiteto Nuno Portas afirmou também em certo passo da sua eloquente dissertação:

Trago depois, esquematicamente, a pirâmide de classes da sociedade portuguesa em função das condições, quanto às percentagens estabelecidas no casamento familiar para a renda da casa. Base que denuncia tendência de crescente aumento «com a gente que vem do campo para a cidade e que entra por baixo».

• **Atenuando**
Indicando depois os meios que poderiam seguir-se

assunto com princípio de autoconstrução, o arquiteto Nuno Portas considerou por fim algumas soluções técnicas para conduzir a acção do Estado e que o resto devia ter de ser total.

Enfrentado e depois de afirmar que «há muito dinheiro gasto em casas para gente solteira», o orador considerou indispensável para a consecução das soluções propostas a garantia por parte do Estado, de melhor trabalho e alimentação, melhores serviços sociais, escolas, menor distância do trabalho e da escola, condições de higiene, terreno e apoio técnico à casa.

— Só com estas garantias se pode e só se pensar na autoconstrução como solução a acerrar — disse.

• **Vale Escuro — um exemplo**
E tomando como exemplo concreto o que precisamente se passa no Vale Escuro:

— Se vão ser desalojados do lugar em relação a escolas e trabalho.

Referindo-se ainda à autoconstrução, o Arq. Nuno Portas concluiu:

— É um processo que não vem de cima, mas arranca de baixo.

• **Mentalização**
O padre João Evangelista analisou a problemática proposta sob o ponto de vista cristão, salientando a necessidade destes colóquios para uma acção comunitarizadora: — São estas mentalizações as coisas que vão garantir — colocando a nível a seguir, em análise de uma actividade cristã de solidariedade entre os homens.

Para os quais não há limite de renda, quando essas



... e se assistência ao colóquio sobre «Problemas de Habitação»

João Evangelista Jorge, um dos principais responsáveis da MONAC e, também, membro da UCIDT, referiu-se à obra realizada pelo Padre Américo e ao *Património dos Pobres*, como exemplo da utilização da Autoconstrução em Portugal e de um investimento paralelo na formação humana, cívica e religiosa. Foi também exposta por este orador, a experiência de Autoconstrução da MONAC em Coimbra. Foi, igualmente, referida a este respeito a obra do Padre Fonseca, em Aguiar da Beira, em Trás-os-Montes. Esta referência, associava as possibilidades construtivas da AC com uma necessária “mentalização das populações a respeito do problema habitacional”. Para ele, “os fundamentos da acção cristã em tal domínio deviam assentar nos valores reconhecidos à família, à educação e à justiça social” (*Problemas de Habitação discutidos em Colóquio*, 1970).

No colóquio promovido pela Caritas, o arquiteto Nuno Portas referiu-se à AC e à experiência das favelas e de outros bairros se-

melhantes, em países da América do Sul, nomeadamente, no Perú e no Brasil. Nuno Portas terá procurado caracterizar os bairros de barracas existentes em Portugal, estabelecendo paralelos com outras realidades geográficas e afirmou que:

“estes bairros não têm em Portugal as características de invasões com que aparecem na América Latina. Trata-se sim de pequenas urbanizações especulativas, de barracas construídas em terrenos pelos quais se paga uma renda” (A consciência Cristã e o direito à Habitação, 1970).

FIG 17

Colóquio da CARITAS,
O Direito à Habitação.
Oradores: Dra. Manuela
Silva, Arq. Nuno Portas,
Reverendo João Evangelista
Jorge e Eng. Bruto da Costa,
Notícia no Diário de Lisboa,
12-03-1970

Uma questão pertinente, é a de saber qual o motivo por que estes debates se centraram nos bairros de barracas, quando, para muitos dos intervenientes, esse era um, entre muitos dos problemas que se colocavam no setor habitacional, em Portugal.



17. “A verdade é que de certo modo a habitação e sobretudo as ‘barracas’ foram sempre a bandeira reivindicativa ao longo de todo o pós 25 de Abril; já era de resto antes do 25 de Abril uma das maneiras privilegiadas e das poucas admitidas ou toleradas de dizer mal do governo. Era sempre a história dos bairros de lata que vinha nos jornais, e que umas vezes a censura cortava, outras se tratava através de eufemismos, como saída normal dos jornalistas para criar problemas e criar um desconforto na opinião pública em relação aos problemas sociais” (PORTAS, 1986, p. 1).

Para Raul da Silva Pereira (que não entrevistou no Colóquio e que defendia as vantagens do setor cooperativo) e para muitos críticos das políticas habitacionais em curso, como Nuno Portas, o problema das barracas era o modo mais dramático de mostrar maior visibilidade sobre o setor habitacional, não sendo o único problema, nem porventura, o mais grave.¹⁷

Nuno Portas, com uma intervenção perspectivada de modo bastante diferente dos restantes intervenientes, defendeu a importância do papel do Estado na resolução do problema habitacional para os mais carenciados. Em relação ao papel que o Estado deveria ter nas políticas de realojamento dos moradores destes bairros, afirmou que:

“uma habitação de 70m² para uma família de seis pessoas com uma amortização de capital em 50 anos (praticam-se prazos de 20 a 25 anos) e sem ter lucros, não pode ter uma renda inferior a 500/ 660 escudos, e os insolventes não têm esse dinheiro para dar.”
(*A consciência Cristã e o direito à Habitação*, 1970)

Para Nuno Portas, ao Estado competiria “garantir a localização, fornecer os esgotos, eletricidade, água. Numa segunda fase, a escola, os serviços de saúde e sociais, e só no fim disso se fará a habitação, para a qual o Estado poderá apenas ajudar. Nesta fase, basta à coletividade dar uma ajuda, fornecendo projetos, um ou outro material pré-fabricado de boa qualidade, capatazes ou mestres de obras para auxiliar a mão-de-obra não especializada” (*A consciência Cristã e o direito à Habitação*, 1970).

No debate que se seguiu às apresentações, Nuno Portas “teve a oportunidade de chamar a atenção para o perigo de considerar a Autoconstrução como uma espécie de panaceia que tudo resolve, acentuando o papel decisivo que a coletividade, ou seja, que o Estado deve desempenhar” e “só com estas garantias se pode então pensar na Autoconstrução como solução a acertar” e que “é um processo que não vem de cima, mas arranca de baixo” (*Problemas de Habitação discutidos em Colóquio*, 1970).

Como temos referido, para Portas, o papel central destas novas políticas habitacionais deveria caber ao Estado e a solução para estas situações de carência seria resolvida com a implementação de lotes urbanos infraestruturados. Os futuros moradores ocupantes dos lotes poderiam, depois, realizar a Autoconstrução da habitação sem grandes entraves administrativos (*Problemas de Habitação discutidos em Colóquio*, 1970).

O conceito de Autoconstrução acima referido está associado a um sentido da AC menos coletivo, partindo da iniciativa individual ou familiar, e que é muito diverso daquele que pressupõe entreaajuda e apoio mútuo da comunidade à construção. Com esta conceção de AC e, embora defendendo que ela “deve arrancar de baixo”, objetivamente, Nuno Portas não é apologista de uma participação efetiva da comunidade de moradores, num processo coletivo de autoconstrução (*Problemas de Habitação discutidos em Colóquio*, 1970).

Face à realidade do país, e ao propor a infraestruturização dos lotes, Nuno Portas, em nossa opinião, está na proximidade do já referido conceito de *Sites & Services*. Ou seja, Nuno Portas defende uma urbanização planeada e definidora de um princípio de ocupação de lotes em que, pela informalidade da situação, se considera permitida a construção individual, obedecendo a um projeto (*Problemas de Habitação discutidos em Colóquio*, 1970; *A consciência Cristã e o direito à Habitação*, 1970).

Após o referido Colóquio do Ministério das Obras Públicas, realizado no LNEC, em outubro de 1969 e do Colóquio promovido pela Caritas, em março de 1970, sobre o tema da habitação, ficaram bastante evidentes duas posições muito divergentes, face às potencialidades da AC no setor da habitação. Em todos os setores e intervenientes no debate, existia, uma particular preocupação com o problema habitacional das populações mais carenciadas, nomeadamente, os bairros de barracas, como referimos. Este tema de intervenção social na habitação, suscitou, como vimos, abordagens de AC com perspetivas muito distintas. Por um lado, as associações próximas da Igreja Católica tinham uma grande experiência de intervenção social acumulada do

passado e, por outro lado, numa outra via, com menor vocação assistencial, as posições politicamente mais à esquerda e de contestação ao regime propunham uma intervenção do Estado que não recorresse à *beneficência*, sem sentido pejorativo.

Nuno Portas, que manifestava uma posição crítica das políticas habitacionais da época, e em defesa de um Estado social mais interveniente, mas acreditando nas organizações autónomas das populações, pretendeu, talvez algo contraditoriamente, apoiar a livre iniciativa das populações sem interferências externas. Inspirou-se nas posições de John Turner sobre a AC *espontânea* de bairros de barracas, no Perú e nos contextos na América do Sul. Neste debate e noutras intervenções públicas, estes pontos de vista sobre a AC, diferentes, por vezes antagónicos, refletiam o debate sobre a matéria existente nos contextos internacionais (referidos no Capítulo 1). No final da década de 1960, este antagonismo era muito evidente, mas nestes colóquios realizados em Lisboa, o confronto entre as duas posições acontecia de uma forma muito coloquial, sendo as carências habitacionais a principal preocupação comum a todos os intervenientes.

Raúl da Silva Pereira, com uma posição próxima da esquerda e da social-democracia, e simpatizante das políticas habitacionais de alguns países nórdicos europeus, revelou alguma descrença em relação à AC, enquanto solução genérica. Embora discordando, apoia ainda assim, significativamente, a ideia da AC, manifestando simpatia pelas ideias da autonomia cooperativa (PEREIRA, 1969).

As posições políticas de proximidade à esquerda e que eram críticas do regime, tendiam a duvidar da eficácia da Autoconstrução sem ser por iniciativa do Estado, ou por associativismo dos cidadãos. Na área social da Igreja, associações como a Caritas, a UCIDT e a PRODAC acreditavam nas potencialidades da AC e pretendiam implementar a sua prática no setor habitacional e por outra via, mas acreditando no associativismo dirigido.

Com a PRODAC, a iniciativa deveria ser enquadrada numa associação criada para esse fim, ou seja, um tipo de *Organização Não-Governamental*, privada e com objetivos humanitários de apoio à habitação. Pensamos que este carácter assistencial é o ponto funda-

mental da PRODAC e a principal divergência neste quadro traçado das diferentes perspectivas no apoio à pobreza (*A consciência Cristã e o direito à Habitação*, 1970).

De notar, que este aspeto assistencial, fortemente enraizada na tradição católica e que, no período anterior à Associação, não tinha sido dirigido às questões habitacionais, é a grande novidade da PRODAC. Por outro lado, existe também a semelhança de estatuto com as ONG, dirigidas à construção de habitação, como virá a ser corrente na década de 1970, em diversas regiões do globo, contando, estas, com o apoio do FMI e do BM. Este último, investiu 10 milhões de dólares em 1972, e foi sempre em crescendo até 1988, assim como outros investidores ou doadores institucionais ou privados, que apoiavam as ONG'S (DAVIS, 2006, p. 70).

3.4.5 O PROGRAMA DE PROMOÇÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DA PRODAC

Os terrenos da quinta Marquês de Abrantes e das quintas circundantes, onde se encontrava implantado o *Bairro Chinês*, eram privados. A PRODAC teve de obter a autorização dos seus proprietários para entrar na propriedade, sob pena de não poder iniciar as tarefas previstas no programa social.

Para intervir com um novo bairro a ser construído no mesmo local, a Associação elaborou um *Programa de Promoção Social*, que foi desenvolvido a partir do trabalho inicial de aproximação aos moradores e realizado em finais de 1969 (PRODAC, 1970a). O programa foi feito de modo a cumprir uma sequência de etapas e seguindo muitas das recomendações referidas no Colóquio sobre Habitação, de 1969:

“Podemos considerar os agregados familiares que habitam na Quinta Marquês de Abrantes, de economicamente insolventes. A fim de conseguir evitar este estado de insolvência, torna-se necessária uma ação a prazo que vise a promoção sócio económica desta população e, com ela, a capacidade de suportar os encargos condicionados da habitação de carácter social”. (PRODAC, 1970a, p. 1)

FIG 18

Visita do Presidente da CML e de dirigentes da PRODAC, ao Bairro Chinês. Conversa com os moradores, 1970.



Numa primeira fase, foram realizados os levantamentos relativos à *caraterização geográfica e usos* (localização das barracas e das vias de acesso às mesmas; sensibilização da população à presença dos técnicos, visando a futura atuação) e um *estudo sobre a comunidade*, que incidia em aspetos de cultura, demografia e situação profissional dos habitantes. Delimitada a área de estudo no bairro, a pesquisa incidia nestes aspetos sociais, culturais, demográficos e profissionais – técnicas de trabalho com entrevistas dirigidas, questionários feitos a toda a população, contatos informais, observação direta e indireta (PRODAC, 1970a, pp. 1- 4).

Para além dos estudos sociais sobre a população residente, o Programa da Associação previa a educação de adultos e crianças, incluindo a instrução primária e a alfabetização, com o objetivo de promover social, cultural e economicamente a sua população. Também se pretendeu criar uma consciencialização dos moradores sobre a resolução das suas necessidades e problemas.

A primeira fase do programa era dirigida a ambos os sexos e, entre as diversas formações previstas, incluía-se a catequese e a divulgação de noções de higiene pessoal, do uso da habitação e do cuidado com o ambiente; também se ensinavam ementas de acordo com os princípios dietéticos, noções de economia doméstica e decoração do lar (PRODAC, 1970a, pp. 1- 4).



19a

Ainda constava (na 1ª fase) deste programa, a *Divulgação do Plano junto dos Moradores do Bairro*, em que eram explicados os objetivos gerais das ações em curso e o modo como a PRODAC e a Câmara Municipal de Lisboa e as outras entidades iriam colaborar. A Associação iria, igualmente, informar os moradores sobre o modo como se processaria a transferência das barracas para as habitações e o que se pretendia obter com a Autoconstrução, procurando incentivar a motivação dos moradores e a sua adesão plena ao projeto (PRODAC, 1970a, pp. 1- 4).

19b



FIG 19
Assistência Social
ao Bairro Chinês.

19a
Contato com os moradores.

19b
Reconhecimento do bairro.

Numa segunda fase, eram dadas informações sobre a *habitação-tipo* e o bom uso das habitações, e eram organizadas atividades formativas inerentes aos grupos Autoconstrutores, assim como, a escolha dos seus representantes. Eram também prestados esclarecimentos sobre os direitos e deveres dos moradores inscritos como sócios da Associação (PRODAC, 1970a, pp. 1- 4).

Da terceira fase, constavam atividades formativas com os grupos Autoconstrutores, em princípio dirigido ao sexo masculino, e um Programa Educacional, destinado ao sexo feminino. Nas atividades formativas, pretendia-se desenvolver o espírito associativo e o sentido de grupo na resolução de problemas, e propôr uma divisão de tarefas que fosse organizada e produtiva (PRODAC, 1970a, pp. 1- 4).

Na quarta fase, estava prevista uma formação específica sobre a Autoconstrução, com programação do trabalho de grupo e constituição de subgrupos, de acordo com as suas capacidades e disponibilidades. Também se organizavam os períodos de trabalho e era veiculada informação sobre técnicas e tipos de materiais a utilizar em obra (PRODAC, 1970a, pp. 1- 4).

A quinta fase, tratava dos aspetos da *Mudança das Famílias para a habitação Autoconstruída* e da demolição das barracas desocupadas.

A sexta fase preparava os grupos para a *autogestão da comunidade*, com técnicas de trabalho específicas, das quais constavam o desenvolvimento das atividades já existentes, e organização de outras de *carater recreativo, associativo e formativo*, como sejam, a *Associações de Pais*, o *Conselho de Representantes de bairro*, o *Escutismo*, e os *Grupos Musicais*.

Da sétima fase, constava a *Estruturação da Nova Comunidade*, envolvendo a participação ativa dos *indivíduos, dos grupos e dos intergrupos* (PRODAC, 1970a, pp. 5- 7).

Neste relatório, está ainda previsto dividir o bairro em sete zonas, criando as *comissões de policiamento*, com o objetivo de evitar a construção de novas barracas. Também se pretendia organizar e agregar as famílias em função dos grupos de AC. Estes eram constituídos por cerca de vinte chefes dos agregados familiares. Estes chefes-representantes eram, em princípio, homens e deveriam agru-

par-se de acordo com as suas preferências (PRODAC, 1970a, p. 10).

O Plano estava a ser implementado pela PRODAC, desenvolvendo um conjunto de intervenções com apoio de funcionários auxiliares sociais, numa ação conjunta com moradores e representantes das famílias, promovendo a participação da comunidade (COELHO, 2013, p. 6).

No sentido de obter uma maior adesão dos moradores ao projeto, a PRODAC criou, no início da sua intervenção, um primeiro *Centro de Apoio provisório* (100 m²), destinado a atividades e sessões dedica-



20a



20b

das à população. Neste *Centro* (mais tarde, foram construídos mais dois, também com cerca de 100m² cada), realizaram-se reuniões com os representantes das famílias e prestou-se apoio diário às crianças sem acompanhamento familiar. Cada *Centro* era constituído por uma grande sala e uma instalação sanitária e, como resultado das diferentes atividades que diariamente se realizavam, fazia-se uma aproximação dos moradores ao projecto orientado pela PRODAC.

Foi nestes Centros de Apoio e de ação social – apoio às atividades culturais e de aprendizagem – que se desenvolveu, na população, um maior espírito de confiança no trabalho realizado pela Associação. Paralelamente e graças a esta convivência dos técnicos com os moradores, foi possível realizar o levantamento do bairro e da população residente. Entre Março e Setembro de 1970, a PRODAC realizou diversos estudos, nomeadamente, o levantamento topográfico do bairro, o reconhecimento da situação cadastral das barracas e vias de acesso, um estudo sobre a comunidade e o recenseamento geral da população.

O inquérito sobre a população do *Bairro Chinês*, identificou 8123 pessoas e 2059 famílias, na sua maioria, imigradas das re-

FIG 20

Três Centros construídos pela PRODAC no *Bairro Chinês*.

20ab

Polivalência dos Centros.

20c

Centro nº 2 da PRODAC.

20d

Centro nº 3 da PRODAC.



20c



20d

giões do centro e norte, 48% a habitar no bairro há menos de seis anos, sendo 4147 homens, 3939 mulheres, uma população jovem de 40% com menos de 19 anos. Profissionalmente, a maior parte da população era ativa, ou seja 58% dos moradores dos 20 aos 69 anos. O nível de escolaridade era baixo, 21% dos moradores não sabiam ler nem escrever, e apenas 37% da população tinha a 4ª classe. Mais de 45% estava empregada em Marvila e, no Beato, mais de 23%.

18. “em cada casa era colocada uma pequena placa com o número de identificação. Para saber quantas crianças viviam em cada casa, passou a fazer-se um questionário/inquérito em que se aproveitava para perguntar também o nome, idade, emprego, naturalidade, escolaridade, qualificação profissional de toda a família, e quanto pagavam ao senhorio pela ocupação das barracas.” (COELHO, 2013 p. 7)

Na maior parte dos casos, as mulheres estavam empregadas, o que criava problemas em relação à situação dos filhos, não existindo equipamento social, nem zonas próprias onde estas pudessem ficar durante o dia (PRODAC, 1972a).

Para além do estudo topográfico e do levantamento do bairro, com a localização de todas as barracas, os técnicos fizeram uma listagem com a identificação e o registo das famílias, com indicação do número de pessoas que constituem o agregado familiar, os nomes, a atividade profissional e outros dados.¹⁸ Foi estabelecida a proibição de erguer novas construções no bairro, estando prevista a colaboração da Polícia Municipal. Em articulação com a população, foram organizadas brigadas de demolição que intervinham sempre que alguma família abandonava uma barraca, o que acontecia quando emigrava, regressava à terra de origem, ou por outro motivo de abandono do bairro e da barraca (PRODAC, 1972c).

Ao longo deste processo, foram identificados muitos dos responsáveis envolvidos nos sistemas de arrendamento, um círculo vicioso especulativo, estudado pela PRODAC e pela CML e que, depois, seria desmontado, como se verá. Na defesa do interesse dos moradores, foi recolhida informação que, mais tarde, foi utilizada na resolução de diferentes situações conflituosas, que chegaram a originar processos em tribunal. Esta questão implicou a intervenção política do próprio presidente da Câmara Santos e Castro, que era, igualmente, deputado na Assembleia da República (COELHO, 2013, p. 7).

A PRODAC foi tendo a noção de que, para terminar com os arrendamentos especulativos existentes, a única solução possível seria proceder à compra dos terrenos na posse de proprietários privados. Um aspeto igualmente importante referido em vários documentos, prende-se com a necessidade de estabelecer um acordo com a CML para prosseguir com a realização do Plano:

“na fase atual de carências e como ação imediata, o sector público terá que, sobretudo, fornecer locais equipados para a instalação de alojamentos e fomentar com a assistência económica e técnica as capacidades de cooperação iniciativa e trabalho das populações” (PRODAC, 1970a, p. 1).

3.4.6 A CML COMPRA OS TERRENOS PARA O REALOJAMENTO

O negócio especulativo do aluguer das barracas fazia-se, normalmente, a partir do subarrendamento dos terrenos rurais desocupados, ou privados, ou do município. Os *senhorios* das barracas eram, na sua maior parte, arrendatários de terrenos agrícolas que subalugavam, *ilegalmente*, as construções. As inúmeras famílias nesta situação, não tendo outra alternativa além deste alojamento, receavam denunciar a situação às autoridades, por medo de ficarem desalojadas. Eram notícias frequentes, nos jornais da época, os negócios altamente especulativos que se faziam neste tipo de aluguer ou, ainda, na venda das próprias barracas, sendo noticiados casos que se referiam à situação de *informalidade* e aos lucros consideráveis que resultavam deste negócio (*Mil e duzentas casas novas para a população das barracas*, 1970).

A resolução do problema dos bairros de barracas no início dos anos 1970, como foi referido, era um tema prioritário para a política desenvolvida pela CML, nesta área de intervenção. O Presidente, engenheiro Santos e Castro e a sua equipa técnica empenharam-se em solucionar o problema existente, pretendendo terminar com a especulação e com a ilegalidade de inúmeras situações. Para atingir este objetivo, a CML expropriava ou adquiria os terrenos onde se encontravam implantados estes bairros, retirando aos proprietários e arrendatários a manutenção do negócio vigente (COELHO, 2013, p. 6).

A CML tratou da compra dos terrenos situados em Marvila, onde se encontrava o *Bairro Chinês*, um extenso bairro de barracas, implantado entre duas quintas contíguas a que nos referimos (3.3.3). A PRODAC e a CML pretendiam intervir com o realojamento em local muito próximo do bairro existente, para não prejudicar a vida diária dos moradores. Com esta iniciativa, foi possível não só desbloquear o intrincado processo de ilegalidades dos arrendamentos, como ainda, construir na mesma zona onde já vivia a população. Com um realojamento realizado em terrenos da CML, a compra servia, em simultâneo, à resolução das duas

situações, em benefício dos moradores. A intervenção que era dirigida à construção e ao plano social em curso integrava, ainda, as ações de AC com a participação dos moradores nas atividades anteriormente iniciadas:

“É realmente esta tarefa que a PRODAC procura realizar neste Plano de Realojamento no Vale Fundão, promovendo a construção de habitações condignas, trabalhando com os associados de modo a interessá-los, desde o princípio como sócios, colaborando desde a elaboração do programa, até à ajuda na construção de habitações e no apetrechamento e arranjo das zonas comuns.” (PRODAC 1972c, p. 6)

A escritura da compra dos terrenos adquiridos pela Câmara Municipal de Lisboa realizou-se a 29 de Setembro de 1970 e incluía



FIG 21
Ato solene da assinatura da compra dos terrenos da Quinta Marquês de Abrantes e envolvente, necessários às obras do realojamento. O presidente Santos e Castro, ao centro e os proprietários, CML 29 de Setembro de 1970.

as Quintas Marquês de Abrantes e a Quinta das Claras, num total de 89 hectares, pertencentes a vários proprietários. Com a compra dos terrenos, a CML passava a ser a única entidade com os meios legais para poder decidir sobre o futuro deste bairro e da sua população. E, a partir desse momento, decretou que terminavam os alugueres de barracas, sem a sua autorização. No entanto, a aplicação da medida não foi imediata, devido à enorme resistência dos especuladores e intermediários, implantados no negócio (COELHO, 2013, pp. 6-7).

Na cerimónia da escritura, o engenheiro Santos e Castro afirmou que a Câmara assumia a sua responsabilidade ao cooperar no processo de realojamento dos moradores, um plano em parceria com a PRODAC.¹⁹ No discurso, referiu-se ao programa, entretanto iniciado pela Associação que tentava realizar ali uma obra de realojamento por AC, programa aliciante que esta Câmara decidiu patrocinar e ajudar. Esta afirmação vem, aliás, na sequência de várias declarações públicas relativas à ação da Câmara no que diz respeito ao problema das barracas na cidade, tendo Santos e Castro referido, diversas vezes, a sua intenção de as erradicar (*Começam já em Outubro os trabalhos de Autoconstrução na Quinta Marquês de Abrantes*, 1970).

As declarações de Santos e Castro são muito elucidativas sobre os planos da C. M. Lisboa e sobre o processo que iria decorrer na intervenção do bairro:

“A Câmara adquiriu a propriedade e assume assim, a responsabilidade de todos os ocupantes no propósito firme de resolver-lhe o problema através de uma ação adequada ao seu caso particular. Felizmente, temo-la à vista, pois há tempos a PRODAC tentava realizar ali uma obra de realojamento por Autoconstrução.” (*Mil e duzentas casas novas para a população das barracas*, 1970, p. 10)

À cerimónia que, segundo os relatos, foi muito concorrida, assistiram, além dos vice-presidentes e vereadores do Município, os dirigentes da PRODAC, engenheiro Mario Pinto Coelho, Jerónimo Carneiro,

19. *“Numa cerimónia de grande significado, efetuou-se ontem nos Paços do Concelho, a assinatura de escritura de compra, pelo Município, da Quinta Marques de Abrantes, também conhecida pela Quinta da Marquesa de Abrantes, ou pela Quinta de Marvila, propriedade rústica e urbana, situada na Rua José do Patrocínio, tornejando para a azinhaga dos Alfaiates e, ainda do prédio nº 32 2 34 da Rua de Marvila, respetivamente pelas quantias de 8320 e 2880 contos, ou seja pelo montante de 11200 contos, 89023 metros quadrados”* (*Mil e duzentas casas novas para a população das barracas*, 1970).

Dr. Raul Pinheiro Henriques, Herman Leça da Veiga, arquiteto José Reis Álvaro e assistente social Manuel Matos Dias (*Mil e duzentas casas novas para a população das barracas*, 1970, p. 10).

A alteração da situação legal relativa aos dos arrendamentos após a compra dos terrenos em Marvila, em Setembro de 1970, era um instrumento fundamental para a CML e a PRODAC poderem prosseguir com o Plano de Intervenção no *Bairro Chinês*.

Com esta alteração, as famílias deixaram de pagar as rendas aos anteriores proprietários, ficando a pagar apenas uma taxa de ocupação à Câmara. Para os habitantes do *Bairro Chinês*, esta alteração (da propriedade) significava o fim da dependência em relação aos anteriores *proprietários* e, a partir desse momento, a Associação propunha-lhes uma solução que ia ao seu encontro, com um plano de realojamento.

A PRODAC pretendia construir o novo bairro na zona da Quinta Marquês de Abrantes, a fim de evitar a deslocalização desta população e manter a vida de bairro e os transportes utilizados. Os moradores interessados em cooperar com a PRODAC tinham que conhecer bem o Plano que lhes era proposto e, depois disso, deveriam associar-se.

Durante o trabalho social, entretanto realizado no *Bairro Chinês*, a PRODAC tinha obtido informações detalhadas sobre os encargos das famílias, nomeadamente, sobre o aluguer das barracas existentes ²⁰ (COELHO, 2013, p. 7).

A PRODAC realizara, ainda, um questionário sobre a capacidade económica da maioria dos residentes, procurando, também, apurar os casos de moradores próximos da insolvência.²¹ Fizera inquéritos sobre a capacidade económica dos agregados familiares. E, em relação ao primeiro grupo que se mostrou interessado no projecto do realojamento, a percentagem de rendimentos entre os 200 e os 600 escudos era de 30%, entre os 600 e os 1000 escudos, era de 50% e superior a 1000 escudos, era de 20% (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 15).

20. Esta taxa era de 10 escudos/mês, como estava fixado para toda a cidade: “De referir que as rendas que eram pagas aos senhorios atingiam em alguns casos os 500 e 600 escudos ou mais, sendo o valor médio de 300 escudos” (COELHO, 2013 p. 8)

21. Segundo Nuno Portas, “a população insolvente recebia abaixo dos 3.000\$00 mensais.” (*A Consciência Cristã e o Direito à Habitação*, 1970)

3.4.7 OS MORADORES TORNAM-SE SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO

Logo após a compra dos terrenos pela CML, a PRODAC enviou cartas a todos os *chefes* dos agregados familiares, propondo que assistissem a sessões de esclarecimento. Os moradores iriam ser informados acerca do Plano de intervenção, em sessões que se realizaram nos três Centros de Apoio, já construídos (COELHO, 2013, pp. 7-8).

Tendo-se *libertado* dos antigos proprietários, a PRODAC pretendia que as famílias aderissem ao Plano de realojamento que estabelecera. Este foi apresentado aos representantes das famílias, os que participaram nas diversas ações realizadas nos Centros. Resumidamente, a PRODAC informava os moradores do seguinte:

a) na sequência da compra dos terrenos da CML, os moradores deixavam de pagar as rendas aos anteriores proprietários; b) o Plano, que lhes era proposto, consistia na construção de casas pré-fabricadas; c) consoante a dimensão da família, iriam residir nas habitações durante 12 anos, até a CML construir edifícios de realojamento definitivo; d) quem se inscrevesse como sócio da PRODAC estava isento de pagar uma taxa de ocupação à CML, ficando a pagar apenas a quota de sócio da Associação; e) para se integrarem no processo decorrente do Plano, as famílias (homens e mulheres) iriam frequentar ações de formação, com o objetivo de construir e utilizar em condições as novas habitações; f) era proposto o trabalho em grupos, identificando cada família pelo nome e morada, sendo elaboradas listas, com um máximo de 25 famílias (COELHO, 2013, p. 8).

Na semana seguinte à compra dos terrenos, os técnicos sociais da Associação tinham já realizado várias destas sessões de esclarecimento sobre o Plano. Para formalizar a inscrição, o representante de cada família assinava um contrato individual, onde se discriminavam os seus direitos e obrigações, com destaque para a propriedade e a garantia de realojamento pela Câmara, ao fim de doze anos.

22. “Depois de todo um trabalho de base realizado pelo sector de promoção social da PRODAC, a ideia da realização do empreendimento teve a melhor das aceitações junto da população em causa. De tal modo foi o êxito que das 1000 famílias residentes em terreno já adquirido pela CML, e a quem foi divulgado o programa, cerca de 900 começaram desde Outubro de 1970 a entregar 300\$00 mensais cada, para fazer face às despesas com a construção da sua futura habitação.” (PRODAC, 1972a)

As inscrições iniciaram-se em Outubro de 1970, tendo aderido ao Plano cerca de novecentas famílias.²² (PRODAC, 1970b). Observando os dados sobre o valor das rendas pagas aos anteriores arrendatários e outras informações acerca da situação social e económica das famílias no bairro, foi decidido propor aos moradores uma quotização de 300 escudos, um valor que, em média, corresponderia às rendas anteriormente pagas, mas que podia ser sempre revisto, no caso de rendimentos mais baixos. (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 22)

Após a adesão dos moradores ao Plano, conseguida pela Associação, que significava a inscrição destes como sócios, esta procurava obter, depois, “a participação consciente e ativa dos *autoconstrutores* e da sua família/ possibilitar a concretização de



FIG 22

Segundo o plano da PRODAC, quando uma família era realojada ou emigrava, a barraca devia ser demolida.

um objetivo e duma experiência comum/ reduzir os custos das casas e aumentar a rapidez da construção/ aumentar o interesse e a estima pela casa.” Eram estes os objetivos principais que se pretendia atingir com o processo em curso, mobilizando, o mais possível, os sócios para a participação nas atividades a decorrer e, também, para apoio à construção do futuro bairro (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 29).

3.5 Arquitetura e Autoconstrução

3.5.1 MEMÓRIA DESCRITIVA DE ARQUITETURA

O programa completo do realojamento consistia na construção de um total de 1284 habitações e estava dividido em três fases. A sua construção iria ser executada na Quinta Marquês de Abrantes e quintas circundantes, nas proximidades do *Bairro Chinês*.

Na primeira fase, o projeto das 85 habitações era destinado aos moradores do bairro de barracas com maior urgência em serem realojados, seguindo-se a construção da segunda fase, com 510 habitações, destinadas, também, aos moradores deste bairro,



FIG 23
Planta de Marvila, Plano das três fases de intervenção da PRODAC.

que iria ser implantada no Vale Fundão. Finalmente, a construção da terceira fase, com 689 habitações, estava prevista ser feita nos terrenos desocupados das barracas demolidas durante a construção das fases anteriores. No entanto, esta última fase dependia da expropriação dos respetivos terrenos por parte da CML, o que, por diversas razões, não se concretizou, impossibilitando toda a construção prevista (COELHO, 2013, p. 5).

A Memória Descritiva de 10 de Janeiro de 1971 (PRODAC 1971c) diz respeito ao desenho urbano das duas primeiras fases do Plano de Urbanização e ao desenho pormenorizado das habitações da primeira fase. A sua implantação ocupava a zona norte da área de intervenção junto à escola secundária e aos blocos de habitação, na zona sul de Chelas.

Na Memória Descritiva, os arquitetos referem três ideias fundamentais, que foram determinantes na elaboração do plano, o caráter provisório, o recurso à AC e a opção pela pré-fabricação:

“Os fogos foram por estes factos estudados para instalação de famílias prevendo a evolução ao longo e até um período de 12 anos; Por outro lado as habitações destinam-se a sócios da PRODAC, seguindo um sistema de trabalho de grupos; Outro elemento determinante da estrutura e organização dos fogos é a opção que por razões de urgência se fez de adotar um sistema de pré-fabricação de painéis e pilares” (PRODAC 1971c, p. 1).

Partindo destes três pressupostos programáticos, os arquitetos procuraram criar um projeto com uma solução urbana e tipológica que se integrasse nas ações de promoção social em curso, no *Bairro Chinês*, desde finais de 1969.

A 1ª fase foi implantada em local praticamente plano, próximo do bairro de Chelas, com um acesso por estrada e diversas vias pedonais que se cruzavam com a envolvente.

Esta parte norte do novo bairro, cercada a poente pela malha de Chelas e a pouca distância de alguns dos prédios mais altos, foi desenhada em sentido muito discreto e contrá-

FIG 24
Planta de implantação.
Zona Norte, primeira fase
da obra. Desenho de todas
as tipologias.



rio ao ambiente geral dessa malha pré existente. Em oposição à implantação em altura e ao lado urbano pesado da envolvente, surge, aqui, um desenho quase rural, formado por bandas de moradias paralelas ou ortogonais e com um único piso. A grande maioria das bandas está orientada norte-sul, com as entradas das casas a nascente, e uma minoria com orientação nascente-poente. Deliberadamente ou não – o que, em si, não é importante – esta malha densa e baixa está mais próxima de uma realidade rural, periurbana, ao prever hortas ou arranjos de quintal junto à habitação. Isto acontece numa linha de continuidade com a tipologia das casas rodeando os pátios do *Bairro Chinês*, ou com as casas rurais, muito ligada à agricultura da cidade de origem, em muitos casos fazendo parte da memória dos seus habitantes.

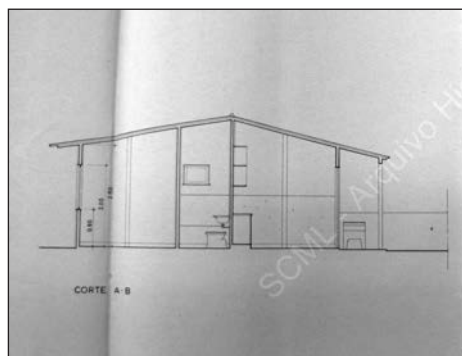
O desenho urbano das várias bandas em posição paralela ou ortogonal configurava proximidade entre vizinhos, com circulação espacial própria, não impedindo a privacidade de cada morador, promovendo a vida coletiva e a autonomia funcional de cada habitação.

A possibilidade das habitações serem evolutivas foi colocada pelos projetistas, podendo fazer-se um acrescento de área, sempre que fosse necessário a família ampliar o espaço. Sendo uma hipótese tecnicamente possível, em princípio, apenas em habitações de um piso, esta solução, que foi muito discutida pela Associação, acabou por não ser adotada, provavelmente, por se tratar de um programa provisório.

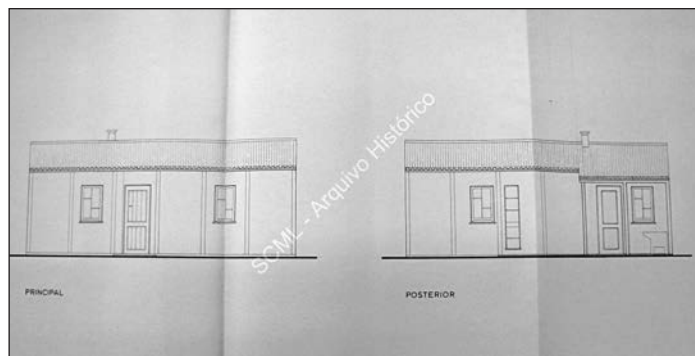
Estas primeiras 85 habitações eram moradias em banda e tinham um único piso. O conjunto urbano estava dividido em quatro

FIG 25
Habitação na zona Norte.
Corte e Alçado.

25a



25b



zonas bem identificadas, mas sem separação física. Estas bandas integravam diversas tipologias habitacionais, desde o agrupamento dos T0 (9 quartos associados 3 a 3), aos diversos tipos, T1, T2, T3 e T4, alguns deles com variantes (PRODAC, 1971a).

Os projetistas seguiram um programa com a listagem das tipologias (T1, T2, T3 e T4), em função do número de elementos e da previsão de crescimento dos agregados familiares, para um período de doze anos (PRODAC 1971c, p. 2).

Um aspeto importante deste programa habitacional prende-se com a contenção de custos de construção e este fator implicava que, no desenho de cada habitação, se estabelecessem vários critérios, desde a atribuição de áreas, à escolha dos elementos de construção e dos acabamentos. A atribuição das áreas mínimas era uma das opções, mas não se verificou uma redução de áreas substancial, conforme os motivos que se seguem, evocados pelos seus autores:

“procurou-se dar uma importância maior às áreas a atribuir às diversas funções à custa de uma redução dos acabamentos dado o fraco poder de compra das populações” (PRODAC 1971c, p. 2).

Assim se procurou poupar nas áreas de circulação interior, ou seja, nos vestíbulos e corredores onde se verificou uma redução comparativamente às áreas mínimas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU). Nos restantes compartimentos, a opção de áreas atribuídas está próxima, mas nunca abaixo, dos mínimos definidos por este regulamento. Esta escolha proporcionava áreas generosas aos diferentes compartimentos e uma conceção distributiva e funcional das tipologias que procurava evitar o desperdício de áreas, em zonas não essenciais. O pé-direito interior variava, em todas as habitações, entre 2,50m, no ponto mais baixo e 3,00m, no ponto da cumeeira, sendo que o teto acompanhava a inclinação da cobertura.

Com estas opções habitacionais no realojamento provisório, se procurou criar as condições para melhorar a vida dos novos sócios da Associação. Aceder a uma habitação com diversas divisões no seu interior, com funções separadas e maior possibilidade de

privacidade, constituía uma evidente melhoria das suas condições de vida. Sobretudo, por se tratar de um realojamento provisório, é importante avaliarmos os critérios seguidos na atribuição do espaço e procura de conforto nas opções seguidas pelos projetistas. Importa saber se a atribuição de áreas, neste projeto, está muito abaixo dos mínimos convencionados para habitações sociais ou similares.

A compartimentação interior, a separação funcional e a atribuição das áreas são aspetos interligados, assim como a relação entre as áreas mínimas e o conforto dos moradores. Numa abordagem ao problema no estudo, *Funções e Exigências de Áreas da Habitação* (LNEC), Nuno Portas refere a relação que pode existir entre as exigências de áreas mínimas e o conforto psicológico, alertando para a necessidade de um outro tipo de preocupações arquitetónicas, mesmo que se disponha do espaço mínimo necessário para o desenvolvimento de uma determinada atividade (PORTAS, 1969b, p. 7). Este estudo incide, genericamente, nas exigências de áreas mínimas para habitação de custos controlados, para um tipo de *habitat* com garantia de durabilidade correspondente a uma geração de habitantes, ou seja, entre 50 a 70 anos. Não era o caso do realojamento da PRODAC, um tipo de situação singular com semelhanças a alguns casos que, episodicamente, também são referidos neste estudo do LNEC. O estudo alerta para as exigências de espaço face aos condicionamentos sócio culturais, salientando que, “em condições muito precárias de vida, ou em períodos de emergência, a dotação de espaço habitável se possa encontrar substancialmente reduzida sem que chegue a constituir motivação direta de eventuais comportamentos patológicos” (PORTAS, 1969b, p. 7).

Neste estudo, e no que se refere à evolução histórica dos *standards* (áreas mínimas) e das condições mínimas de higiene, conforto físico e psicológico, Nuno Portas analisa o tema ao longo do séc. XX, com destaque para o período que se seguiu à segunda guerra mundial. Conclui que a legislação sobre áreas mínimas, em habitação social, se foi tornando mais exigente (aumento das áreas míni-

mas na procura do conforto), em função da evolução económica e de um conjunto de critérios de conforto, adotados, tanto na Europa, como nos Estados Unidos. Em 1966, a Grã-Bretanha estabeleceu estes mínimos, no valor referencial de 9,3 m²/ habitante (área habitável) (PORTAS, 1969b, p. 11). No caso português, são referidas as intervenções no Bairro de Alvalade e, posteriormente, no Plano das «ilhas» na cidade do Porto, em que as áreas mínimas são revistas para se atingir uma qualidade de vida aceitável. Se, nas *ilhas* do Porto, os *standards* mais baixos da habitação económica eram de 50 m², para um T3 (6 pessoas), no plano dos Olivais, em Lisboa, as categorias mais baixas subiram para os 60 m², para a mesma tipologia. Comparando com outras realidades e contextos, Nuno Portas estabeleceu, como síntese desta evolução no nosso país, uma área útil mínima, de 70m² para a mesma tipologia (PORTAS, 1969b, p. 10).

Na memória descritiva de arquitetura da PRODAC, a única referência que os projetistas fazem aos critérios de atribuição de áreas são as recomendações da União Internacional dos Arquitetos. Na definição do espaço interior das habitações em todas as tipologias, e mesmo no caso do agrupamento singular dos T0 para pessoas solteiras (uma tipologia invulgar, aqui utilizada), foi estabelecida uma demarcação clara das diferentes áreas funcionais, como é corrente em muitos tipos de habitação comum. Ao nível funcional, não foi feita nenhuma variação assinalável a este respeito, assegurando a privacidade dos diversos espaços em moldes convencionais, sendo que as áreas atribuídas aos compartimentos interiores eram, segundo os projetistas, “de molde a não pôr em perigo o equilíbrio psicológico dos utentes possibilitando a satisfação das necessidades elementares permitindo deste modo um desenvolvimento equilibrado do agregado familiar ao longo de doze anos” (PRODAC 1971c, p. 3).

Também não existe na Memória Descritiva qualquer referência às *Funções e Exigências das Áreas Funcionais* (LNEC), mas é bastante provável que este trabalho fosse do conhecimento dos arquitetos projetistas. Referimo-nos, concretamente, aos estudos sobre a colocação do mobiliário nos compartimentos, que aparecem nas

plantas das várias tipologias. Nuno Portas, no início do processo da PRODAC, foi consultor da Associação (COELHO, 2013, p. 15) e, para além disso, participou em muitas conferências e debates sobre habitação, tendo contactado, muitas vezes, alguns técnicos da Associação. Quando se observam as plantas deste projeto, a indicação do equipamento da sala comum, da cozinha e das instalações sanitárias, pode-se constatar que foram feitos estudos de áreas mínimas, em tudo semelhantes ao citado trabalho, publicado pelo LNEC.

Nas habitações da PRODAC, na demarcação das diferentes zonas funcionais – zona de quartos, zona de estar, zona de cozinha, zona de refeições e zona de instalações sanitárias – são estabelecidos alguns critérios, nem sempre homogéneos, consoante a tipologia, devido aos acertos entre a moradia e a banda, critérios de

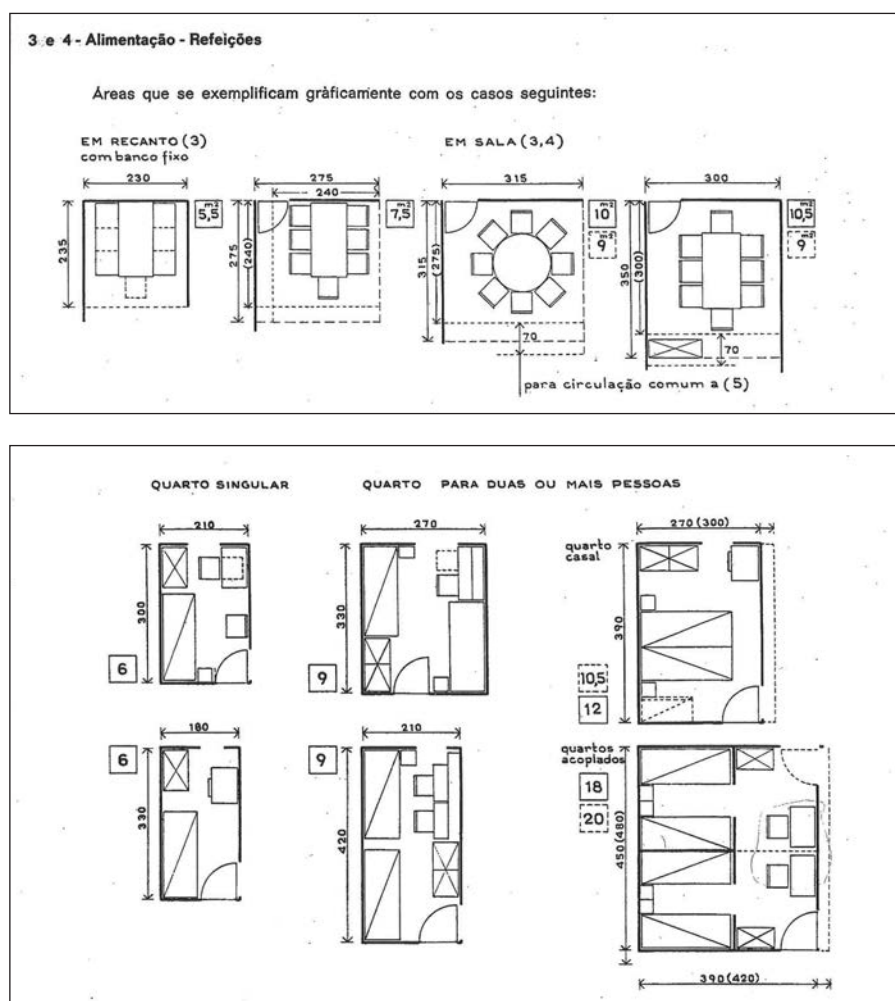


FIG 26
 Estudos de áreas
 funcionais, relativos à
 habitação. LNEC, Nuno
 Portas, 1969.

FIG 27

Planta 1:100 tipologia da zona Norte. Apartamento para *solteiros* - nove To agrupados em três núcleos de 3 quartos. Cada núcleo tem uma I.S. e uma cozinha. Existe uma sala comum para todos os quartos (9 quartos).

circulação e zona de entrada. Uma opção muito importante definida pelos projetistas foi a procura de espaço para os diversos compartimentos, em detrimento das zonas de circulação, vestíbulos e corredores. Numa apresentação do projeto de arquitetura em sessões de grupo de AC, os representantes das famílias contestaram alguns aspetos da solução funcional, em concreto, a comunicação da zona da cozinha, em abertura franca com a zona de refeições. Esta solução foi alterada pelos projetistas, com a introdução de uma divisória amovível (FIGUEIRINHAS, 1972).

Devido à condição provisória, do programa, o projeto era legalmente uma situação de exceção, ou seja, não se aplicava a este programa de habitação a legislação corrente nem o cumprimento das normas do RGEU (Ministério das Obras Públicas, 1951, p. artº 63).



FIG 28
Planta 1:100,
tipologia
da zona Norte.

28a

Planta do T1.

28b

Planta do T2 A.

28c

Planta do T2 B.

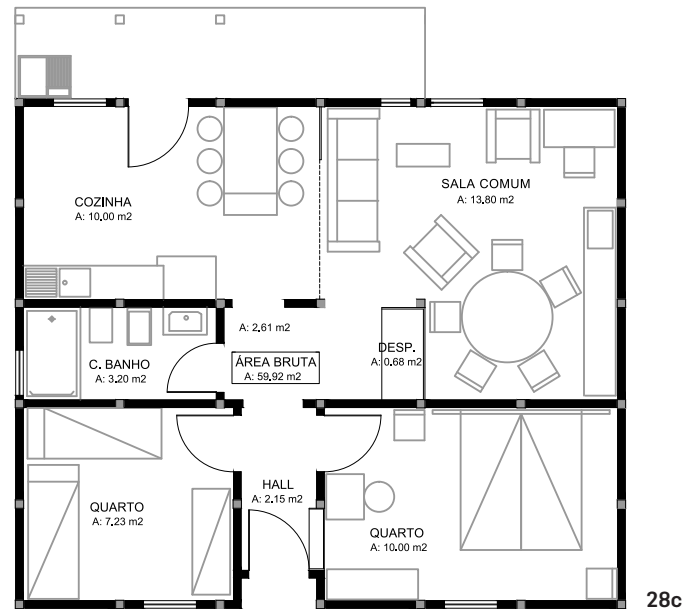
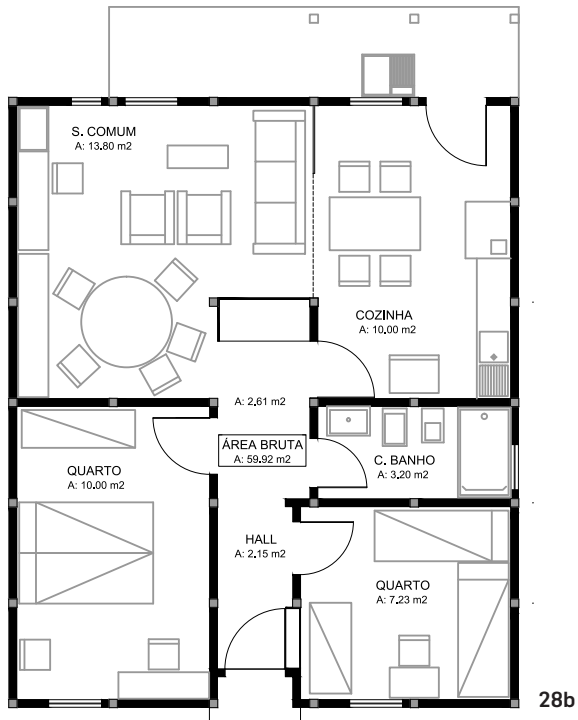
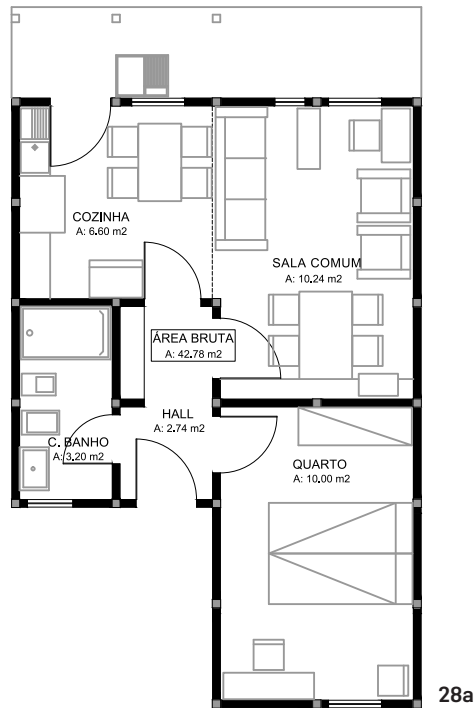


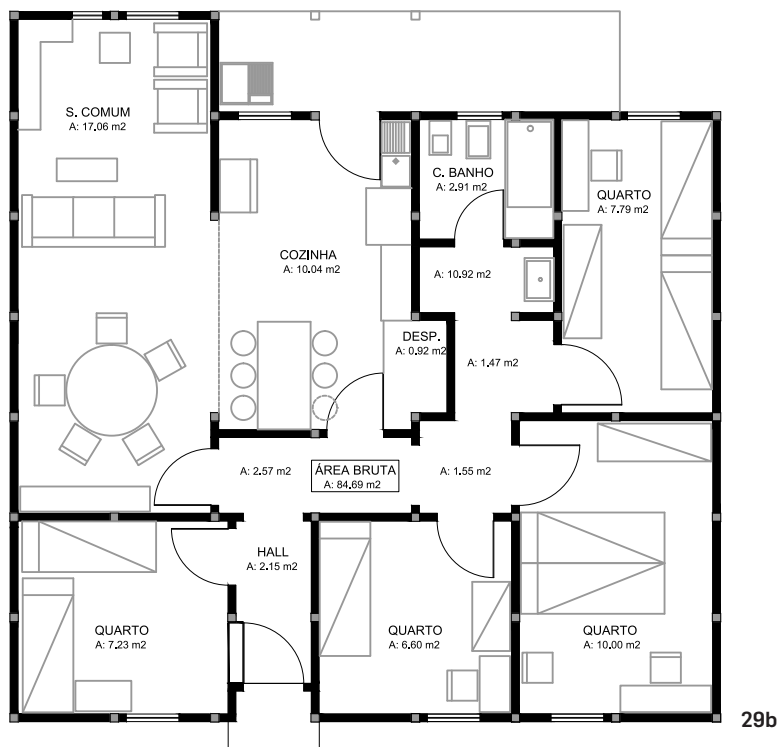
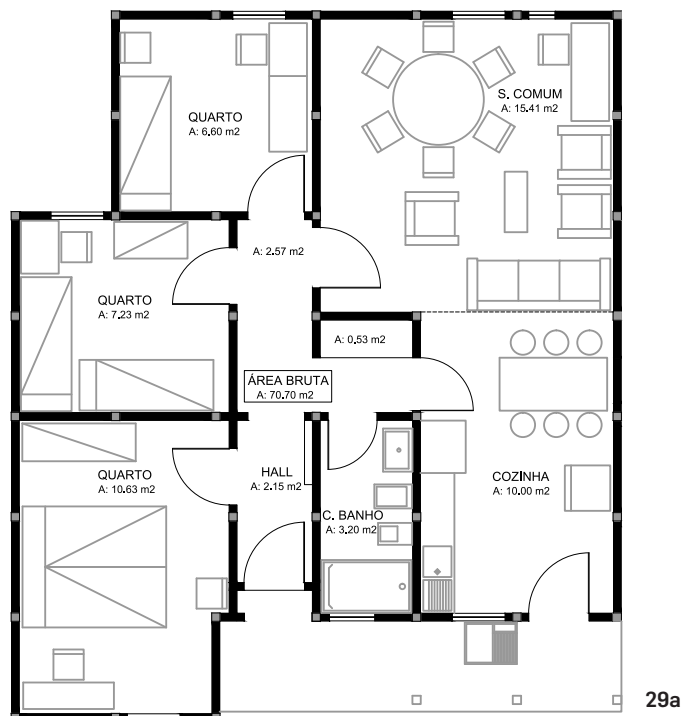
FIG 29
Planta 1:100,
tipologia
da zona Norte.

29a

Planta do T3.

29b

Planta do T4.



QUADRO 1 – Quadro comparativo das áreas dos fogos do realojamento, (procura dos mínimos)

AREAS INTERIORES	PRODAC					LNEC
	T0- grupo de 9	T1	T2	T3	T4	
Sala Comum	13,41 p/ 3 Quartos	10,24	13,8	15,41	17,06	
Quarto casal		10	10	10,63	10	mínimo: 10,5 desejável: 12 proposto: 10,5
Quarto duplo1			7,23	7,23	7,79	
Quarto duplo2					7,23	estrito: 9 desejável: 11 proposto: 9
Quarto simples	9 x 4,30			6,6	6,6	estrito: 6 desejável: 7 proposto: 6,5
Cozinha c/ refeições	3 x 7,43	6,6	10	10	10,96	10
Cozinha simples						4,4 a 6
Instalação Sanitária	3 x 4,30	3,2	3,2	3,2	4,83	espaço único: 3,5 subdividido: 1,8 + 2,7 desdobrado: 1,8 + 2,7
Circulações	3,21	2,74	4,76	5,25	7,74	
Total		32,78	48,99	58,32	64,42	

RGEU (ÁREAS MÍNIMAS)					
Areas interiores	T0	T1	T2	T3	T4
Sala Comum	10	10	12	12	12
Quarto casal		10,5	10,5	10,5	10,5
Quarto duplo		9	9	9	9
Quarto duplo				9	9
Quarto duplo					9
Quarto simples					6,5
Cozinha		6	6	6	6
I. Sanitária		3,2	3,2	3,2	4,83
Suplemento obrigatório*	6	4	6	8	8
Total		42,7	46,7	57,7	74,83

* o suplemento de área obrigatório não é um espaço autónomo nem encerrado, deve distribuir-se pela Sala e Cozinha.

Segue-se uma comparação genérica entre as áreas das habitações e as áreas de outros indicadores de referência (ver quadro 1). As áreas brutas das 85 habitações da primeira fase são, em média, 20% inferiores aos mínimos estabelecidos pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (T1=42,78 m², T2=59,92 m², T3=70,70 m² e T4=84,69 m²) (Ministério das Obras Públicas, 1951, p. art^o 63).

Também este projeto provisório se distingue da habitação social corrente, construída para um período longo, de 50 a 70 anos de durabilidade. Em relação aos critérios de atribuição de áreas, importa comparar o projeto da PRODAC com os realojamentos provisórios realizados na década de 1940, em Lisboa. As áreas interiores das habitações do projeto da PRODAC têm, em média, o triplo das áreas das habitações desses realojamentos provisórios. Na Quinta da Calçada, as áreas estavam muito abaixo de quaisquer mínimos admissíveis, bastando referir os valores das áreas brutas para concluir que se tratava de áreas de “quartos” para qualquer das habitações: um T1 tinha 15 m², um T2, 20 m², e um T3, 24 m² (ver Cap.2- 2.2.3.1).

Ao contrário das áreas brutas totais das habitações, muito inferiores ao RGEU, as áreas úteis e habitáveis dos compartimentos do projeto da PRODAC, cumpriam ou superavam o estabelecido no RGEU. Uma observação atenta permite verificar que todos os compartimentos, de todas as tipologias, foram projetados com áreas superiores aos mínimos do RGEU (ver quadro 2). A explicação para este resultado é simples, deve-se ao facto de se ter optado por um projeto com pouca área nas zonas de circulação. Excetuando os quartos duplos, que têm 7,23 m² (RGEU, mínimo=9 m²), todos os outros compartimentos têm áreas superiores aqueles mínimos. A opção dos projetistas foi beneficiar as áreas dos compartimentos, diminuindo as zonas de circulação. No caso das salas, as áreas atribuídas são igualmente superiores aos mínimos do RGEU e, progressivamente, maiores desde o T1 até ao T4. Nos agrupamentos dos vários T0, um programa para pessoas solteiras, a opção foi agrupar os 9 quartos em três zonas separadas, com uma sala comum.

QUADRO 2 – Comparação de Áreas Brutas, Área Útil por Habitante.

	RGEU, 1951	PRODAC 1ª fase	PRODAC 2ª fase	Quinta da Calçada(1940)	LNEC Portas 1969
Áreas brutas (m²): Superfície total					
T0 (9 moradores)	35	11,9 (107,85: 9)			
T1 (3 moradores)	52	42,8	40,8	15,0	
T2 (4 moradores)	72	59,9	58,8	20,0	
T3 (6 moradores)	91	70,7	69,2	24,0	proposto: 70,0
T4 (7 moradores)	105	84,7	83,6		
Área útil (m²): compartimentos + arrumos + circulações					
área T0 • área útil /hab.		96,4 • 10,7			
área T1 • área útil /hab.		33,2 • 11,1	32,8 • 10,9	15 (7,5)	
área T2 • área útil /hab.		49,7 • 12,4	49,1 • 12,28	20 (6,66)	
área T3 • área útil /hab.		59,3 • 9,9	58,6 • 9,75	24 (6 ou 4)	
área T4 • área útil /hab.		72,1 • 10,3	71,6 • 10,22		
Área habitável (m²): Sala + Quartos + Cozinha					
área T0 • área habitável/hab		74,4 • 8,3			
área T1 • área habitável/hab		26,8 • 8,9	26,5 • 8,84		
área T2 • área habitável/hab		41,0 • 10,3	40,5 • 10,13		
área T3 • área habitável/hab)		49,9 • 8,3	49,2 • 8,19		
área T4 • área habitável/hab		58,7 • 8,4	58,6 • 8,37		
		Ah/hab.(média): 8,97	Ah/hab (média): 8,88	Ah/hab. média: 6,72	9,3 (Inglaterra, 1966)
				ou 6,05	11,66 (Portas)

Cada uma destas 3 zonas está fisicamente separada, como se fosse um apartamento com três quartos, uma cozinha e uma instalação sanitária, em que a área atribuída aos quartos é uma pequena *cela*, com 4,30 m² (mínimo do RGEU= 6,50 m²).

A urgência em realojar os moradores foi um fator decisivo nas opções que levaram à escolha do sistema construtivo, os próprios arquitetos o disseram: evitando outras hipóteses tradicionais, cujo

tempo de construção seria, certamente, mais lenta. A pré fabricação era um sistema construtivo que tinha já sido utilizado em muitas outras operações de realojamento, não apenas, nos três bairros construídos na década de 1940 (Quinta da Calçada, Boavista e Furnas), como noutros realojamentos efetuados em Lisboa. Tal foi o caso do Bairro do Relógio, na zona de Chelas. (ver Parte 2, cap. 2)

O processo de pré-fabricação condicionou, por sua vez, a metodologia utilizada de AC, que se desenvolveu de modo diferente do inicialmente previsto:

“a autoconstrução fica de certo modo reduzida num sistema de pré-fabricação, mas ganha-se em velocidade, podendo canalizar-se a colaboração dos habitantes para a montagem e acabamentos” (PRODAC, 1971c, p. 1).

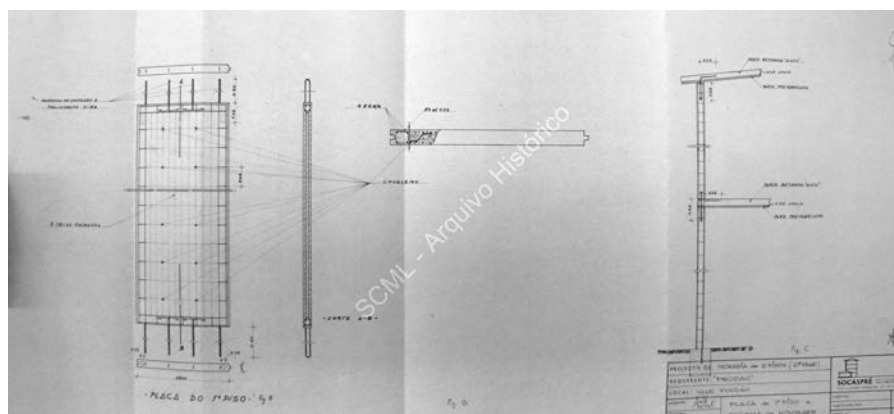
Estava, assim, estabelecida a separação entre a fase da préfabricação pesada, que seria adjudicada a uma empresa da especialidade e a execução dos acabamentos, que os grupos de AC estavam em condições de executar, terminadas as ações de formação profissional. A escolha de uma tecnologia de construção, menos comum nas práticas de AC, tinha como vantagem a separação clara entre os dois tipos de trabalho. Os sistemas construtivos tradicionais, de maior componente artesanal, e vulgarmente utilizados na Autoconstrução, não garantiam uma execução tão rápida. A originalidade da proposta da PRODAC consiste, precisamente, na compatibilização entre a montagem industrial em préfabricação e o trabalho de AC manual, na execução dos acabamentos. (PRODAC, 1971c)

Deste modo, se permitia conjugar a rapidez de execução pretendida pela Associação e também pelos sócios moradores, para além da contenção de custos, conseguida através do trabalho realizado pelos grupos de AC.

O sistema estrutural pré fabricado construía-se com a utilização de uma modulação *standard*, que consistia em painéis autoportantes, com dimensões de 1,325 m ou 1,755 m de largura, de encaixe lateral e reforços do *tipo pilar*, numa das extremidades. Os

FIG 30

Estrutura da habitação
préfabricada.
Vista e corte das placas.
Corte na fachada e esquema
de montagem *SOCASPRÉ*.



painéis das paredes exteriores eram de betão, com isolamento térmico, no interior e tinham cerca de 10cm de espessura. Os painéis das paredes interiores eram, também, de betão, mas mais estreitos e sem isolamento. Os projetistas, com este sistema construtivo, desenharam as habitações muito condicionados pelas dimensões dos módulos. Os espaços dos diferentes compartimentos, segundo esta modulação, tendiam a repetir-se nas várias tipologias, conseguindo-se, por vezes, ligeiras variantes à regra que se impunha (PRODAC, 1971c).

Os projetistas sabiam o número exato das diferentes tipologias (T0, 1, 2, 3 e 4 e as suas variantes) que deveriam desenhar, assim como sabiam a constituição dos grupos de AC formados pelo programa social.

Questionámo-nos se, na elaboração do projeto, se os autores teriam feito o programa em função dos grupos *autoconstrutores* e, também, se os graus de vizinhança teriam influído na conceção do projeto. O Arquiteto Reis Álvaro referiu-se a esta questão afirmando que o programa dos grupos de moradores e a organização das tipologias elaborada pelas assistentes sociais tinham sido utilizados, como base, para a elaboração do projeto²³. De qualquer modo, as listas que haviam sido feitas com os grupos de autoconstrução serviram aos técnicos da Associação para elaborar o programa base de intervenção urbana e de arquitetura das habitações e os restantes dados serviram de apoio ao projeto das tipologias das habitações: “Os arquitetos Manuel Bagulho e José Reis Álvaro trabalharam sobre as listas de organização

23. Conversa com o arq^o Reis Álvaro, em Dezembro de 2014

das famílias que se formaram quando estas se inscreveram como sócias na PRODAC” (COELHO, 2013, p. 8).

Na definição do desenho urbano, sabemos que este aspeto não foi determinante, ou seja, o desenho não se definiu em função do número e da constituição daqueles grupos de AC.

Os projetistas tinham conhecimento de que a realização dos trabalhos finais cabiam à organização dos grupos de AC, e esse fator implicou, naturalmente, um tipo de pormenorização que era especificamente dirigida a esta prática participativa.

3.5.2 O PLANO E O ACORDO COM A CML/PRODAC

Na fase inicial de intervenção na Quinta Marquês de Abrantes, o apoio da Caritas Nacional foi fundamental na dinâmica da assistência social. Neste período decisivo para a construção do novo bairro, o principal apoio externo à PRODAC era o acordo feito com a CML.

O Plano da PRODAC foi sendo executado em total articulação com a CML, entidade que colaborou em fases decisivas do realojamento. Existiam, ainda, outros apoios ao Plano, o trabalho de entidades que, direta ou indiretamente, se integraram na intervenção, como afirma Dias da Cunha, o vice-presidente do conselho administrativo da Associação:

“Não queremos deixar de referenciar também a participação valiosa dos Ministérios da Saúde e Assistência e das Obras Públicas dada através da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e do Fundo de Fomento da Habitação. E seria difícil enumerar todas as entidades públicas e privadas a quem se deve muita ajuda e compreensão.”
(CUNHA, 1972, p. 4)

Como se disse, a dimensão do realojamento levou a PRODAC a prever a necessidade de estabelecer parcerias com outras entidades. O acordo que iria ser assinado com a CML era, neste sentido, essencial para a concretização dos objetivos do Plano.



FIG 31
Infraestruturação do *Bairro Chinês* em paralelo com a implementação do Plano de Realojamento da PRODAC, 1971-72

O contrato entre a Associação e a Câmara de Lisboa, que foi subscrito a 7 de Outubro de 1971, definia um conjunto de aspetos de cooperação conducentes à execução do Plano. Assinado cerca de um ano após a aquisição dos terrenos, permitia dar continuidade ao programa social, já iniciado no *Bairro Chinês*, na Quinta Marquês de Abrantes, e na Quinta das Claras (elaborado pela PRODAC). Segundo Pinto Coelho, este acordo foi absolutamente indispensável para a realização do projeto (COELHO, 2013, p. 6).

O contrato estabelecia os compromissos e as responsabilidades de ambas as entidades, na execução do Plano de Realojamento, discriminando, em pormenor, as várias fases que iriam ser construídas e os respetivos prazos. A CML cedia à PRODAC, os terrenos das Quintas do Leal, Quinta das Claras (e terreno anexo do Vale Fundão), Quinta das Flores, Quinta dos Padres, Quinta do Chalé e Quinta Marquês de Abrantes, a título precário, por um período não inferior a doze anos. Os terrenos destinavam-se à construção do

**FIG 32**

Associação de Produtividade na Autoconstrução.
Placard informativo da obra.

realojamento e, pela sua utilização, a PRODAC pagava um valor à CML, mas apenas pela parcela onde se implantaria o conjunto habitacional.

A CML ficava com o compromisso de realojar os sócios-moradores, no final do período transitório de doze anos, em *fogos de renda económica*, na *Urbanização de Chelas*. No final do período do realojamento do Vale Fundão, a CML podia adquirir as habitações desmontáveis, pagando aos moradores, no caso de reutilização dos painéis, ou, em alternativa, exigir a demolição da habitação no final da ocupação.

À CML cabiam os encargos relativos à construção das infraestruturas da habitação e do equipamento escolar e social, aprovado pelo GTH. Estava, assim, garantida a execução do projeto de arquitetura, dos arruamentos, das redes das infraestruturas, das zonas verdes e de outros serviços de manutenção, para além da construção de uma creche, de três jardins infantis, de uma escola primária e de um centro de ação social.

Entre os compromissos da PRODAC, no realojamento da Quinta Marquês de Abrantes/ Vale Fundão, constava o prosseguimento do programa de Promoção Social já iniciado, o saneamento dos bairros de barracas existentes, a elaboração do projeto de intervenção urbana, de arquitetura e das especialidades e a construção

do conjunto das habitações. A PRODAC responsabilizava-se, ainda, pela componente técnica e financeira do Plano, diligenciando junto do Ministério das Corporações e Previdência e das Obras Públicas, no sentido de contrair os empréstimos necessários à construção das habitações. No acordo, constava, o compromisso da Associação em estabelecer contratos individuais com os moradores para se tornarem sócios da Associação.

O acordo previa que a construção da habitação, das infraestruturas e dos equipamentos de apoio se dividisse em três fases. Para o cumprimento dos respetivos prazos, a CML e a PRODAC trabalhavam em cooperação, de modo a realizar as referidas tarefas.

A 1ª fase, relativa à ocupação da zona entre o Vale Fundão e a zona J, com a implementação de tipologias habitacionais, a infraestruturização e a remodelação do edifício camarário, deveria ser concluída em 180 dias.

A 2ª fase, com a ocupação do Vale Fundão e da Quinta das Claras, com a implementação de tipologias habitacionais, a infraestruturização, e os 4 equipamentos sociais, deveria ser concluída nos 270 dias seguintes.

A 3ª fase da obra, com a ocupação da zona de implantação mais a sul, a infraestruturização e a implementação de tipologias habitacionais, deveria ser concluída nos 300 dias seguintes (PRODAC, 1971b).

3.5.3 OS SERVIÇOS DE PROMOÇÃO SOCIAL

Maria de Almeida Figueirinhas, licenciada em Sociologia, fez um estágio na PRODAC, entre 11 Novembro de 1971 e 30 de Maio de 1972. Integrou os Serviços Técnicos de Promoção Social da PRODAC, que tinham uma grande importância no Plano do realojamento. A sua adesão ao projeto e o envolvimento dos moradores, foi um processo de participação muito empenhado como se pode constatar nas suas afirmações recentes:

“Achávamos que não bastava o realojamento, a mera atribuição de uma casa. Tinha de acontecer uma participação muito forte por parte das populações. Dentro do contexto social da época era uma forma de aquelas pessoas acreditarem nelas próprias.” (GOMES, 2015, p. 135)

O trabalho desenvolvido por Maria Figueirinhas dirigia-se a atividades formativas com os grupos de AC do sexo masculino, programa educacional para o sexo feminino e encaminhamento de diversas situações individuais dos moradores. Consistia em organizar reuniões de divulgação do programa, fazer a formação dos grupos e dirigir a sua orientação, escolher os chefes e coordenar a programação e as reuniões do setor feminino. Também fez parte do setor de Encaminhamento e Estudo de Situações Individuais, responsabilizando-se pelos casos ligados à AC (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 7).

No relatório que elaborou, Maria Figueirinhas refere alguns dados do inquérito da PRODAC realizado em 1970, que considerava a população *homogénea*, em termos de relacionamento social, devido ao nível de vida semelhante das famílias e por estas viverem em situação *de carência*. Descreve, ainda, algumas particularidades, nomeadamente, o elevado índice de desajustamento social, o que se atribuía à situação de imigração e ao baixo índice de escolaridade. Relata, também, o seguinte:

“São bastante individualistas nas relações de vizinhança. Nota-se apenas algumas relações sociais mais intensas nos habitantes do mesmo pátio, que normalmente estão rodeados pelas barracas pertencentes ao mesmo grupo regional ou familiar.(...) existem alguns casos de comportamentos conflituosos, taras psíquicas, alcoolismo e outros problemas sociais.” (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 15)

Depois do trabalho de recenseamento da população do bairro e da identificação dos agregados familiares, seguiu-se a importante tarefa da organização dos grupos. De acordo com o Plano de realojamento, foram convidados 350 representantes de famílias para a formação de grupos (eram 14, e cada um tinha 20 a 25 representantes).

Realizaram-se sessões de esclarecimento com estes representantes, para explicar os objetivos da PRODAC. Procurava-se criar, nesses grupos, o princípio do “sociodrama das suas relações, amizade, vizinhança, laços familiares, locais de trabalho” (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 23). A escolha dos primeiros representantes dos agregados familiares e, também, dos que seriam os “líderes dos grupos” ocorreu, espontaneamente, entre eles. Estavam encontrados os *líderes naturais*, os que demonstravam melhor capacidade de organização, liderança e iniciativa pessoal e cada um deles escolheu, por sua vez, os representantes das famílias que integravam o seu grupo, elaborando, depois, uma lista, cujos nomes ficaram registados nos Serviços Técnicos de Promoção. Cada grupo criado tinha um chefe e um subchefe e eram eles quem estabelecia o contato com os serviços da Associação. Nas reuniões semanais dos grupos, um dos objetivos principais era a criação do espírito de grupo e a formação técnica necessária à realização dos trabalhos de AC:

“a população aceitou muito bem esta ideia e constituiu por sua iniciativa as listas nominais dos chefes dos agregados familiares, vendo sobretudo nesta atuação a possibilidade de afastar os vizinhos que lhes fossem menos simpáticos”. (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 25)

24. *“Estavam detetados assim os grupos de auto-construção e identificados os seus líderes naturais, aqueles homens que encabeçavam as listas e tinham promovido a recolha dos outros nomes. Os grupos eram formados por amigos ou familiares, garantindo-se assim no futuro, relações de vizinhança pacífica e colaborante. Durante o processo, o Plano estudado na vertente social estava também concebido para os ajudar a estreitar esta entajuda e a união dentro do grupo”.*

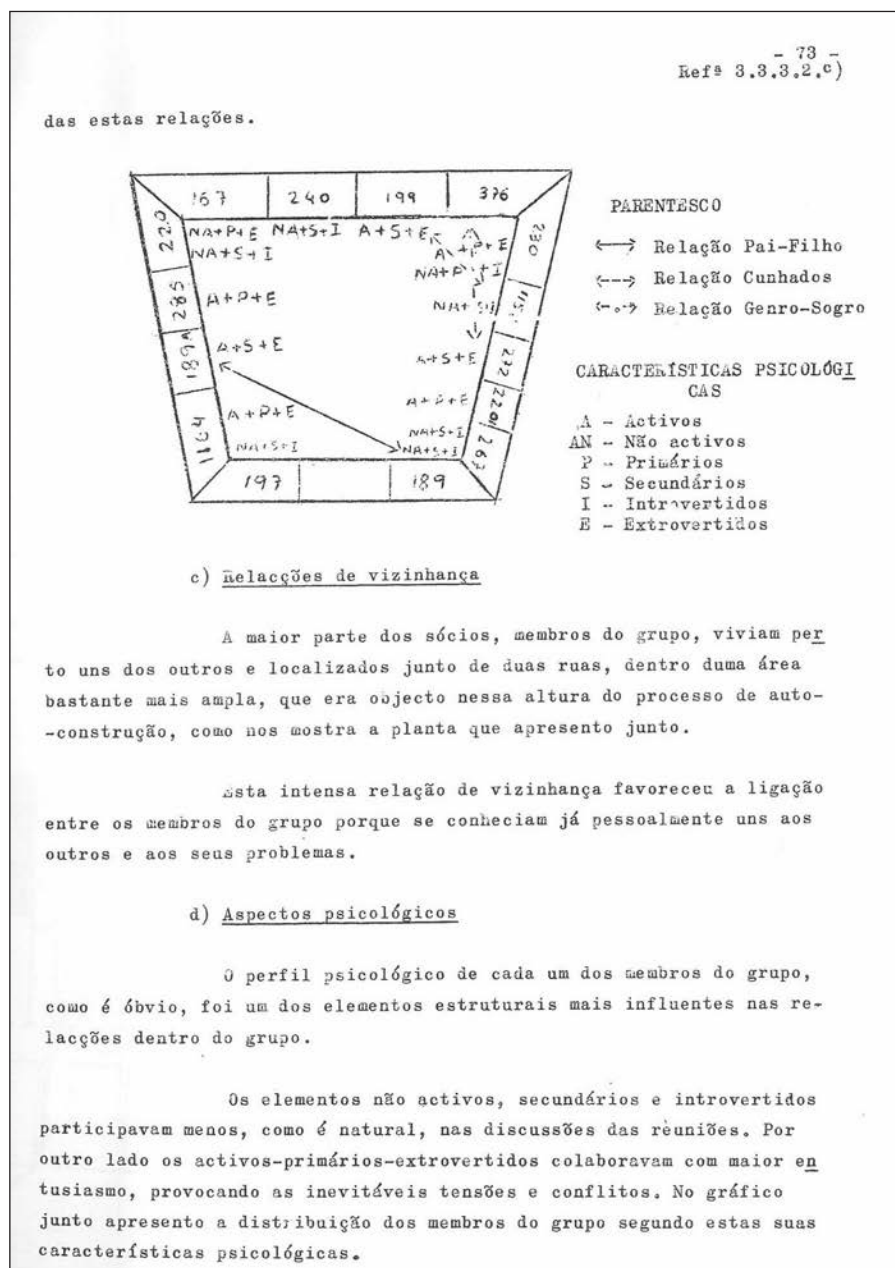
(COELHO, 2013 p. 8)

O processo iria prosseguir com as marcações das reuniões nas semanas seguintes. Com esta organização por grupos, a PRODAC, garantia a participação dos moradores, com base na solidariedade entre algumas famílias, já anteriormente existente, o que era necessário à organização das ações de AC. Estando os grupos organizados e tendo, cada grupo, um chefe, simplificava-se, também, a relação entre a Associação e a comunidade do bairro. Com esta dinâmica criada através dos grupos, a Associação comunicava muito mais rapidamente e recolhia a informação necessária, relativa aos moradores e a cada família.²⁴

No relatório de Maria Figueirinhas, encontram-se descritas, ao pormenor, as reuniões de divulgação, onde foram criados estes grupos e, também, a divisão do *Bairro Chinês* em três áreas, o que

FIG 33

Relatório da Socióloga
Maria Figueirinhas.
Reunião com os grupos de
moradores de AC.



foi estabelecido pelos serviços técnicos para definir as prioridades das famílias a realojar (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 26).

Concluída a constituição dos primeiros 14 grupos, o que durou cerca de um mês, os respetivos chefes entregaram as listas com os nomes dos sócios que os compunham, para serem verificadas pelos serviços. Seguiu-se uma fase de planificação de reuniões semanais, que eram acompanhadas por um dos 4 técnicos assistentes do Ser-

viço Social. As sucessivas reuniões eram coordenadas por um destes técnicos responsáveis, que orientava as reuniões, atuando como “habilitador, guia, perito e terapeuta da comunidade” (FIGUEIRINHAS, 1972, pp. 23-29).

Maria Figueirinhas orientou quatro destes grupos mas, no seu relatório, refere apenas a atividade desenvolvida por um deles. No entanto, no fundamental, a atividade deste foi considerada semelhante aos outros. Na maioria dos grupos, os representantes eram homens, mas existiram exceções e, assim, num deles, composto por 20 sócios, havia um dos representantes que era mulher. As reuniões realizavam-se, normalmente, à noite e podiam durar mais de duas horas. Eram utilizadas diferentes técnicas de orientação, no sentido de criar espírito de grupo, aulas de pedagogia da convivência e de ensino das vantagens de cooperar entre sócios. As reuniões faziam-se em volta de uma mesa, sendo dirigidas por meio de técnicas de abordagem adaptadas a esta população e a esta realidade. A dificuldade principal consistia em convencer alguns dos representantes das vantagens em utilizar as técnicas de AC. Outros problemas surgiram da parte de alguns dos moradores, que diziam que as promessas da PRODAC, em relação aos prazos de construção, não estavam a ser cumpridas:

“Mais uma vez as opiniões divergiram, mas deixei que as verbalizassem e em seguida como elemento moderador e habilitador expliquei-lhes quais as dificuldades surgidas que vieram atrasar o programa.”
(FIGUEIRINHAS, 1972, p. 60)

Na opinião desta assistente social, a agressividade demonstrada, a certa altura, por alguns sócios e as discussões entre estes, defendendo posições opostas, eram a demonstração de que existiam questões que começavam a interessar todo o grupo e que, através desta verbalização, se faziam progressos. (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 61)

Realizaram-se cerca de sete reuniões com cada um dos grupos, sendo obrigatória a presença dos moradores, com registo das presenças.

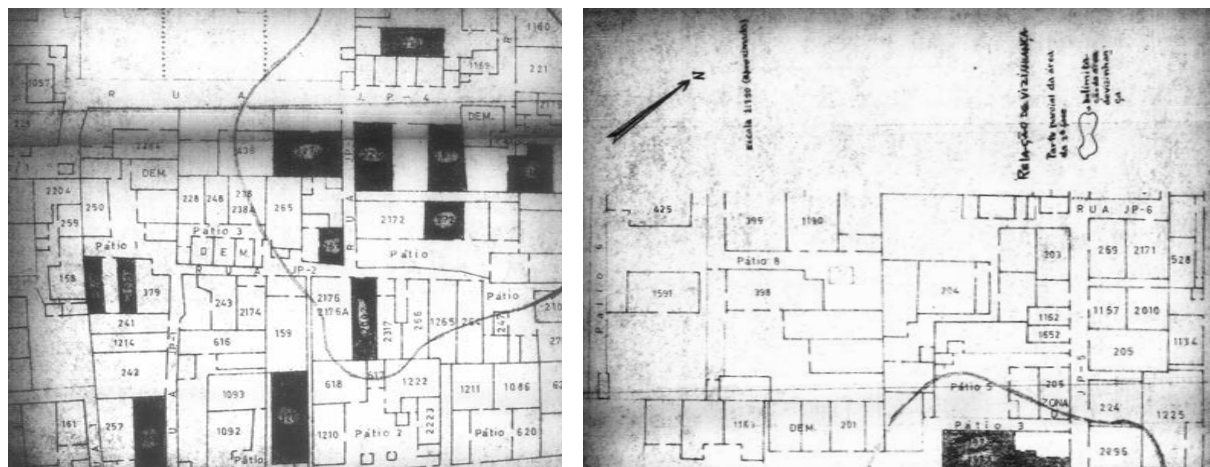


FIG 34
Plantas do levantamento
do Bairro Chinês

A 4ª reunião de um dos grupos realizou-se à volta de mesas dispostas em trapézio isósceles, com a coordenadora posicionada na base menor. Durou mais de 2 horas e projetou-se um filme, a propósito do qual, Maria Figueirinhas chamou a atenção para as vantagens do espírito de grupo. Para além da reflexão sobre o conteúdo do filme, discutiu-se a ideia contida numa frase de Marcel Marceau: “Se fechares a tua porta aos teus amigos e vizinhos a tua casa será a tua própria prisão”. No decorrer da reunião, surgiram conflitos entre alguns dos presentes, que pretendiam excluir um dos sócios, por ser um elemento “indesejável ao grupo e como futuro vizinho.” Também foram questionados certos pormenores dos acabamentos e expuseram-se várias dúvidas e angústias quanto ao custo das casas e sobre quando iriam habitá-las. Também, acerca do intercâmbio de tarefas de mão de obra nos trabalhos de acabamento, as opiniões divergiram entre os moradores: “Dêem-me a casa e eu acabo-a sozinho sem precisar do grupo” ou “Se nos ajudarmos uns aos outros, é melhor; cada um de nós fará aquilo que tiver mais jeito.” Figueirinhas procurou convencer os presentes das vantagens de interação de trabalhos diferenciados, argumentando que, havendo troca de serviços complementares, diminuía o tempo de execução final. Defendia a ideia de que, se cada um fizesse o trabalho de acordo com a sua especialização e rotina, cada tarefa em obra seria mais rápida e mais bem executada. Em troca, receberia em sua casa os vizinhos especializados noutras tarefas diferentes.

As últimas reuniões incidiram sobre os aspetos mais diretamente ligados à prática da AC, como por exemplo, o acerto sobre o número de horas que cada membro do grupo trabalharia, em obra, saber se deveriam calcular um número de horas igual para todos, ou se seria estabelecido um horário em função da dimensão da casa (desde o T1 ao T4). Num dos grupos, fez-se uma discussão sobre o número total de horas que, conforme as modalidades A ou B, poderia variar entre as 100h e as 140h (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 64).

Maria Figueirinhas organizou, igualmente, o programa educacional dirigido às mulheres dos sócios que formavam os grupos de AC. Os grupos constituídos por este Programa eram os mesmos, mas representados pelo sexo feminino, com tarefas consideradas apropriadas às mulheres. A formação era especificamente dirigida a mulheres e pretendeu-se dar-lhes a “consciência” dos problemas relativos à habitação, “mas só foi possível realizar os referentes à higiene e decoração do lar, e às noções de alimentação, economia doméstica e psicologia familiar” (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 82). Assim, se reuniram estes grupos, de modo semelhante aos dos homens e, durante sete semanas, foi promovido o espírito de grupo e a formação referida.

Esta assistente social trabalhou, também, outros domínios, nomeadamente, o apoio a situações individuais, ligadas à AC. Ocorriam solicitações de mudança de grupo, questões de saúde, pedidos de esclarecimento sobre o programa e outras questões de atendimento individual, algumas delas, configurando prioridades no realojamento. No final do seu relatório, fez um resumo da sua aprendizagem enquanto estagiária, sublinhando o “estímulo à sua capacidade criadora”, na experiência que teve, ao dirigir os grupos e ao apoiar situações individuais (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 96).

Alguns moradores da zona sul afirmam que, para além dos grupos de AC organizados e sujeitos a uma formação, as restantes ações de civismo, higiene e de outras áreas previstas no Plano de Promoção Social da Associação dirigidas às mulheres, apenas se realizaram em relação a um número muito limitado de famílias.

É uma opinião que pode ter sido influenciada pelo fato de vir da parte de homens, que não se recordarão tão bem dessas ações, como se lembram dos grupos de AC que frequentaram (*Entrevista a 4 moradores do Bairro da PRODAC, 2015*).

3.5.4 O PLANO E O COMEÇO DA OBRA (OUT. 1971)

Estava previsto que a construção das habitações seria comportada pelas quotizações dos moradores, o principal suporte financeiro da Associação. No entanto, como os encargos com a obra se concentravam nos dois primeiros anos, desta vez foi necessário pedir um empréstimo ao Estado. No estudo financeiro do Plano, contabilizaram-se as mensalidades dos sócios (iniciadas em Outubro de 1970), durante um período de doze anos, de modo a custear a obra (PRODAC, 1972b).

A concretização do projeto de arquitetura da PRODAC, aprovado pela Câmara Municipal, era uma condição indispensável para se iniciarem as obras de realojamento.

Assim, após o contrato assinado com a CML e com os recursos entretanto obtidos com as quotizações, a PRODAC inicia as obras

FIG 35
Estaleiro das obras na Zona Norte, 1ª fase do plano.



em Outubro de 1971, após assinar contrato com a empresa de pre-fabricação (SOCASPRÉ, Sociedade de Casas Pré-fabricadas, 1971).

A construção desta primeira fase, respeitante a 85 fogos de um piso, foi um teste à capacidade de coordenação e gestão da obra, entre a CML e a PRODAC e ao acordo assumido entre as duas entidades. Com um prazo de 180 dias, ambas teriam que dar resposta à construção da parte que lhes cabia, das infraestruturas, do equipamento social (jardim infantil) e da habitação (habitações TO, T1, T2, T3 e T4):

“A CML e a PRODAC comprometem-se a evitar desfasamentos entre a construção do equipamento social e cívico e das habitações e a criação das infraestruturas a elas necessárias.” (PRODAC, 1971b)

As infraestruturas a construir por gestão direta da CML/GTH eram as seguintes: a) arruamentos; b) esgotos de águas pluviais e domésticas; c) redes públicas de águas e eletricidade; d) iluminação; e) calçamento dos passeios. Estas obras fizeram-se por empreitadas da CML.

Os equipamentos sociais, que faziam também parte do Plano, foram construídos por empresas de construção civil contratadas e “as Comissões de Chefes de grupo tiveram um papel importante na fiscalização dos trabalhos.” (COELHO, 2013, p. 11)

O acordo com a CML previa um calendário de obra bastante rigoroso, sendo que a componente industrial da montagem em

FIG 36

Zona Norte.

36a

Construção das habitações.

36b

Conclusão das
84 habitações.

36a



36b



pré-fabricação permitia um grande controlo desta programação. Cada habitação era constituída por cerca de 30 a 50 painéis, conforme a tipologia. Numa primeira fase, os painéis pré-fabricados vinham da fábrica em transportes cedidos pela Caritas, depois optou-se por construir um estaleiro de produção no local da intervenção, o que permitiu uma aceleração da obra. A empresa construtora, na fase de maior produtividade, conseguia construir 50 habitações por mês, o que foi considerado muito significativo (COELHO, 2013, p. 11).

QUADRO 3 – O processo de obra e os seus vários intervenientes

PRODAC, construção / autoconstrução				
ELEMENTOS CONSTRUTIVOS	CML	PRODAC	SOCASPRÉ	MORADORES
Arruamentos, infraestruturas e zonas verdes	Construiu			
Fundações das habitações	Construiu			
Estrutura			Construiu	
Paredes exteriores/ interiores			Construiu	
Cobertura e telha			Construiu	
Infraestruturas, eletricidade, águas e esgotos	Construiu no espaço público		Construiu nas habitações	
Vãos. Janelas, aros, portas		Fornecimento	Construiu	Montagem
Pavimentos		Fornecimento		Montagem ou opção por outro material
Pinturas		Fornecimento		Montagem
Loiças e bancada de cozinha		Fornecimento		Montagem ou opção por outro material
Tomadas elétricas, iluminação e torneiras		Fornecimento		Montagem
Carpintarias. Armários de cozinha e roupeiros		Fornecimento		Montagem

Segundo documento da PRODAC de Janeiro de 1972, a obra estava a decorrer com grande rapidez e concretizara-se a parte da pré-fabricação. Desta primeira fase, tinha sido construída a estrutura e a montagem das paredes e lajes, em sistema de pré-fabricação (PRODAC, 1972b).

3.5.5 OS GRUPOS DE AC, AS HABITAÇÕES E AS OBRAS

Os grupos de moradores organizados, orientados pelos respetivos chefes, estavam preparados para poder intervir, responsabilmente, no processo da AC. Nesta fase, prosseguiram as reuniões com os representantes dos moradores que, entretanto, já tinham tido conhecimento do conteúdo do Plano de Urbanização e dos projetos das habitações.

O programa, o projeto das habitações, a definição de áreas e a funcionalidade interna, foram feitos sem a participação direta dos moradores, apenas com consulta final. No entanto, os projetistas conceberam as habitações, com um grande conhecimento da constituição das famílias e dos grupos de AC. Os moradores admitem, no entanto, que o desenho urbano resultou do programa que se formalizou com base nos grupos, o que permitia agrupar a urbanização em diferentes núcleos. Segundo o relatório de Figueirinhas, as plantas das casas foram mostradas nas sessões de trabalho com os grupos de moradores, que se pronunciaram sobre as suas características, sugerindo alterações: “Em seguida quiseram ver as plantas das suas futuras casas. Estudaram as áreas e as divisões pormenorizadamente, interessando-se, especialmente, cada um pelo seu tipo.” O *tipo*, aqui, referido é a tipologia de habitação que lhes estava destinada, consoante a dimensão do agregado familiar. Os grupos de AC iriam executar a fase dos acabamentos, tirando partido das aptidões de cada morador para executar uma tarefa concreta em obra. Estas decisões foram tomadas sem a necessidade da presença e orientação dos assistentes sociais. Também a troca de serviços entre vizinhos seria organizada em autogestão, no interior de cada grupo de AC (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 63).

Foi explicado aos moradores onde se situava a zona de implantação do realojamento e foram sugeridas as prioridades das famílias mais carenciadas:

“As pessoas presentes aceitaram os critérios de prioridade e compreenderam as suas motivações. Também não tiveram qualquer reação negativa em relação às áreas onde se começaram a construir as casas e que distavam (nos seus limites máximos) 600 metros.”

(FIGUEIRINHAS, 1972, p. 27)

Nas referidas reuniões com os grupos, foram apresentadas as plantas com a urbanização e os detalhes das vias de comunicação, das áreas habitacionais, das zonas verdes e dos equipamentos (jardim infantil, escola primária, clube) e os *slides*, mostrando a primeira fase já em construção. Segundo a mesma assistente social, a reação dos moradores, em virtude da incipiente evolução pessoal e integração comunitária, foi a seguinte:

“não deram a devida importância às diferentes espécies de infraestruturas e equipamento, acentuando a necessidade primária e urgente de possuírem as novas casas antes de mais”. (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 27)

Os moradores foram informados, igualmente, sobre as características das futuras casas, em sistema de pré fabricação, explicando-se a constituição e divisões internas de cada habitação, nas tipologias que variavam entre o T1 e o T4. Durante a reunião, a assistente social mostrou as diferentes plantas das habitações, descrevendo as soluções dos projetistas, questão que terá suscitado o maior interesse dos presentes, tendo alguns deles discordado da distribuição interna, nomeadamente, da ligação direta entre a sala de estar e a cozinha, sugerindo a criação de uma divisória amovível (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 28).

Um dos principais objetivos em relação aos grupos de representantes era dinamizar os sócios para uma participação ativa na

construção do futuro bairro, tendo muitos dos presentes mostrado dificuldades em perceber estas ações, ou manifestado mesmo a sua discordância inicial: “o dinheiro que estamos a dar não chega para pagar a casa toda sem termos de lá trabalhar?” ou “o tempo livre que temos é no fim de semana e queremos descansar”, terão dito. (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 29). Maria Figueirinhas considerou que esta reação surgia da falta de sentido de grupo, questão que considerava ser urgente contrariar e fazer esforços para promover um bom relacionamento entre os representantes. Como ainda faltavam criar alguns grupos, o critério dos Serviços de Promoção Social foi sempre o de aconselhar os moradores a manter as relações de vizinhança já existentes no bairro, tal como tinha sido feito nos primeiros grupos formados e com bons resultados (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 29).

Na última reunião de grupo que se realizou, os sócios foram informados de que a Associação estava a contactar as empresas onde trabalhavam os moradores, no sentido de obter autorização para os dispensar, a fim de poderem realizar os trabalhos de AC.

A grande maioria da população do bairro encontrava-se empregada (indústria e serviços), o que poderia dificultar a participação nas diversas ações previstas. E para conseguir esse objetivo era necessário obter das empresas empregadoras autorização para os dispensar para executar os trabalhos em AC. Com os conhecimentos da UCIDT e dos seus dirigentes, a PRODAC diligenciou para que os moradores fossem dispensados alguns dias, mas sem perda de vencimento.

Depois de uma sétima reunião deste grupo dirigido por Maria Figueirinhas, em que se abordaram diversos assuntos, foi feita uma avaliação sobre o que cada membro pensava sobre todo o processo participativo. No geral, a opinião foi positiva, sendo feitas sugestões de melhoria. Um deles terá dito, “Acho que as reuniões foram muito úteis mas parece-me que ainda não estamos lá muito aptos a trabalhar uns com os outros. Precisamos de nos reunir mais uma ou duas vezes”. Esta sugestão foi aceite por diversos membros, que propuseram reunir-se sem precisarem da orientação da coordenadora, no que esta concordou. (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 68)

Também se combinou o modo de proceder em relação aos aspectos técnicos da construção, em futuras reuniões. As decisões das várias reuniões ficavam escritas e cada chefe de grupo apresentava essas decisões numa reunião geral, com os chefes de todos os grupos. Para Maria Figueirinhas, a avaliação das diferentes reuniões do grupo que dirigiu foi muito positiva, tendo sido registada uma grande participação dos seus membros. Estes demonstraram uma crescente maturidade coletiva, o que resultou na decisão do grupo continuar a reunir por sua própria iniciativa:

“É bem significativo tudo o que se depreende dessa atitude: consciencialização da necessidade das reuniões e da sua importância imprescindível no programa. O terem prescindido da minha presença significa um certo amadurecimento de parte do grupo e não dependência que seria, em certo aspeto, negativa.” (FIGUEIRINHAS, 1972, p. 69)

Para concluir as habitações da 1ª fase, restava a execução dos diversos trabalhos em AC, que incluíam as pinturas, a colocação dos pavimentos, de torneiras, de tomadas elétricas e outro tipo de pormenores. Nesta fase da obra, a PRODAC fornecia os materiais aos moradores que se dirigiam ao seu armazém para receber o que lhes estava destinado. Mas, por opção de cada morador, a escolha dos materiais podia ser alterada com autorização da Associação que, sendo informada, fornecia materiais diferentes ou permitia outras opções por iniciativa e a cargo do morador (*Entrevista a 4 moradores do Bairro da PRODAC*, 2015).

A fase final da obra deu-se uns meses depois de ter sido concretizado o empréstimo do estado, como veremos a seguir.

3.5.6 A INTERRUPÇÃO DA OBRA E O EMPRÉSTIMO DO ESTADO (FNAF)

A primeira fase da obra tinha-se iniciado em Junho de 1971, como consta do documento, *Estudo relativo à Construção de 1283 Fogos, Início da Construção das Casas produzido pela Associação* (PRODAC, 1971a).

25. *“Foi então que a intervenção do Dr. João Salgueiro se mostrou preciosa. Através de pessoa amiga, fizemos-lhe chegar a ideia que começava a surgir, de motivar toda a população do bairro a deslocar-se à praça do Município, no sentido de pressionar uma solução. Atualmente fazer manifestações é vulgar, assistimos a elas quase todos os dias. Mas estávamos em 1971 e, apesar da ‘primavera marcelista’ essa atitude coletiva era impensável e nunca se verificara antes. Mas a ideia resultou, e enviado o ‘recado’ ao governo, foi nomeado um técnico do Ministério de Rebelo de Sousa e Silva Pinto para estudar o assunto e, no prazo de um mês foi redigido e aprovado o Dec. Lei nº 577/71, prazo nunca antes registado na elaboração de um Decreto.”* (COELHO, 2013)

26. *“Assim previa gastar com a construção das habitações 83.000 contos em materiais de construção, montagens e serviços especializados, e 24.000 contos em trabalhos de autoconstrução na fase de acabamentos. Refere no mesmo discurso que estavam previstos 3.500 contos em serviços de promoção social, e que os encargos da CML seriam de 25.000 para a urbanização, infra estruturas e equipamento social.”* (PRODAC, 1972b)

No início, o avanço das obras a grande velocidade era um fator muito motivador para todos os intervenientes, desde os dirigentes e funcionários da Associação, aos próprios moradores, os principais interessados nas habitações. No entanto, a partir de certa altura, os meios financeiros obtidos com a inscrição dos moradores não eram suficientes para continuar a suportar os encargos com os trabalhos em curso (COELHO, 2013, p. 12).

Entretanto, o pedido de empréstimo ao Estado, que tinha sido feito através do Ministério das Corporações e Previdência Social (através da FNAF) não tinha ainda uma resposta e, a manter-se o impasse, a paragem das obras era inevitável. A confiança que a população colocava no processo poderia, assim, ser posta em causa, pondo em risco toda a operação e, em especial, a adesão dos moradores na fase de AC. Neste contexto perturbante, a PRODAC teve que pressionar o ministério respetivo, procurando desbloquear rapidamente o processo. O modo pragmático como este foi conduzido pela PRODAC, produziu efeitos surpreendentes no seu difícil desbloqueamento, o que permitiu a continuação da obra.²⁵

Em Janeiro de 1972, o Estado assinou através da Direção dos Serviços de Habitação Económica do Ministério das Corporações e Previdência Social, uma escritura de empréstimo à PRODAC, desbloqueando, no curto prazo, a verba do Fundo Nacional do Abono de Família (FNAF) para as obras, entretanto, já iniciadas. No discurso que se seguiu à cerimónia, Dias da Cunha, Vice-Presidente do Conselho Administrativo da PRODAC, alude à construção da fase seguinte da obra (Fase II), só possível com o empréstimo do Estado (obra orçamentada em oitenta e três mil contos).²⁶

No discurso de Dias da Cunha, é referido o estudo financeiro, onde está prevista a componente de mão-de-obra como contributo para diminuir o custo da habitação na fase de acabamentos, com ênfase para a componente de AC:

“Esta obra não é apenas um bairro construído para a população, mas um bairro que a população constrói para si e paga integralmente. Na

realidade, a população não só contribui com uma participação direta em trabalho valor se estima em 24 000 contos, como ainda assume o encargo de repor o custo do empreendimento. Neste momento o custo das quotizações voluntárias atinge cerca de 4 800 contos, devendo totalizar a amortização dos empréstimos em 10 anos.” (CUNHA, 1972, p. 4)

27. “(...) um investimento de 83 000 contos em materiais de construção, montagens e serviços mais especializados, cerca de 24 000 contos em trabalhos de autoconstrução na fase de acabamentos, e mais 3 500 contos em serviços de promoção social até ao termo do programa em curso. Isto sem contar com os encargos já assumidos ou a assumir pela Camara Municipal de Lisboa em urbanização, infraestruturas e equipamento social que orçam 25 000 contos.” (CUNHA, 1972 p. 3)

A PRODAC comprometia-se a amortizar o empréstimo, no valor total de sessenta mil contos e no prazo de doze anos, em condições particularmente vantajosas, com uma taxa de juro muito baixa, comparativamente a outros financiamentos públicos (PRODAC, 1972b).

No acordo, a CML viabilizava o empréstimo como entidade fiadora, responsabilizando-se pelo cumprimento das condições de pagamento.²⁷ No ato da assinatura, estiveram presentes o Ministro das Corporações e Providência Social, Dr. Baltazar Rebelo de Sousa, o Secretário de Estado (Trabalho e Previdência Social), Dr. Silva Pinto e o Presidente da CML, engenheiro Santos e Castro. Em representação da PRODAC, esteve o Vice-Presidente do Conselho Administrativo, o Comendador Dias da Cunha.



FIG 37

Antigas instalações da PRODAC, na rua José do Patrocínio, utilizadas durante o realojamento.

FIG 38

Notícia do empréstimo do Estado à PRODAC que permitiu prosseguir a obra.

ASSINADO O EMPRÉSTIMO À PRODAC Está a concluir-se em Marvila um conjunto de habitações auto-construídas por moradores de barracas



O Governo concede um empréstimo de 40.000 contos à PRODAC (Associação de Produtividade na Autoconstrução) para autoconstrução de habitações destinadas aos ocupantes de barracas da Quinta do Marquês de Abrantes a Marvila. A comissão de estudos do empréstimo, que decorre na sala de reuniões da Vale Fundaç, analisou o ministro das Corporações e Previdência, o secretário de Estado do Trabalho, o

nomeamento de equipamento urbano evoluiu com maior incidência na promoção social dos agregados: transportes, assistência infantil, educação, saúde, criação de empregos ou ocupação de tempos livres.

«HA QUE ESTABELEÇER PRIORIDADES.»

Num relatório da PRODAC pode ler-se o seguinte: «Situação do problema.

vidade na Autoconstrução tentada por iniciativa da Caritas e da UCIDT, no desajo de contribuir para a resolução do problema habitacional em Lisboa e nas áreas próximas dentro de um sentido criado.

Segundo a PRODAC, a solução apresentada não é panaceia, solução universal do problema de habitação de Lisboa ou do País. Não se pretendeir pois que seja um exclusivo. Haverá assim lugar para obras car-

Marguês de Abrantes e do Bairro Chinês, «complexo habitacional» que reflecte os enormes problemas em que se debate elevado número de habitantes da cidade, pela PRODAC, abrangendo diversos sectores de acção social, entre os quais o da alfabetização. A introdução do programa é do seguinte teor: «A desproporção existente entre as necessidades habitacionais e as possibilidades de construção exige que se estabeleçam prioridades no modo de aplicação dos meios disponíveis a fim de se conseguir o seu máximo rendimento e de se evitar as incidências negativas que as condições de habitação produzem nos agregados familiares e que se repercutem não só na Saúde Física e Moral e na Educação, mas ainda no meio de trabalho (absentismo, acidentes de trabalho...)

«De harmonia com os conceitos definidos no «Colóquio sobre Política da Habitação» (Lisboa, 1969), poderemos considerar, os agregados familiares que habitam na Quinta do Marquês de Abrantes, de economicamente insubverves. A fim de se conseguir evitar (ou atenuar) este estado de insubversão, torna-se necessária «uma acção a prazo que vise a promoção sócio-ocupaçã desta população e, com ela, a capacidade de suportar os encargos condicionados da habitação de carácter social. Na fase actual de carência, e como acção imediata, o sector público terá, sobretudo, que fornecer locais adequados para a instalação de alojamentos a fomentar, com assistência económica e técnica, as oportunidades de cooperação, iniciativa e trabalho das populações, aplicadas na construção ou na recuperação dos próprios alojamentos. As formas de construção de casas nucleares estruturais em terrenos ocupados a prazo, sobre regime de direito de superfície, merecem estudo para aplicação nestes casos e aliás mesmo noutros de estratos de população com

maior capacidade económica.

«No desajo de colaborar na resolução do problema habitacional dos que não possuem casa ou que não possam, pelos seus fracos recursos, consegu-la, constituiu-se, por iniciativa da CARITAS e da UCIDT (União Católica dos Industriais e Dirigentes de Trabalho), a PRODAC (Movimento de Autoconstrução Organizada) que pretende ser um foco inspirador de novas soluções onde a construção se faça à luz dos recursos nacionais, das necessidades sentidas e sem fim lucrativo.

«A autoconstrução exige uma participação consciente e activa dos grupos auto-construtores e suas famílias em todas as fases inerentes ao seu processo, possibilita que estes concretizem juntos um objectivo — uma casa — e vivam em comum uma experiência mediante uma adequada divisão de tarefas de acordo com as suas aptidões, capacidades e possibilidades. Não se pretende «dar», paternalisticamente, uma casa a cada família de uma carenciada, exigindo-se-lhe em contrapartida uma possibilidade na acção e na acção feita, não seria mais do que uma simples transmissão de bens tendente a estimular um determinado estado de carência: não constituiria mais do que um empobrecimento do ser humano a quem se negaria a capacidade, pelo menos parcial, de ultrapassar uma situação difícil a partir de um mínimo de possibilidades. Para além duma situação objectiva a conseguir — uma casa que permita uma vida de acordo com a dignidade humana, que seja mais do que um simples abrigo ou um nicho, impossível — conseguir um estado de evolução integral em cada uma e em todas as famílias — motivar a popu-

lação para uma autenciedade de vida social, libertando os indivíduos e os agregados familiares do seu isolamento — conseguir que as pessoas aprendam a reunir-se, a encontrar um plano de acção adaptado às situações concretas, a resolver em conjunto as suas dificuldades — consciencializar os indivíduos, os grupos e os intervenjos das suas possibilidades (que deverão desenvolver) e limitações (que deverão superar) — provocar e obter um maior e adequado ajustamento social.»

«A autoconstrução exige uma participação consciente e activa dos grupos auto-construtores e suas famílias em todas as fases inerentes ao seu processo, possibilita que estes concretizem juntos um objectivo — uma casa — e vivam em comum uma experiência mediante uma adequada divisão de tarefas de acordo com as suas aptidões, capacidades e possibilidades. Não se pretende «dar», paternalisticamente, uma casa a cada família de uma carenciada, exigindo-se-lhe em contrapartida uma possibilidade na acção e na acção feita, não seria mais do que uma simples transmissão de bens tendente a estimular um determinado estado de carência: não constituiria mais do que um empobrecimento do ser humano a quem se negaria a capacidade, pelo menos parcial, de ultrapassar uma situação difícil a partir de um mínimo de possibilidades. Para além duma situação objectiva a conseguir — uma casa que permita uma vida de acordo com a dignidade humana, que seja mais do que um simples abrigo ou um nicho, impossível — conseguir um estado de evolução integral em cada uma e em todas as famílias — motivar a popu-

presidente do Município de Lisboa e outras entidades, seguindo uma visita ao primeiro conjunto de autoconstrução em acampamento na cidade zona da cidade.

Iniciativa da União de Caridade Portuguesa, Caritas a PRODAC está empenhada na resolução dos problemas habitacionais em Lisboa e nas áreas próximas, «dentro de um sentido cristão. Os seus fins são assistenciais e educativos, conforme se pode ver pelos respectivos estatutos.

«Colaborar, em boas condições económicas, higiénicas e morais, na resolução do problema habitacional daqueles que não possuem casa ou não podem, pelos seus fracos recursos, consegu-la;

«Colaborar na elevação do nível de vida social, moral, cultural, e religioso, auxiliando a sua promoção com actividades e obras complementares de assistência moral, material e de serviço social que se considerem necessárias.

A PRODAC procura:

«Despertar as pessoas e as instituições, sobretudo as ligadas à construção para um novo espírito de franca colaboração.

«Interessar os particulares os que podem e os que precisam, pela realização duma programação amplamente sentido por todos. Estudar soluções ligadas às situações de facto que requeiram fortemente o investimento inicial de modo a poder atingir a curto prazo mais vastas camadas da população carenciada.

«Não comprometer a possibilidade de participação trabalho e prossecução de família e permitir dedecar os recursos existentes para a construção e funcio-

A antena de televisão nada significa preocupação, o problema de habitação aliás como a toda a parte responsável. O elevado número de pessoas que vivem em condições precárias na periferia de Lisboa e noutros pontos do País exige a mobilização dos melhores esforços. Não pretendemos entrar na análise das causas do fenómeno da carência habitacional, sobretudo em Lisboa embora as não ignoremos, aduzimos, sentimos a necessidade de pensar os problemas nacionais como um todo, dado o crescimento demográfico da população em estudo feito em 1964 havias no País uma necessidade de cerca de 500.000 habitações (150.000 para desdobramento de alojamentos superlotados e 150.000 para famílias sem habitação ou vivendo em lugares) ainda por esse estado para satisfazer a necessidade resultante deste crescimento seria necessária a construção de 16.000 fogos em cada ano, em face da desproporção entre as necessidades e as possibilidades de realização há que estabelecer prioridades no modo de aplicação dos meios disponíveis, que devem ser utilizados no seu máximo rendimento, em dois modos possíveis de ampliar estes meios: é fomentar a criação e apoiar o desenvolvimento de organismos ou entidades particulares que se mostrem válidas nos seus princípios e compromissos na execução; estas entidades funcionariam como participantes activos dentro de uma estrutura geral ou seguem a nível nacional, e participando no contexto económico-social do conjunto do País.

Nesta linha aparece-nos a PRODAC, Associação de Produtividade para bem fazer, para programações municipais e da Previdência, para as Fundações, etc.

«AGREGADOS FAMILIARES ECONOMICAMENTE INSUBVERVES.»

O programa de promoção social iniciado e a desenvolver com os habitantes da Quinta do

Os habitantes destas barracas vão construir as próprias casas

Segundo o engenheiro Pinto Coelho, a decisão final sobre o empréstimo do governo dependeu da intervenção de Rebelo de Sousa, Silva Pinto e João Salgueiro, na Presidência do Conselho de Ministros, que terá tido um papel fundamental na garantia do financiamento, junto a Marcelo Caetano: "A determinação de vários membros do governo no apoio a este projeto de realojamento terão sido muito relevantes na viabilização do empréstimo". Assim, após um curto período de abrandamento das obras, estas foram retomadas, em grande ritmo, a partir de Fevereiro de 1972 (COELHO, 2013, p. 12).

3.6. A conclusão das obras e o Realojamento

3.6.1 A OBRA E A UTILIZAÇÃO DA AUTOCONSTRUÇÃO

28. “Para os homens, o ensino das tarefas inerentes à conclusão das casas em regime de autoconstrução, como sejam, assentamento de portas e janelas e colocação de vidros, colocação e afagamento de tacos no pavimento, instalação elétrica, pintura das paredes interior e exterior. (...) Em relação às mulheres, havia aulas teóricas e práticas de puericultura, economia doméstica, cuidados de higiene e saúde, alimentação, correta utilização dos espaços dentro do fogo, influencia nos comportamentos dos componentes do agregado, das cores das paredes que iriam escolher para os diferentes compartimentos da casa, etc” (COELHO, 2013 p. 10)

Ultrapassadas as dificuldades de financiamento, cabia à *Associação* e também à CML terminar a primeira fase do Plano de construção do bairro e iniciar a segunda, com a ocupação do vale Fundão, na Quinta Marquês de Abrantes.

Na fase que correspondia aos acabamentos, cada família deveria contribuir com um número de horas de trabalho em obra, devendo o seu representante trabalhar integrado nos grupos de AC, anteriormente criados.²⁸

Em termos organizativos, havia reuniões periódicas com os chefes dos grupos de autoconstrução, nas quais a PRODAC os consultava sobre diversas decisões, tanto em relação ao projeto de arquitetura, como a vários aspetos relativos à obra. Os participantes nestas reuniões eram igualmente informados sobre muitas outras iniciativas da vida coletiva do bairro e da gestão da *Associação*. Com esta hierarquização, se criaram as Comissões de Gestão do Bairro:

“Iniciava-se assim a apropriação e a ligação afetiva das famílias às suas casas, fator fundamental para a sua utilização e conservação.” (COELHO, 2013, p. 10)



FIG 39
Sócios - Moradores -
Autoconstrutores.

FIG 40

Vista de pássaro
da Zona Norte.



No relatório que elaborou sobre o desenvolvimento do processo desta fase, Pinto Coelho descreve o cotidiano dos trabalhos de AC:

“Aos fins de tarde e fins de semana, homens, mulheres e crianças realizavam os trabalhos, aprendidos pelos chefes de família, e enquadrados por monitores de auto construção do quadro técnico-social da PRODAC. (...) Também a entreaajuda entre vizinhos do mesmo grupo foi importante, pois enquanto um mais adaptado, colocava por exemplo os tacos do pavimento de sua casa e na casa dos seus amigos, recebia em troca a ajuda destes na montagem da sua instalação elétrica ou das janelas ou em qualquer outra tarefa.” (COELHO, 2013, p. 10)

As obras da 1ª fase, iniciadas em Outubro de 1971, foram concluídas ainda em 1972, após a referida interrupção e o retomar das obras.

3.6.2 AS OBRAS DA 2ª FASE

Em Fevereiro de 1972, reiniciaram-se as obras relativas à conclusão da primeira fase e ao início da segunda, mantendo-se a opção da realização dos trabalhos em pré fabricação e com a mesma empresa anteriormente contratada.

A partir do momento em que as peças pré-fabricadas começaram a ser executadas junto ao local da obra, a fase da pré-fabrica-

ção passou a construir-se a um melhor ritmo, devido a um estaleiro mais organizado.

“Assim as obras puderam avançar sem mais obstáculos e atingir um ritmo excepcional como atrás referimos, semanalmente controladas por um programa (pert) estudado e desenhado com o apoio de um especialista em programação.” (COELHO, 2013, p. 13)

A execução dos acabamentos da primeira fase, na zona Norte, fora o primeiro teste à capacidade de realização dos grupos de AC. Os trabalhos de acabamento foram apoiados pela PRODAC e os grupos de AC foram eficazes, contando com uma excelente interação entre vizinhos.

A segunda fase da obra, localizada no Vale Fundão (a Sul), para além de representar um volume muito maior (seis vezes mais o nú-

FIG 41
Notícia dos primeiros realojamentos.

UM EMPREENDIMENTO DE AUTO-CONSTRUÇÃO EM MARVILA

JÁ HABITADAS AS PRIMEIRAS 84 CASAS

CONSTRUÍDAS POR ANTIGOS MORADORES DE BARRACAS

O difícil trabalho se converteu em sucesso — mesmo nos terrenos agitados de São Paulo — graças ao trabalho de uma comissão de moradores da Quinta de Maravilha de Alvorada encabeçada por uma comissão de ex-antigos moradores de barracas que conseguiu obter a exatidão necessária para a construção de uma comunidade habitacional em São Paulo. O trabalho se desenvolveu com rapidez e eficiência, graças ao trabalho de uma comissão de moradores de barracas que conseguiu obter a exatidão necessária para a construção de uma comunidade habitacional em São Paulo.

O grande sucesso das quitetas com barracas

MOVIMENTO DE 3.000 CONTOS/MÊS DE OBRAS

MAIS DE 130 CASAS EM ACABAMENTO

INICIOU-SE A CONSTRUÇÃO DE CRECHES, ESCOLAS E JARDINS-DE-INFÂNCIA

Um programa de 1300 fogos

Adaptação a uma vida social com certos regras constitui um trabalho difícil

DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR

FIG 42
Zona Norte e Zona Sul
(Vale Fundão).

42a
Planta de implantação
das duas primeiras
fases do plano
da PRODAC.

42b
Planta de implantação
de parte da Zona Sul,
2ª fase da obra.
Desenho das tipologias,
edifícios de 2 pisos.



42a



43b

mero de habitações), era de mais difícil construção, por ser um terreno acidentado. No terreno, a montagem das peças era, também, mais complicada por se tratar de dois pisos com uma escada de acesso em cada bloco de duas habitações, esquerdo/direito.

Um morador da Zona Sul descreve os trabalhos correspondentes à segunda fase do processo da obra no Vale Fundão, num livro recentemente publicado pela SCML sobre a PRODAC:

“Fazíamos uma requisição e a PRODAC cedia os materiais. Depois usávamos como sabíamos e podíamos para rebocar, tapar as frechas, colocar azulejos, nivelar o chão e por aí fora. Quem não sabia pedia ajuda aos amigos e familiares. Criou-se uma dinâmica de grupo em que decidíamos: neste dia vamos a casa daquele, noutra dia vamos a casa deste... Era o mesmo que se fazia na aldeia por altura das colheitas.” (GOMES, 2015, p. 145)

Segundo alguns moradores da zona Sul, com quem conversámos, a PRODAC não contabilizava estas horas dos trabalhos em AC, nem dirigia a intervenção dos grupos em obra. Na opinião destes, os grupos

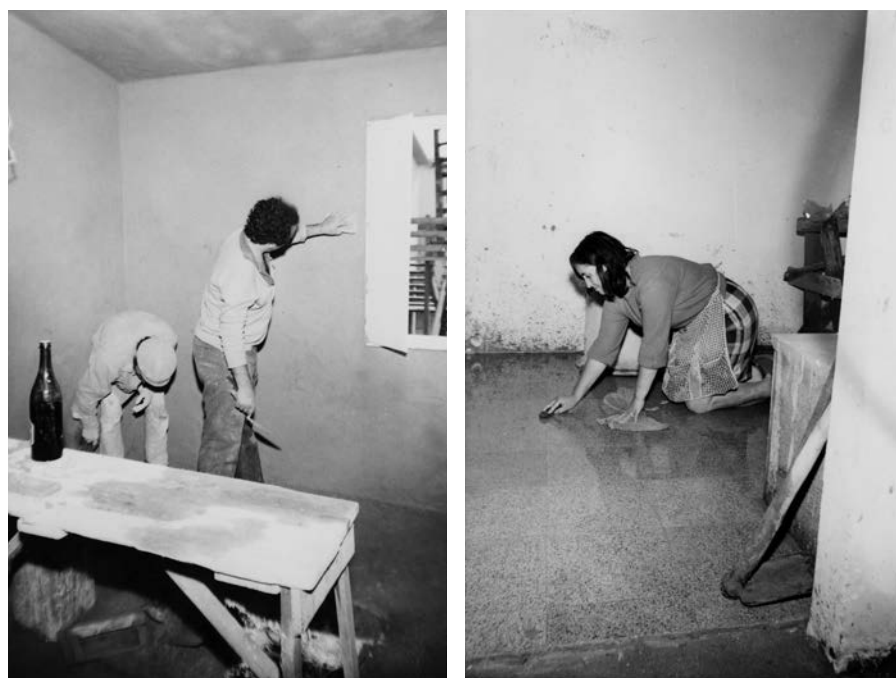
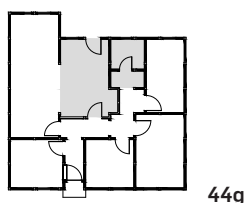
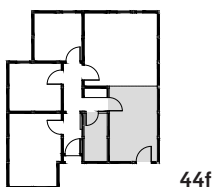
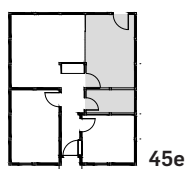
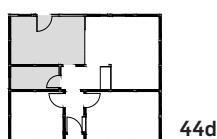
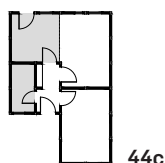
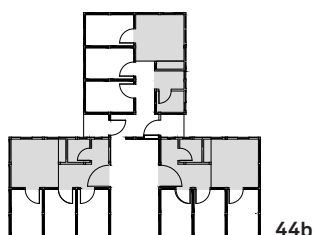
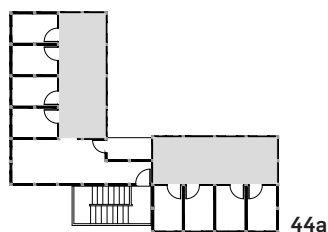


FIG 43
Sócios - Moradores -
Autoconstrutores.



funcionavam bem em autogestão e isso correspondeu a uma ausência da Associação durante a fase de autoconstrução (*Entrevistas a 4 moradores do Bairro*, 2015). Ficou por apurar se a Associação controlava, de fato, o processo de AC, ou se estes trabalhos se realizaram em autogestão e, na sua maior parte, por iniciativa dos moradores: “As horas nunca foram contabilizadas pela PRODAC. Quem não soubesse pintar pedia a quem soubesse, havia quem o fizesse, a troca era por necessidade!” Os moradores fazem ainda referência aos trabalhos de AC, que funcionaram nas obras da zona sul em completa autogestão, com os grupos a organizar todos os trabalhos, depois de concluída a obra em pré fabricação: “a PRODAC perdeu o controle da obra após a saída da empresa de pré fabricação”. (*Entrevista a 4 moradores do Bairro*, 2015)

Não temos dúvidas de que os moradores organizados nos grupos de AC estiveram empenhadamente envolvidos em todo este processo, tirando partido das dispensas permitidas pelos patrões e das poucas horas livres que conseguiam ao final do dia e também aos fins de semana. Aos grupos, associavam-se os vizinhos, os outros elementos do grupo de AC, assim como outros elementos das famílias.

No Vale Fundão, estavam em construção 510 habitações (2ª fase) e as famílias que as iriam ocupar cooperaram entre si, para a escolha da sua habitação, integradas nos grupos ou em modo de auto organização. O objetivo era a rápida conclusão dos trabalhos de acabamento das casas. (*Entrevistas a 4 moradores do Bairro*, 2015) Os representantes dos grupos de AC, que tinham recebido formação da Associação para executar os trabalhos de acabamentos, contavam com o apoio dos restantes elementos, o que exigia organização interna, disponibilidade e entusiasmo das próprias famílias. Sabemos ainda que cada família, os grupos de AC e outros moradores tinham também ajudado a executar as mais diversas tarefas, em todas as habitações:

“*todos participaram, e durante a construção a participação dos grupos de AC e outros moradores fez-se da primeira à última das habitações.*” (*Entrevistas a 4 moradores do Bairro*, 2015)

FIG 44

Tipologias da Zona Sul,
2ª fase do plano com
indicação das cozinhas
e instalações sanitárias.

44a
Planta do T0 A

44b
Planta do T0 B

44c
Planta do T1

44d
Planta do T2 A

44e
Planta do T2 B

44f
Planta do T3

44g
Planta do T4

A parte importante da obra e o fornecimento dos materiais aos moradores foi feita pela Associação, cuja sede se situava próximo do bairro.

A 2ª fase estava completa em Junho de 1973 e a inauguração, que foi organizada pela PRODAC, contou com a presença do presidente Américo Thomaz. Mas, segundo os moradores, não se realizaram festejos no bairro (*Entrevista a 4 moradores do Bairro*, 2015).

A conclusão das habitações das duas primeiras fases fez-se num período muito curto, inferior a dois anos, o que só foi possível graças às características do sistema construtivo utilizado e ao fato da empresa construtora ter atingido índices de produtividade muito elevados. As habitações construídas nestas duas primeiras fases são cerca de metade do total do Plano previsto para realojar todos os moradores inscritos na Associação.

A terceira fase, estava projetada para 595 habitações a serem construída num terreno incluído na Quinta dos Padres, na Quinta do Chalé (onde estava implantado o *Bairro Chinês*) e na Quinta das Flores. Para se prosseguir com esta terceira fase, era necessário que a CML procedesse a novas aquisições de terrenos. À semelhança do processo do realojamento inicial, quando a CML comprou os terrenos onde se situava parte do bairro (1971), agora deveria dar-se continuidade ao processo e garantir o mesmo tipo de apoio que a PRODAC tivera antes. O secretário geral da Associação refere que existiam muitas dificuldades no relacionamento com a CML, após a saída de Jorge Mesquita do GTH, em 1971. Estas dificuldades tinham a ver com “a expropriação e cedência de algumas parcelas de terreno, a execução de obras da responsabilidade da CML, o pagamento de faturas aos empreiteiros das infraestruturas e equipamentos, tudo foi dificultado” (COELHO, 2013, p. 11).

Em relação ao *Bairro Chinês*, a sua extinção dependia do prosseguimento do Plano ou de outra qualquer solução. Por este motivo, houve ainda uma fase transitória, em que a PRODAC introduziu melhorias no *Bairro Chinês*, uma vez que nele continuava a viver um número significativo de famílias.²⁹

29. Em Agosto de 1971, foram extintas as capoeiras e os quintais, devido ao perigo de cólera, de Setembro a Março de 1972, construíram-se redes de esgotos e, em Dezembro, o bairro passou a ter iluminação pública. (PRODAC, 1972c, p. 19)

3.6.3 ACORDO PRODAC / MISERICÓRDIA DE LISBOA

Vimos como a intervenção da PRODAC foi o resultado da cooperação com outras instituições, entidades e organismos do Estado apoiando o projeto.

Para prosseguir com o seu Plano de intervenção, a partir de Março de 1973, a PRODAC contou com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), assinando um acordo com esta instituição. A SCML iria executar o seu programa de forma conjugada com o programa de ação da PRODAC, dirigido, essencialmente, à área social. Conforme ficou estabelecido, o grande objetivo era o apoio às famílias que tinham residido em barracas, nas Quintas Marquês de Abrantes e das Claras, no *Bairro Chinês* e zonas anexas.

Neste acordo, os compromissos por parte da PRODAC previam a continuação dos programas de promoção social em curso, as ações de formação em tarefas de autoconstrução e uma listagem de atividades muito variadas. Também previa a construção e a conservação de um conjunto de edifícios de equipamento social, incluindo três jardins de infância, uma unidade de enfermagem, um centro de equipamento social e um refeitório.

A SCML comprometia-se a fazer o acompanhamento técnico do Programa Social da PRODAC e a assegurar o apoio às diversas atividades previstas no funcionamento destes equipamentos. Assegurava, igualmente, um apoio financeiro na compra de mobiliário e funcionamento dos centros de equipamento social, com pessoal e outros encargos inerentes.

Os estes acordos de cooperação com diversas entidades e instituições, garantiam a complementaridade nas ações conjugadas entre entidades públicas e privadas, e que foram essenciais, tanto na ação social envolvendo as populações, como no processo conducente à execução das obras do realojamento.

Esta cooperação conjunta integrava duas entidades privadas na área da intervenção social (PRODAC e SCML), uma autarquia local (Câmara Municipal de Lisboa), que estava empenhada, desde 1970, em “acabar com os bairros de barracas”, na cidade e os

organismos do Estado que, através da FNAF e do Ministério das Corporações e Providência Social, concederam o empréstimo para a construção do bairro.

“Vai fazer dois anos, decidi a Camara Municipal de Lisboa enfrentar o problema da habitação em barracas na área da cidade, congelando primeiro esse problema na dimensão que então tinha, impedindo portanto a sua multiplicação, e empreendendo depois uma campanha tendente à sua eliminação sistemática, com o alojamento das famílias em habitações condignas.” (CASTRO, 1972)

Em 1974, a PRODAC publica uma nova versão dos Estatutos da Associação. Entre outros aspetos, mantém-se a aposta na Autoconstrução, com reforço da sua posição na sua estrutura de funcionamento. No capítulo V dos Estatutos, é referida a criação de um Conselho de Auto construtores, um órgão constituído pelos representantes dos moradores pertencentes aos grupos anteriormente constituídos (PRODAC, 1974).

3.6.4 CONSIDERAÇÃO SOBRE O PLANO URBANO CONJUNTO

Consideramos que, no Plano de Realojamento (a Zona Norte, próxima da Zona J de Chelas, e o Vale Fundão), existe, no projeto, uma boa complementaridade entre o desenho urbano e os desenhos das habitações. O projeto da PRODAC procurou associar, de um modo harmónico, as duas escalas e uma conceção integrando tipologia/morfologia urbana, embora a resposta da primeira fase tenha características bastante diferentes das que, depois, são construídas, na segunda fase.

A diferença da proposta, numa e noutra zona, pode ter resultado, em grande medida, da adaptação às diferentes situações do contexto existente, sendo aqui de sublinhar, nesse aspeto, o tipo de envolvente – urbana e rústica e, igualmente, as características topográficas existentes.



45a



45b



45c



45d



45e



45f



45g



45i



45h



45j



45k



45l



45n



46m



45o

FIG 45

Vistas da Zona Sul, Vale Fundão. Solução de habitações geminadas em dois pisos com escada comum exterior. Utilização da morfologia em banda, com desenho geométrico aparentemente irregular.

A Norte, onde prevalece uma envolvente urbana densa, constituída por edifícios em altura, encontrando-se, algumas delas, a curta distância da intervenção, o terreno de implantação é, praticamente, plano. O projeto do primeiro grupo de 85 habitações constituiu como que uma resposta reativa à malha de Chelas, uma intervenção muito assumida, enquanto proposta provisória. Podemos dizer que as habitações se colocaram, nesta zona, como um conjunto regrado, em oposição e grande autonomia, em relação à malha de Chelas. Os projetistas desenharam uma maioria das frentes das casas contemplando a vista, a nascente e desfrutando da paisagem longínqua, que surge a partir do talude da encosta, que ladeia a estrada de acesso a este núcleo.

As bandas de moradias colocadas no terreno, de modo, aparentemente, não-geométrico, inserem-se numa organização que, numa primeira leitura, se reconhece irregular. A regra prevalecente é visível no destaque dado à colocação da maioria das bandas em orientação norte-sul, cerca de 80% do conjunto. Por outro lado, estabelece-se alguma hierarquia de subgrupos, em relação ao conjunto configurando entre três e dez casas. Contudo, a geometria está muito presente, definindo um eixo ortogonal, onde se inscrevem as bandas em duas únicas orientações, com as habitações destes subconjuntos colocadas sem alinhamento de fachada, mas com regra de ortogonalidade. Com um único piso e colocadas dentro de cada banda, sempre desfasadamente em relação à fachada, as moradias configuram um ambiente onde prevalece certa privacidade de vida. Estas moradias “económicas” dispõem de horta ou de pequeno jardim, permitindo um género de vida quase rural, em contraste com a descrita envolvente urbana.

A Sul, a intervenção tem seis vezes mais habitações do que a Norte, sendo a envolvente próxima caracterizada por ter quintas e construções rústicas ou com pouca urbanidade, surgindo, ainda bastante distante, a visão das torres da zona J.

Aqui se percebe que existiu um grande esforço de projeto, um programa denso, a ter que ser adaptado a um terreno muito acidentado, em toda a encosta, sendo necessário criar pesadas

infraestruturas (estradas, passeios, eletrificação, canalizações e arranjos exteriores), de complexidade técnica considerável.

Todo esse grande esforço coloca-nos a questão de saber se o enorme investimento feito se justificava no contexto da transitoriedade, de um realojamento para durar doze anos.

No Vale Fundão, a configuração morfológica do terreno de topografia côncava, ou *em concha*, criou uma ocupação das encostas, numa relação urbana de intimidade, deixando longínqua a relação visual, que se estabelece com a malha a Sul, em Chelas.

Em síntese, pode-se concluir em relação ao conjunto das duas fases que, a primeira se integra, discreta, mas autonomamente, na envolvente de Chelas, enquanto que, a segunda tem já uma dimensão e características que lhe permitiram manter a sua autonomia física, visual, promovendo um tipo de vivência mais personalizado e estável.

No Vale Fundão, a ocupação tem um traçado e uma geometria que não são perceptíveis do exterior em termos de volumetria, numa observação em perspectiva. Temos que nos socorrer das plantas desenhadas para encontrar uma regra de composição. E, então, verificamos que a implantação dos blocos (aparentemente irregulares) que acompanham as direções e as curvaturas das vias de acesso que, por sua vez, se adaptam à topografia, obedece a regras.

A volumetria do conjunto caracteriza-se pela ocupação com bandas habitacionais, nas duas encostas que, tanto a norte como a sul, estão ocupadas na sua totalidade, exceto na faixa da linha de água, onde se fez a zona verde. Todos os edifícios deste conjunto têm dois pisos e são duplos, em sistema esquerdo/direito, com escada exterior, formando conjuntos de quatro habitações simples. Estes estão, por sua vez, agrupados em séries de três ou quatro, formando bandas. As bandas nunca são lineares, essa é a sua regra e o que prevalece é o desalinhamento sistemático dos planos das fachadas. Apesar da irregularidade ou, graças a ela, os edifícios ganham alguma privacidade em resultado da configuração criada.

Na implementação dos blocos não existe uma orientação solar dominante, mas várias, aparentando uma anarquia direcional. A mais utilizada foi a direção norte/sul, surgindo outras, em sentido oblíquo. A sua característica principal é a ocupação de percursos definidores que se desenvolvem nas encostas viradas a norte e a sul.



FIG 46
Vista atual das habitações de um piso. Quintais e arranjos exteriores.

Depois de concluída a segunda fase do plano, a CML não cooperou com a PRODAC, como tinha feito anteriormente, e não expropriou os terrenos necessários à construção da terceira fase do plano. A CML atrasou alguns dos compromissos assumidos e problemas que surgiram inviabilizaram a conclusão do Plano (Coelho, 2013).

A PRODAC foi extinta como Associação, em 1983, ficando, no entanto, o seu nome ligado ao Bairro. Os moradores criaram duas associações de bairro na defesa dos seus interesses, a da zona Norte e a da zona Sul (vale Fundão).

As habitações iniciais mantiveram-se até à atualidade e estão ocupadas, na sua maioria, pelos primeiros moradores do Bairro Chinês.

O bairro da PRODAC resistiu a inúmeras vicissitudes de percurso, no que respeita à legalização das habitações. As políticas municipais que se pronunciaram sobre a sua existência, nem sempre procuraram manter a sua continuidade e, durante décadas, estes moradores temeram perder as suas casas, pois nunca foram legalizadas, nem são propriedade sua, pertencem à CML. Ainda hoje, estes moradores lutam pelo seu direito à propriedade das habitações, estando, no entanto, garantida pela Câmara a emissão de licenças de habitação.



FIG 47
Vista atual das habitações
de um piso, Zona Norte.
Quintais e arranjos
exteriores e zona J
de Chelas, ao fundo.

Referências Bibliográficas

A consciência Cristã e o direito à Habitação. Lisboa: **Diário de Lisboa**, 12 de Março de 1970

A solução do problema habitacional, objetivo da campanha da Caritas. Lisboa: **Diário de Notícias**, 25 de Dezembro de 1969.

ÁLVARO, José Reis. *Auto-Construção in* Colóquio sobre Política de Habitação. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. 1969.

Autoconstrução: A “Prodac” faz. Entrevista a Reis Álvaro/Pinto Coelho. **O Observador**. Lisboa, Fevereiro 1972

BANDEIRINHA, José António. Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal. *JA, Jornal dos Arquitectos*. trimestral, Jan- Março de 2007, Vol. 226, Arquitectura.

BAPTISTA, Luis Vicente. *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa.* Oeiras: Celta Editora, 1999.

CARDOSO, Ana. *A outra face da cidade : pobreza em bairros degradados de Lisboa.* Lisboa: C.M.Lisboa, 1993.

CASTRO, Augusto Santos e. Discurso do Presidente da CML. *Escritura do empréstimo da F.N.A.F. à PRODAC com garantia da CML.* Lisboa: s.n., 1972.

CML. Lisboa o Outro Bairro. *Os Provisórios do Estado Novo.* Dezembro de 1999.

CML. Revista do Gabinete Técnico de Habitação. nº1, 1964.

CML. *SOCASPRÉ, Sociedade de Casas Pré-fabricadas. Construção de moradias.* Lisboa: s.n., 1971.

CML/ Gebalis. Breve historial, Origem dos habitantes: Quinta Marques de Abrantes. *Lisboa- O outro Bairro*, nº 3. Abril de 2001.

COELHO, Mário Pinto. *História da PRODAC.* Arquivo pessoal do autor. 2013.

Colóquio sobre Habitação. **Ministério das Obras Públicas.** Lisboa: LNEC, 1969.

Começam já em Outubro os trabalhos de Autoconstrução na Quinta Marquês de Abrantes. **Diário de Lisboa.** Lisboa: s.n., 30 de Setembro de 1970, Diário de Lisboa.

CUNHA, Dias da. Discurso proferido pelo vice-presidente do conselho administrativo da PRODAC. *Escritura do empréstimo da FNAF à PRODAC com garantia da CML.* Lisboa: s.n., 1972.

CUSTÓDIO, Jorge. Xabregas (Indústria). [autor do livro] Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA. *Dicionário de História de Lisboa.* Mem Martins : Gráfica Europam, 1994.

Entrevista a 4 moradores do Bairro da PRODAC. 19 de Junho de 2015 (em anexo, realizadas pelo autor).

Estatística, Instituto Nacional de. *Recenseamento Geral da População.* Lisboa : s.n., 1950, 1960, 1970, e 1981.

Experiência Piloto para Resolução do Problema Habitacional. **1º de Janeiro.** 28 de Março de 1969.

FIGUEIRINHAS, Maria. *Relatório de Estágio de 4º ano, realizado na PRODAC.* Lisboa : Instituto Superior de Serviço social de Coimbra/ PRODAC, 1972.

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge. *Caminho do Oriente: Guia do património Industrial.* Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

GOMES, Ana. Na génese do Bairro: a Participação. [autor do livro] Susana e Gomes, Ana Ferreira. PRODAC, *Comunidade em Construção*. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015.

Jornal *O Comércio*. Lisboa, 28 de Março de 1969.

Jornal *O Século*. Lisboa, 9 de Março de 1970.

Jornal *O Século*. Lisboa, 10 de Março de 1970.

Jornal *O Século*. Lisboa, 14 de Março de 1970.

Lisboa não pára de crescer. Diário de Notícias. Lisboa: s.n., 25 de Setembro de 1970.

Mil e duzentas casas novas para a população das barracas.

O Século. 19 de Setembro de 1970, *O Século*, p. 10.

Ministério das Obras Públicas. Decreto Lei 28912. 12 de Agosto de 1938.

Ministério das Obras Públicas. *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1951.

MONAC. *Estatutos*. Coimbra: s.n., 1957.

NUNES, João Pedro Silva e SEQUEIRA, Ágata Dourado.

O Fado de Marvila. *Fórum Sociológico*. 2011, Vol. 21.

NUNES, João Pedro Silva. *O Programa Habitações de Renda Económica (Lisboa, 1959-1969)*, in *Revista Análise Social*. Vol. 206. Lisboa: ICS, 2013.

O primeiro grande passo para acabar com as Barracas. Diário de Notícias. 1970. Lisboa: s.n., 1 de Outubro de 1970.

PEREIRA, Raúl da Silva. *Direito à Habitação in Colóquio sobre Política de Habitação*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. 1969.

PORTAS, Nuno. *Funções e Exigências de Áreas da Habitação.*
Lisboa: LNEC, 1969.

PORTAS, Nuno. O processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local,
in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol. nº 18/ 19/ 20, Habitação
Social, 1986.

Problemas de Habitação discutidos em Colóquio. Lisboa: Diário
Popular, s.n., 12 de Março de 1970, .

PRODAC. *Estatutos.* Lisboa: s.n., 1968a.

PRODAC. Esquema para a reunião de 1 de Outubro de 1968.
Lisboa: s.n., 1968b.

PRODAC. PRODAC- RELATÓRIO. 1968c.

PRODAC. *Regulamento Interno da PRODAC, algumas alíneas.*
Lisboa: s.n., 1968d.

PRODAC. *Plano de Transferencia de algumas Barracas da Quinta
do Ourives para casas Pré-fabricadas na Quinta do Ferrador.*
Lisboa: s.n., 1969.

PRODAC. *Programa de Promoção Social iniciado e a
desenvolver com os habitantes da Quinta Marques de Abrantes
e bairro “Chinês”.* Lisboa: Associação de Produtividade na
Autoconstrução, 1970a.

PRODAC. *Contrato entre a PRODAC e os seus sócios beneficiários, em
relação aos fogos construídos nas Quintas Marquês de Abrantes,
das Claras, Bairro “Chinês” e anexos.* Lisboa : s.n., Outubro de
1970b.

PRODAC. *Contrato celebrado entre a PRODAC e a CML.* 7 de
Outubro de 1971a.

PRODAC. *Estudo relativo à Construção de 1283 Fogos, Início da
Construção das Casas.* Junho de 1971b.

PRODAC. *Memória Descritiva de Arquitetura*. Reis Álvaro e Manuel Bagulho. Lisboa: Fevereiro 1971c.

PRODAC. *Estudo relativo à construção de 1284 fogos*. 1972a.

PRODAC. Escritura do Empréstimo da F.N.A.F. à PRODAC. Lisboa: s.n., 1972b.

PRODAC. *Realojamento de 1300 agregados familiares residentes na Quinta Marques de Abrantes, bairro “Chinês” e Quinta das Claras*. s.l. : 1º Colóquio Luso-Brasileiro de “Desenvolvimento Integrado”, 1972c.

PRODAC. *Estatutos*. Lisboa: s.n., 1974.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal*, direção de José Mattoso, Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974), s. l., Círculo de Leitores, 1994.

S.P.S.C, PRODAC/C.M.Vila Franca de Xira. *Programa Geral e Definição de Atribuições Referentes à Mudança da População que Habita em Barracas, no Concelho de Vila Franca de Xira, em “Pedra Furada” e Olival do Borracho*. Abril, 1970.

VALSASSINA, Teresa. OLIVAIS E CHELAS, Operações Urbanísticas de Grande Escala. Disponível em: [www:<URL: https://www.researchgate.net/publication/237317952_olivais_e_chelas_operacoes_urbanisticas_de_grande_escal](http://www.researchgate.net/publication/237317952_olivais_e_chelas_operacoes_urbanisticas_de_grande_escal).

CAPÍTULO 4
Síntese Conclusiva

4.1 Breve resumo do realojamento da PRODAC

Na continuidade do Plano dos Olivais Norte e Sul, a CML constrói, na urbanização de Chelas, em finais de 1960, o Plano de Pormenor que se estendia até Marvila. O investimento em habitação social e a erradicação das barracas existentes eram temas que o presidente Santos e Castro fazia questão de divulgar publicamente. Em Chelas, a CML através do GTH, dirigido pelo engenheiro Carvalho Mesquita, planeava toda a estratégia de intervenção urbana e, nos anos 1969-70, a CML empenhou-se em demolir vários bairros de barracas existentes na zona de Chelas, realojando os seus moradores em habitações sociais na urbanização em curso.

Situado na zona de Chelas/ Marvila, o *Bairro Chinês* era o maior bairro de barracas da zona oriental da cidade. Encontrava-se implantado na Quinta Marquês de Abrantes e tinha mais de 2000 barracas, onde viviam cerca de dez mil pessoas.

A PRODAC foi criada em 1968, por iniciativa da Caritas e da UCIDT. Com características de Instituição Privada de Solidariedade Social, esta Associação de filiação católica, era um tipo de ONG destinada a construir habitação. Os seus Estatutos definiam o objetivo de intervir em zonas carenciadas e de construir habitação de baixo custo para populações desprotegidas, na zona de Lisboa.

A PRODAC planeou e geriu todo o processo de realojamento do *Bairro Chinês*, para uma duração de 12 anos, situado na Quinta Marquês de Abrantes. O Plano previu 3 fases de construção com 1283 habitações, tendo sido realizadas, apenas 585 habitações, correspondentes às duas primeiras fases, construídas entre novembro de 1971 e março de 1974.

4.2 Antecedentes da PRODAC

4.2.1 O MOVIMENTO COOPERATIVO NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS

A história da AC cooperativa mostra como, em diferentes épocas e regiões, a necessidade de apoio humanitário e de reconstrução

após crises sociais graves, guerras ou colapsos económicos corresponderam, frequentemente, ao surgimento de movimentos cooperativos ou de organizações locais com grande espírito de comunidade (Cap. 1).

Também em momentos de particular crise habitacional, como nas décadas de crescimento industrial, no caso da Alemanha do séc. XIX, ou depois da depressão económica de 1929, nos Estados Unidos, surgiram organizações cooperativas, onde era regra a interajuda e o espírito comunitário entre os moradores, frequentemente utilizando a AC (Cap. 1).

Num resumo histórico sobre Autoconstrução cooperativa, verificámos (Cap. 1) que a situação de carência habitacional na Alemanha industrial do séc. XIX, e também em momentos de reconstrução, depois dos períodos trágicos após a 1ª e a 2ª guerra mundial na Europa, corresponderam ao recurso a esta prática. Mostrámos, também (Cap 1), alguns exemplos de cooperativas que utilizaram a AC em obras de habitação, incrementando a participação e a interajuda entre os moradores (HARMS, 1982, p. 39-45).

Em comunidades rurais, no Estado de Pensilvânia (nos Estados Unidos, após a recessão de 1929), existiram cooperativas, onde foram utilizadas técnicas de AC no setor da habitação (HARMS, 1982 p. 26). Nestes exemplos, apresenta-se, com alguma evidência, a ideia de que a AC resultava de imperativos de resposta comunitária às carências na habitação, com forte envolvimento participativo das famílias e da coletividade em geral, com recurso à mão-de-obra disponível. Assim, também as agências americanas, *International Cooperation Administration*, e a USAID (a partir de 1940) investiram, significativamente, na América Latina, incluindo no Brasil, com programas de interajuda e de apoio ao setor cooperativo na habitação, com utilização de AC (BURGESS, 1992 p.76). A habitação de baixo custo integrava esses programas de investimento no desenvolvimento económico regional, e a utilização AC integrava-se nesse objetivo.

A construção de habitação utilizando a Autoconstrução em processos participativos, em regiões atingidas pela escassez, per-

mitia criar uma alternativa ao mercado da habitação, que, normalmente, não era dirigido aos segmentos sociais mais baixos, tanto para venda como para alojamento.

Em França, destaca-se o importante movimento cooperativo operário *Les Castors*, que surge depois da 2ª guerra (1939-45), numa época de grande desenvolvimento cooperativo e que dá origem à utilização da AC dirigida através de organizações locais, por toda a França. É um bom exemplo de uma ideia de AC à escala nacional.

4.2.2 O PATRIMÓNIO DOS POBRES

O padre Américo, que ficou conhecido como o promotor da *Casa do Gaiato*, dedicou-se também, na década de 1950, à obra *Património dos Pobres*. Como principal responsável e dinamizador desta obra Vicentina, a ele se deve, em grande parte, a construção de um conjunto considerável de habitações para populações muito carenciadas. Criou um sistema que promovia iniciativas nas paróquias de todo o território nacional. (Cap. 2)

Em Portugal e em território ultramarino, a Autoconstrução foi, sobretudo, utilizada nas reabilitações de casas degradadas. O *Património dos Pobres* foi o maior movimento nacional a usar um modo de AC e o motivo principal do seu sucesso foi o de mobilizar os próprios moradores em todo o processo, com programas e obras realizadas com baixo custo.

Desconhecemos o motivo pelo qual o eng^o Pinto Coelho, da PRODAC, não se referiu a esta obra a propósito de AC, tratando-se de um movimento de referência neste campo, em Portugal, citado por Raúl da Silva Pereira e também referido por um dirigente da PRODAC no Colóquio da Caritas, em 1970.

4.2.3 A CARITAS, A MONAC, A UCIDT E A CASU

A Caritas, a MONAC e a CASU constituíram referências importantes no trabalho social ligado à habitação e foram uma das heranças da PRODAC. Do ponto de vista ético, religioso e humanitário, estas

associações estiveram na origem do trabalho que a PRODAC iria desenvolver. (Cap. 2)

A PRODAC utilizou a designação AC no seu próprio nome, dando sequência às ideias e aos contributos na área da habitação do movimento MONAC da década anterior. A Caritas foi, não só inspiradora da ideia inicial da PRODAC, como apoiou toda a sua atividade na área social, fruto da grande experiência que tinha neste domínio. A UCIDT fez a ponte com o trabalho realizado pela MONAC, definiu e dirigiu os aspetos de gestão e de relacionamento com o setor empresarial e com o Estado.

A ideia da PRODAC de intervir com habitação em áreas carenciadas não era inédita em Portugal, a MONAC e o *Património dos Pobres* já tinham realizado um longo trabalhado nessa área, utilizando a AC. Mas teve a grande originalidade de pretender intervir com AC nos bairros de barracas de Lisboa, uma iniciativa inovadora, ao colocar o problema do realojamento na dura realidade urbana das barracas. O objetivo de construir habitação para retirar as famílias de bairros de barracas sem condições, sendo inédito com AC, exigia um muito maior esforço organizativo e financeiro comparativamente a intervenções da MONAC e do *Património dos Pobres*.

4.3 Debate sobre políticas habitacionais

4.3.1 SEGUINDO OS DIRIGENTES DA PRODAC

Esta integração de experiências associadas ao trabalho social e de reconhecimento dos bairros pobres de Lisboa foi a génese do programa de intervenção social da PRODAC perspetivado em direção ao setor habitacional mais carenciado.

Para além da herança da sua origem, a PRODAC apoiou-se noutras ideias sobre participação dos moradores em relação ao tipo de AC que pretendia implementar. Isto remete para influências, cujos contornos são parcialmente explicados pelos seus dirigentes. O eng^o Pinto Coelho e o arq^o Reis Álvaro aludiram a algumas dessas referências e à pesquisa que foi realizada pela Associação.

Para entender o tipo de Participação e de AC adotado pela PRODAC, é importante referir, em sequência histórica, algumas das teorias mais em voga, nos finais dos anos 1960 e que se desenvolveriam nas décadas seguintes. Estas eram questões que diziam respeito à arquitetura. Algumas destas influências foram assumidas pelos seus dirigentes, mas existem outras que não terão sido conscientes nas suas opções.

4.3.2 A AC E O *RELATÓRIO OSTI* (EUA)

Um importante estudo sobre AC, elaborado em 1969 por John Turner e Richard Margolis, é contemporâneo do início da intervenção social da PRODAC, no *Bairro Chinês*. (Cap. 1)

Neste relatório (OSTI) são caracterizados os diversos tipos de AC. O estudo, que se destinava a prever a possibilidade de utilizar a AC com populações carenciadas (e em zonas pobres), nos Estados Unidos, entre outras recomendações, propunha a utilização da pré-fabricação. Entre as várias tipologias de Autoconstrução que aí são identificadas, destacamos um tipo de AC – *Organizada com Participação*. Era promovida por uma entidade exterior, com o apoio dos grupos de moradores e a interajuda era estimulada, tanto em benefício das famílias, como noutra tipo de apoio às exigências da comunidade. Este tipo de AC organizada segue, nos aspetos fundamentais, uma linha de orientação semelhante à da PRODAC. O relatório OSTI é publicado pouco tempo antes da intervenção social no *Bairro Chinês*, (em 1970), o que é uma coincidência no que respeita a um tipo de AC, que era partilhado por duas entidades tão diferentes, e em duas realidades geográficas e sociais tão distintas.

4.3.3 A INFLUÊNCIA DAS FAVELAS

Os dirigentes da PRODAC referiram ter estudado a realidade sul-americana e, em particular, algumas das intervenções nas favelas, procurando soluções que se aplicassem à realização do Plano de

realojamento. O dirigente Pinto Coelho estudou algumas experiências a decorrer na América Latina, nomeadamente, nas favelas brasileiras, não especificando quais foram. (Coelho, 2013)

Na verdade, a aparente maior proximidade cultural aos bairros de barracas do Brasil, que transparece da posição dos seus dirigentes, parece esquecer alguns estudos feitos sobre o território africano, em Angola e Moçambique, que defendiam o uso da prefabricação e da AC. A experiência dos gabinetes coloniais, com trabalho realizado naqueles territórios e os estudos de soluções construtivas para melhorar a vida nos *musseques*, nos *caniços* e realidades semelhantes, poderiam, eventualmente, ter constituído um contributo útil para os estudos da PRODAC. Exemplo disto é o caso da utilização da AC dirigida pelo arq^o Pancho Guedes, quando projeta a *Escola Clandestina*, em Lourenço Marques (Milheiro. 2012, p. 85). Trata-se, no entanto, de estudos e projetos que pouca continuidade tiveram e a PRODAC procurava exemplos de intervenção urbana com alguma consolidação em termos de experiência feita.

4.3.4 NA EUROPA E EUA – O DEBATE SOBRE PARTICIPAÇÃO E AC

O debate sobre políticas com base na utilização da AC, que referimos no primeiro capítulo, é importante para enquadrar as soluções adotadas neste Plano de Realojamento. Enquanto este debate se travava, sobretudo a partir de meados da década de 1960, pode-se dizer que o Plano do bairro da PRODAC, integrou aspetos dessa problemática que se centrava sobretudo nos PED. O que é interessante constatar é que, de certo modo, existe um conjunto de ideias adotadas pela PRODAC que, sem qualquer ligação direta que tenhamos conhecimento, foi discutido por alguns interessados e críticos que escreveram sobre este assunto, como John Turner, Hans Harms, Kosta Mathey ou Rod Burgess. (Cap. 1)

A ideia de AC da PRODAC situa-se nas preocupações da época, mas existiam neste debate outras vertentes, para além da procura de soluções para os problemas nos PED. Estas vertentes alargam o

conceito de Participação dos moradores a outras realidades geográficas como a dos bairros de barracas de Lisboa. Resumiremos todo este debate à discussão sobre duas ideias chave:

1) O importante na AC não é a questão da habitação em si mesma, mas o ato e a urgência de *habitar*, partilhada por John Habraken, John Turner e alguns dos seguidores das suas ideias, como Nabel Hamdi.

2) A importância da participação dos moradores num processo em que a arquitetura retira contributos positivos para a qualificação do projeto. O diálogo pode ser profundo e abrangente, tanto o programa, como a conceção do projeto, mas, no nosso entender, não deve ser questionado o papel do arquiteto enquanto autor, como também defendem, atualmente, Giancarlo de Carlo, Alvaro Siza, ou Alejandro Aravena.

Este debate travou-se, em grande parte desde o início da década de 1970, e prolongou-se nas décadas de 1980 e 90, cabendo uma referência especial a Charles Abrams e, também, a John Turner, dois defensores, entre outros, das políticas de intervenção com AC nos Países em Desenvolvimento, em contextos carenciados.

4.3.5 O DEBATE SOBRE O PROBLEMA HABITACIONAL EM PORTUGAL

Nos anos 1969 e 1970, realizaram-se dois importantes eventos em Lisboa, o Colóquio *Políticas de Habitação*, do Ministério das Obras Públicas e o Colóquio, *A Consciência Cristã e o Direito à Habitação*. No Colóquio organizado pela Caritas cabe referir a intervenção do arq^o Nuno Portas acerca da utilização da AC. No fundamental, Nuno Portas destacou a importância da AC espontânea na América do Sul, marcando as respetivas diferenças de contexto e defendeu, para este setor carenciado da região de Lisboa, outro tipo de soluções. No seu entendimento, seria necessário criar loteamentos infraestruturados que pudessem depois ser construídos em AC, seguindo um modelo previamente definido. Nuno Portas fez questão de se demarcar da importância atribuível à AC no contexto português. No debate do

Colóquio da Caritas, alguns intervenientes mais próximos da PRODAC defenderam as virtualidades da AC e o seu potencial, ao ser utilizada por associações de solidariedade social. Portas diminuía a importância da AC numa política habitacional, propondo antes uma ação que deveria caber ao Estado, planeando e infraestruturando.

4.4 O Realojamento do *Bairro Chinês* em Marvila

4.4.1 O PROBLEMA DAS BARRACAS DE LISBOA

Em finais de 1960, as cerca de 40.000 pessoas que viviam em barracas constituíam, aproximadamente, 4% da população de Lisboa. Não tendo uma dimensão, nem uma proporcionalidade urbana comparável à realidade brasileira das Favelas, a extensão urbana destes bairros em Lisboa era, ainda assim, considerável (CACHADO, e al., 2013).

A evolução do crescimento destes bairros na cidade, no final da década de 1960, resultava de um forte aumento populacional, devido à maior natalidade e imigração para a capital, onde existia uma profunda carência de oferta habitacional. Lisboa era, nessa época, uma grande metrópole e o crescimento dos bairros de barracas tendia a sair do concelho de Lisboa e a projetar-se para os concelhos vizinhos. As políticas urbanas da CML para a zona oriental da cidade, contemplavam o investimento público em habitação social e dava-se início à construção na zona J de Chelas.

4.4.2 URGÊNCIA *VERSUS* EMERGÊNCIA

Embora a situação vivida no *Bairro Chinês* fosse, objetivamente, uma situação de miséria e a CML e o GTH planeassem extinguir, com a maior brevidade possível, esse e outros bairros de barracas, em termos de intervenção não podemos considerar este realojamento enquanto intervenção de *emergência*. Não representava,

certamente, uma situação social no *limite*, como são as intervenções de resposta a catástrofes naturais ou a acontecimentos sociais muito graves, como é o caso atual dos refugiados vindos de África e do Médio Oriente para a Europa. Sob este ponto de vista, se o *Bairro Chinês* não era um caso humanitário de máxima gravidade, não deixava, contudo, de representar uma situação socialmente insustentável. Tratava-se de um conjunto urbano de grandes dimensões, muito carenciado, onde não existiam as infraestruturas básicas essenciais, desde a eletrificação, ao abastecimento de água potável, desde os esgotos, ao escoamento de águas pluviais. Constituía, igualmente, um perigo eminente de saúde pública e de propagação de epidemias. As barracas eram um caos vivencial, sem instalações sanitárias, sem cozinhas, sem divisórias de espaços, entre outras faltas graves, muitas delas desconhecidas por ausência de levantamento da situação existente.

Assim, o programa de intervenção na Quinta Marquês de Abrantes, que se desenvolveu no Vale Fundão, surge, objetivamente, de uma situação de urgência, mas sem equivalência com as situações trágicas em termos humanitários, que referimos.

4.4.3 PROPÓSITO TRANSITÓRIO

O modelo adotado de um realojamento para doze anos foi uma das ideias base do programa de arquitetura. A opção de construir provisoriamente ajustava-se à componente económica necessária ao projeto, que implicava, entre outras condicionantes, o controle do custo das habitações. Este modelo deveria integrar, ainda, um programa cívico, de ensino e de promoção social, que se conjugava com a ideia da PRODAC de que a população das barracas não tinha ainda condições para ocupar uma habitação comum.

O Plano previa que os moradores, abandonando a sua barraca, fossem realojados num bairro de habitações provisórias e a curta distância do bairro onde moravam. Este processo decorria faseadamente e à medida que as famílias ocupavam as novas habitações, procedia-se ao desmantelamento das barracas desocupadas.

O conceito transitório do programa da PRODAC, em certa medida, pode ser comparado com os realojamentos provisórios de habitação social construídos em Lisboa, nas décadas de 1940 (Quinta da Calçada, Boa Vista e Bairro das Furnas). As principais semelhanças com estes realojamentos são o período transitório de 12 anos, a ideia de implementar neste período um programa de aprendizagem de hábitos higiénicos, cívicos e sociais, partindo do princípio que estes moradores não tinham formação suficiente e, ainda, a utilização da pré fabricação nas habitações.

No entanto, efetivamente, o programa da PRODAC tem diferenças fundamentais em relação a estes realojamentos provisórios. O tipo de habitação proposto e o modo encontrado para promover a população a realojar na Quinta Marquês foi original e muito planejado, como descrevemos (Cap. 3).

4.4.4 ENTRE O TRANSITÓRIO E O DEFINITIVO

É sem dúvida discutível a opção escolhida de um programa de realojamento provisório para a Qta Marquês de Abrantes, quando se constatou que existiram grandes insuficiências em quase todos os programas dos bairros provisórios, construídos em Lisboa pela CML, com apoio do Estado (Quinta da Calçada, Boa Vista, Bairro das Furnas). O problema destes bairros tinha sido a fraca qualidade das habitações e um tratamento dúbio dos seus moradores pretensamente com a ideia da formação cívica. Nalguns destes bairros, a organização social implementada era excessivamente autoritária, do ponto de vista da promoção social.

O eng^o Pinto Coelho, com conhecimento direto, criticou aspetos destas urbanizações, pois teve a oportunidade de visitar algumas habitações que sobreviveram até aos anos sessenta (Coelho, 2013). Os dirigentes da PRODAC, estando conscientes do problema, planearam estratégias que criavam alternativas aos problemas detetados naqueles bairros. A nossa interpretação é que a opção transitória foi retomada de forma crítica em relação aos anteriores realojamentos referidos e respondeu com opções sociais inovadoras,

optando por uma substancial melhoria da qualidade da instalação urbana, das habitações e do apoio social programado. Acreditaram nas vantagens de um programa transitório, mas procuraram não repetir os erros cometidos.

O programa de realojamento da PRODAC tem evidentes virtualidades a vários níveis, em particular nos aspetos de participação, de intervenção social e de insistência na AC. Mas não deixámos de encontrar alguma contradição nos seus propósitos, uma vez que existem características no realojamento, que são claramente de natureza provisória e outras, que consideramos, manifestamente, menos efémeras.

Assim, existem pressupostos – a nível de projeto e de tipo construtivo – que são transitórios, mas há outros de carácter inequivocamente definitivo: o processo acabou por gerar um híbrido.

Distinguem-se, assim, como se disse, dois tipos de opções, neste Programa: a) **Transitórios:** acordos estabelecidos para um projeto desmontável; características das habitações, acabamentos e isolamentos térmicos e acústicos; b) **Definitivos:** a habitação como propriedade dos moradores; o investimento em arruamentos, redes de esgotos, águas e eletricidade.

A estratégia adotada pela PRODAC de construir alojamentos para um período de doze anos, terá sido no contexto de época, uma opção realista, mas não temos dados que nos permitam avaliar as vantagens e as desvantagens comparativamente a uma solução de realojamento permanente. Teria que se reunir informação específica (de tipo financeiro) para poder deduzir se, supostamente, um investimento semelhante em habitações definitivas seria compensatório para as partes envolvidas, CML/moradores. Tratava-se de apurar se, em vez de ter optado pela opção *provisória*, e com o mesmo investimento, seria possível criar habitações com uma duração de longo prazo.

Esta questão surge da constatação de que o realojamento é um programa que, embora tenha características de um investimento de baixo custo é, sem qualquer dúvida, uma opção *pesada* do ponto de vista das infraestruturas do bairro, das condutas de águas e esgotos,

da eletrificação, dos arruamentos com passeios e das zonas verdes.

Afinal, o que poderia ser feito de toda esta infraestruturização após os doze anos, no caso de as habitações terem sido desmontadas ou demolidas, é uma questão que não é completamente clara no acordo que foi assinado entre a CML e a PRODAC. Seria viável fazer a manutenção das casas ao fim de doze anos, para que pudessem alojar novos residentes carenciados, enquanto os anteriores eram transferidos para habitações de melhor qualidade, em Chelas?

4.5 Gestão, Autoconstrução e Arquitetura

4.5.1 VERTENTES COMPLEMENTARES DA INTERVENÇÃO

O Plano de Intervenção na Quinta Marquês de Abrantes, pela sua dimensão e complexidade, envolvia diferentes vertentes: de intervenção social no bairro existente, de gestão do complexo plano de realojamento, de articulação com as diversas entidades intervenientes, de investimento e organização da obra e de orientação dos grupos de AC. Uma das vertentes fundamentais da ação social do realojamento, assumida pela Associação, diz respeito ao trabalho de Participação dos moradores no plano e na criação dos grupos de AC que tiveram um papel relevante em obra.

A partir do relatório de Maria Figueirinhas, assistente social da PRODAC no *Bairro Chinês*, foi possível perceber, em pormenor, o modo como foram organizados os grupos de Autoconstrução e como decorreram diversas ações de formação. A informação muito detalhada sobre o modo como decorriam as reuniões com os representantes das famílias, entre muitos outros aspetos descritos, permite entender muito do que aqui referimos genericamente, como participação e autoconstrução. Neste relatório, aparecem nomes, casos, eventos e detalhes descritos, que fazem parte da história deste realojamento. Nele, está claro que um dos objetivos mais prementes no trabalho social da PRODAC se centrou em fomentar uma maior

sociabilização dos representantes das famílias e um maior empenho na discussão dos temas mais importantes que se prendiam com a ideia de um realojamento urgente.

No relatório fica explícito o esforço dos assistentes sociais na orientação dos grupos de autoconstrução, quaisquer que fossem os assuntos discutidos nas reuniões, e foram muito variados. Sobre as ações da PRODAC, tanto em aspetos de formação cívica, hábitos de higiene, formação escolar e espírito de interajuda, existe informação que permite elucidar o modo como se processou toda a formação dos grupos masculinos e femininos e como todo o processo se inseriu numa estratégia de promoção a vários níveis dos moradores. Nos aspetos fundamentais desta estratégia, os grupos de Autoconstrução progrediram no sentido da autonomização em relação à associação e os representantes das famílias ao evoluírem em termos cívicos, progrediram também numa maior solidariedade intergrupala. Entre outras vertentes, esta solidariedade foi um aspeto fundamental das ações de AC.

O conceito de Participação utilizado na Quinta Marques Abrantes pouco difere das ideias iniciais de AC da PRODAC e que foi realizada noutros planos anteriores a essa intervenção (Cap.3).

Em termos práticos, o conceito de AC que a PRODAC defendeu previa que o local de intervenção escolhido para o realojamento fosse adquirido pela Associação ou pela CML, de modo a poder operar sem interferência dos anteriores locatários. A PRODAC organizava, também, o modo de participação dos moradores nos grupos de AC que iriam intervir na fase final da obra das suas habitações. Um outro aspeto participativo importante prendia-se com o financiamento das habitações, uma vez que a PRODAC, na linha de orientação do que já tinha sido experimentada pela MONAC não pretendia oferecer as habitações. Por isso, a Associação, que fazia questão de gerir o realojamento a custos controlados, cobrava o custo total das habitações aos próprios moradores.

A participação dos moradores incidiu muito mais na atividade dos grupos de AC, onde estavam representados os *chefes da família*, do que na elaboração do programa das habitações e mui-

to menos na solução de arquitetura. Não existiu, como aconteceu noutros processos participados, um diálogo entre projetistas e moradores para equacionar e, eventualmente, produzir uma resposta mais elaborada e resultante da interação de perspectivas de habitação divergentes. O projeto (em fase já elaborada e antes de terminado) foi mostrado aos *chefes de família*, pelos assistentes sociais, que apresentaram as plantas finais à discussão com os moradores do programa habitacional. Estes contestaram algumas das opções funcionais feitas pelos arquitetos, que fizeram algumas alterações importantes na articulação do espaço interior das habitações (FIGUEIRINHAS, 1972).

O Plano de Realojamento do *Bairro Chinês* foi um trabalho exaustivo executado desde o início de 1970, num curto espaço de tempo e a PRODAC, precisou de estabelecer acordos com diferentes entidades e instituições, tanto no setor público como no privado. A Associação criou, de algum modo, uma parceria entre a CML, a Caritas e a UCIDT. De diferentes modos, estas associações prestaram um apoio continuado ao plano de intervenção da PRODAC, na Quinta Marquês de Abrantes.

A CML foi o aliado principal da PRODAC a vários níveis. A responsabilidade na intervenção na Qta Marquês de Abrantes é dividida por ambas as instituições em aspetos fundamentais da sua concretização, nomeadamente, nos aspetos jurídicos, calendarização do plano e investimento em diversas obras. Na sequência do trabalho anterior realizado pela PRODAC, foi feito um convite aos seus dirigentes pelo diretor do GTH (CML), eng^o Carvalho Mesquita, propondo-lhes que fizessem o plano da intervenção e o projeto do realojamento do *Bairro Chinês*.

Devemos destacar, pela sua importância, o acordo assinado entre a PRODACE a CML/GTH. Esta convergência ficou consagrada em objetivos sociais muito claros de combate às más condições de vida das barracas e está também patente no projeto que se propunha extinguir o *Bairro Chinês*. Para realojar a população, e realizar esta difícil tarefa, era necessário um grande pragmatismo na construção de habitações. A importância da intervenção da CML

em relação ao plano da PRODAC foi decisiva desde o início, nomeadamente, ao adquirir os terrenos necessários à implantação do conjunto urbano previsto. Na planificação e construção das diferentes infraestruturas, a CML construiu um conjunto de obras que complementaram as obras a cargo da PRODAC.

Outros acordos foram estabelecidos conforme a situação e tipo de apoios à actividade da PRODAC, uma cooperação que envolveu uma autarquia, a Igreja e o Estado, tendo a Associação assinado um contrato muito importante com a SCML, e tendo sido igualmente apoiada pelo Estado através de um empréstimo para as obras. A sua posição institucional e o apoio da UCIDT permitiu-lhe fazer uma gestão em proximidade com a hierarquia superior da CML, as organizações católicas e o Estado, o que lhe facilitou ultrapassar alguns obstáculos, como foi o caso do empréstimo necessário ao financiamento das obras.

Entre os apoios, os acordos e as parecerias referidos, e que se sucederam nas várias fase do Plano, elencamos uma lista: 1) CML; 2) Ministério da Saúde Pública; 3) Caritas; 4) UCIDT; 5) Ministério da Segurança Social e Previdência; 6) Conselho de Ministros; 7) SCML; 8) Fundação Calouste Gulbenkian.

4.5.2 OPÇÕES E PROGRAMA DE ARQUITETURA

Desde a sua fundação em 1968, que a PRODAC trabalhava em diversas iniciativas na área social, com projetos habitacionais em vários núcleos carenciados, na zona oriental da cidade. A dimensão do *Bairro Chinês* constituía para os arquitetos da PRODAC, uma aposta nova na área social, desde finais de 1969 e um enorme desafio que veio a realizar-se em obra, entre 1971 e 1974.

Na Memória Descritiva da Arquitetura, os arquitetos Reis Álvaro e Manuel Bagulho referiram três aspetos: a opção de realojamento transitório do bairro, a escolha da prefabricação e a ação prevista pelos grupos de AC. Foi salientado pelos projetistas – e é também do nosso entendimento – que estes três aspetos progra-

máticos foram determinantes para o projeto arquitetônico, criando limitações e formatando o seu desenho.

Avaliar o projeto da autoria dos arquitetos Reis Álvaro e Manuel Bagulho, sem acentuar a importância do modelo construtivo utilizado, seria como apresentar um modelo de automóvel nas suas várias potencialidades, sem referir as características do motor. O conceito principal e as opções de projeto, desde o modelo urbano ao tipo de habitação proposto (as áreas, as ideias chave) resultaram da adaptação às regras impostas pelo tipo de prefabricação utilizado.

Ao ter optado pela prefabricação com AC, a PRODAC ganhava em tempo de execução, uma vez que se tratava de uma tecnologia que era aplicada em modo industrial na montagem da estrutura e dos painéis das habitações. Na fase seguinte, com as habitações já construídas desde a fundação até à cobertura, os grupos de Autoconstrução realizavam os acabamentos da fase final da obra, sendo os materiais fornecidos pela PRODAC.

A préfabricação, ao contrário da construção com técnicas tradicionais, era igualmente a escolha programática de AC que alguns arquitetos propunham, como é o caso John Turner, John Habraken ou Nabel Hamdi (ver capítulo 1). Neste aspeto, as *Arquiteturas de Terra*, na linha do que defendeu Hassan Fathy, com soluções de utilização de materiais locais, ou a construção em tijolo corrente e cobertura tradicional em telha são, usualmente, associadas às práticas de AC. Este tipo de construção, utilizando a mão de obra local mais vocacionada para o uso dessas tecnologias tradicionais são características generalizadas em muitas regiões dos Países em Desenvolvimento. Interligar a prática da AC à prefabricação industrial (de tecnologia muito especializada), permitiu que a mão de obra dos moradores fosse aplicada de modo mais eficaz do que na construção tradicional, aparentemente mais simples de fazer por um conjunto de moradores, alguns deles apenas trabalhadores da construção civil.

4.5.3 UMA ARQUITECTURA PARA OS POBRES, OU UMA SIMPLES CONSTRUÇÃO?

O desenho arquitetónico do projeto das habitações visou, essencialmente, a operacionalidade do realojamento na linha da melhoria do espaço urbano e das condições de vida nas habitações. Deu-se também neste projeto, uma eficaz conjugação da arquitetura com o suporte construtivo e a tecnologia empregue, que responde ao desígnio social da participação dos moradores e à operacionalidade dos grupos de AC. E responde também, naturalmente, ao programa transitório de curto realojamento com a duração de doze anos.

Sendo um projeto de arquitetura que está ao serviço de uma causa social, questão que também é visível na formalização do realojamento, constata-se por exemplo, que a morfologia urbana opta por estabelecer *relações de vizinhança*, ou seja, existiu a intenção de agrupar os subconjuntos habitacionais, respondendo a esta premissa.

O imperativo da urgência em realizar o realojamento e as citadas exigências sociais de programa, terão pesado na conceção do projeto, de onde resultou uma arquitetura menos centrada nos aspetos formais. O que é central na conceção não é a forma, é muito mais uma resposta pragmática a um programa social. Torna-se evidente que a conceção, que respondeu às exigências inerentes ao realojamento transitório e à sua urgência, direcionou o desenho diretamente para a função estrita de *habitar*, não favorecendo, em nosso entender, uma procura prioritária centrada na originalidade da solução.

Esta arquitetura situa-se no âmbito do *prático*, da resposta direcionada ao seu bom *funcionamento*. E é neste ponto que a resposta arquitetónica se torna muito interessante, pois o projeto parece ter sido concebido à margem de qualquer preocupação do *olhar* dos arquitetos ou dos críticos. Ao estar afastada de preocupações com referências explícitas ou implícitas, e por resultar de um programa original, não deixa de corresponder a um conjunto de intenções coerente. De referir a intenção de tendência à *organicidade* no desenho da morfologia urbana, integrando o conceito das *relações de vizinhança* entre famílias.

De notar que os moradores foram realojadas segundo o princípio e a ideia do tipo de *habitat* que constava no programa de intervenção, e que não se limitava ao objetivo de realojar, instalando sem mais preocupações, as famílias que vinham das barracas. Através de soluções tipológicas específicas ao objetivo social pretendido, merece destaque a opção por áreas interiores generosas num contexto da contenção de custos. No desenho urbano procurou-se a diversidade através da criação de subgrupos na conjugação das habitações e, nestas, investiu-se no espaço interior das habitações, o que denota uma perspetiva generosa do projeto.

A questão, a que já nos referimos, colocada pelo arq^o John Turner e outros arquitetos e teóricos da AC, em como as intervenções em situações *gravemente carenciadas* são, fundamentalmente, ações em que o essencial está no Habitar, ou seja, a promoção do realojamento em si, deixando para segundo plano questões relacionadas com as características da própria habitação. Estando basicamente de acordo com o fundamental desta argumentação aplicada ao nosso caso de estudo, entendemos, no entanto, que a procura do conceito da *beleza* não esteve esquecida no projeto da Quinta Marquês de Abrantes, apenas não foi determinante, resultou de condicionalismos diversos, ou até não deliberados, dadas as especificidades deste programa transitório de arquitetura.

A proposta da PRODAC é, a este nível, um bom exemplo de equilíbrio entre as diversas valências que se colocam na fronteira entre o que é uma boa construção e o que pode ser considerado uma arquitetura essencial. Não temos a pretensão de teorizar sobre a definição desta fronteira, mas cremos, no entanto, que este caso de que nos ocupámos, merece ser encarado enquanto arquitetura de resposta a um problema social e não apenas como a realização de uma construção para ser habitada.

Consideramos que o realojamento das 585 habitações para os moradores vindos do *Bairro Chinês* foi, do ponto de vista social e do alojamento, bem sucedido nos seus propósitos, em particular, por ter envolvido os moradores, tanto na Participação do realojamento, como nos trabalhos de AC. A comprovação deste envolvimento

(que, porventura, poderá ser analisado com ferramentas sociológicas próprias), foi o espírito coletivo e cooperativo criado em relação ao bairro e o extremo cuidado dos moradores desde o início na manutenção das habitações, o que demonstra uma profunda afinidade dos moradores em relação ao seu espaço interior e espaço envolvente.

Arriscamos dizer que a valorização e grande estima que os moradores têm pelo bairro, denota a influência da organização dos grupos de AC, o que consideramos significativo neste processo social, bastante original.

Apesar do acordo estabelecido entre a CML e a PRODAC, que definia, em 1971, um prazo de doze anos, os moradores seriam transferidos para habitações definitivas da autarquia, o bairro ainda existe. Num cenário, até certo ponto imprevisível, mas muito dependente das políticas da autarquia, o que veio a acontecer foi a manutenção de uma situação instável, mas que tende para a sua legalização, em resposta às aspirações dos moradores.

Bibliografia

A consciência Cristã e o direito à Habitação. Diário de Lisboa. Lisboa: Diário de Lisboa, 12 de Março de 1970.

A solução do problema habitacional, objetivo da campanha da Caritas. Lisboa: **Diário de Notícias**, 25 de Dezembro de 1969.

ABRAMS, Charles. *The Future of Housing.* Nova Iorque. Ed. Harper & Brothers. 1946.

ALEXANDER, Christopher. *Notes on the synthesis of form.* Cambridge: Harvard University Press, 1964.

ALMEIDA, Pedro Vieira. *Da utilidade Social da Arquitectura.* Revista Análise Social nº 6. 1964.

ÁLVARO, José Reis. *Auto-Construção in Colóquio sobre Política de Habitação.* Lisboa: Ministério das Obras Públicas. 1969.

AMÉRICO, Padre. *O Ovo de Colombo.* Paço de Sousa: Tipografia da Casa do Gaiato, 1954.

ARCHITECTURE FOR HUMANITY. *Design Like You Give a Damn [1]: Architectural Responses to Humanitarian Crises.* Nova Iorque: Metropolis Books, 2006.

ARCHITECTURE FOR HUMANITY. *Design Like You Give a Damn [2]: Building Change from the Ground Up.* Nova Iorque: Abrams, 2012

As Comemorações do 28 de Maio. Diário de Lisboa. Lisboa: s.n., 28 de Maio de 1946.

Autoconstrução: A “Prodac” faz. Entrevista a Reis Álvaro/Pinto Coelho. **O Observador.** Lisboa, Fevereiro 1972.

BANCON, Daniel. *Les Castors de l'Alouette (1948-1951), L'aventure communautaire de 150 jeunes qui décidèrent de construire une cité idéale*, Princi Negue Editor, 1998.

BANDEIRINHA, José António. *Anos sessenta. Verdades e consequências da crise da habitação em Portugal. JA: Jornal dos Arquitectos*. Trimestral. Vol. 226, Lisboa: Jan- Março de 2007

BANDEIRINHA, José António. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BARREIROS, Fernando e INÁCIO, Alfredo. *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*. Lisboa:

CML- Imprensa Municipal, 2012.

BAPTISTA, Luis Vicente. *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BAPTISTA, Luís Santiago. *Experiências Participativas*. Editorial da revista ARQa, nº 90-91. Abril 2011.

BEALL, Jo e FOX, Sean. *Cities and Development*. Nova Iorque: Routledge, 2009.

BOESIGER, W. *Le Corbusier, Oeuvres Complètes*. Basel, Boston, Berlim: Birkhauser Publishers, 1995. Vols. 4, 1938-46.

BROOME, Jon. *Mass Housing cannot be Sustained*. [ed.] Doina Petrescu, Jeremy Till Peter Blundell. *Architecture and Participation*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

BURGESS, Rod. *Self Help Housing Advocacy: A Curious Form of Radicalism. A Critique of the Work of John Turner*. [ed.] Peter M. Ward. *Self Help Housing, A Critique*. Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

BURGESS, Rod. *Helping Some to Help Themselves.* [ed] Kosta Mathéy. *Beyond Self-Help Housing.* Londres, Munique: Mansell Publishing Limited, 1992.

CACHADO, Rita e NUNES, João Silva. *Habitação e Sociedade,* Entrevista a Raúl da Silva Pereira. *Análise Social, Revista do ICS-UL.* 2013, Vol. nº 206.

CARDOSO, Ana. *A outra face da cidade : pobreza em bairros degradados de Lisboa.* Lisboa: C.M.Lisboa, 1993.

CARDOSO, Ana e PERISTA, Heloisa. *A Cidade Esquecida.* Pobreza em Bairros degradados de Lisboa. [ed.] CIES.

Sociologia- Problemas e Práticas nº 15. 1994, pp. 99-111.

Casas bungalows para operários, que resolvem os problemas dos bairros de lata. **Diário de Lisboa.** 1938. Lisboa: s.n., 4 de Abril de 1938.

CASTRO, Alfredo da Silva e. *Considerações sobre a Construção Tradicional e a Pré-fabricada.* 1^{as} Jornadas de Engenharia de Moçambique/Dir.Geral de Obras Públicas e Comunicações/ Serviços de Urbanismo e Habitação. Lourenço Marques: Ministério do Ultramar/ DGOPC/ Serviços de Urbanismo e Habitação, 1965.

CASTRO, Augusto Santos e. Discurso do Presidente da CML. *Escritura do empréstimo da F.N.A.F. à PRODAC com garantia da CML.* Lisboa: s.n., 1972.

CML. *Boletins e Actas Municipais.* Arquivo Municipal do Arco do Cego, 1932 a 1975.

CML. *Livros de Notas.* Arquivo Municipal do Arco do Cego, 1939-1962.

CML. *Revista Municipal.* 1940.

CML. *Revista do Gabinete Técnico de Habitação.* nº1, 1964.

CML. SOCASPRÉ, Sociedade de Casas Pré-fabricadas. Construção de moradias. Lisboa: s.n., 1971.

CML. Lisboa o Outro Bairro. Os Provisórios do Estado Novo. Dezembro de 1999.

DAVIES, Colin. The Prefabricated Home. Londres: Reaktion Boook, Ltd, 2005.

CML/ Gebalis. Breve historial, Origem dos habitantes: Quinta Marques de Abrantes. Lisboa- O outro Bairro, nº 3. Abril de 2001.

COELHO, Mário Pinto. História da PRODAC. Arquivo pessoal do autor. 2013.

Colóquio sobre Habitação. **Ministério das Obras Públicas.** Lisboa: LNEC, 1969.

Começam já em Outubro os trabalhos de Autoconstrução na Quinta Marquês de Abrantes. Diário de Lisboa. Lisboa: s.n., 30 de Setembro de 1970, Diário de Lisboa.

CUNHA, Dias da. Discurso proferido pelo vice-presidente do conselho administrativo da PRODAC. *Escritura do empréstimo da FNAF à PRODAC com garantia da CML.* Lisboa: s.n., 1972.

CUSTÓDIO, Jorge. Xabregas (Indústria). [autor do livro] Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA. *Dicionário de História de Lisboa.* Mem Martins : Gráfica Europam, 1994.

DAVIS, Mike. Planet of Slums. Londres, Nova Iorque: Verso, 2006.

DE CARLO, Giancarlo. Architecture's Public. [autor do livro] Doina Petrescu, Jeremy Till e Peter Jones. *Architecture & Participation.* Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

DRUMMOND, Didier. Architectes des Favelas. Paris: Bordas, 1981.

EDGERTON, David. *Innovation y tradicion, Historia de la tecnologia moderna.* Barcelona Ed. Critica, 2006.

ENGELS, Friedrich. *La Question du Logement.* Paris. Ed. Sociales. 1976.

Entrevista a 4 moradores do Bairro da PRODAC. 19 de Junho de 2015 (em anexo, realizadas pelo autor).

Estatística, Instituto Nacional de. *Recenseamento Geral da População.* Lisboa : s.n., 1950, 1960, 1970, e 1981.

Experiência Piloto para Resolução do Problema Habitacional. **1º de Janeiro.** 28 de Março de 1969.

FATHY, Hassan. *Architecture for the Poor.* Chicago: The University of Chicago Press, 1973.

FIGUEIRINHAS, Maria. *Relatório de Estágio de 4º ano, realizado na PRODAC.* Lisboa: Instituto Superior de Serviço social de Coimbra – PRODAC, 1972.

FIORI, Jorge e RAMIREZ, Ronaldo. *Towards a Conceptual Framework for the Analysis of Self-Help Housing Policies in Developing Countries.* [autor do livro] MATHEY, Kosta. *Beyond Self-Help Housing.* Londres e Nova Iorque: Mansell Publishing Limited, 1992.

FOLGADO, Deolinda e CUSTÓDIO, Jorge. *Caminho do Oriente: Guia do património Industrial.* Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

FRACALOSSO, Igor. *O Direito à Beleza.* Brasil: ArchDaily Brasil, 9 de Dezembro de 2011. Disponível em: [www:<URL: http://www.archdaily.com.br/br/01-12782/o-direito-a-beleza-jorge-mario-jauregui>](http://www.archdaily.com.br/br/01-12782/o-direito-a-beleza-jorge-mario-jauregui)

FREITAS, Maria João. Os Paradoxos do Realojamento. Revista Sociedade e Território nº 20. 1994

FRIEDMAN, Yona. *Architecture With the People, By the People, For the People.* s.l.: MUSAC- ACTAR, 2011.

GIEDION, Siegfried. *Mechanization takes Command.* Nova Iorque: Ed Norton & Company 1975.

GOMES, Ana. Na génese do Bairro: a Participação. [autor do livro] Susana e Gomes, Ana Ferreira. PRODAC, *Comunidade em Construção.* Lisboa : Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2015.

GUEDES, A. de Alpoim. *Manual de Alfabetização do Vogal sem Mestre.* Lourenço Marques [Maputo]: s.n., Julho de 1963, A Tribuna.

HABRAKEN, John. *Supports, an alternative to mass housing.* Londres: Architectural Press, 1972.

HAMDI, Nabeel. 1991. *Housing Without Houses: participation, flexibility, enablement.* Londres: Intermediate technology Publications, 1991.

HARRIS, Richard. *Meaning of Types in a World of Suburbs.* Revista, Research in Urban Sociology, nº 10, 2010.

HARMS, Hans. Historical Perspectives on the Practice of Self-Help Housing. [autor do livro] Peter Ward. *Self-Help Housing A Critique.* Londres: Mansell Publishing, 1982.

HARMS, Hans. *Self-Help Housing in Developed and Third World Cities.* [autor do livro] Kosta Mathéy. *Beyond Self-Help Housing.* Londres: Mansell, 1992.

Inauguração do Bairro da Boavista. Diário de Lisboa. 1941. Lisboa: s.n., 25 de Outubro de 1941.

Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento Geral da População.* Lisboa: s.n., 1950, 1960, 1970, e 1981.

JONES, Peter Blundell; PETRESCU, Doina & TILL, Jeremy. *Architecture and Participation.* Londres: Taylor & Francis, 2005.

Jornal da MONAC nº1, Revista UCIDT. Coimbra: UCIDT, 16 de Outubro de 1955.

Jornal da MONAC nº2, Revista UCIDT. Coimbra: UCIDT 31 de Dezembro de 1955.

Jornal da MONAC nº3, Revista UCIDT. Coimbra: UCIDT, 31 de Março de 1956.

Jornal *O Comércio*. Lisboa, 28 de Março de 1969.

Jornal *O Século*. Lisboa, 9 de Março de 1970.

Jornal *O Século*. Lisboa, 10 de Março de 1970.

Jornal *O Século*. Lisboa, 14 de Março de 1970.

KLEIN, Alexander. *Vivienda Mínima, 1906-1957*. Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona, 1980.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. Ed Nobel, Univ. de São Paulo, 1990.

LINDEN, Jan van der. *The Sites and Services Approach*. Londres. Ed. Gower. 1986.

Lisboa não pára de crescer. Diário de Notícias. Lisboa: s.n., 25 de Setembro de 1970.

MATHÉY, Kosta. *Beyond Self-Help Housing*. Londres: Profil Verlag, 1992.

Mil e duzentas casas novas para a população das barracas. O Século. 19 de Setembro de 1970.

MESSU, Michel. *Sociologie d'un groupe d'autoconstructeurs – L'exemple de la Cité de Paimpol*. Presses Universitaires de Rennes. 2007.

MILHEIRO, Ana Vaz. *Habitar em Colectivo, Arquitectura Portuguesa antes do SAAL*. Lisboa: Edição ISCTE-IUL, 2009.

MILHEIRO, Ana Vaz. *Nos Trópicos sem Le Corbusier*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.

Ministério das Obras Públicas. Decreto Lei 28912. 12 de Agosto de 1938.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. *Exposição: 15 anos de Obras Públicas, 1932-47*. Volume II. Lisboa: 1948.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. *Colóquio sobre Habitação no LNEC*. Lisboa: LNEC, 1969.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS. *Regulamento Geral das Edificações Urbanas*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1951.

MONAC. Estatutos. Coimbra: s.n., 1957.

MOUFFE, Chantal. *Vulnerar el Consenso*, entrevista a Markus Miessen [autor do livro]. BALLESTEROS, Mario, *Verb Crisis*. Barcelona: ACTAR, 2008.

MOURA, Horácio de. *Um estudo social : Movimento Nacional de Auto-Construção*. Coimbra: UCIDT – União católica dos Industriais e Dirigentes de Trabalho, 1953

MULLINS, David. *Self Help Housing: could it play a greater role? Third Sector Research Centre. Working Paper 11* [Online] Setembro de 2010.

MUMFORD, Eric. *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928- 1960*. Cambridge, Massachusetts: MIT, 2000.

NUNES, João Pedro Silva. Le Gabinete Técnico de Habitação et la Reforme du Logement Social à Lisbonne (1959-1974). *Le Mouvement Social*. 2013, Vol. n° 245 pages 83 a 96.

NUNES, João Pedro Silva. *O Programa Habitações de Renda Económica* (Lisboa, 1959-1969). *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa*. Vol. 206, 2013.

NUNES, João Pedro Silva e SEQUEIRA, Ágata Dourado. O Fado de Marvila. *Fórum Sociológico*. 2011, Vol. 21.

O primeiro grande passo para acabar com as Barracas. **Diário de Notícias**. 1970. Lisboa: s.n., 1 de Outubro de 1970.

OLIVEIRA, Ernesto Sena. *Movimento Nacional de Autoconstrução*. Coimbra: Ed. MONAC, 1960.

Património dos Pobres. *Estatutos e Regulamento da Ordem*. Paço de Sousa: Casa do Gaiato, 1951.

PEREIRA, Raúl da Silva. *Direito à Habitação in Colóquio sobre Política de Habitação*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas. 1969.

PEREIRA, Raúl da Silva. *Problemática da Habitação em Portugal I. in Revista Análise Social*. Lisboa: ICS, Vols. I, nº 1- Janeiro, 1963.

PEREIRA, Raúl da Silva. *Problemática da Habitação em Portugal II, in Revista Análise Social*. Lisboa: ICS, Vols. I, nº 2- Abril, 1963.

PERLMAN, Janice. *O Mito da Marginalidade, Favelas e Políticas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1977.

PINTO, Teresa Costa. *A apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O Gosto pela Casa, o desgosto pelo Bairro*. Revista Sociedade e Território nº 20, 1994.

PORTAS, Nuno. *A Cidade como Arquitectura, Apontamentos de Método e Crítica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

PORTAS, Nuno. *A habitação social: proposta para a metodologia da sua arquitectura*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Arquitectura, 2004.

PORTAS, Nuno. *Funções e Exigências de Áreas da Habitação*. Lisboa: LNEC, 1969.

PORTAS, Nuno. O processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Vol. nº 18/ 19/ 20, Habitação Social, 1986.

Problemas de Habitação discutidos em Colóquio. Lisboa: Diário Popular, s.n., 12 de Março de 1970, .

PRODAC. *Estatutos.* Lisboa: s.n., 1968a.

PRODAC. Esquema para a reunião de 1 de Outubro de 1968. Lisboa: s.n., 1968b.

PRODAC. PRODAC- RELATÓRIO. 1968c.

PRODAC. *Regulamento Interno da PRODAC, algumas alíneas.* Lisboa: s.n., 1968d.

PRODAC. *Plano de Transferencia de algumas Barracas da Quinta do Ourives para casas Pré-fabricadas na Quinta do Ferrador.* Lisboa: s.n., 1969.

PRODAC. *Programa de Promoção Social iniciado e a desenvolver com os habitantes da Quinta Marques de Abrantes e bairro “Chinês”.* Lisboa : Associação de Produtividade na Autoconstrução, 1970a.

PRODAC. *Contrato entre a PRODAC e os seus sócios beneficiários, em relação aos fogos construídos nas Quintas Marquês de Abrantes, das Claras, Bairro “Chinês” e anexos.* Lisboa : s.n., Outubro de 1970.

PRODAC. *Contrato celebrado entre a PRODAC e a CML.* 7 de Outubro de 1971.

PRODAC. *Estudo relativo à Construção de 1283 Fogos, Início da Construção das Casas.* Junho de 1971.

PRODAC. *Memória Descritiva de Arquitetura.* Reis Álvaro e Manuel Bagulho. Lisboa: Fevereiro 1971.

PRODAC. *Estudo relativo à construção de 1284 fogos.* 1972.

PRODAC. Escritura do Empréstimo da F.N.A.F. à PRODAC.
Lisboa: s.n., 1972.

PRODAC. *Realojamento de 1300 agregados familiares residentes na Quinta Marques de Abrantes, bairro “Chinês” e Quinta das Claras.* s.l. : 1º Colóquio Luso-Brasileiro de “Desenvolvimento Integrado”, 1972.

PRODAC. *Estatutos.* Lisboa: s.n., 1974.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal*, direção de José Mattoso, Sétimo Volume. O Estado Novo (1926-1974), s. l., Círculo de Leitores, 1994.

SERRÃO, Joaquim Verissimo. *Marcello Caetano. Confidências no Exílio.* Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

S.P.S.C, PRODAC/C.M.Vila Franca de Xira. *Programa Geral e Definição de Atribuições Referentes à Mudança da População que Habita em Barracas, no Concelho de Vila Franca de Xira, em “Pedra Furada” e Olival do Borracho*. Abril, 1970.

RUDOFISKY, Bernard. *Architecture without architects : a short introduction to Non-Pedigreed architecture.* Albuquerque: University of New Mexico Press, 2003.

SALAZAR, Oliveira. *Conceitos Económicos da Nova Constituição.* Lisboa: s.n., 1933.

SALAZAR, Oliveira. *Comunicado sobre a Exposição do Mundo Português.* Presidência do Conselho de Ministros. *Revista dos Centenários.* 1938, Março.

SANTOS, Carlos Nelson dos. *Quando a Rua vira Casa* [ed.] São Paulo: ARNO, 1980.

SHORGABY, Abdel. Hassan Fathy: The Unacknowledged Conscience of Twentieth Century Architecture. *International Journal of Basic & Applied Sciences.* 2010.

SIZA, Álvaro. 2009. Um Processo Participativo também pode ser Manipulável. [ed.] Ordem dos Arquitectos. *Jornal Arquitectos* 234. Trimestral, 2009.

S.P.S.C, PRODAC/C.M.Vila Franca de Xira. *Programa Geral e Definição de Atribuições Referentes à Mudança da População que Habita em Barracas, no Concelho de Vila Franca de Xira, em “Pedra Furada” e Olival do Borracho*. Abril, 1970.

STEELE, James. Fathy as a Precursor of Sustainability. *Aramco World*. 1999, Vols. 50, nº 4.

STOHR, Kate. *Architectural Responses to Humanitarian Crisis*. Ed. Architecture for Humanity *Design like you give a Damn*/Nova Iorque: Metropolis Books, 2006.

TILL, Jeremy. *The negotiation of hope*. [autor do livro] Doina Petrescu, Jeremy Till e Peter Jones. *Architecture & Participation*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

TURNER, John F.C. e FICHTER, Robert. *Freedom to Build, dweller control of the housing process*. Nova Iorque: Collier Macmillan, 1972.

TURNER, John F.C. *Housing by People: Towards autonomy in building environments*. Londres: Marion Boyars, 1976.

TURNER, John F.C. *Issues in Self-Help and Self-Managed Housing*. [autor do livro] Peter Ward. [ed.] Peter M. Ward. *Self-Help Housing, A Critique*. Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

UN-HABITAT. *The Challenge of Slums*. Londres: UN-HABITAT Earthscan Ltd, 2003.

WARD, Peter M. (a) *Self-Help Housing a Critique*. s.l.: Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

WARD, Peter M. (b) *Introduction and Purpose*. [autor do livro]
Peter M. Ward. *Self-Help Housing, A Critique: A Critique*. Londres:
Londres: Mansell Publishing Limited, 1982.

VALSASSINA, Teresa. OLIVAIS E CHELAS, Operações
Urbanísticas de Grande Escala. Disponível em: WWW:<URL:
https://www.researchgate.net/publication/237317952_olivais_e_chelas_operacoes_urbanisticas_de_grande_escala.

VILANDRAU, MAURICE. *L'étonnante aventure des Castors:
L'autoconstruction dans les années 50*. Paris: L'Harmattan, 2002.

ANEXO

Entrevista aos moradores

Entrevista a 4 moradores do Bairro da PRODAC

19 de Junho, 2015

Conversa do autor da tese com 4 moradores da zona sul que pediram para não serem identificados. A questão dos levantamentos das habitações, com vista aos processos de licenciamento que estava a ser feito para poderem obter as licenças de habitação explica este fato. Este processo estava ainda em curso na altura da entrevista, tendo começado na zona norte.

A conversa anotada (pelo autor) com este grupo de moradores iniciou-se com troca de impressões sobre a participação dos moradores no projeto de arquitetura das habitações e do bairro.

P: Foram consultados sobre as casas que iriam ser construídas?

R (morador A): O programa, o projeto das habitações, a definição das áreas e a disposição interna, foi tudo decidido pela PRODAC. Sobre a solução dos dois pisos, que é diferente no Vale Fundão, também foi a associação a decidir.

R (morador D): Os moradores não colaboraram nisso, nem foram consultados para a elaboração do programa. A PRODAC fez o programa das habitações (o número de T0, T1, T2, T3 e T4) em resultado do trabalho realizado no bairro Chinês sobre a dimensão das famílias que se inscreveram na associação.

P: Os moradores foram consultados sobre o desenho do Bairro?

R (morador D): Não para o desenho. Houve alguma preocupação da PRODAC em construir o novo bairro perto de onde vivíamos, nisso houve um cuidado por parte deles.

P: As famílias colaboraram no programa urbano (disposição dos blocos ou morfologias, 2 pisos, etc), ou no programa das habitações (áreas tipo, disposição dentro do fogo, etc)?

R (morador A): Os arquitetos e os dirigentes da PRODAC nunca falaram com os moradores sobre os projetos (do bairro ou das habitações).

P: Que memória têm da origem do Bairro Chinês?

R (morador A): O bairro Chinês iniciou-se em 1958, e em 1964 em volta do bairro era quase tudo quintas. O palácio dos Alfinetes ardeu em 1964-65 antes da construção da ponte 25 de Abril, perto do Campo do Oriental.

P: Como se inicia a adesão dos moradores ao Plano da PRODAC?

R (morador A): A Caritas tinha feito um levantamento das famílias por graus de proximidade ou de vizinhança. Estes laços de solidariedade entre famílias, resultavam da origem comum nas Beiras, e desse espírito cooperativo anterior, que também existiu em parte no Bairro Chinês. Os grupos constituídos pela PRODAC para Autoconstrução aproveitaram esta realidade. Houve a inteligência da PRODAC em partir do espírito de vizinhanças que já existia entre algumas famílias, e conseguir a participação na Autoconstrução com base nisto.

R (morador B): Teve tudo a ver com as pessoas que se inscreveram, e com as famílias que se conheciam bem, e todos ficaram satisfeitos. Formaram grupos de famílias com maior proximidade. Definiram o grau de vizinhança entre as famílias mais próximas no novo bairro.

P: A maior parte das famílias do Bairro Chinês concordou com uma habitação provisória?

R (morador D): Embora existentes, eram minoritárias as famílias do Bairro Chinês que plantavam hortas nas banheiras e levavam animais do campo para o interior das habitações. A maioria era completamente diferente!

R (morador A): Na sua maior parte as famílias estavam habituadas à vida de Lisboa e tinham os seus empregos. Sendo uma população que tinha vindo do interior (60% da zona de Viseu), apenas uma

minoria não tinha ainda hábitos de higiene para ocupar uma casa em condições.

R (morador C): Sobre a propriedade das habitações, o contrato que assinámos com a PRODAC/CML assegurava que no final dos doze anos no Vale Fundão, cada família seria realojada definitivamente na urbanização de Chelas. Este facto terá tranquilizado os moradores que na generalidade preferiram a opção da PRODAC à continuidade no Bairro de barracas. Mesmo que pudessem ter algumas dúvidas sobre o que estava escrito no contrato que assinaram, não tinham muito a perder e confiaram na PRODAC.

R (morador D): Quando tiveram que contribuir para a PRODAC, acharam 300 escudos um exagero, e muitos pensaram em desistir.

P: Para além da Autoconstrução que atividades se desenvolveram nos Centros de Apoio da PRODAC no Bairro Chinês?

R (morador A): Apenas a Autoconstrução. A formação cívica e higiene foi apenas utilizada para um número reduzido de famílias.

R (morador C): Os Centros Sociais construídos no Bairro Chinês serviram ainda para a ocupação infantil, levantamento da população. Houve ainda outras formações, e variadas atividades ali foram realizadas, desde casamentos, convívios, festas, etc.

P: Quais os trabalhos que foram realizados com recurso à AC?

R (morador A): Tudo! A empresa de construção Socraspé construiu toda a estrutura, paredes e telhas e instalações interiores; os autoconstrutores construíram tudo o resto. Caixilharia, pavimentos, canalizações, até a eletricidade. O espírito cooperante já existia, resultava da origem rural da população (maioritariamente da zona de Viseu). Houve cooperação entre as várias profissões para executar as tarefas que eram muito variadas.

R (morador B): A PRODAC só fez a estrutura, a colocação dos painéis verticais e lajes de piso e cobertura. A colocação de telhas e os caixilhos das janelas também foram feitas pela empresa.

R (morador C): A PRODAC projetou a construção sem telhas e por sugestão dos engenheiros e para não expor a estrutura às intempéries, resolveram pôr telhas na cobertura.

P: a que horas/dias se faziam os trabalhos de AC? E as mulheres também construíam?

R (morador A): Os trabalhos eram feitos ou ao fim do dia ou ao fim de semana, dependia dos grupos, mas as mulheres e os filhos também colaboraram. Houve quem comprasse os materiais e depois apresentasse a fatura à PRODAC. As pessoas que se conheciam dos grupos de autoconstrução ou de outros modos trocaram de tarefas entre si.

P: Como explicam que um bairro de habitações provisórias tivesse infraestruturas pesadas, passeios, arranjos exteriores, árvores, exatamente como num bairro definitivo?

R (morador A): As infraestruturas? Estas tornavam a solução definitiva, mas a solução da PRODAC era boa.

P: Como foram construídas as instalações de água, de electricidade e de esgotos na construção do novo bairro?

R (morador A): Foi tudo feito pela CML, exceto a instalação do gás, que foi feita recentemente.

P: Como foi gerido o processo de Autoconstrução na zona sul, nomeadamente a contabilização de horas por família?

R (morador A): A PRODAC perdeu o controle da obra com a saída da empresa “Socraspé”. As horas de Autoconstrução nunca foram contabilizadas pela PRODAC; quem não sabia pintar, pedia a quem soubesse, havia sempre quem o fizesse: a troca era por necessidade!

R (morador B): Todos participaram, e durante a construção a participação dos grupos de AC e outros moradores fez-se da primeira à última das habitações.

P: Como eram de início as condições de isolamento das habitações?

R (morador A): Depois da inauguração poucas famílias fizeram melhoramentos nas paredes exteriores, mas houve depois disso muitas obras de melhoria de isolamento nas lajes de cobertura.

P: Quando se concluem os trabalhos de autoconstrução da 2ª fase?

R (morador A): A 10 de Junho de 1973 estava tudo pronto. A inauguração foi feita sem festejos pelo presidente Américo Thomaz.

R (morador B): Após esta data a PRODAC e a SCML não permaneceu no bairro, nem mantiveram contacto com os moradores.

P: A ampliação da maioria das casas foi feita quando? Desde o início ou mais recentemente?

R (morador A): A PRODAC não fez qualquer trabalho de melhoria das casas. As alterações foram-se fazendo pela maior parte dos moradores ao longo dos anos.

P: Qual foi o grau de pertença das famílias em relação às habitações? Quando é que a maior parte moradores se convenceu de que as casas seriam suas, ou houve a certeza de que não seriam demolidas por serem provisórias?

R (morador A): Ao fim de doze anos a casa ficava para a família ou a CML decidia realojar no Bairro de Chelas. O PDM previa uma zona verde no Vale Fundão. Em 2009 a zona de implantação deixou de ser classificada como zona verde. No entanto para as famílias existia a percepção de que as casas ficariam definitivamente suas.

R (morador B): A CML só em 2009 integrou a zona construída no PDM, e que permitia a ocupação habitacional. Retirando do PDM a mancha de zona verde prevista para o Vale Fundão desde os anos sessenta, permitia-se assim legalizar o impasse criado até esta data.

A conversa terminou acerca do valor mensal pago à PRODAC no início do processo, e da contrapartida do contrato que assinaram e que lhes permitiu o realojamento. Sobre as dúvidas que se colocavam aos moradores sobre a credibilidade do Plano, em virtude

de se estarem a construir habitações provisórias com duração de 12 anos, foi dito por estes moradores que a renda de 300 escudos era excessiva para a maior parte deles, mas que a adesão das cerca de 2000 famílias do Bairro Chinês ao plano de realojamento, não sendo total, tinha sido significativa, cerca de metade.